

916
9/16

TÉRMO DE INQUIRICAÇÃO : aos vinte e quatro (24) dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete (1967) na sala localizado no andar térreo do Edifício Sede do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, em Brasília - DF, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Portaria nº 154, de 24 de julho de 1967, do Senhor Ministro do Interior, compareceu a Sra. CIDA LINA LAGÉ DE MORAES, brasileira, casada, que é servidora do SPI desde 1942 (mil novecentos e quarenta e dois); que em, digo, de 1942 (mil novecentos e quarenta e dois) a 1962 (mil novecentos e sessenta e dois) trabalhou na lair; que posteriormente veio servir em Brasília; que sobre a falsificação de datas nas admissões de servidores a depoente informa que a pedido do Sr. MICHEL e com nomes dados pelo próprio Sr. MICHEL atualmente no S.D.D. da Divisão de Pessoal do Ministério da Agricultura; que fez entrega ao Sr. MICHEL das fichas individuais dos servidores que tiveram suas datas de admissão modificadas; que as fichas foram as dos servidores: VALQUIRIA LOBO, MOEMA DE VELASCO, / RAIMUNDA MARLY CINTRA E SILVA, LEONARDO MARINHO OLIVEIRA DE ARAUJO, EJRIDES RADUNS, PAULO JORGE ZIDORO GUEDES, JOAQUIM PACIFICO FERREIRA, JANDIRA DA CUNHA SOARES, CANDIDO LEMES DOS SANTOS, VANI MARIA BARRETO, IOLANDA MARQUES, MURTOSSUIR LINO PEREIRA, DODANIN GONÇALVES PEREIRA, JOÃO BATISTA ALVES SIQUEIRA, EDITE DUARTE PEREIRA, FLAVIO TARGLIA, digo, TARTAGLIA BARROS, MARIM SILVA ARAUJO, ANA COELHO DE MENEZES, IDA ALLEZINA BRAULE PINTO, VALDIVINO GARCIA DE ANDRADE, NORMELITA HIDALGO, CARLOS JADER SOARES; que não tem conhecimento a que conclusão chegou o inquerito realizado pelo Sr. MICHEL; que os servidores em causa continuam servindo o SPI; que muitos processos não passam pela Seção de Pessoal razão porque a depoente desconhece muitas punições aplicadas a servidores; que sabe por comentários que o Sr. BOANERGES se embriagou na ILHA DO BANANAL; que quanto ao abuso praticado pelo Sr. BOANERGES contra indias a depoente tomou conhecimento através, digo, / através da IMPRENSA; que houve um inquerito administrativo para apuração desse fato; que o Sr. BOANERGES não faz nada no SPI; que o Sr. BOANERGES não desenvolve nenhuma tarefa no SPI, mas que, recebe os proventos da sua função gratificada de ASSESSOR; que ouviu referências ao fato pouco correto do pagamento da transferência de um telefone do DR. DINIS para o CEL HAMILTON com verba do PATRIMONIO INDIGENA; que sabe haver BOANERGES ido a PERNAMBUCO certa vez, mas não pode garantir que as rezes vendidas foram para custear suas farras e bebedeiras; que sabe da tentativa do suicidio de Da. MARIA PIMENTEL; que a quase suicida revelou à depoente posteriormente que atentara contra sua propria vida devido a acusação que lhe fora feita de desvio criminoso de pneus; que, também, fora BOANERGES o autor da acusação; Nada mais disse nem lhe foi perguntado tendo prestado o pre

belloras

O presente depoimento sem qualquer coação, o qual após lido e achado conforme vai assinado pelo depoente, pela Comissão e por mim

Ruiz Almeida Nobrega Secretário que o datilografar.

Adelino Cordeiro
Presidente

Alf. Leal
Vogal

Udmar S. Pinho
Vogal

Edalgina Lage de Moraes
Depoente

121

2 dias 918

TÉRMO DE INQUIRIRIAÇÃO : aos vinte e quatro(24) dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete(1967), na sala localizada no andar térreo do Edifício Sede do Departamento Nacional de Obras / Contra as Secas, em Brasília, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Portaria nº 154, de 24 de julho de 1967, do Senhor Ministro do Interior, compareceu o Sr. NILO OLIVEIRA VEL- / LOSO, brasileiro, casado, esclarecido pelo Presidente da Comissão sô- / bre os motivos da instauração do presente processo, informou que, / digo, informou depois de advertido das penas da lei sôbre o falso / testemunho que é funcionário do SPI há vinte e cinco (25) anos; que no SPI desempes, digo, desempenhou as funções de Chefe da Seção de Estudos e de Chefe da Seção de Proteção e Assistência; que sabe que / o SPI é marcado pela existência de inumeras irregularidades; que em bora o depoente não tenha muito acesso ao Gabinete, entende que as irregularidades tiveram inicio na Administração do CEL MOACIR RIBEI- RO COELHO; que as iregularidades praticadas pelo CEL MOACIR RIBEIRO COELHO teriam sido em conjunto com o Sr. FERNANDO DA CRUZ; que o VEL digo, CEL HAMILTON DE CASTRO adquiriu um telefone do Dr. DINIZ; que o pagamento dessa transferência foi feita com um cheque contra a renda indigena; que posteriormente o CEL FEZ enr, digo, o CEL fez entrega dessa importância ao Sr. LUIZ FRANÇA ARAUJO; que sobre a adul- teração da data de admissão de servidores o depoente ouviu apenas / comentários; que, na ILHA DO BANANAL, o depoente, através de informa- ção do Sr. SALIM DE OLIVEIRA, soube dos seguintes fatos: que o Sr BORNERGES, digo, BOANERGES teve relações sexuais com a india CUXIXA- RA; que SALIM DE OLIVEIRA mostrou ao depoente o local onde o Sr. BOA- NERGES sôbre uma lona havu, digo, havia possuido a india CUXIXARA; que esses fatos foi comunicado ao CEL HAMILTON DE OLIVELRA em relatório do depoente; que o CEL HAMILTON não mandou instaurar inquérito admi- nistrativo; que em mil novecentos e sessenta e seis(1966) o servidor BOANERGES acusou graciosamente a Sra. MARIA PIMENTEL de um desvio de pneus; que esse fato foi devido a uma entriga que existia entre o Sr. BOANERGES e o Sr. BENEDITO PIMENTEL; que sabe, por ouvir dizer, que o Sr. ALCIDES VELOSO JUNIOR acusou o Sr. BOANERGES de retirar dinhei- ro dos cofres do SPI, indevidamente; que o Sr. ALCIDES VELOSO JUNIOR declarou ao depoente que saia do SPI, como de fato saiu, alegando / que se não merecia a confiança para guardar a chave do cofre não po- deria continuar como SUBSTITUTÓ de chefe de seção; que jamais o de- poente foi consultado previamente sôbre o emprego da renda indigena naquilo que se convencionou chamar assistência ao indio nem jamais qualquer prestação de contas foi encaminhada à Seção de Assistência ao Indio; que também jamais foi cumprido os planos de assistências / que anualmente eram elaborados pelo depoente na chefia da SASSI; //

919
da SASSI; que a poucos dias, ao fim da gestão do CEL HAMILTON, a ver-
ba de seis milhões de cruzeiros antigos (Cr\$6.000.000,00), oriunda da
5a. IR, foi utilizada no pagamento da folha de vencimentos de pes-
soal contratado da Sede; que sobre a duplicidade dos empenhos, digo, /
do empenho de nº 113, de 22/11/62, o depoente reconhece sua assina- /
tura mas não pode recordar o fato que deu lugar essa duplicidade, /
como também, não sabe informar a razão pela qual em um dos empenhos
assina como chefe da S.A. o Sr. MOTA CABRAL e no outro o Sr. BENEDI-
TO PIMENTEL; que sabe que o Sr. WALTER, digo; WALTER SAMARI PRADO es-
ta envolvido em um inquerito sobre um desvio de Cr\$50.000.000,00 (cin-
quenta milhões de cruzeiros velhos); que em virtude desse inquerito
o sr. WALTER SAMARI PRADO foi afastado da 5a. IR; que o depoente não
sabe o resultado desse inquerito; que sobre os empenhos em duplicata
o depoente atribui que os empenhos foram levados para a sua assina-
tura, de má fé; O Presidente da Comissão, tendo em vista o adianta-
do da hora, suspendeu os trabalhos e convocou para o reinício da /
presente inquirição todos os presentes para o mesmo local as 14,00
(quatorze) horas de hoje. O depoente declara ainda que não foi coa-
gido nem intimidado durante os trabalhos de inquirição no recinto /
ou fora e em função deles. E nada mais disse e lhe foi perguntado
pelo que lavrei o presente termo, que depois de lido e achado con-
forme vai assinado pela Comissão, pelo depoente e por mim Max
Luiz Almeida Nobre — que o datilografei.

Adão Carneiro
Presidente

Uphur
Vogal

Udmar V. Pinho
Vogal

Adão Carneiro Nobre
Depoente

920
#10
298

TÉRMO DE INQUIRÇÃO: aos vinte e quatro(24) dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete(1967), na sala localizada no andar térreo do Edifício Sede do Departamento Nacional de Obras / Contra as Secas, em Brasília, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo, designada pela Portaria nº 154, de 24 de julho de 1967, do Senhor Ministro do Interior, compareceu o Sr. NILO OLIVEIRA VELLOSO, já qualificado, para pre, digo, prosseguir as declarações. Prosseguindo, declarou: que reconhece a sua assinatura aposta às duas notas de empenho com o mesmo numero (113) mas protesta e afirma sua inocência e reivindica a produção de provas nesse sentido; que, ainda / sobre a materia reivindica acareação com BENEDITO PIMENTEL e LOURIVAL MOTA CABRAL, os dois funcionários que subscrevem os referidos empenhos como chefe da S.A., a fim de que sejam defendidas as responsabilidades; que confirma a Inspeção aos Pôstos da IR 7a., acompanhado de WALTER PRADO; q1, digo, que repele as imputações de irregularidades que são atribuídas ao depoente nessa inspeção; que o episódio da GRANJA MARTA ROCHA deve ser arguido em benefício e não contra o depoente, visto como, o ato do depoente foi benéfico aos interesses / digo, interesses do SPI; que o proprietário da GRANJA MARTA ROCHA, / de origem alemã e de nome não recordado no momento; recusava-se a pagar o reajustamento cobrado pelo CEL MOACIR; que o depoente, diante da situação de fato, autorizou o recebimento do arrendamento ao preço antigo reservando ao SPI o direito de cobrar o reajustamento / posteriormente; que o depoente usava do direito que lhe assegurava o cargo de diretor Substituto àquela época; que o depoente viajou devidamente autorizado por ordem de serviço interno do Sr. Diretor do SPI; que o depoente, na inspeção referida, objetivava o exame da situação assistencial em relação ao índio; que assim procedia devido a qualidade de Chefe da SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ÍNDIO; que encontrou o índio completamente desassistido, salvo no Pôsto LIGEIRO onde as condições se apresentavam muito boas, chefiado por JOÃO VELOSO DE OLIVEIRA, que não é da família do depoente; que elege como a maior irregularidade do elenco de crimes praticados no SPI o mal baratamento da renda indígena; que não existe nem existia antes do incendio o que se pudesse chamar honestamente uma contabilização da renda indígena nem uma programação de sua aplicação; que, realmente trabalhavam sob a chefia do depoente alguns parentes seus entre os quais seu filho; que assim procedia por falta de funcionários e que nenhum deles foi colocado pelo depoente no SPI ou na Seção; que já os encontrou na Seção quando assumiu a chefia; que contesta o possível escandalo mediante o qual / a cp, digo, consorte do depoente queria agredi-lo, isto é, o havia agredido por ciúmes da servidora contratada CERIZE MACHADO; que declara o depoente que foi tratado como devia e merece, não tendo sido coagido

20910
march 1970

921
[Handwritten initials]

COAGIDO em suas declarações, pelo que, foi lavrado o presente termo, que após lido e achado conforme vai assinado pela depoente, pela Comissão e por mim [Handwritten signature] Secretário, que o datilografei.

[Handwritten signature]
Presidente

[Handwritten signature]
Vogal

[Handwritten signature]
Vogal

[Handwritten signature]
Depoente

922

TÉRMO DE INQUIRIÇÃO: aos vinte e dois(22) dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete(1967), na sala localizada no andar térreo do Edifício Sede do Departamento Nacional de // Obras Contra as Secas, em Brasília - DF, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Portaria nº 154, de 24 de julho de 1967, do Senhor Ministro do Interior, compareceu o Sr. // BOANERGES FAGUNDES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, esclarecido sobre os fatos que originaram o presente processo informou que é funcionário do SPI desde janeiro de mil novecentos e cinquenta e sete(1957);que durante esse lapso de tempo, por duas vezes substituiu o titular da Seção de Orientação e Assistência; que foi Secretário do Diretor MAJOR VINHAS NEVES;que desde da gestão do último Diretor, CEL HAMILTON DE OLIVEIRA CASTRO, exerce as funções de Assessor; que em mil novecentos e sessenta e dois(1962) o depoente tomou parte em uma Comissão, sobre a Presidência do sr WALTER SAMARI PRADO, com o objetivo de proceder a alienação de gado;que o gado a ser alienado/se encontrava parte em CAMPO GRANDE parte em CUIABÁ; que desconhece as razões porque a viagem foi feita via RIO; que essa venda foi realizada mediante concorrência pública; que o produto dessa venda foi transferido através de Agencia Local do BANCO DO BRASIL para a conta do PATRIMONIO INDIGENA, em Brasília; que na Agencia do BANCO DO BRASIL em Brasília, existe uma conta para crédito das rendas indigenas; que essa conta existe somente no BANCO DO BRASIL;que ao tempo da Administração do CEL GUEDES existia uma norma sobre recolhimento de rendas;que essas normas preconizavam a distribuição das rendas do Patrimônio Indígena em percentuais para o posto arrecadador, para a Inspeção da região e para a Diretoria do SPI;que conhece irregularidades na venda de gado; que irregularidades impedem o recolhimento de todas as rendas decorrente do Patrimônio Indígena; que as irregularidades se constem as vezes, digo, se constituem as vezes em peculato, outras vezes por necessidade, reconhecendo o depoente que mesmo assim se constitui em fatos delituosos, embora honesto;que / das administrações que conheceu as mais irregulares,digo, irregulares foram as do CEL MOACIR COELHO e MAJOR VINHAS; que na administração do CEL MOACIR COELHO ocorreram varias irregularidades; que sabe / por ouvir dizer que o CEL MOACIR COELHO utilizou rendas do patrimônio indígena para adquirir um automóvel marca Sinca e uma residência na ILHA DO GOVERNADOR; que o CEL MOACIR RIBEIRO teria recebido do Inspetor FERNANDO DA CRUZ um revolver de ouro,digo, ouro; que na Administração do MAJOR VINHAS o depoente sabe por ouvir dizer ter havido irregularidades cp,digo, com a venda de madeiras no Parana; que os títulos provenientes dessa venda foram empenhados em agiota;que ignora as irregularidades havidas com as terras localizadas na IR 7;////////////////////////////////////
////////////////////////////////////

923
[Handwritten initials]

LOCALIZADA NA I.R. 7; que havend, digo, a venda irregular de ma-
deira foi efetuada pelo Sr. FERNANDO CRUZ, digo, ALIZIO DE CARVALHO
com autpri, digo, autorização do MAJOR VINHAS; que a irregularidade
foi arguida pelo Grupo SLAVIERO; que o assunto chegou ao conhecimen-
to da Consultoria Geral da Republica, que se pronunciou pela anula-
ção da concorrência; que mesmo assim a firma IRMÃOS FERNANDES S.A.
continuara corte de madeira, recolhendo as prestações respectivas;
que o SPI não tem funcionário credenciado junto ao TRIBUNAL DE CON-
TAS DA UNIÃO; que o depoente apenas uma vez compareceu a esse TRIBU-
NAL; que qualquer funcionário pode ser destacado para tratar de //
assuntos junto ao referido TRIBUNAL; que o SPI comunicou ao TRIBUNAL
DE CONTAS DA UNIÃO haver citado o Sr. FRANCISCO MEIRELES sôbre a
glosa de dois suprimentos de hum milhão e quinhentos cruzeiros ve-
lhos (Cr\$1.500.000,00); que não conhece o fato de servidores do SPI
terem recebidos adiantamentos para em seguida suprir elementos es-
tranhos ao Quadro do Órgão; que ouviu falar que o Sr. IRIDIANO AMA-
RINHO DE OLIVEIRA havia adulterado datas de admissão de servidores
para fins de ampara-los por lei; que p, digo, ouviu falar que o Sr.
IRIDIANO respondeu um inquérito; que supõe que esse inquerito era
relacionado com irregularidades ocorridas em GUARITA; que assoalha-
se serem a IMPORTADORA MUNDIAL DE FERRAGENS e a CASA MATIAS, do RIO
DE JANEIRO, fornecedores de longa data do SPI; que assoalha-se tam-
bem que a IMPORTADORA era instrumento do qual certos funcionários
se serviam para praticas, digo, que ; que não faz nada no Serviço /
de Proteção aos Indios, atualmente; que o Diretor Substituto não tem
recorrido ao depoente para trabalhos; que anteriormente despachava
processo, para tanto tomava conhecimento de seu conteudo; pelo adian-
tado da hora, o Presidente resolveu encerrar os trabalhos. Antes
porém o depoente declarou como declarado estar que não sofreu qual-
quer coação por parte da Comissão. E nada mais disse nem lhe foi
perguntado pelo que eu João Luiz Almeida Ribeiro Secretário,
datilografei e assino o presente termo, também assinado pelos mem-
bros da Comissão e pelo depoente.

[Handwritten Signature]
Presidente

[Handwritten Signature]
Vogal

Umaro V. Rivas

924

924

J U N T A D A

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano mil novecentos e sessenta e sete, juntei, por ordem do sr. Presidente da Comissão, os seguintes documentos aos Autos deste Inquérito: depoimentos de José Fernando da Cruz e General Meacyr Ribeiro Coelho; uma via de um contrato de compra e venda de um automóvel Simca; fotocópia do Diário Oficial da União que publica a Portaria nº 222, do senhor Ministro do Interior, prorrogando o prazo do presente inquérito; depoimento de Josias Ferreira de Macedo; carta de João Bezerra Melo solicitando a juntada de um livro Caixa (particular); livro Caixa (particular) com seus respectivos comprovantes, os quais passaram a constituir as folhas de números 925 a 988, dos mesmos autos. Do que, para constar, lavrei, na qualidade de Secretário da Comissão de Inquérito, o presente termo.

Max Luiz Almeida Nobrega

925

[Handwritten signature]
BGA

TÉRMO DE INQUIRIÇÃO

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete, na ante sala do Gabinete do Excelentíssimo Senhor Ministro do Interior, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Portaria Ministerial número 154/67, compareceu o Senhor JOSÉ FERNANDO DA CRUZ, já qualificado nos autos do presente processo, após as inquirições feitas pela Comissão informou: que reafirma haver solicitado exoneração por três vezes ao Diretor VINHAS NEVES sem haver obtido concordância; que depois dos incidentes determinados pelos interesses contrariados o depoente foi afastado por determinação do então Ministro NEY BRAGA; que o Major Vinhas se louvou no último pedido do depoente, solicitação esta que fôra arquivada como as anteriores; que o depoente foi nomeado Chefe da IR-5 em princípios de mil novecentos e sessenta e dois; que essa nomeação se fez a título de promoção pelo trabalho de pacificação dos PACAAS NOVAS; que encontrou a Inspetoria na mais tenebrosa miséria; que a renda arrecadada era proveniente de arrendamento de terras e vendas de gado; que tais rendas não eram contabilizadas nem recolhidas à Inspetoria; que a medida inicial tomada pelo depoente após inspeção feita, foi o afastamento dos funcionários JOSÉ MONGENOT (pai), JOSÉ MONGENOT FILHO, DJALMA MONGENOT e os três irmãos FERREIRA; que ao assumir o cargo encontrou em cofre quantia que não recorda mas superior a meio milhão, digo, milhão; que na ocasião o Senhor José Mongenot (pai) informou ao depoente que a importância encontrada em cofre pertencia a ele Mongenot pai; que numa primeira investida o depoente arrecadou cerca de onze milhões de cruzeiros antigos; que até então aquela Inspetoria jamais havia recolhido um centavo de renda; que sabe por ouvir dizer que o Coronel MOACYR RIBEIRO COELHO utilizando recursos provenientes de renda de Campo Grande adquiriu um automóvel Sinca; que sabe que um Jeep do Serviço de Proteção aos Índios, por determinação do Coronel Moacyr Ribeiro Coelho, foi unti, digo, utilizado em Campanha Eleitoral no Estado de São Paulo, em favor do Senhor CELSO AMARAL e da Senhora TEREZA DELTA; que sabe da existência de admissões irregulares; que sobre o assunto sabe, por ouvir dizer sabe que o Senhor IRIDIANO adulterou datas de admissões para efeito de amparo legal de servidores; que tomou conhecimento através de Jornais da Imprensa que o Senhor BONNERGES FAGUNDES DE OLIVEIRA havia praticado crimes contra a honra e honestidades de índias; que, voltando ao caso da IR-5 em Campo Grande, o depoente confôrma haver encontrado irregularidades de toda a ordem; que essas irregularidades residiam nos contratos de arrendamento das terras dos KADIUES; que no elenco das irregularidades existia por exemplo, o contrato celebrado com uma menina de cinco anos de idade, digo, com um menino de cinco anos de idade, filho do Presidente da Associação de Criadores, Senhor LEÔNCIO; que é possível que já hajam retirado êsses e outros papéis irregulares porque não estavam registrados no cartório e podem ser substituídos; que o depoente elevou a percentagem contratual de 3% para 6%, o que ocasionou o início das desinteligências e a sua própria queda; que o depoente esperava receber em um primeiro arranjo em tôrno de quatro mil e oitocentos bezerros; que êsse cálculo era feito sobre 80 (oitenta mil cabeças) declaradas pelos fazendeiros ao CREA, do Banco do Brasil e à Associação dos Pecuaristas; que os bezerros a receber seriam metade do sexo masculino e metade do feminino, digo, feminino; que não conseguiu realizar o intento porque foi exonerado; que possui fotocópia da Ordem do Gabinete Civil determinando a exoneração do depoente e sua remoção para Manaus, prometendo entregar o documento à Comissão; que, a pedido do depoente o Presidente suspendeu os trabalhos determinando o seu reinício, digo, reinício para amanhã, dia 26, às 8, 30 horas. Declarou que prestou livremente e sem coação êsse depoimento que, depois de lido e achado conforme eu, João Luiz Almeida Sobrinho Secretário, datilografei e assino juntamente com os membros da Comissão e o depoente.

[Handwritten signature]
Presidente

[Handwritten signature]
Depoente

TÉRMO DE INQUIRÇÃO

926
AA
926

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de mil novecentos e sessenta e sete, na ante sala do Gabinete do Excelentíssimo Senhor Ministro do Interior, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Portaria Ministerial nº 154/67, de 24 de julho de 1967, compareceu o Senhor JOSÉ FERNANDO DA CRUZ, já qualificado anteriormente, prosseguiu suas declarações informando que nega a existência de associação criminosa do depoente com o Coronel RIBEIRO COELHO ou com o Major VINHAS NEVES; que acontece ser o depoente - um homem reconhecidamente esforçado sendo, talvez, por isso convidado a ocupar postos de importância na Administração; que explica-se o grande número de viagens a CAMPO GRANDE porque era a única Inspetoria que oferecia renda na - aquele tempo; que o Coronel MOACIR praticamente dirigia a Inspetoria, digo, Inspetoria, estando lá constantemente; que não sabe atribuir o motivo do inusitado trajeto das viagens do Coronel Moacir de Brasília a Campo Grande, via Rio e São Paulo mas adverte que a família do Coronel jamais se transferiu do Rio para Brasília; que a Comissão para a venda de gado composta de BOANERGES OLIVEIRA, WALTER PRADO e JOSÉ MONGENOT esteve naquela Inspetoria poucos dias antes de o depoente assumir a Chefia; que estranha haver sido fornecido passagem aérea a José Mongenot porquanto ele era Chefe da Inspetoria e estava lá na ocasião; que o gado vendido por esta Comissão era gado adulto; que o preço da venda foi péssimo; que o depoente, poucos dias depois, vendeu bezerros por preço maior do que o obtido pela Comissão na venda do gado adulto; que SEBASTIÃO LUCENA, FERNANDO CAMPELO DUARTE e JOÃO MELO participaram de Comissão de Inquérito em Campo Grande; que a Comissão adquiriu Jeep Willys de quatro portas sem observância de qualquer norma ou autorização; que receberam adiantamentos de quantias na Inspetoria e não prestaram contas; que sabe do fornecimento de passagens a elementos estranhos ao quadro, como por exemplo o caso de JURANDIR - MARCOS FONSECA, Representante do Território de Rondônia em Brasília, beneficiário de uma passagem Brasília Rio Brasília em novembro de mil novecentos e sessenta e dois (1962); que contesta haver se beneficiado qualquer quantia; que confessa haver comprado armas e munições na CASA NASSER e armado os índios; que determinou aos índios reagir contra a invasão das terras mas não determinou o assassinato de primitivos; que não tinha motivos para determinar o assassinato específico do primitivo, digo, do Primitivo porque não o conhecia; que Primitivo era assassino foragido e era sub-rendeiro do Senhor Manoel Aureliano da Costa, vulgo MANEQUINHO, sôgro do Deputado EDISON GARCIA DE BRITO; que é verdadeiro o caso das mortes no Tapajós mas explica que se tratava de um bando de criminosos, egressos, da Penitenciária de Cuiabá, foragidos e autores de inaráveis barbaridades na região parализando toda a exploração da borracha na região Tapajós; que o depoente foi absolvido em processo judicial, por unanimidade do Tribunal do Júri da Comarca de Itaituba, Estado do Paraná; que não tem responsabilidade penal na morte de HORÁCIO no Município de MACHACALIS em Minas Gerais; que admite haver emitido um cheque sem fundos porém esclarece com detalhes o episódio; que emitiu o cheque em virtude de haver recebido uma comunicação do Coronel MOACIR RIBEIRO COELHO, sobre a existência de fundo bancário; que o interessado ao apresentar o referido cheque no estabelecimento bancário constatou a existência de insuficiência de fundo; que posteriormente já na Administração do Senhor ALÍZIO DE CARVALHO o cheque foi pago, por ordem do Coronel Moacir; que sobre a propala da compra feita pelo depoente, como Chefe da Quinta IR de um caminhão pertencente ao Posto VANURE, digo, VANUIRE, Estado de São Paulo, esclarece que, por ordem da Direção do SPI supriu o aludido posto para que realizasse a compra de um veículo que iria servir na Inspetoria sob a Chefia do depoente; que não ocorreu compra de veículo pertencente ao SPI; que a documentação do veículo em causa foi feita da Firma fornecedora para a Quinta IR; que assim procedeu em virtude da diferença de preço conseguida em São Paulo; que o encarregado do Posto Vanuire -

Jley

Vanuire era o Senhor ITAMAR SIMÕES; que as publicações pagas na Imprensa de Campo Grande foram autorizadas pelo Senhor Diretor, que pessoalmente ocupou tempo de rádio em emissora daquela cidade, contestando a campanha do Deputado Edison Garcia de Brito e do seus aliados Mongenot e filhos; que a Jornada dos Caciques foi financiada parte pelo Senhor ASSIS CHATEAUBRIAND e parte pelos recursos da Diretoria em Brasília; que muitas vendas de gado em Campo Grande foram feitas após sua substituição pelo Senhor Alízio Carvalho; que chama a atenção, atenção para a extrema gravidade da confissão que faz Alízio Carvalho em Ofício ao Deputado CELSO AMARAL, relator da CPI; que o signatário confessa - que a CI, composta de FRANCISCO FURTADO SOARES DE MEIRELES, e NILO DE OLIVEIRA VELOSO, vendeu gado sem possuir qualidades para isso; que julga que o terceiro membro da essa CI era o Senhor LOURIVAL MOTA CABRAL - ou o próprio Alízio de Carvalho; que aproveita para entregar à Comissão cópia - dos expedientes telegráficos em que comprova não haver se recusado a depor no inquérito presidido pelo Engenheiro Agrônomo JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA; que o verdadeiro responsável pelo desvio do filme FUNERAL BORÓ é o funcionário NILO VELOSO DE OLIVEIRA; que Nilo Veloso entregou a uma Firma Paulista, salvo engano, Cinematográfica ROSAS, o referido filme; que contesta haver - feito gastos desnecessários na IR-7; que o Palacete alugado na Capital Paranaense era uma casa comum e não foi alugado pelo depoente ; que isso foi feito por - BENEDITO PIMENTEL, estando o depoente ausente ; que houve, realmente, des- conto de títulos com um capitalista de nome MANSUR por ordem radiográfica do Major NEVES; que não determinou a LUIZ CUNHA a fazer a venda antecipada da produção agrícola de GUARITA; após consultar a Comissão o Presidente suspen- deu os trabalhos e convocou o depoente para quinta feira, dia vinte e oito, O de- poente declarou não ter sido coagido ou intimidado . E nada mais disse nem lhe foi perguntado razão porque eu, João Luiz Almeida Veloso, Secre- tário, datilografei, indo assinado pela Comissão e pelo depoente.

Ademir Corrêa Presidente

Antônio de Souza Depoente

Ademir Vogal

Ademir Vogal

TÉRMO DE INQUIRIÇÃO

928
[Handwritten signature]

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de mil novecentos e sessenta e sete na ante sala do Gabinete do Excelentíssimo Senhor Ministro do Interior, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo, instituída pela Portaria Ministerial nº 154/67, de vinte e sete de julho de mil novecentos e sessenta e sete, compareceu o General de Divisão R/1 MOACYR RIBEIRO COELHO, que esclarecido pelo Presidente sobre os motivos de sua convocação informou: que reafirma todos os termos do depoimento prestado à Comissão de Inquérito e, bem assim, à Careação - com Frei ROBERTO GOMES DE ARRUDA, perante aquela mesma CPI; que repudia as imputações de irregularidades praticadas no SPI, irregularidades essas - que hoje lhes procuram atribuir; que não chegou a tomar providências quanto a um contrato de extração de madeiras denunciado pelo Deputado ANTONIO BREZO LIN porque o Deputado fez a denúncia em termos vagos e não forneceu outros elementos em que o depoente pudesse se estribar; que está certo de que o Parlamentar estava se referindo a fatos muito anteriores à sua Administração ou, então, a furtos de madeiras praticados por terceiros com a conivência possível do encarregado do Pôsto; que reconhece não haver procedido a investigação porém chama a atenção que o SPI lhe fugira das mãos devido ao tumulto provocado pela própria CPI; que não disponha nessa altura de meios humanos nem materiais, faltando até as passagens aéreas; que não podia contar com renda indígena porquanto timbrou em que a mesma fôsse aplicada na própria Inspeção arrecadadora, cobrando-lhe apenas a prestação de contas através do órgão próprio, a Seção de Orientação e Assistência - (SOA); que reconhece haver encontrado arrendamentos irregulares em GUARITA, na ocasião em que Inspeccionou o Pôsto, como de resto existiam e ainda existem arrendamentos e invasões em toda a parte; que chama à atenção para a situação "de fato" do problema em contra posição, digo, posição, digo, encontro, digo, em contraposição à situação "de direito"; que a situação "de fato" excediam à capacidade do depoente de regularizá-las devido à cobertura política que lhe em prestava com muita energia o então Deputado Federal CÉZAR PRIETO; que um dos arrendatários, por exemplo, proprietário da granja MARTA ROCHA era forte cabo eleitoral do Parlamentar referido; que, não podendo rescindir o contrato o depoente tratou de tirar melhor proveito para o Pôsto e aumentou os preços dos arrendamentos; que durante a Administração do depoente não foi permitida a realização de qualquer venda nem celebrado nenhum contrato de venda de pinheiro e nem de madeira de lei sendo mantidas rigorosamente todas as proibições de corte de madeira na IR-7, que provinham da Administração TE, digo, TARSO DE AQUINO; que ao aceitar a colaboração de CILDO MEIRELES, fê-lo por sugestão do Sr. MOTA CABRAL, Diretor substituto do SPI, que o apresentou como antigo funcionário sem explicar a condição de ex-servidor demitido; que só soube dessa situação muito tempo depois quando da realização da CPI; que jamais presenciou, digo, credenciou CILDO para representar a SPI no Congresso, digo, na reunião levada a efeito com a Associação dos Criadores de Mato Grosso, sediada em Campo Grande, para discutir o assunto do arrendamento das terras da reserva indígena; que Cildo apareceu por lá espontaneamente ou a convite de FERNANDO CRUZ; que o pagamento da gratificação a CILDO MEIRELES era feito através da verba da RENDA INDIGENA; que esses recursos provieram de uma venda de gado que o depoente / autorizou pela fonia a MOTA CABRAL realizar na 5a. IR através de concorrência pública e obedecendo as normas que disciplina a matéria; que MOTA CABRAL havia pedido autorização para vender algum gado a fim de atender as despesas de alimentação e de recambiamento de certo numero de indios aos seus aldeamentos; que MOTA CABRAL não fixou o numero de rezes, o mesmo acontecendo com o depoente; que o depoente foi surpreendido ao ter MOTA CABRAL alienado quinhentas (500, digo 500) rezes; que o depoente só teve conhecimento ao regressar do XINGU três (3) meses após, quando não havia mais remédio; que o dinheiro foi depositado em Banco e aplicado nas despesas do SPI através da SOA; que não ordenou - nem autorizou extorsões na aplicação das verbas de assistência ao índio e de de-

[Handwritten signature]

de desenvolvimento econômico, digo, que não ordenou nem autorizou distorções na aplicação das verbas de assistência ao índio e de desenvolvimento econômico nem teve ciência do fato; que o emprêgo dêsse recursos é supervisionado e fiscalizado pela SOA, digo, pela SA, cujo Chefe jamais comunicou o fato; que não admitiu qualquer pessoal temporário nem por sua ordem alguém trabalhou no SPI para posterior pagamento; que requisitou passagens ferroviárias para alunos do Seminário Evangélico de Jacutinga que ordena missionários para trabalhar com os índios e fazem estágio entre os silvícolas pretos, digo, prestando-lhes assistência médico-dentária -assistencial, vacinando, extraindo dentes, realizando pequenas alterações; que não foi advertido por qualquer funcionário nem pela SA da impossibilidade legal do ato; que o caso da venda de gado autorizada pela Ordem de Serviço interna nº 113, de 16/8/62, foi uma autentica cilada preparada contra o Dier, digo, o Diretor do SPI e na qual caiu o depoente; que FERNANDO CRUZ, então Chefe da IR-5, tendo vindo a Brasília propôs verbalmente ao depoente a venda de alguns touros "alçados" isto é, touros bravios que desencaminhavam o rebanho para fora das pastagens; que êsses touros tresmalhavam o gado domesticado retirando-o do âmbito da sede do Posto e levando para os grotões; que o depoente ao firmar a autorização insistiu ao fixar o número de rezes a vender porém Fernando Cruz redarguiu que somente poderia saber o número exato desses touros exatos após fazer um "rodeio" para capturá-los; que, então, convencido, de boa fé, determinou fôsse feito o processo e autorizou a alienação; que, assoberbado de serviços, esqueceu de procurar o resultado e só durante os trabalhos da CPI soube que Fernando vendeu número muito superior em função da sua autorização que no processo consta pareceres favoráveis da SA e da SOA; que não recorda do processo SPI 3.689/62 que forneceu dinheiro para Cildo Meireles viajar a Campo Grande para participar da reunião com a Associação Creadora; que o Chefe da SOA, Sr. LUIZ DE FRANÇA ARAÚJO necessariamente terá informado o processo; que a caminhonete Chevrolet "Pick-up", atualmente na Administração Central, deve ter sido adquirida pela Renda Indígena através da sua troca por bezerros havidos por pagamento de arrendamentos, segundo informou Fernando Cruz ao depoente na época; que não sofreu coação durante o presente depoimento nem lhe foi seciado o seu direito de livremente depor e de se defender o Presidente determinou a suspensão dos trabalhos e convocou a Comissão e o depoente para amanhã às 8, 30 hs e nada mais disse e nem lhe foi perguntado razão porque eu, João Luiz Almeida, Secretário lavrei o presente ato e achado conforme pela Comissão vai assinado por todos, digo, lavrei o presente ato que após lido e achado conforme vai assinado pela Comissão e pelo depoente.

Adolfo Almeida Presidente
João Luiz Almeida Depoente

Uolmar D. Amorim

930
RFB

TÉRMO DE INQUIRIÇÃO: aos vinte e sete (27) dias do mes de setembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete (1967), na ante sala do Gabinete do Excelentíssimo Senhor Ministro do Interior, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo, instituída pela Portaria Ministerial nº 154/67, compareceu o General de Divisão R/1 MOACYR RIBEIRO COELHO, já qualificado anteriormente, prossequindo o seu depoimento esclareceu que procedia o tráfego BRASÍLIA-CAMPO GRANDE, via RIO e SÃO PAULO não era o único cumprido pelo depoente; que o mesmo só foi percorrido algumas vezes e, justamente, porque o depoente tinha necessidade de inspecionar a Seção de Estudos ainda localizada no Rio e seis (6) Postos Indígenas situados no interior Paulista; que, realmente, sabia haver BENEDITO PIMENTEL sido afastado do Posto CAPITÃO IAKRI por irregularidades; que encontrou Benedito Pimentel movimentado para Brasília sem a interferência do depoente; que Benedito foi lotado na Seção Administrativa indo aos poucos se Aseme, digo, assenhoriando do serviço mercê da sua competência e capacidade de trabalho em contraposição com a displicência do Chefe da Seção; que o Chefe àquela época foi afastado por falta de interesse deixando de cumprir diligências do Tribunal de Contas; que o depoente designou MOTA CABRAL para substituí-lo deixando-se o novo Chefe suplantar por Benedito; que, após a saída de Mota Cabral da Chefia, nem assim nomeiou Pimentel na esperança de obter nome mais à altura para o cargo, isto é, de melhor fama e formado em Contabilidade; que as más opiniões a Pimentel começaram a surgir a partir do momento em que esse funcionário levou ao conhecimento do Diretor admissões ilegais ocorridas alguns anos antes por intermédio da Inspetoria de Goiás; que a Sindicância levada a efeito, e da qual foi encarregado o próprio Pimentel, evidenciou graves irregularidades o que levou o Diretor a solicitar ao Ministro da Agricultura a abertura do Inquérito; que tendo o Ministro oficiado ao Ministro da Guerra solicitando oficiais do Exército para realizarem o referido Inquérito; que quanto a designação de JURANDIR MARCOS DA FONSECA, em virtude do mesmo se encontrar em Brasília aguardando sua admissão como pessoal temporário, acrescido da circunstância de que nenhum servidor do SPI quizesse aceitar a incumbência, tendo Jurandir Marcos da Fonseca custeado essa viagem com seus próprios recursos; que o caso da não realização da expedição junto aos índios "canoeiros" só pode ser explicado por FRANCISCO MEIRELES, a quem foi entregue o adiantamento; que, porém, esclarece que não caberia uma pacificação porquanto os índios "canoeiros" já estavam pacificados; que o depoente nomeiou na Administração Central do SPI uma Comissão de Coleta de Preços para atender e providenciar as compras da Repartição, da qual participavam BENEDITO PIMENTEL, da SA, e, salvo o engano, GLAUCO CARVALHO, além de outro membro que não recorda; que foi procurado em Campo Grande pelo Chefe da IR-5, JOSÉ FERNANDO DA CRUZ e pelo encarregado do Posto VANOIRE, ITAMAR SIMÕES, que desejavam transacionar um caminhão do Posto para a Inspetoria; que o depoente não se opôs mais determinou o estudo da proposta pela SOA, à qual deveriam se dirigir por escrito; que o negócio se concluiu sem maior interferência do depoente; que somente soube que não havia consultado a SOA quando, tempos depois, digo, depois, Itamar o procurou em Brasília informando que Fernando pagara ao caminhão com o cheque sem fundos e pde, digo, pedindo providências contra isso; que jamais Fernando Cruz poderia acusar o depoente de comunicação indevida de haver depositado qualquer importância em Banco para crédito daquele porque o depoente jamais pactuaria em transação que considera absurda e da qual jamais cogitou; que a SOA surgiu a Itamar Simões desfizesse o negócio, recebendo o caminhão e devolvendo o cheque; que Itamar Simões voltou de Brasília com essa determinação; que o depoente somente soube que o negócio não se desfizera ao ler o Relatório da CPI, apresentado um (1) ano depois da conclusão daquela CPI; que a responsabilidade da venda do gado para pagamento do cheque está bem definida na carta de ALÍZIO CARVALHO ao Deputado Relator da CPI, à página nove (9) do Impresso da Resolução nº 142/65 segunda a qual o gado foi vendido pelo Presidente daquela CI

931
[Handwritten initials]

daquela CI sem qualquer interferência do depoente; que contesta que jamais possuiu nem possui atualmente qualquer apartamento no Rio ou fora, salvo a casa em que reside na Ilha do Governador; que a casa possuída foi adquirida, foi, digo, foi construída pelo depoente antes de sua assunção à Chefia do SPI e constou da sua declarações de bens no ato da posse da Diretoria do SPI, juntamente com outra casa que possuía em Pôrto Alegre, já vendida pelo depoente; que o Sinca Três (3) Andorinhas, C-3292, motor 3.359, modelo 1960 foi adquirido em prestações à Firma AUTONAC S/A de São Paulo (o depoente mostrou o contrato de compra e venda na qual se confirmam as declarações); que entrega à Comissão a referida cópia do contrato como elemento de defesa contra a calúnia assacrada; que SEBASTIÃO LUCENA e sua esposa, também funcionária da SPI são responsáveis por irregularidades em arrendamentos constatados, digo, constatados pessoalmente pelo depoente e confirmados por determinação posterior em processo dirigido por NILO VELOSO; que foi aplicado - em ambos os servidores faltosos trinta (30) dias de suspensão e remoção ex-offício como medida punitiva; que Lucena expulsou um pequeno Clã indígena a fim de separar mais uma área que alugou para pastagem; que no Pôsto Dr. CELISTRE DE CAMPO o depoente, em inspeção feita em 1962, constatou a existência de cento e quarenta e seis (146) arrendatários não registrados sem, digo, e sem conhecimento da Direção do SPI, que exploravam as terras do referido Pôsto; que da exploração dessas terras pagav, digo, os arrendatários pagavam taxas ao então encarregado do Pôsto M; que o referido encarregado não prestava conta desses recebimentos; que não recorda o nome desse encarregado, lembrando entretanto que esse encarregado possuía, em sítio próprio lindeiro ao Pôsto, uma criação de porcos; que os índios desse Pôsto não haviam plantado até então por não possuírem sementes; que o depoente constatou a existencia de grande quantidade de milho no paiól desse encarregado, obrigando-o distribuir entre os índios a totalidade desse cereal; que essa distribuição foi feita na presença do depoente; que nesse instante o depoente exonerou o então encarregado do Pôsto, designando posteriormente para Chefia do Pôsto um professor do SPI, lotado no aludido Pôsto e lá residente, que não exercia nenhuma função; que esse professor não exercia suas função em virtude do fato do encarregado haver contratado uma professora para esse fim; que essa professora era estranha ao SPI; que em seguida o depoente instaurou um Inquérito para apuração das responsabilidades; que o encarregado dessa investigação foi o servidor GABINO; que o Inquérito apontou as irregularidades apontadas pelo depoente, indicando ainda a existência de uma serraria que era desconhecida pela Diretoria do SPI, funci, digo, localizada nas terras do Pôsto; que ficou constatado que essa Serraria há tempos não funcionava face as rigorosas proibições existentes; que, sobre excesso de passagens aéreas, justifica por dois argumentos fundamentais: 1º - o necessário rodízio de pessoal, havendo casos de funcionários que chefiavam postos de dezoito (18) anos; 2º - os Inquéritos e Sindicâncias que instaurou; que esses dois fatos exigiu grande movimentação de pessoal; que não tem idéia de haver fornecido concientemente passagens aéreas a pessoas estranhas ao Quadro do SPI; que esclarece que grande parte do expediente não era assinado pelo depoente visto como as constantes - Inspeções faziam transferir o cargo ao Diretor Substituto inúmeras vezes; que nada mais disse nem lhe foi perguntado tendo prestado presente depoimento sem qualquer coação o qual lido e achado conforme vai assinado pelo depoente, pela Comissão, e por mim, [Handwritten signature] Secretário, que o datilografei.

[Handwritten signature] Presidente
[Handwritten signature] Vogal

[Handwritten signature] Vogal

[Handwritten signature] Depoente

Mesmo Ribeiro Coelho

932

1.º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Cartório "DR. ARRUDA"

RUA ROBERTO SIMONSEN, 106 [Antiga Rua do Carmo]

TELEFONE 33-1935 - SÃO PAULO

OFICIAL:

Dr. Mario da Cunha Rangel

SUBSTITUTO:

José Carlos Wagner

ESTE ofício instalado em 28 de Setembro de 1906, destina-se ao registro de todos os contratos ou instrumentos particulares a que se refere o art. 135 do Código Civil Brasileiro, notadamente dos seguintes: locações de imóveis e de móveis, vendas a prestações, procurações do País e do Exterior, cartas de fiança, compromissos, cauções, cessões, de crédito, letras, atas, penhores, traduções, diplomas, estatutos de clubes, sociedades civis, obrigações de dívida, recibos, cartas e, finalmente, de todo e qualquer papel que se queira validar contra terceiros, perpetuar e multiplicar mediante as certidões do cartório, AS QUAIS GOZAM DA MESMA FORÇA PROBANTE DOS ORIGINAIS.



O cartório fornece impressos ou minuta especial para qualquer contrato ou documento sujeito a registro e examina previamente os títulos apresentados pelas partes, completando-os nas suas eventuais lacunas ou deficiências.

FOTOCÓPIAS LEGAIS

Serviço ultra-moderno de fotocópias de notável nitidez e revelando as chances do registro do documento reproduzido, como o exige lei federal, para sua validade em juízo.

IMPORTANTE:

Póde V. S. ficar certo de que, si um dia precisar de uma certidão (cópia legal) do registro que acaba de fazer, tal cópia será a reprodução fiel do seu documento; pois que as transcrições feitas no cartório "DR. ARRUDA", são rigorosamente controladas com os respectivos originais.

*Deposito de Notarias dos Offícios
e Ministério da Procuradoria
Brasil*

NEWTON

V. S. já pensou no serviço que poderão prestar-lhe as notificações do cartório de Registro de Títulos "Dr. Arruda"?

Por meio dessas notificações, isto é de uma carta registrada nas suas notas e entregue pelo próprio cartório, mediante certidão, V. S. poderá interpelar qualquer devedor, inquilino ou fiador, arguir ou pôr em móra qualquer pessoa com quem tiver um negócio ou um contrato, estabelecer um prazo ou um limite do qual deva decorrer um efeito legal ou uma consequência jurídica, e, finalmente, usar de toda e qualquer providência acauteladora de seus direitos e interesses com a mesma segurança de um complicado e dispendioso requerimento judicial sem molestar o notificado, como nas intimações.

Os casos de notificação, como é fácil avaliar, variam ao infinito e ocorrem a cada passo.

Entretanto, sempre que V. S. tiver uma dúvida, vá ao cartório "DR. ARRUDA" e se informe previamente, ou, querendo, peça que lhe escrevam a carta de notificação, o que será feito imediatamente sem nenhuma despesa extraordinária.

As cartas devem ser escritas em três vias (de preferência a máquina, com cópia a carbono) que será restituída oportunamente a V. S., com o competente certificado de entrega do original.

1.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Oficial: DR. MARIO DA CUNHA RANGEL - Substituto: JOSÉ CARLOS WAGNER

SERVIÇO RÁPIDO E RIGOROSAMENTE CONTROLADO

RUA ROBERTO SIMONSEN, 106 — FONE 33-1935 — SÃO PAULO

ABERTO DAS 12 ÀS 18 HORAS

933 H 5298
6 12 5/4 1

VENDA
MÍNIO
4.º Ofício
Registro de Títulos
e Documentos
Rio
anônima com sede na cidade
RIBEIRO COELHO
OFICIAL

Os abaixo assinados, o

CARACTERÍSTICAS DO AUTOMÓVEL

[illegible]

6046	30.000,00	VENCTO.	18.08.62	:::	6046/12	30.000,00	VENC.	18.08.63
6046/01	30.000,00	"	18.09.62	:::	6046/13	30.000,00	"	18.09.63
6046/02	30.000,00	"	18.10.62	:::	6046/14	30.000,00	"	18.10.63
6046/03	30.000,00	"	18.11.62	:::	6046/15	30.000,00	"	18.11.63
6046/04	30.000,00	"	18.12.62	:::	6046/16	30.000,00	"	18.12.63
6046/05	100.000,00	"	18.01.63	:::	6046/17	100.000,00	"	18.01.64
6046/06	30.000,00	"	18.02.63	:::	6046/18	30.000,00	"	18.02.64
6046/07	30.000,00	"	18.03.63	:::	6046/19	30.000,00	"	18.03.64
6046/08	30.000,00	"	18.04.63	:::	6046/20	30.000,00	"	18.04.64
6046/09	30.000,00	"	18.05.63	:::	6046/21	30.000,00	"	18.05.64
6046/10	30.000,00	"	18.06.63	:::	6046/22	30.000,00	"	18.06.64
6046/11	100.000,00	"	18.07.63	:::	6046/23	100.000,00	"	18.07.64

3.ª) Em consequência do disposto na cláusula precedente, e caso falte ao pagamento de uma ou mais das referidas duplicatas, bem como na hipótese de infração pelo comprador, de qualquer das cláusulas deste contrato, ficará o infrator, desde logo, independentemente de qualquer aviso ou interposição judicial ou extra-judicial, constituído em mora e o vendedor investido da faculdade de optar entre a execução do contrato e cobrança dos títulos (art. 343 e § 5, do Código do Processo Civil Brasileiro) e a reintegração da posse do veículo (art. 344 e § 5, do Código do Processo Civil Brasileiro e art. 506 do Código Civil Brasileiro), considerando ambos os contratantes vencido o contrato desde a data do vencimento da primeira duplicata não resgatada.

5.ª Se por tal fórmula, o produto líquido da venda, em caso de leilão, ou o valor resultante da avaliação, no caso de reintegração de posse, não for suficiente para o pagamento integral do débito, atendido o que dispõe a cláusula anterior, o comprador continuará responsável pelo saldo devedor, que será cobrado em execução de sentença.

7.ª) Enquanto não pagar todas as duplicatas representativas do preço do veículo, não poderá o comprador, em hipótese alguma, sob a pena a que se refere a cláusula 3.ª:

se refere a cláusula 3.ª:

- a) — Alugá-lo, empenhá-lo por qualquer forma, ou ceder o seu uso a terceiro;
- b) — Fixar-se com o veículo fora deste município por mais de trinta dias;
- c) — Guardá-lo em local ou garage que não o previsto na apólice de seguro contra acidentes, incêndio ou furto;
- d) — Alterar o número original do motor ou substituir a chapa de licença, nem fazer modificação alguma no modelo do veículo.

8.ª) Obriga-se ainda o comprador, sob cominação da mesma pena a que se refere a cláusula 3.ª, enquanto não liquidar o seu débito integralmente:

- a) — A trazer o dito veículo em perfeito estado de conservação, fazendo executar os reparos e adquirindo os acessórios de que o mesmo porventura necessitar;
- b) — A protegê-lo contra quaisquer turbacões de terceiros, reservando a vendedora iguais direitos para si;
- c) — A sujeitá-lo à inspeção da vendedora, quando esta bem o entender;

- d) — A segurá-lo à sua custa, contra acidentes, incêndios e furtos, por quantia nunca inferior ao valor do contrato, em Companhia idônea, a critério da vendedora.
- 9.ª) Os documentos fornecidos às Repartições Públicas, afim de licenciar o veículo em nome do comprador, não prejudicam a reserva de domínio estipulada na cláusula 2.ª, nem autorizam qualquer negócio com o veículo, antes do pagamento da totalidade do preço, sob pena de aplicação do disposto na cláusula 3.ª.
- 10.ª) A vendedora declara não ser responsável de forma alguma pelos atos do comprador, ficando sob inteira responsabilidade deste quaisquer desastres ou acidentes que o veículo venha a sofrer, bem como responderá o comprador pelos prejuízos que forem causados a terceiros.
- 11.ª) O comprador declara haver recebido o objeto deste contrato em perfeito estado de conservação e funcionamento.
- 12.ª) O comprador obriga-se a avisar à vendedora, por escrito, sempre e imediatamente que transferir a sua residência.
- 13.ª) No caso de falência ou concordata do comprador e, bem assim, no caso de infração, por parte deste, de uma ou mais cláusulas deste instrumento:
- tornar-se-á vencido o contrato, independentemente de qualquer interpelação, judicial ou extra-judicial;
 - ficará a vendedora ou legítimo portador das duplicatas referidas na cláusula 1.ª deste instrumento, desde logo, com o direito de reaver incontinenti, o veículo e seus pertences, acessórios e ferramentas;
 - responderá o comprador, ainda, pelas despesas que forem feitas pela vendedora ou pelo legítimo portador das duplicatas referidas na cláusula 1.ª deste instrumento, no interesse da defesa dos direitos decorrentes deste contrato;
 - reserva-se, em todo caso, a vendedora na hipótese de qualquer infração deste contrato, por parte do comprador, a faculdade de optar, em qualquer tempo, pela execução e cumprimento da compra e venda pactuada, caso em que poderá exigir do comprador o saldo em débito, acrescido das comissões bancárias e dos juros, à razão de 12% ao ano.
- 14.ª) Sobrevida a morte do comprador, responderá seu espólio, herdeiros, ou sucessores, pelo integral cumprimento do contrato, sob as mesmas cominações contratuais, como subrogado nos direitos e obrigações do "de cujus".
- 15.ª) Responderá o comprador pelo integral cumprimento deste contrato, em qualquer das suas estipulações ou cláusulas, e, nomeadamente, pela guarda, conservação e restituição do objeto vendido, ainda mesmo que se verifiquem as escusas de "caso fortuito" e "força maior", expressamente eliminadas pelas partes contratantes.
- 16.ª) Em qualquer hipótese, seja ela qual for, de não pagamento, nos vencimentos contratuais, das prestações ajustadas, os juros das quantias respectivas desde logo começarão a correr, na base de 12% ao ano, exigíveis até o resgate do título.
- 17.ª) Em caso de acidente, incêndio, ou furto, durante a vigência deste contrato, a importância do seguro do objeto deste contrato será recebida pela vendedora ou pelo legítimo portador das duplicatas, referidas na cláusula 1.ª deste instrumento. A importância do seguro será imputada no pagamento do débito em aberto, sendo entregue ao comprador apenas o saldo porventura existente. Não cobrindo o seguro a importância do débito, continuará o comprador responsável pelo saldo devedor apurado.
- 18.ª) Todas as despesas deste correrão por conta do comprador, sendo certo que qualquer diferença entre a importância cobrada pelo financiamento, constante deste instrumento, e as despesas efetivas, será restituída por ocasião da liquidação final do contrato.
- 19.ª) Todos os impostos, contribuições fiscais, multas, etc., que pesem sobre o veículo, objeto deste contrato, já existentes ou que venham a ser exigidos, correrão por conta do comprador.
- 20.ª) A vendedora poderá ceder, vender, transferir ou caucionar os direitos e garantias decorrentes deste contrato, ficando os cessionários, em tais casos, subrogados em todos os direitos, interesses, prerrogativas e garantias decorrentes do contrato cedido, vendido ou caucionado, o mesmo podendo fazer quanto às duplicatas, conjunta ou separadamente com o contrato.
- 21.ª) As partes contratantes elegem, para domicílio comum, o de São Paulo, Capital, com expressa renúncia de qualquer outro, para por ele se reger a competência do foro.
- 22.ª) Submetem as partes, expressamente, às leis do país a elas aplicáveis, todas as estipulações do presente contrato, tendo sido observada na sua celebração, os dispositivos do Decreto-Lei 869, de 18 de Novembro de 1938.
- E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, assinam o presente as partes e duas testemunhas, em _____ via _____ com selo federal de Crs. _____

LUGAR E DATA
POR EXTENSO

São Paulo, 30 de agosto de 1962.

Assinatura
da Vendedora

DATAS
ABREVIADAS

TESTEMUNHAS

Estampilhas

AUTONAC S. A.

DISTRIBUIDORA DE AUTOMÓVEIS NACIONAIS

DIRETOR

Assinatura do Comprador

MORACYR ROBEIRO COELHO

Carimado paguim do livro
x Autucação

TERCEIRO DA FAZENDA
REGISTRO FEDERAL EM: SÃO PAULO
DE REGISTRAÇÃO (S. A. R.)

Cota documento no valor de Cr\$ 1.150.000,00
Pagou do selo, pela ver. n.º _____, Cr\$ 18.400,00

despacho
4000

R.F.S.P., 30 / 8 / 1962

TESOUREIRO AUXILIAR

TAXADOR

1.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Cartório Dr. Arruda - R. Roberto Simonsen,
Apresentado hoje para registro e apontamento sob o
de ordem 670199 do Protocolo A n.º 31
S. Paulo, 31 de agosto de 1962
Registrado sob o n.º 5038 de ordem do
em, 31 de agosto de 1962
Dr. O. A. CONTE RANGEL - Oficial
C. WANGEL - Escr. Autorizado
1.º 2.º 3.º 4.º 5.º 6.º 7.º 8.º 9.º 10.º
1.º 2.º 3.º 4.º 5.º 6.º 7.º 8.º 9.º 10.º
1.º 2.º 3.º 4.º 5.º 6.º 7.º 8.º 9.º 10.º

FAVOR LER INSTRUÇÕES NO VERSO

934

3

B9A

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4.º OFÍCIO
Dr. Luiz Carlos de Oliveira
RUA DO ARAÚJO, 220 - 2.º andar
TEL. 62.13.51 - 62.48.36

ATENÇÃO

As duplicatas correspondentes a este CONTRATO, encontram-se devidamente quitadas.



São Paulo, 30 de março de 1964
AUTONAC S. A.
DISTRIBUIDORA DE AUTOMÓVEIS NACIONAIS
Paulo Eduardo
DIRETOR



TABELIÃO FIRMO
RUA QUITANDA, 96 - 1.º AND.
Reconheço a firma Autonac S. A.

S. Paulo, 30 de março de 1964
Em test.º Paulo Eduardo da verdade

JOSÉ NORBERTO ELLERY RAMOS
ESCRIVÃO AUTORIZADO

FIRMA NO
TABELIÃO CAVALCANTI
R. Afandega, III - B - Rio

Reconheço a Firma Luiz Cavalcanti Filho

1.º Ofício
Luiz Cavalcanti Filho
Tabelião
RUA DO ARAÚJO, 220 - 2.º andar
TEL. 62.13.51 - 62.48.36

Rio de Janeiro, 17 de 12 de 64
Em test.º Luiz Cavalcanti Filho da verdade

LUIS CARLOS DE OLIVEIRA



4.º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS
E DOCUMENTOS
APRESENTADO hoje para registro e apontado
sob o n.º de ordem 185209 ao PRO-
TOCOLO do livro A n.º 8
REGISTRADO sob o n.º de ordem 3451
do L.º 5.2 do REGISTRO Removido
O QUE CERTIFICO
Rio de Janeiro, 30 de março de 1965
Luiz Carlos de Oliveira - Oficial
Aureliano Augusto Figueira - Substituto

FAVOR LER INSTRUÇÕES NO VERSO

- 1) — A transferência, sendo executada na mesma ocasião que o contrato, bastará um reconhecimento de firmas, sendo, entretanto, necessário que o respectivo carimbo do tabelião seja lançado em seguida ao termo de transferência.
- 2) — Coincidindo o domicílio do vendedor com o do comprador, bastará um só registro, o qual, porém, deverá ABRANGER A TRANSFERÊNCIA.
- 3) — Residindo o comprador em localidade diferente da do vendedor, o registro será feito em ambas as localidades, sendo indiferente a ordem, isto é, o contrato poderá ser registrado primeiramente no domicílio do comprador ou do vendedor. Contudo, é indispensável que o registro na localidade do vendedor inclua a transferência.

IMPORTANTE

Permitimo-nos relembrar os seguintes dispositivos decorrentes da Lei do Sêlo, — Decreto n.º 45.421 — cuja observância evitará inconvenientes e despesas desnecessárias:

- 1.º — As estampilhas deverão ser coladas seguidamente e sem se sobreporem. (Art. 17).
- 2.º — Inutiliza-se a estampilha com a menção do lugar, da data (o mês por extenso) e com a assinatura, a começar antes do sêlo e terminar depois dêle, podendo a assinatura, se necessário, ser repetida. (Art. 19).
- 3.º — Rasuras e emendas não são permitidas. (Art. 62).
- 4.º — As estampilhas deverão ser inutilizadas de próprio punho e não por meio de carimbo, salvo se o impôsto do sêlo não ultrapassar Cr\$ 100,00. (Art. 23).
- 5.º — Verificada qualquer irregularidade ou insuficiência de sêlos aplicados, a correção necessitará do visto da coletoria federal.

936
BPA

TÉRMO DE INQUIRIÇÃO : aos vinte e oito(28) dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete(1967), na ante sala do Excelentíssimo Senhor Ministro do Interior, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Portaria nº 154, de 24 de julho de 1967, compareceu o Sr. JOSE FERNANDO DA CRUZ, já qualificado anteriormente, prosseguindo suas declarações informou que o recibo de cinco milhões e meio milhões de cruzeiros velhos (Cr5. 5000. 000, 00) assinado por JOSE BATISTA FILHO se destinou, digo, destinou a pagamento de materiais remetidos à IR 7a. de débitos diversos além de um milhão e quinhentos mil cruzeiros velhos em dinheiro entregue ao Sr. JOSÉ BATISTA FERREIRA FILHO; que o gado vendido pelo depoente na IR 1a. foi autorizado pelo Sr. Diretor; que, aliás, todas as inúmeras vendas de gado realizadas pelo depoente tiveram a chancela do Diretor do SPI, salvo o caso ocorrido em MAXACALI quando o depoente vendeu cerca de 15(quinze) vezes por absoluto estado de necessidade; que o CEL MOACIR RIBEIRO COELHO admitiu dezenas de servidores contratados, através de determinações suas aos inspetores regionais; que é inverdade a afirmação de cilada do depoente contra o CEL MOACIR quanto a venda de gado, pois o CEL assinou ordem de serviço autorizando ao depoente a vender qualquer número de rezes, quando bem o desejasse; que o depoente usou inúmeras vezes dessa autorização; que o CEL MOACIR sabia perfeitamente do fato, porque recebia o valor dessas vendas; que o CEL MOACIR não pode dizer que somente soube do fato quando da CPI; que igualmente o CEL MOACIR tinha perfeito conhecimento da compra do caminhão do Pôsto VANUIRE; que o depoente, durante a Administração do CEL MOACIR recebeu verba ORÇAMENTÁRIA, suprida por JOSIAS FERREIRA DE MACEDO, sendo portanto inverídica a afirmação do CEL MOACIR; quando assegurou desconhecer o fato ocorrido no Pôsto de VANUIRE com relação a aquisição de veículo; que, com relação a gestão do depoente na 5a. IR fala muito bem o Boletim nº 57/62, das páginas de números 43 a 54; que, realmente, no Relatório da CPI o depoente foi indiciado como perjúrio mas explica que não deseja d~~ec~~er à vida particular do CEL MOACIR RIBEIRO COELHO para fazer sua própria defesa, preferindo assumir a responsabilidade de certas imputações; que a imputação de abuso de autoridade esclarece o depoente que não a praticou; que apenas usou da autoridade que o cargo lhe conferia; que o que pode aparecer como abuso de autoridade foi o uso legal da autoridade de que foi investido em confronto com a total falta de autoridade existente no CPI; que quanto a imputação de haver praticado homicídio, agiu em defesa própria e em defesa dos índios, na ci, digo, condição de tutor dos selvícolas; que sobre os componentes da COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO que indiciou o depoente, acha necessário esclarecer os seguintes fatos: DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente da aludida Comissão, parente de um eis funcionário do CPI, digo, exfuncionário do SPI que foi condenado pelo Conselho de Segurança Nacional, demetido do SPI por crime contra a administração Pública; que o nome desse funcionário, salvo engano, é DURVAL MAGALHÃES; que o, digo, DEPUTADO CELSO AMARAL é pessoa ligada a DEPUTADA TEREZA DELTA, do Estado de São Paulo, que fez campanha política em veículo pertencente ao SPI; DEPUTADO RACHID MAMED êste presidia a Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso quando da farsa intentada com a publicação de um(1) número do diário oficial que reloteava a reserva dos índios KADIUEUS e mais o DEPUTADO EDSON GARCIA DE BRITO que acorbertado, digo, acobertado por um mandato parlamentar promoveu a CPI no SPI a fim de garantir a sua atividade advocatícia na defesa dos interesses de seu SOGRO MANUEL AURELIANO DA COSTA, invasor da reserva dos índios KADIUEUS; o mesmo DEPUTADO EDSON GARCIA fez parte da mencionada CPI como poderá facilmente esta COMISSÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO compulsar suas interferências nos de, digo, diversos depoimentos prestados pelo depoente na defesa das, digo, das terras dos mencionados índios. Nada mais disse nem lhe foi perguntado tendo prestado o presente depoimento sem qualquer coação, o qual após lido e achado conforme vai assinado

Jury

MINISTÉRIO DO INTERIOR

vai assinado pela Comissão, pelo depoente e por mim Nobrega, Secretário que o datilografei.

937

Laider Corrêa
Presidente

W. P. F. F.
Vogal

Yohmar V. R. R.
Vogal

Estevão do Carmo
Depoente

MINISTÉRIO DO INTERIOR

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 18 DE SETEMBRO DE 1967

O Ministro de Estado do Interior, tendo em vista as razões apresentadas pelo Presidente da Comissão de Inquérito designada pela Portaria número 154, de 24 de julho de 1967, deste Ministério, pelas quais justificou plenamente os motivos do retardamento de seus trabalhos, bem como a necessidade de empreender nova diligência, resolve:

Nº 222 — Ex vi do parágrafo único do art. 220 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, prorrogar os respectivos trabalhos por 20 (vinte) dias.

O Ministro de Estado, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 4.344, de 21 de junho de 1964, e o art. 218 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, resolve:

Nº 223 — De acordo com o art. 219 e § 1º da citada Lei, Seratun Firuz Ferraiz Ferraiz, Procurador de 3ª categoria, Adalio Romão de Oliveira, Oficial de Administração AF-201.12.A, e Félix Galvão Batista, Assistente de Administração AF-602.14.A, todos do Quadro de Pessoal do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas deste Ministério, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Inquérito para apurar as irregularidades que tenham sido praticadas na Delegacia do Serviço Nacional dos Municípios, em Recife, pelo então Delegado — Celso Rodrigues da Silva, contratados no desvio de mobiliário, devendo a comissão iniciar seus trabalhos dentro de cinco (5) dias, a partir da publicação desta Portaria.

O Ministro de Estado, em conformidade com o disposto no Regulamento aprovado pelo Decreto nº 60.091, de 13 de janeiro de 1967, e tendo em vista o que consta do Processo MI nº 3.023-67, resolve:

Nº 224 — Homologar a Portaria nº 340-68, de 15 de setembro de 1964, baixada pelo Diretor da Estrada de Ferro Tocantins, na qual determina a aplicação do regime de tempo integral e dedicação exclusiva aos servidores selecionados na mesma.

Portaria nº 220, de 15-9-67, do Diretor da Estrada de Ferro Tocantins

Determinando a aplicação do regime de tempo integral e dedicação exclusiva, previsto nos artigos 11 e 12 da Lei nº 1.346, de 28 de junho de 1964, e no art. 7º da Lei nº 4.363, de 29 de novembro de 1964, e na conformidade do disposto no Regulamento objeto do Decreto nº 51.347, de 3 de fevereiro de 1966, aos funcionários abaixo relacionados:

NOME — CARGO OU FUNÇÃO	Gratificação mensal	
	%	Valor NCRS
Pedro Paulo Antonio Mello — Diretor, símbolo 3-C	95	372,49
Rubem Nasserio da Cruz Nunes — Chefe da Inspetoria Administrativa, símbolo 2-F	55	105,60
Vicente da Silva Martins — Chefe da Inspetoria Financeira, símbolo 2-F	30	257,60
Nayib Alexandre Franco — Assessor do Diretor, símbolo 3-F	55	123,75
Jose Sebastião Fernandes Rios — Assessor do Diretor, símbolo 3-F	55	123,75
Emílio Alexandre Franco — Chefe da Secretaria, símbolo 3-F	55	90,75
Nilo Ferraz — Chefe do Escritório da Representação em Belém, símbolo 3-F	55	90,75
Francisco Nazare Sales Figueiras — Chefe do Serviço de Enfermagem, símbolo 3-F	55	63,80
Hugo Dias Franco — Chefe da Seção de Relações Públicas, símbolo 6-F	55	90,75
Augusto Montenegro de Almeida — Chefe do Serviço de Assistência aos Ferrovianos, símbolo 7-F	50	52,50
Oneida Barrojo Zamora — Chefe do Serviço Escolar, símbolo 7-F	50	76,50
Jose Alberto Mendes — Chefe do Serviço de Rádio, símbolo 8-F	50	98,90
Raimundo Dias Nascimento — Chefe do Setor de Pessoal, em Belém, símbolo 10-F	50	79,09
João Batista Barroso — Chefe da Seção do Pessoal, símbolo 5-F	55	57,75
Francisco Pinto Lobo — Chefe da Seção do Expediente, Estatística e Patrimônio, símbolo 7-F	50	82,50
Tertuliano Wanzeler dos Santos — Chefe do Setor de Contabilidade em Tucuruí, símbolo 10-F	50	52,50
Reginaldo Gillet Gonçalves — Chefe da Seção de Contabilidade, símbolo 5-F	55	97,90
Raimundo Nonato Ferreira de Brito — Chefe da Seção de Contas, símbolo 5-F	55	57,75
Ruy Barreto da Silva — Chefe da Seção de Tesouraria, símbolo 4-F	55	133,10
Onezimo Barros — Chefe do Serviço de Locomoção e Transporte, símbolo 1-F	55	77,00
Ruy Araújo Batista — Chefe da Seção Técnica, símbolo 7-F	50	58,00
Basílio Rodolfo Vieira — Chefe da Seção de Material, símbolo 7-F	50	82,50
Bianor Dantas de Souza — Chefe do Expediente da Operação, símbolo 10-F	50	62,50

NOME — CARGO OU FUNÇÃO

Gratificação mensal

% Valor NCRS

Vicente Cardoso da Silva — Chefe da Seção da Via Permanente, símbolo 10-F	50	82,50
Antonio Pereira do Barro — Chefe da Seção de Serenidade e Carpinaria, símbolo 10-F	50	62,50
Oswaldo Barros — Chefe da Seção de Obras e Manutenção, símbolo 7-F	50	62,50
Hilário Souza — Chefe da Seção do Tráfego e Movimento, símbolo 1-F	50	62,50

II — Os valores mensais relacionados na presente Portaria, referentes ao resultado do produto dos percentuais com os vencimentos-base, serão aplicados até 30 de setembro de 1967. A partir do dia imediato, 1º de outubro de 1967, nos mesmos percentuais serão aplicáveis a tabela correspondente a última etapa do aumento de vencimentos, previsto na Lei nº 4.363, de 29 de novembro de 1964.

O Ministro de Estado do Interior, pelo 177, § 1º da Constituição da República, em vista da determinação constante no art. 23, parágrafo único, do Estatuto da Polícia, código CL 701-12, Decreto nº 60.091, de 13 de janeiro de 1967, resolve:

Nº 225 — Excluir do relacionamento constante na Portaria nº 340-68, do Diretor da Estrada de Ferro Tocantins, o seguinte funcionário: Cícero Borges, Chefe do Serviço de Locomoção e Transporte, símbolo 3-F. O mesmo deverá cessar nesta data a aplicação do regime de tempo integral e dedicação exclusiva para o referido funcionário, e a efetivação prevista na alínea b do art. 25 do Regulamento do Decreto nº 60.091-67.

O Ministro de Estado do Interior, usando das atribuições que lhe conferem o art. 24 do Decreto nº 60.091, de 13 de janeiro de 1967, e tendo em vista despacho do Senhor Presidente da República, exarado na Exposição de Motivos nº 62, de 24 de maio de 1967, do Diretor Geral do Departamento Administrativo do Pessoal Civil, resolve:

Nº 226 — Determinar a aplicação do regime de tempo integral e dedicação exclusiva previsto nos arts. 11 e 12 da Lei nº 4.345, de 24 de junho de 1964, e no art. 7º da Lei nº 4.363, de 29 de novembro de 1964, e na conformidade do disposto no Regulamento constante do Decreto nº 50.291, de 18 de janeiro de 1967, ao seguinte funcionário da Estrada de Ferro Tocantins: Antonio Gomes da Silva — Chefe do Serviço de Locomoção e Transporte, símbolo 3-F — Percentagem: 55% — Gratificação mensal: NCRS 77,00.

O Ministro de Estado, usando da competência delegada pelo Decreto nº 60.740, de 23 de maio de 1967, e tendo em vista o que consta do Processo MI nº 6.321, de 1967, resolve:

Nº 227 — Declarar aposentado, no Quadro de Pessoal da extinta Comissão do Vale do São Francisco, de acordo com o art. 160, item II da Constituição do Brasil, combinado com os arts. 176, item I, e 187, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, Felsberto Alves de Souza, no cargo de Vigia GL-203.8-A, a partir de 27 de março de 1963.

O Ministro de Estado, usando da competência delegada pelo Decreto nº 60.740, de 23 de maio de 1967, e tendo em vista o que consta do Processo MI nº 6.945-67, resolve:

Nº 228 — Aposentar no Quadro de Pessoal da extinta Comissão do Vale do São Francisco, de acordo com o art. 176, item II, combinado com o art. 184, item II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, "ex vi" do ar-

O Ministro de Estado, usando da competência delegada pelo Decreto nº 60.740, de 23 de maio de 1967, e tendo em vista o que consta do Processo MI nº 7.440, de 1967, resolve:

Nº 229 — Declarar aposentado, no Quadro de Pessoal da extinta Comissão do Vale do São Francisco, de acordo com o art. 160, item II da Constituição do Brasil, combinado com os arts. 176, item I, e 187, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, Decênio de Almeida Pacheco, no cargo de Guarda GL-203.3-A, a partir de 3 de julho de 1967. — Afonso Albuquerque Lima.

DESPACHOS

Proc. nº 4.105-67 — A Procuradoria-Geral do Distrito Federal, pelo 10, do Senhor Ministro renovar a determinação para permanência a disposição daquele órgão do Oficial de Administração AF-201.12-A Paulo Gomes de Souza, do Quadro de Pessoal da Fundação Brasil Central, Despacho do Senhor Ministro: "De acordo com o art. 1º letra c do Decreto nº 60.740, de 23 de maio de 1967, prorrogar pelo prazo de um ano, sem prejuízo dos vencimentos e demais vantagens do cargo na Fundação Brasil Central, M. I. — em 19 de setembro de 1967."

Proc. nº 1.126-67 — A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste solicita ao Senhor Ministro a determinação para afastamento do cargo de Engenheiro TC-602 Aydl Gusmão Carneiro da Silva lotado no Departamento de Recursos Naturais da Superintendência para usufruir de bolsa de estudos da United States Agency for International Development, pelo prazo de cinco (5) meses para estágio de hidrologia, no México. Despacho do Senhor Ministro: "De acordo com a alínea b do art. 1º do Decreto nº 60.740, de 23 de maio de 1967, autorizo o afastamento, sob ônus para os cofres públicos. M. I. — em 19 de setembro de 1967."

Proc. nº 6.140-67 — A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste solicita ao Senhor Ministro autorizar o afastamento do país, do Economista TC-501 José Miala Guimarães, servidor da Companhia Nordeste de Serviços Gerais, atualmente prestando serviços àquela Superintendência para tomar parte no curso sobre "Informações sobre Mercado e Comunicações de Notícias no Mercado", a realizar-se nos Estados Unidos da América, pelo período de dois (2) meses. Despacho do Senhor Mi-

Atesto que a presente é
fotocópia do original que
me foi exibido.

Marci Durand
chefe Sec. de Ass. e
Rel. Ex. 10

[Signature]

MINISTÉRIO DO INTERIOR

de mil novecentos e sessenta e sete (1967), na ante sala do Excelentíssimo Ministro do Interior, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Portaria Ministerial nº 154/67, compareceu o Sr. JOSÉ DE MACEDO, brasileiro, casado, esclarecido sobre os motivos que originaram o presente processo, informou que ingressou no SPI em 1955, em condição de contratado; que nessa ocasião era funcionário do Ministério da Guerra; que no SPI pela renda indígena fato que não caracterizava, digo, que recebia pela renda indígena fato que não caracterizava acumulação de cargo; que em 1956 exonerou-se de seu cargo no Ministério da Guerra; que logo após a exoneração pelo fato de ter sido indicado para ser nomeado como Inspetor de Índio; que desde sua admissão até esta data apenas mudou a antiga Seção de Estudos, por nove(9) meses e o Posto CAPITÃO VASCONCELOS da 1ª Inspetoria; que durante sua permanência no SPI serviu às seguintes Administrações: LOURIVAL MOTA CABRAL, JOSINO DE ASSIS, CEL LUIZ GUEDES, CEL TASSO DE AQUINO, CEL MOACIR RIBEIRO COELHO, MAJOR LUIZ VINHAS NEVES e CEL HAMILTON; que desde 1962 está lotado no Museu do Índio; que no Museu do Índio, as funções do depoente é que valiam as de encarregado de bureau de imprensa; que ao tempo que esteve na Sede do SPI sua função era de organizar e publicar o Boletim de Serviço; que o Boletim publicava entre outras materias ordens de serviço, portarias e noticiários; que prestou depoimento perante a Comissão Parlamentar de Inquérito; que ratifica as suas declarações perante a CPI; que em 1962, fez um suprimento ao Sr. FERNANDO DA CRUZ; que a importância do suprimento era aproximadamente 3(bêta) ou (quatro) milhões de cruzeiros antigos; que os recursos era da verba ORÇAMENTO TIPIA; que fez o suprimento com autorização do CEL MOACIR RIBEIRO COELHO; que parte desse suprimento era destinada ao pagamento de um caminhão adquirido em TUPÁ, Estado de São Paulo, pois o CEL MOACIR havia se comprometido em pagar esse caminhão; que o cheque sem fundos que teria sido emitido pelo Sr. FERNANDO DA CRUZ, decorreu do fato de ter o CEL MOACIR autorizado a compra de um caminhão; que o Sr. FERNANDO DA CRUZ emitia um cheque pro-cá e posteriormente o CEL MOACIR diminuía o suprimento do Sr. FERNANDO deixando-o em situação difícil, com o cheque desautorizado; que sobre a adulteração de datas de admissão de servidores, soube dizer que não, que essa irregularidade teria sido praticada pelo Sr. IRIDIANO AMARAL DE OLIVEIRA; que encontrava-se no Rio quando tomou conhecimento, pois por nome do Sr. IRIDIANO o funcionário EDUARDES FAGUNDES havia praticado irregularidade de índias, na ILHA DO BANANAL; que soube que o CEL MOACIR DE OLIVEIRA CASTRO tinha pago um telefone, digo, a transferir o nome do telefone para seu nome e aluguel do apartamento do Diretor do SPI com verbas da renda indígena; que não está quitas com o TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO; que em 1962 foi suprido por D. MARIA DE LOUNDES MATA, com a importância de Cr\$ 300.000,00; que esse suprimento era verba orçamentária; que até esta data, não prestou conta; que desse suprimento, pagou por ordem do CEL MOACIR aos servidores JOSÉ RIBAMAR (Cr\$ 55.000,00), GENALDO LIMA (Cr\$ 100.000,00) e EUNIO CARIRI (Cr\$ 4.000,00); que ainda desse suprimento entregou ao Sr. JOÃO MELLO a importância de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros velhos); no mesmo suprimento fez entrega ao CEL MOACIR a importância de Cr\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros velhos) que seria empregada no pagamento de uma passagem de um missionário americano que iria participar de expedição a Roraima; que adquiriu medicamento no valor de Cr\$ 500.000,00 e entregou ao Sr. IRIDIANO em junho de 1967, que encontra-se em poder do depoente e valor de Cr\$ 500.000,00; que posteriormente foi suprido com a importância de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros velhos); que essa importância foi recolhida e entregue ao Sr. JOÃO MELLO; que esse suprimento pagou despesas no valor de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros velhos) do Sr. JOSÉ RAMO MOTA CABRAL.

com traque

940
AA BJB

TÉRMO DE INQUIRÇÃO: aos vinte e oito(28) dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete(1967), na ante sala do Excelentíssimo Senhor Ministro do Interior, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo/ designada pela Portaria Ministerial nº 154/67, compareceu o Sr. JOSIAS FERREIRA DE MACEDO, brasileiro, casado, esclarecido sobre os motivos que originaram o presente processo, informou que ingressou no SPI em 1955, na condição de contratado; que nessa ocasião era funcionário do Ministério da Guerra; que no SPI pela renda indígena fato que não caracterizava, digo, que no SPI recebia pela renda indígena fato que não caracterizava acumulação de cargo; que em 1956 exonerou-se de seu cargo no Ministério da Guerra; que solicitou exoneração pelo fato de ter sido indicado para ser nomeado como Inspetor de Índio; que desde sua admissão até esta data apenas chefio a antiga Seção de Estudos, por nove(9) meses e o Pôsto CAPITÃO VASCONCELOS da 8a. IR Inspectoria; que durante sua permanência no SPI serviu às seguintes Administrações: LOURIVAL MOTA CABRAL, JOSINO DE ASSIS, CEL LUIZ GUEDES, CEL TASSO DE AQUINO, CEL MOACIR RIBEIRO COELHO, MAJOR LUIZ VINHAS NEVES e CEL HAMILTON; que desde 1962 está lotado no Museu do Índio; que no Museu do Índio, as funções do depoente é que valiam as de encarregado de bureau de imprensa; que ao tempo que esteve na Sede do SPI sua função era de organizar e publicar o Boletim de Serviço; que o Boletim publicava entre outras matérias ordens de serviço, portarias e noticiários; que prestou depoimento perante a Comissão Parlamentar de Inquérito; que ratifica as suas declarações perante a CPI; que em 1962, fez um suprimimento ao Sr. FERNANDO DA CRUZ; que a importância do suprimimento era aproximadamente 3(três) ou 4(quatro) milhões de cruzeiros antigos; que os recursos era da verba ORÇAMENTÁRIA; que fez o suprimimento com autorização do CEL MOACIR RIBEIRO COELHO; que parte desse suprimimento era destinada ao pagamento de um caminhão/ adquirido em TUPÃ, Estado de São Paulo, pois o CEL MOACIR havia se comprometido em pagar esse caminhão; que o cheque sem fundos que teria sido emitido pelo Sr. FERNANDO DA CRUZ, decorreu do fato de ter o CEL MOACIR ter autorizado a compra de um caminhão; que o Sr. FERNANDO DA CRUZ emitiu um cheque pré-datado; que posteriormente o CEL MOACIR diminuiu o suprimimento do Sr. FERNANDO, deixando-o em situação difícil, com o cheque descoberto; que sobre a adulteração de datas de admissão de servidores, soube haver existido; que essa irregularidade teria sido praticada pelo Sr. IRIDIANO AMARINHO DE OLIVEIRA; que encontrava-se no Rio quando tomou conhecimento pelos jornais do atentado que o funcionário BOANERGES FAGUNDES havia praticado contra a honra e honestidade de índias, na ILHA DO BANANAL; que soube que o CEL HAMILTON DE OLIVEIRA CASTRO tinha pago um telefone, digo, a transferência de um telefone para seu nome e aluguel do apartamento do Diretor do SPI com verbas da renda indígena; que não está quites com o TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO; que em 1962 foi suprido por Da. MARIA DE LOURDES MAIA, com a importância de Cr\$1.200.000,00; que esse suprimimento era verba orçamentária; que dele, até esta data, não prestou conta; que desse suprimimento, pagou por ordem do CEL MOACIR aos servidores JOSÉ RIBAMAR(Cr\$ 55.000,00), GERALDO LIMA(Cr\$48.000,00) e EUNICE CARIRI(Cr\$4.000,00); que ainda desse suprimimento entregou ao Sr. JOÃO MELLO a importância de Cr\$100.000,00(cem mil cruzeiros velhos); do mesmo suprimimento fez entrega ao CEL MOACIR a importância de (... Cr\$ 60.000,00) sessenta mil cruzeiros velhos que seria empregada no pagamento de uma passagem de um missionário americano que iria participar da expedição a RORAIMA; que adquiriu medicamento no valor de Cr\$500.000,00 e encaminhou a 5a. IR em junho de 1965; que encontra-se em poder do depoente o saldo de ... Cr\$433.000,00; que posteriormente foi suprido com a importância de Cr\$200.000,00 (duzentos mil cruzeiros antigos); que essa importância foi recolhida na mesma época; que o depoente desse suprimimento pagou despesas no valor de Cr\$20.000,00 decorrentes da estada e passagem do Sr. JOSÉ RAMOS MOTA CABRAL

////////////////////

997
AD 1298

DO Sr. JOSÉ RAMOS MOTA CABRAL; que para recolher esse suprimento o //
depoente teve que completar com recursos próprios a importância dispendida //
por JOSE RAMOS MOTA CABRAL; que sobre o assunto o depoente faz um apelo //
a Comissão para que solicite ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Interior de //
terminação no sentido de que todos o s suprimentos sejam feito ao Diretor do //
SPI; que os outros suprimentos o depoente já prestou conta ; que em 1962, o de //
poente supervisionava os Pôstos localizados no litoral do Estado de São Paulo; //
que nessa época recebeu um suprimento de Cr\$1.000.000,00; que esse recurso //
era proveniente da renda indígena; que esse dinheiro o depoente aplicou em //
construção de casas, instalação d'água e objetos de utilidade para o índio; que //
esses, digo, esses pôstos que o depoente fiscalizava nunca renderam nada; que //
lá existia apenas terras; que foi advertido pela Comissão sobre as imputações //
feitas a sua pessoa pela Resolução nº 142/65, da Câmara dos Deputados acu - //
sando-o: de lesão do patrimônio Nacional, infringência do artigo 47 do Decreto //
lei 2.206/40, infração dos artigos 878 e 888 letra E do Código de Contabilidade //
Pública e dissipação do Patrimônio Indígena; que da renda do patrimônio indige //
na o depoente só recebeu um milhão de cruzeiros velhos, já tendo sido quita- //
do; que atribui as acusações serem provenientes dos seguintes fatos: de não //
querer fazer acusações levianas ao CEL MOACIR RIBEIRO COELHO por oca- //
sião da CPI; que o depoente esteve em São Paulo na Residência da DEPUTADA //
TEREZA DELTA ocasião em que foi saber o resultado da CPI onde foi lhe //
oferecido a retirada de seu nome das conclusões desde que essas acusações //
fossem feitas perante o relator da CPI, DEPUTADO CELSO AMARAL; que //
o depoente goza de má reputação no serviço pelo simples fato de ter defendido //
o Patrimônio Indígena e a moral do índio quando assumiu a chefia do Pôsto In- //
dígena CAPITÃO VASCONCELOS; que o antecessor do depoente no referido Pôsto //
foi o Sr. ORLANDO VILASBOAS ; que ao passar a carga do Pôsto o Sr. VILAS- //
BOAS informou que um motor de luz pertencente ao Pôsto encontrava-se em con- //
serto, na cidade de São Paulo, na firma DINASBRÁS, o que foi constatado pelo //
depoente; posteriormente com autorização do CEL LUIZ GUEDES o depoente //
foi a São Paulo receber esse motor e foi informado que o referido motor havia //
sido levado pelo Sr. VILASBOAS para a residência dele VILASBOAS; que esse //
fato originou inquérito; que esse inquérito até essa data não apresentou nenhuma //
solução; que o motor não regressou ao SPI; que o depoente ao assumir o Pôsto //
CAPITÃO VASCONCELOS recebeu diversas queixas e denúncias sobre a conduta //
do Sr. VILASBOAS, com relação ao comportamento do Sr. VILASBOAS com as //
mulheres índias; que diante disso o depoente encaminhou comunicação ao Dire- //
tor do SPI o que originou uma Comissão de Inquérito; que a Comissão de Inqué- //
rito comprovou as denúncias feitas , embora o Sr. VILASBOAS até esta data não //
tenha recebido nenhuma punição; entende o depoente que por esses fatos passou //
a ser "persona não grata" no SPI ; que ao tomar posse na Seção de Estudos do //
SPI, sessão , digo, Seção que controlava os Pôstos da região do litoral Paulista, //
constatou que o seu antecessor nessa Seção, Sr. NILO VELOSO havia comprado //
material de construção no Paraná para emprega-lo na construção da Sede de Pô- //
stos em São Paulo; que ainda ao assumir a Seção de Estudos mandou proceder um //
levantamento das peças existentes no MUSEU DO INDIO, tendo sido constatada //
a ausência de peças no valor de Cr\$280.000,00(duzentos e oitenta mil cruzeiros //
antigos); que a responsabilidade desse fato é do Sr. NILO VELOSO; que esse fato //
foi comunicado ao então Diretor CEL MOACIR, tendo aquela autoridade mandado //
arquivar o assunto; que finaliza suas declarações afirmando que do que se julga //
culpado fará recolhimento na próxima segunda-feira. Nada mais disse nem lhe //
foi perguntado tendo prestado o presente depoimento livre de qualquer coação o //
qual após lido e achado conforme vai assinado pela Comissão, pelo depoente e //
por mim *Mag. Louis Almeida Ribeiro* Secretário que o datilografei.

Presidente

Vogal

Depoente

TÉRMO DE INQUIRICAÇÃO : aos vinte e nove (29) dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete (1967), na ante sala do Excelentíssimo Senhor Ministro do Interior, aí reunida a Comissão de Inquérito instituída pela Portaria nº 154/67, do Excelentíssimo Senhor Ministro do Interior e prorrogada pela Portaria Ministerial nº 222/67, compareceu o Sr. JOÃO BEZERRA DE MELO, brasileiro, casado, funcionário público federal, esclarecido sobre os motivos que originaram o presente inquérito informou que foi admitido no SPI em outubro de 1944; que durante 13 (treze) anos serviu na la. Inspetoria Regional; que posteriormente veio servir no Museu do Índio, na Guanabara; que ao tempo em que serviu na la. IR foram Inspetores chefes os Srs. ALBERTO PIZARRO JACOBINA, JOVINIANO CALDAS DE MAGALHÃES, MANOEL DA ROCHA e ALÍPIO EDMUNDO LAGE; que ao tempo em que serviu na la. IR as rendas eram decorrentes de vendas de produtos regionais como sejam Balata, sorva, Castanha do Pará e principalmente Pau Rosa; que em alguns casos a renda era recolhida ao Banco do Brasil; que esse recolhimento ao Banco do Brasil foi autorizado na época do Diretor MALCHER; que havia rendas, também proveniente de venda de gado; que antes da determinação do Diretor MALCHER as rendas eram aplicadas na própria Inspetoria; que em 1945, por desmandos administrativos o Sr. ALBERTO PIZARRO JACOBINA foi demitido do SPI; que pelo menos no processo, digo, que pelo mesmo processo foi demitido o servidor -- INSPETOR DURVAL DE MAGALHÃES; que esse processo administrativo apurou a venda irregular de gados e outros pertences do patrimônio Indígena; que em 1962 recebeu do Sr. JOSIAS FERREIRA DE MACEDO a importância de Cr\$. 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros velhos); que recebeu a aludida importância na presença do CEL MOACIR RIBEIRO COELHO, então diretor do SPI; que aplicou esse numerário no Museu do Índio; que ainda não prestou conta dessa importância por não saber a que verba pertence essa importância; que não passou recibo dessa importância; que até esta data o depoente não foi procurado pelo Sr. JOSIAS FERREIRA DE MACEDO para entrega da documentação da aplicação do numerário entregue; que tem um livro caixa que demonstra essas despesas; que em 1966 o depoente recebeu a importância de Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros velhos); que já prestou conta da aplicação desse numerário; que essa comprovação foi encaminhada a direção do SPI em Brasília; que está quites com o TESOURO NACIONAL; que sobre a compra de um telefone feita pelo CEL HAMILTON CASTRO o depoente não sabe informar se essa compra foi feita com renda do Patrimônio Indígena; que sob, digo, soube, em conversa com o próprio CEL HAMILTON CASTRO, que este havia adquirido um telefone por NCR\$ 300,00 (trezentos cruzeiros novos); que sobre vendas de peças do Museu do Índio p d, digo, o depoente informa que havia uma Seção de Venda mas não sabe informar se houve venda de peças do Museu; que a Seção de Venda vendia peças não pertencente ao Museu; que, na Direção do SPI, o setor encarregado da movimentação das rendas do Patrimônio Indígena é chefiado pelo Contador LUIZ FRANÇA PEREIRA DE ARAÚJO. Nada mais disse nem lhe foi perguntado tendo prestado o presente depoimento sem qualquer coação o qual após lido e achado conforme vai assinado pelo depoente, pela Comissão e por mim João Luiz França Pereira Secretário, que o datilografei.

João Luiz França Pereira
Presidente

Udymar R. Rino
Vogal

João Bezerra de Melo
Vogal

João Bezerra de Melo
Depoente

943
Rio, 29 de setembro de 1967.-

Ilmo. Sr.

Dr. Jader Figueiredo Correia

DD. Presidente da Comissão de Inquérito no SPI

Nesta

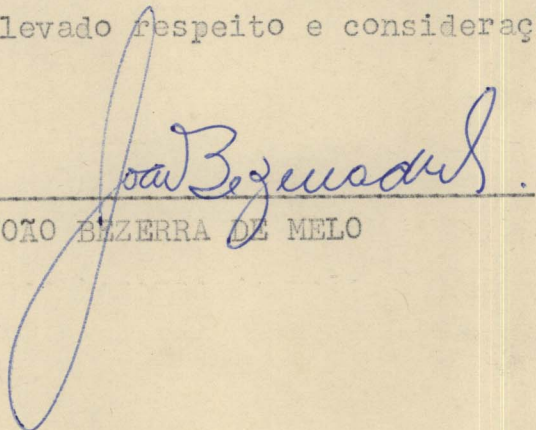
anexo-se ao
processo
Jader

Senhor Presidente:

Solicito a V.Sa., o obséquio de juntar ao meu depoimento, o livro "Caixa" não oficial e a documentação comprobatória dos gastos por mim feito da importância que me foi fornecida pelo ex-chefe da Seção de Estudos (Museu do Índio) em 1963, Sr. Josias Ferreira de Macedo.

Cumpre-me esclarecer a V.Sa. que sempre coloquei toda esta documentação a disposição do aludido ex-chefe, não se interessando o mesmo por tais elementos, razão pela qual guardei até a presente data, para quando necessária fosse.

Agradecendo a sua boa acolhida para o assunto, apresento-lhe meus protestos de elevado respeito e consideração.-


JOÃO BEZERRA DE MELO

ANEXOS: 1 livro "Caixa" - não oficial.
documentação comprobatória de importância
recebida.

SP1

VALLLELE

CAIXA

1963

Mês de

Junho de 1963

944

Flavio

Diário

"baixa" de

Setor

Estados

Museu do Rio

010000

5

19

21

22

41.41.00

100.00

500.00

5000.00

100.00

41.41.00

5.32.00

010000

Mês de Fevereiro de 1963

945

Marcos

5 Pago ao Porto e garagem
Luanã de Leta, por ordem
do sr. Cel. Moacyr Balle,
diretor da SPI por gasolina
lubrificante, conforme fatura
s/n

41 618 00

5 Pago por gasolina ao Porto
de Audreai, conf. nota

1 000 00

19 Pago paraguas vidro
guaranis

5000

21 Pago pela compra de
material de embalagem
para medicamentos

5 000 00

22 Pago ao Porto e garagem
Verdun Leta por gaso-
lina, conf. nota
Saldo para Marcos

1 000 00

48 668 00

31 332 00

80 000 00

Mês de Março de 1963

946

Haver

1	Pago passagens para um casal de índios guaranis do CNPI ao albergue	200,00
4	Pago passagens de Trem Rio-Manguatiba e Mau- gatiba-Parati para os índios João Barroto e Lourdes Vitória	1.200,00
	Pago passagens índios guaranis do albergue ao Museu do Índio	200,00
	Pago almoço de índio sultana, sua filha e João Barroto e esposa (índio)	800,00
8	Pago por ordem do Sr. Diretor, custeio de predi- cação aos postos indi- genas de S. Paulo ao Secador Ernani Luz.	15.000,00
12	Pago a Provetoni Rádio tolda por recolamento de transformador de insti- ção de rádio ao SPI.	2.000,00
	Pago ao P.O.S. e garçom luanda por gasolina.	1.000,00
	Pago passagens para atender índios José Angélio e Tiacaju	291,00
14	Pago a Casa Pinta da Rocha por prego, conf. mto	600,00
		<u>21.291,00</u>

continua

Mês de abril de 1963.

948

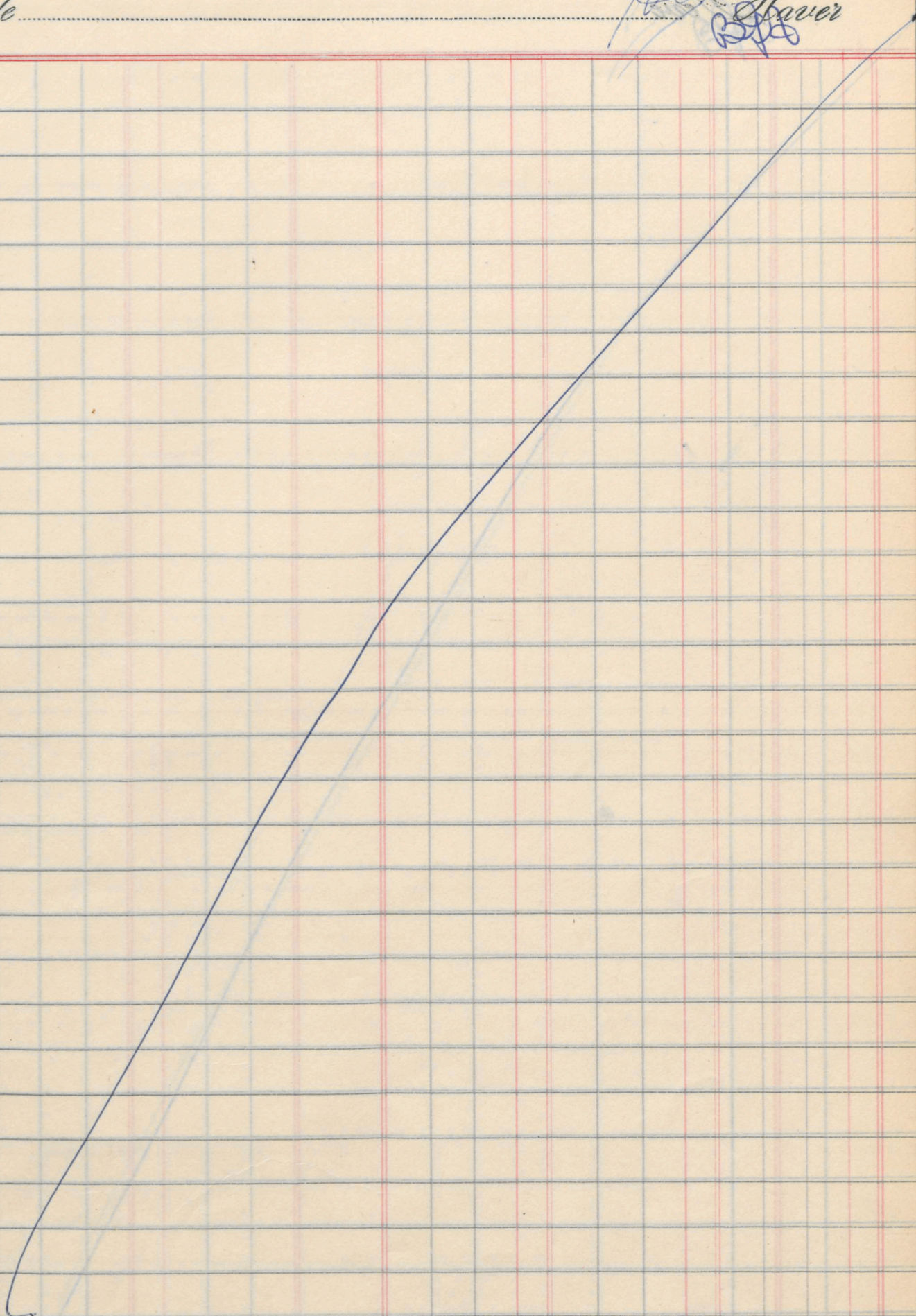
Flaver

- | | | |
|----|--|--------|
| 2 | Pago custeio de viagem do índio Juri Angelino. | 50000 |
| | Pago custeio de viagem ao Porto Vauzei para o índio Guiceta Acajiam. | 50000 |
| 3 | Pago a Casa Puito da Rocha por furo. | 60000 |
| 8 | Pago a Ind. Comercio animal de Guiceta Rio por reparação de uma fuzil e uma carabina pertencentes ao Museu do Índio. | 396000 |
| 10 | Pago a Casa Puito da Rocha por furo. | 7750 |
| 15 | Pago a Leopoldo Vocal por uma residência para a estada do índio. | 20000 |
| 17 | Pago a Ind. e Comercio Casa Bravard por uma placa diatema para o caso do SPI | 100000 |

Mes de

949.

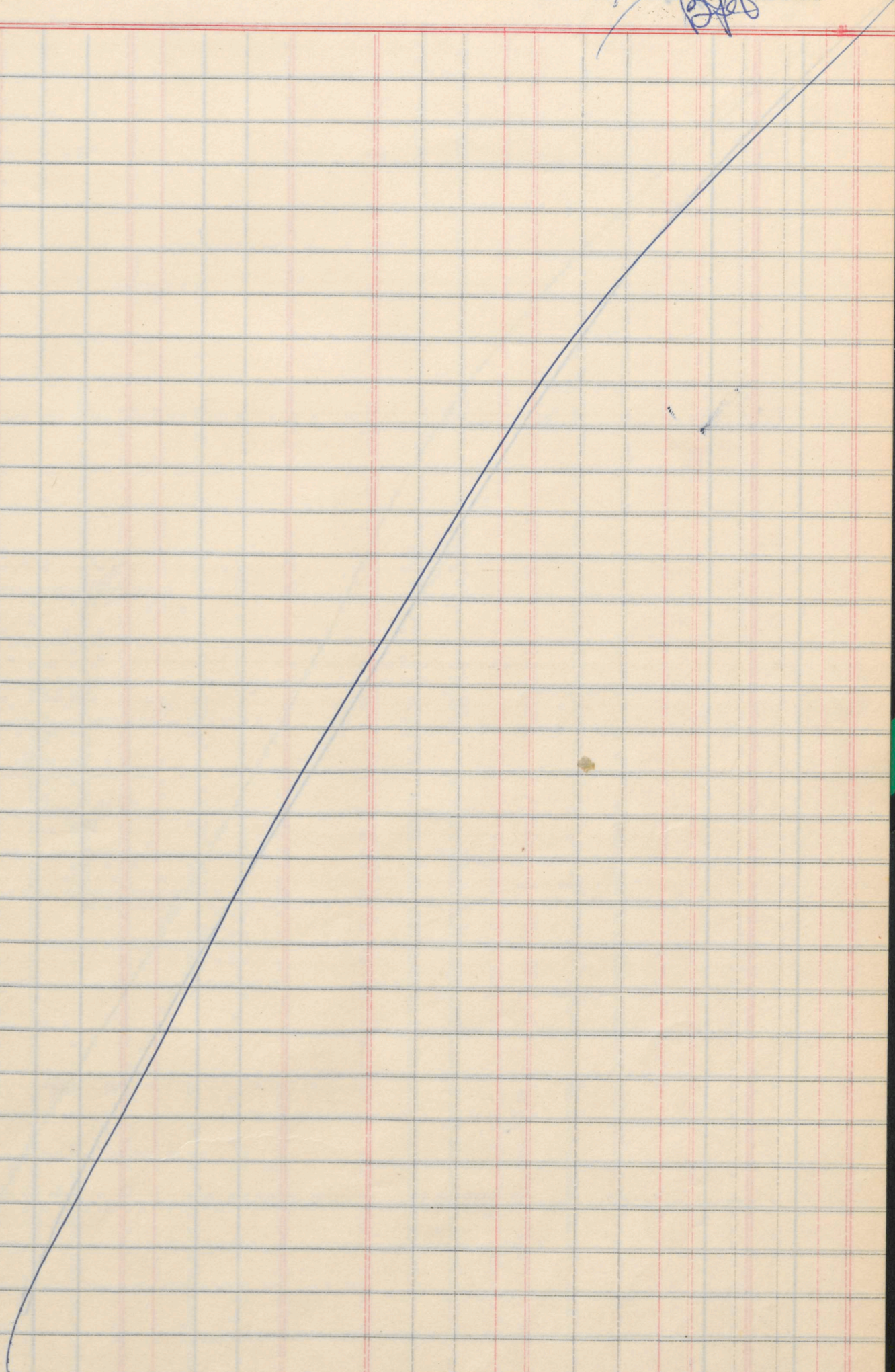
Handwritten signature
Haver



Mes de

950

~~W~~ Haver



Mes de

951

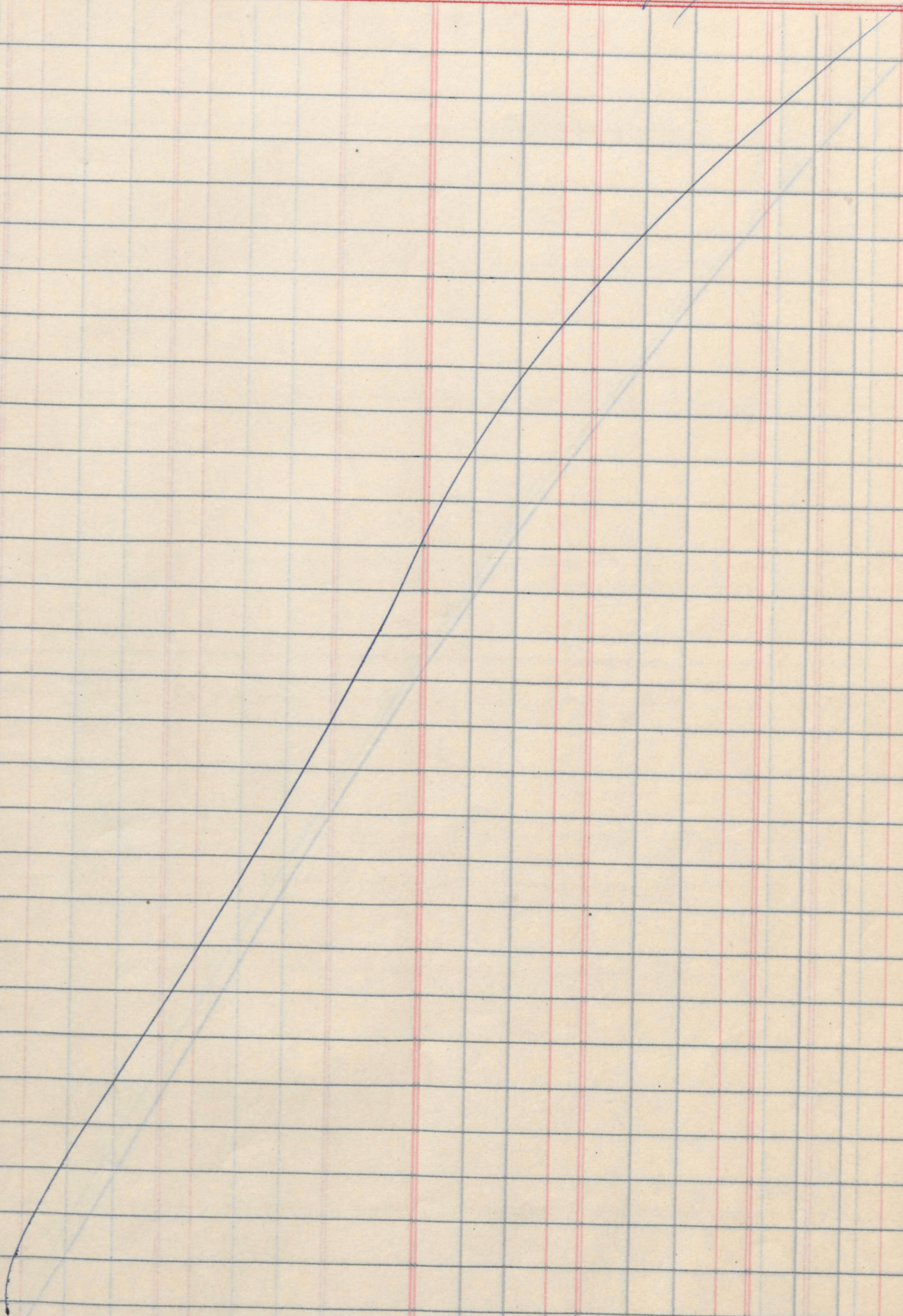
Haver

Mes de

9.12

8910

Haver



Mes de

953

394

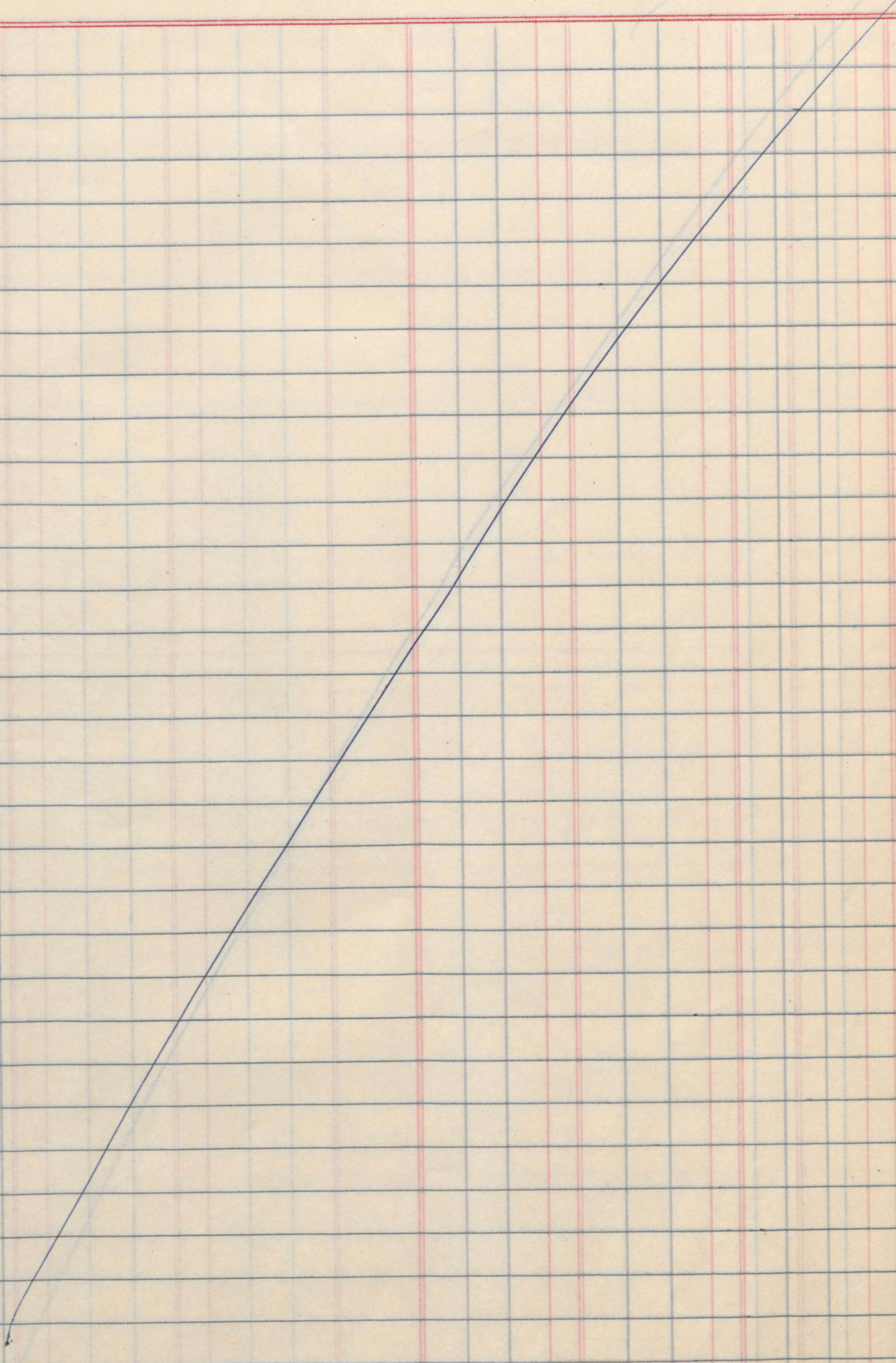
Haver

13
Mes de

9.54 29/6
Haver

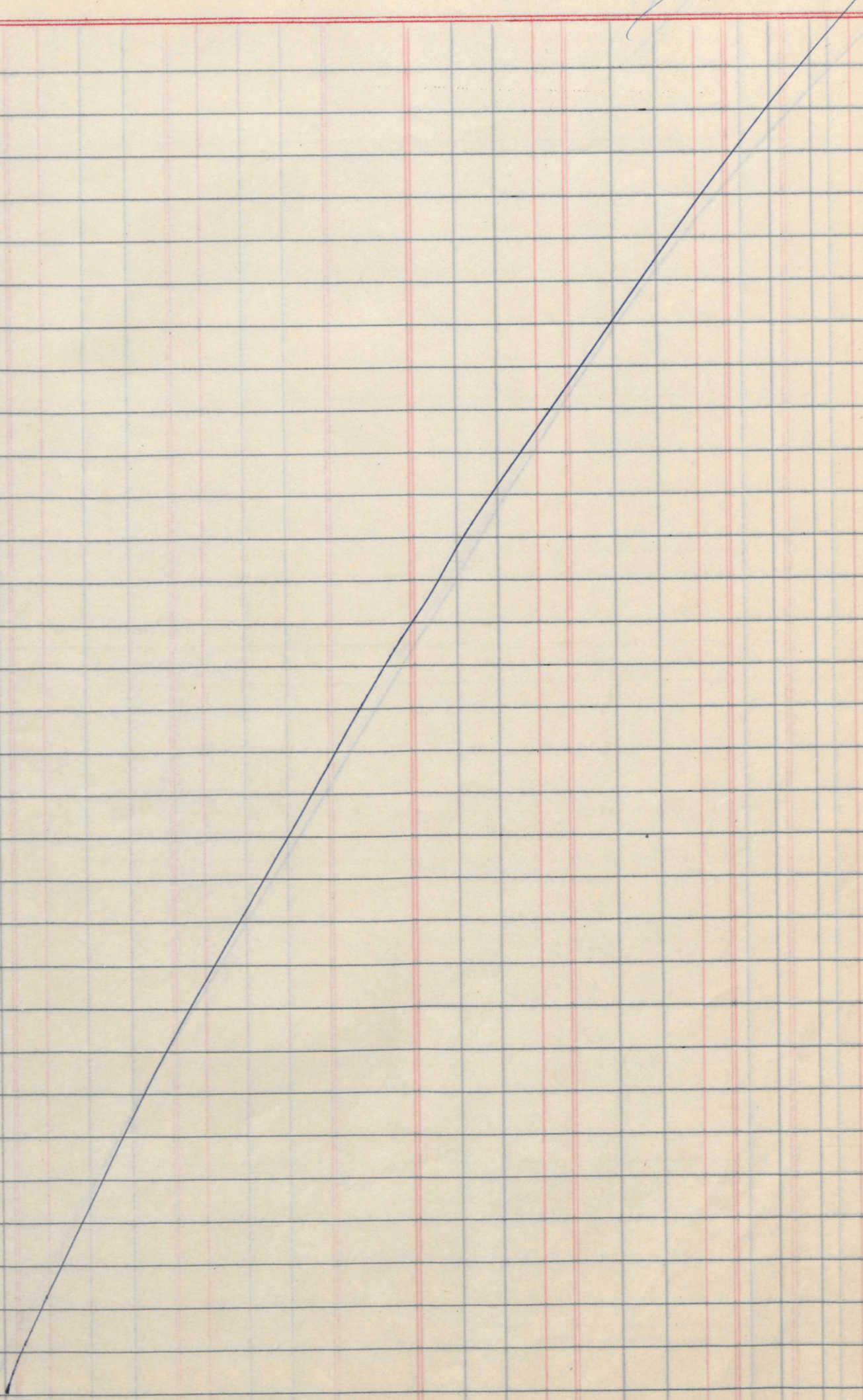
Mes de

9.55 220
Haver



Mes de

976 ~~976~~ ~~976~~
Haver



Deve

Caixa

42 Recbido de R\$
da Sec. de Estado,
Senar Fumica de
Nacido

80 000.00

80 000.00

7.77
A. Eg...

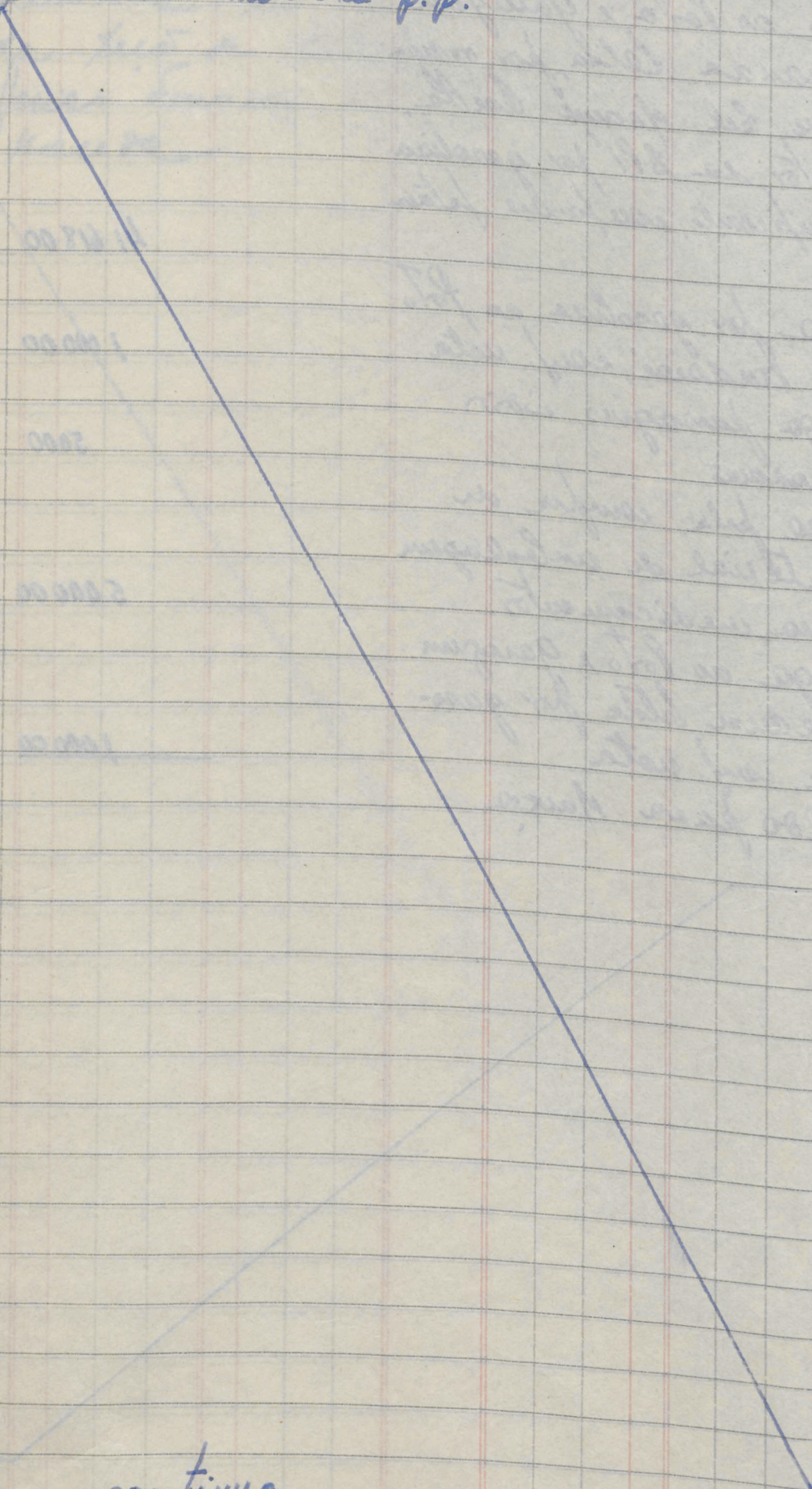
Deve



Caira

Solco di Fuvina p.p.

31.332.00



continua.

31.332.00

Deve

Caixa

Sol do de Fornecedor p.p.

31.332.00

continua.

31.332.00

Mois de

957 3910
Haver

.

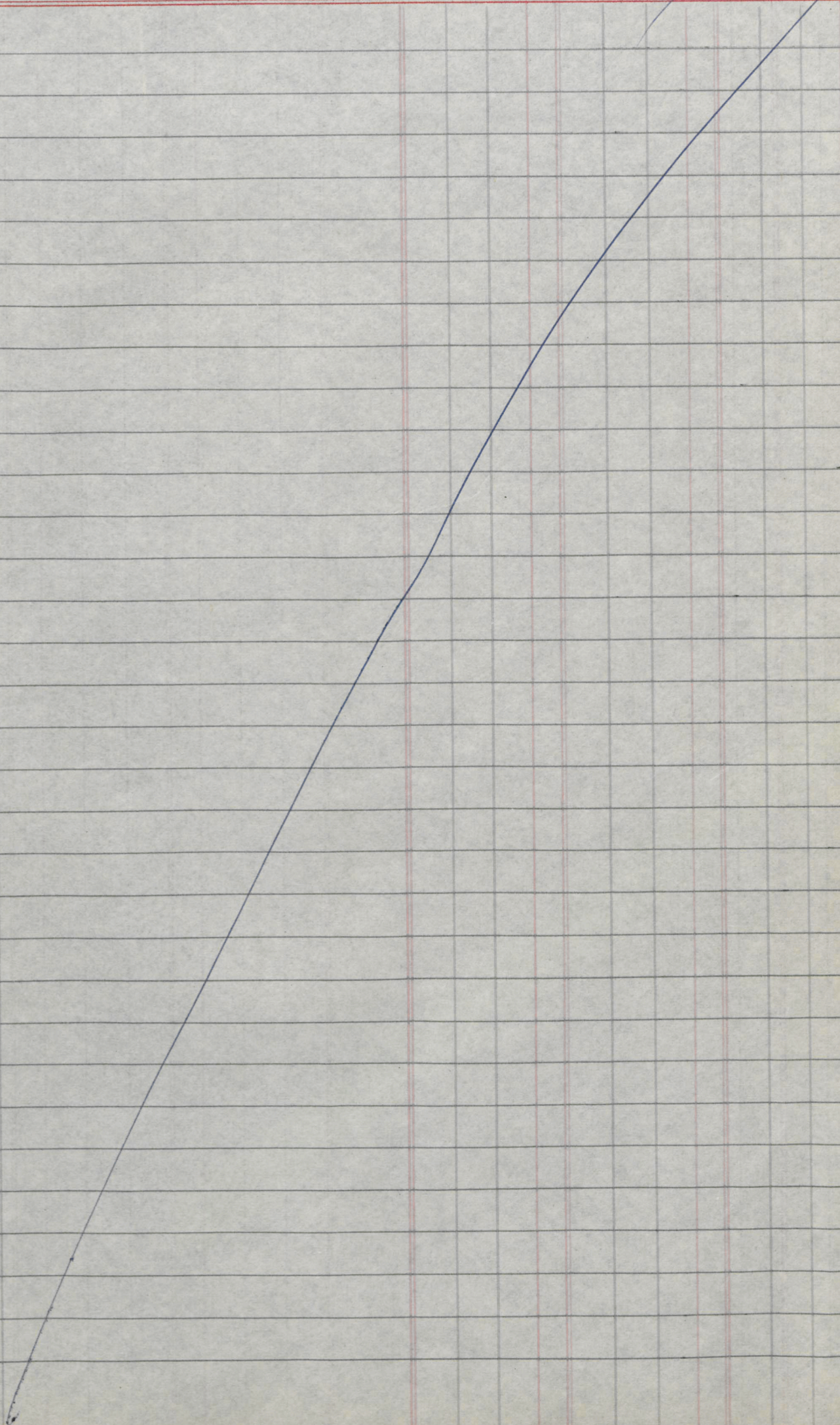
Mes de

958 39A
Haver

Mer de

959 B.D.

~~100~~ Haver



Summito 63

960

~~Ad~~
BGA

AVAGENS
E
BRIFICAÇÕES

Posto e Garagem Luanda Ltda.

BATERIAS E ACCESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS EM GERAL

Rua Barão de Mesquita, 1091 - Tel. 38-2064 — Rio de Janeiro

966
PNEUMÁTICOS
E
CÂMARAS DE AR
P96

FATURA N.º

Rio de Janeiro, 5 de março de 1963.

Ilmo. Snr.

Deuio de Proteção aos Índios (Museu do Índio)
Rua Mato Machado, 127 - Linscanã.

gasolina e lubrificante.
Valor ao Sr. João Bezerra
de Melo a importância
de (quarenta e um mil,
seiscentos e dezesseis cruzeiros.

41.618,00 ✓

Rio, 5 de março de 1963.

POSTO E GARAGEM LUANDA LTDA

Manoel Pereira de Souza

Posto e Garagem Luanda

LAVAGENS E LUBRIFICAÇÕES PNEUMÁTICOS E CÂMARAS DE AR

Baterias e Acessórios para Automóveis em Geral

Rua Barão de Mesquita, 1091

Telefone 38-2064 - Rio de Janeiro

Nº 28270

Rio de Janeiro, 10 de 1962

O Ilmo. Snr.

Rua N.º Comprou:

Lit. Gasolina

Lit. Óleo

Lit. Óleo L. Carter

» » Cx. Mud.

» » Diferencial

Lubrificação Geral

» de Pinos

Lavagem

Estádias

Pacote de Estopa

Lata de Graxa

NÃO VALE COMO RECIBO

Em caso de incendio a firma não se responsabilisa pelos autos guardados na garagem.

Pap. TRIO Ltda. - R. Alfândega, 195 - Inscr. 141.989 - 200 T. 100x100 - 5/82 - 10.001 a 30.000

Posto e Garagem Luanda Ltda.

LAVAGENS E LUBRIFICAÇÕES PNEUMÁTICOS E CÂMARAS DE AR

Baterias e Acessórios para Automóveis em Geral

Rua Barão de Mesquita, 1091

Telefone 38-2064 - Rio de Janeiro

Nº 14091

Rio de Janeiro, 16 de 1962

O Ilmo. Snr.

Rua N.º Comprou:

Lit. Gasolina

Lit. Óleo

Lit. Óleo L. Carter

» » Cx. Mud.

» » Diferencial

Lubrificação Geral

» de Pinos

Lavagem

Estádias

Pacote de Estopa

Lata de Graxa

NÃO VALE COMO RECIBO

Em caso de incendio a firma não se responsabilisa pelos autos guardados na garagem.

Pap. TRIO Ltda. - R. Alfândega, 195 - Inscr. 141.989 - 200 T. 100x100 - 5/82 - 10.001 a 30.000

Nº 4707

Posto do Andarahy

José Rodrigues & Costa Ltda.
Gazolina, óleo, etc.

Rua Barão de Mesquita, 765

TELEFONE 38-5674

AUTO N.º

Rio, 5 de 2 de 1963

	Cr\$
266 Litros de gasolina	100000
Litros de óleo fino	
Litros de óleo urso	
Litros de Kerozene	
Litros de óleo grosso	
Litros de óleo	

NÃO TEM VALOR COMO RECIBO

Posto e Garagem Luanda Ltda.

LAVAGENS E LUBRIFICAÇÕES
PNEUMÁTICOS E CÂMARAS DE AR

Baterias e Acessórios para Automóveis em Geral
Rua Barão de Mesquita, 1091
Telefone 38-2064 - Rio de Janeiro

Nº 26833

Rio de Janeiro, 2 de 1963

O Ilmo. Snr.

Rua 31166 N.º Comprou:

Lit. Gasolina	2,01900
Lit. Óleo	
Lit. Óleo L. Carter	
» » Cx. Mud.	
» » Diferencial	
Lubrificação Geral	
» de Pinos	
Lavagem	
Estadías	
Pacote de Estopa	
Lata de Graxa	

NÃO VALE COMO RECIBO

Em caso de incendio a firma não se responsabilisa pelos autos guardados na garagem.

Pap. TRIO Ltda. - R. Alfândega, 195 - Inscr. 141.989 - 200 T. 100x100 - 562 - 10.001 a 30.000

Posto e Garagem Luanda Ltda.

LAVAGENS E LUBRIFICAÇÕES
PNEUMÁTICOS E CÂMARAS DE AR

Baterias e Acessórios para Automóveis em Geral
Rua Barão de Mesquita, 1091
Telefone 38-2064 - Rio de Janeiro

Nº 26871

Rio de Janeiro, 3 de 1963

O Ilmo. Snr.

Rua 31166 N.º Comprou:

Lit. Gasolina	195000
1 Lit. Óleo	30000
3 Lit. Óleo L. Carter	
» » Cx. Mud.	
» » Diferencial	
1 Lubrificação Geral	10000
» de Pinos	
Lavagem	20000
Estadías	
Pacote de Estopa	
Lata de Graxa	

NÃO VALE COMO RECIBO

Em caso de incendio a firma não se responsabilisa pelos autos guardados na garagem.

Pap. TRIO Ltda. - R. Alfândega, 195 - Inscr. 141.989 - 200 T. 100x100 - 562 - 10.001 a 30.000

Posto e Garagem Luanda Ltda.

LAVAGENS E LUBRIFICAÇÕES
PNEUMÁTICOS E CÂMARAS DE AR

Baterias e Acessórios para Automóveis em Geral
Rua Barão de Mesquita, 1091
Telefone 38-2064 - Rio de Janeiro

Nº 14787

Rio de Janeiro, 30 de 11 de 1962

O Ilmo. Snr.

Rua 96731 N.º Comprou:

Lit. Gasolina	
Lit. Óleo	
Lit. Óleo L. Carter	
» » Cx. Mud.	
» » Diferencial	
Lubrificação Geral	
» de Pinos	
2 Lavagem	36000
Estadías	15000
Pacote de Estopa	186000
Lata de Graxa	

NÃO VALE COMO RECIBO

Em caso de incendio a firma não se responsabilisa pelos autos guardados na garagem.

Pap. TRIO Ltda. - R. Alfândega, 195 - Inscr. 141.989 - 200 T. 100x100 - 562 - 10.001 a 30.000

Posto e Garagem Luanda Ltda.

LAVAGENS E LUBRIFICAÇÕES PNEUMÁTICOS E CÂMARAS DE AR

Baterias e Acessórios para Automóveis em Geral
Rua Barão de Mesquita, 1091
Telefone 38-2064 - Rio de Janeiro

Nº 20473

Rio de Janeiro, 21 de 12 de 1962

O Ilmo. Snr. *Indiano*

Rua *15-260* N.º *857* Comprou:

Lit. Gasolina	
Lit. Óleo	
Lit. Óleo L. Carter	
» » Cx. Mud.	
» » Diferencial	
Lubrificação Geral	
» de Pinos	
Lavagem	
Estadías	
Pacote de Estopa	
Lata de Graxa	

NÃO VALE COMO RECIBO

Em caso de incendio a firma não se responsabilisa pelos autos guardados na garagem.

Pap. TRIO Ltda. - R. Alfândega, 195 - Inscr. 141.989 - 200 T. 100x100 - 5/62 - 10.001 a 30.000

Posto e Garagem Luanda Ltda.

LAVAGENS E LUBRIFICAÇÕES PNEUMÁTICOS E CÂMARAS DE AR

Baterias e Acessórios para Automóveis em Geral
Rua Barão de Mesquita, 1091
Telefone 38-2064 - Rio de Janeiro

Nº 14077

Rio de Janeiro, 14 de 11 de 1962

O Ilmo. Snr. *Indiano*

Rua *19442* N.º *857* Comprou:

Lit. Gasolina	
4 Lit. Óleo	1000
3 Lit. Óleo L. Carter	180
1/2 » Cx. Mud.	
3 » Diferencial	145
1 Lubrificação Geral	800
1 » de Pinos	250
Lavagem	
Estadías	180
Pacote de Estopa	
Lata de Graxa	

NÃO VALE COMO RECIBO

Em caso de incendio a firma não se responsabilisa pelos autos guardados na garagem.

Pap. TRIO Ltda. - R. Alfândega, 195 - Inscr. 141.989 - 200 T. 100x100 - 5/62 - 10.001 a 30.000

Posto e Garagem Luanda Ltda.

LAVAGENS E LUBRIFICAÇÕES PNEUMÁTICOS E CÂMARAS DE AR

Baterias e Acessórios para Automóveis em Geral
Rua Barão de Mesquita, 1091
Telefone 38-2064 - Rio de Janeiro

Nº 20496

Rio de Janeiro, 22 de 12 de 1962

O Ilmo. Snr. *Indiano*

Rua *15-260* N.º *403* Comprou:

Lit. Gasolina	
Lit. Óleo	
Lit. Óleo L. Carter	
» » Cx. Mud.	
» » Diferencial	
Lubrificação Geral	
» de Pinos	
Lavagem	
Estadías	
Pacote de Estopa	
Lata de Graxa	

NÃO VALE COMO RECIBO

Em caso de incendio a firma não se responsabilisa pelos autos guardados na garagem.

Pap. TRIO Ltda. - R. Alfândega, 195 - Inscr. 141.989 - 200 T. 100x100 - 5/62 - 10.001 a 30.000

Posto e Garagem Luanda Ltda.

LAVAGENS E LUBRIFICAÇÕES PNEUMÁTICOS E CÂMARAS DE AR

Baterias e Acessórios para Automóveis em Geral
Rua Barão de Mesquita, 1091
Telefone 38-2064 - Rio de Janeiro

Nº 16887

Rio de Janeiro, 23 de 10 de 1962

O Ilmo. Snr. *S.P. Auto 31153*

Rua *15-260* N.º *403* Comprou:

Lit. Gasolina	
4 Lit. Óleo	1131,00
3 Lit. Óleo L. Carter	840,00
» » Cx. Mud.	180,00
» » Diferencial	
1 Lubrificação Geral	800,00
» de Pinos	2.941,00
Lavagem	
Estadías	
Pacote de Estopa	
Lata de Graxa	

NÃO VALE COMO RECIBO

Em caso de incendio a firma não se responsabilisa pelos autos guardados na garagem.

Pap. TRIO Ltda. - R. Alfândega, 195 - Inscr. 141.989 - 200 T. 100x100 - 5/62 - 10.001 a 30.000

Posto e Garagem Luanda Ltda.

LAVAGENS E LUBRIFICAÇÕES PNEUMÁTICOS E CÂMARAS DE AR

Baterias e Acessórios para Automóveis em Geral
Rua Barão de Mesquita, 1091
Telefone 38-2064 - Rio de Janeiro

Nº 20481

Rio de Janeiro, 21 de 12 de 1962

O Ilmo. Snr.

Rua SPI N.º Comprova:

Lit. Gasolina			
Lit. Óleo			
Lit. Óleo L. Carter			
Cx. Mud.	43500		
Diferencial			
Lubrificação Geral	80000		
de Pinos	1,23100		
Lavagem			
Estadías			
Pacote de Estopa			
Lata de Graxa			

NÃO VALE COMO RECIBO

Em caso de incendio a firma não se responsabilisa pelos autos guardados na garagem.

Pap. TRIO Ltda. - R. Alfândega, 195 - Inscr. 141.989 - 200 T. 100x100 - 562 - 10.001 a 30.000

Posto e Garagem Luanda Ltda.

LAVAGENS E LUBRIFICAÇÕES PNEUMÁTICOS E CÂMARAS DE AR

Baterias e Acessórios para Automóveis em Geral
Rua Barão de Mesquita, 1091
Telefone 38-2064 - Rio de Janeiro

Nº 20066

Rio de Janeiro, 27 de 12 de 1962

O Ilmo. Snr.

Rua N.º Comprova:

Lit. Gasolina			
Lit. Óleo			
Lit. Óleo L. Carter			
Cx. Mud.			
Diferencial			
Lubrificação Geral			
de Pinos			
Lavagem			
Estadías			
Pacote de Estopa			
Lata de Graxa			

NÃO VALE COMO RECIBO

Em caso de incendio a firma não se responsabilisa pelos autos guardados na garagem.

Pap. TRIO Ltda. - R. Alfândega, 195 - Inscr. 141.989 - 200 T. 100x100 - 562 - 10.001 a 30.000

Posto e Garagem Luanda Ltda.

LAVAGENS E LUBRIFICAÇÕES PNEUMÁTICOS E CÂMARAS DE AR

Baterias e Acessórios para Automóveis em Geral
Rua Barão de Mesquita, 1091
Telefone 38-2064 - Rio de Janeiro

Nº 20094

Rio de Janeiro, 28 de 12 de 1962

O Ilmo. Snr.

Rua N.º Comprova:

Lit. Gasolina			
Lit. Óleo			
Lit. Óleo L. Carter			
Cx. Mud.			
Diferencial			
Lubrificação Geral			
de Pinos			
Lavagem			
Estadías			
Pacote de Estopa			
Lata de Graxa			

NÃO VALE COMO RECIBO

Em caso de incendio a firma não se responsabilisa pelos autos guardados na garagem.

Pap. TRIO Ltda. - R. Alfândega, 195 - Inscr. 141.989 - 200 T. 100x100 - 562 - 10.001 a 30.000

Posto e Garagem Luanda Ltda.

LAVAGENS E LUBRIFICAÇÕES PNEUMÁTICOS E CÂMARAS DE AR

Baterias e Acessórios para Automóveis em Geral
Rua Barão de Mesquita, 1091
Telefone 38-2064 - Rio de Janeiro

Nº 20088

Rio de Janeiro, 28 de 12 de 1962

O Ilmo. Snr.

Rua N.º Comprova:

Lit. Gasolina			
Lit. Óleo			
Lit. Óleo L. Carter			
Cx. Mud.			
Diferencial			
Lubrificação Geral			
de Pinos			
Lavagem			
Estadías			
Pacote de Estopa			
Lata de Graxa			

NÃO VALE COMO RECIBO

Em caso de incendio a firma não se responsabilisa pelos autos guardados na garagem.

Pap. TRIO Ltda. - R. Alfândega, 195 - Inscr. 141.989 - 200 T. 100x100 - 562 - 10.001 a 30.000

Posto e Garagem Luanda Ltda.

LAVAGENS E LUBRIFICAÇÕES PNEUMÁTICOS E CÂMARAS DE AR

Baterias e Acessórios para Automóveis em Geral
Rua Barão de Mesquita, 1091
Telefone 38-2064 - Rio de Janeiro

Nº 20245

Rio de Janeiro, 27 de 12 de 1962

O Ilmo. Snr. Indios

Rua B.O. N.º 4070 Comprou:

Lit. Gasolina	10,2500
Lit. Óleo	
Lit. Óleo L. Carter	
» » Cx. Mud.	
» » Diferencial	
Lubrificação Geral	
» de Pinos	
Lavagem	
Estadías	
Pacote de Estopa	
Lata de Graxa	

NÃO VALE COMO RECIBO

Em caso de incendio a firma não se responsabilisa pelos autos guardados na garagem.

Pap. TRIO Ltda. - R. Alfândega, 195 - Inscr. 141.989 - 200 T. 100x100 - 562 - 10.001 a 30.000

Posto e Garagem Luanda Ltda.

LAVAGENS E LUBRIFICAÇÕES PNEUMÁTICOS E CÂMARAS DE AR

Baterias e Acessórios para Automóveis em Geral
Rua Barão de Mesquita, 1091
Telefone 38-2064 - Rio de Janeiro

Nº 20517

Rio de Janeiro, 31 de 12 de 1962

O Ilmo. Snr. 4070 + 15260

Rua Indios N.º Comprou:

Lit. Gasolina	
Lit. Óleo	
Lit. Óleo L. Carter	
» » Cx. Mud.	
» » Diferencial	
Lubrificação Geral	
» de Pinos	
Lavagem	
Estadías	1800,00
Pacote de Estopa	
Lata de Graxa	

NÃO VALE COMO RECIBO

Em caso de incendio a firma não se responsabilisa pelos autos guardados na garagem.

Pap. TRIO Ltda. - R. Alfândega, 195 - Inscr. 141.989 - 200 T. 100x100 - 562 - 10.001 a 30.000

Posto e Garagem Luanda Ltda.

LAVAGENS E LUBRIFICAÇÕES PNEUMÁTICOS E CÂMARAS DE AR

Baterias e Acessórios para Automóveis em Geral
Rua Barão de Mesquita, 1091
Telefone 38-2064 - Rio de Janeiro

Nº 20536

Rio de Janeiro, 1 de 1 de 1963

O Ilmo. Snr. J. J. Indios

Rua N.º Comprou:

Lit. Gasolina	
Lit. Óleo	Caixa Carter
Lit. Óleo L. Carter	20,000
» » Cx. Mud.	
» » Diferencial	
Lubrificação Geral	
» de Pinos	
Lavagem	
Estadías	
Pacote de Estopa	
Lata de Graxa	

NÃO VALE COMO RECIBO

Em caso de incendio a firma não se responsabilisa pelos autos guardados na garagem.

Pap. TRIO Ltda. - R. Alfândega, 195 - Inscr. 141.989 - 200 T. 100x100 - 562 - 10.001 a 30.000

Posto e Garagem Luanda Ltda.

LAVAGENS E LUBRIFICAÇÕES PNEUMÁTICOS E CÂMARAS DE AR

Baterias e Acessórios para Automóveis em Geral
Rua Barão de Mesquita, 1091
Telefone 38-2064 - Rio de Janeiro

Nº 20566

Rio de Janeiro, 2 de 1 de 1963

O Ilmo. Snr. J. J. Indios

Rua N.º 4070 Comprou:

Lit. Gasolina	
Lit. Óleo	887,00
Lit. Óleo L. Carter	
» » Cx. Mud.	
» » Diferencial	
Lubrificação Geral	
» de Pinos	
Lavagem	
Estadías	
Pacote de Estopa	
Lata de Graxa	

NÃO VALE COMO RECIBO

Em caso de incendio a firma não se responsabilisa pelos autos guardados na garagem.

Pap. TRIO Ltda. - R. Alfândega, 195 - Inscr. 141.989 - 200 T. 100x100 - 562 - 10.001 a 30.000

Posto e Garagem Luanda Ltda.

LAVAGENS E LUBRIFICAÇÕES PNEUMÁTICOS E CÂMARAS DE AR

Baterias e Acessórios para Automóveis em Geral
Rua Barão de Mesquita, 1091
Telefone 38-2064 - Rio de Janeiro

Nº 20598

Rio de Janeiro, 3 de 1963
O Ilmo. Snr. *Rural Willys*
Rua 4070 - Chapa N.º G.º. Comprou:

Lit. Gasolina	
Lit. Óleo	
Lit. Óleo L. Carter	
» » Cx. Mud.	
» » Diferencial	
Lubrificação Geral	
» de Pinos	
Lavagem	
» »	
Pacote de Estopa	
Lata de Graxa	

NÃO VALE COMO RECIBO

Em caso de incendio a firma não se responsabilisa pelos autos guardados na garagem.
Pap. TRIO Ltda. - R. Alfândega, 195 - Inscr. 141.989 - 200 T. 100x100 - 562 - 10.001 a 30.000

Posto e Garagem Luanda Ltda.

LAVAGENS E LUBRIFICAÇÕES PNEUMÁTICOS E CÂMARAS DE AR

Baterias e Acessórios para Automóveis em Geral
Rua Barão de Mesquita, 1091
Telefone 38-2064 - Rio de Janeiro

Nº 20639

Rio de Janeiro, 5 de 1963
O Ilmo. Snr. *4070*
Rua N.º Comprou:

Lit. Gasolina	
Lit. Óleo	
Lit. Óleo L. Carter	
» » Cx. Mud.	
» » Diferencial	
Lubrificação Geral	
» de Pinos	
Lavagem	
» »	
Pacote de Estopa	
Lata de Graxa	

NÃO VALE COMO RECIBO

Em caso de incendio a firma não se responsabilisa pelos autos guardados na garagem.
Pap. TRIO Ltda. - R. Alfândega, 195 - Inscr. 141.989 - 200 T. 100x100 - 562 - 10.001 a 30.000

Posto e Garagem Luanda Ltda.

LAVAGENS E LUBRIFICAÇÕES PNEUMÁTICOS E CÂMARAS DE AR

Baterias e Acessórios para Automóveis em Geral
Rua Barão de Mesquita, 1091
Telefone 38-2064 - Rio de Janeiro

Nº 18016

Rio de Janeiro, 7 de 1963
O Ilmo. Snr. *4070*
Rua N.º Comprou:

Lit. Gasolina	
Lit. Óleo	
Lit. Óleo L. Carter	
» » Cx. Mud.	
» » Diferencial	
Lubrificação Geral	
» de Pinos	
Lavagem	
» »	
Pacote de Estopa	
Lata de Graxa	

NÃO VALE COMO RECIBO

Em caso de incendio a firma não se responsabilisa pelos autos guardados na garagem.
Pap. TRIO Ltda. - R. Alfândega, 195 - Inscr. 141.989 - 200 T. 100x100 - 562 - 10.001 a 30.000

Posto e Garagem Luanda Ltda.

LAVAGENS E LUBRIFICAÇÕES PNEUMÁTICOS E CÂMARAS DE AR

Baterias e Acessórios para Automóveis em Geral
Rua Barão de Mesquita, 1091
Telefone 38-2064 - Rio de Janeiro

Nº 18057

Rio de Janeiro, 8 de 1963
O Ilmo. Snr. *4070*
Rua N.º Comprou:

Lit. Gasolina	
Lit. Óleo	
Lit. Óleo L. Carter	
» » Cx. Mud.	
» » Diferencial	
Lubrificação Geral	
» de Pinos	
Lavagem	
» »	
Pacote de Estopa	
Lata de Graxa	

NÃO VALE COMO RECIBO

Em caso de incendio a firma não se responsabilisa pelos autos guardados na garagem.
Pap. TRIO Ltda. - R. Alfândega, 195 - Inscr. 141.989 - 200 T. 100x100 - 562 - 10.001 a 30.000

Posto e Garagem Luanda Ltda.

LAVAGENS E LUBRIFICAÇÕES PNEUMÁTICOS E CÂMARAS DE AR

Baterias e Acessórios para Automóveis em Geral
Rua Barão de Mesquita, 1091
Telefone 38-2064 - Rio de Janeiro

Nº 18081

Rio de Janeiro, 9 de 1 de 1963

O Ilmo. Snr. 4070

Rua N.º Compro: 4000

Lit. Gasolina		
Lit. Óleo		
Lit. Óleo L. Carter		
» » Cx. Mud.		
» » Diferencial		
Lubrificação Geral		
» de Pinos		
Lavagem		
Estadías		
Pacote de Estopa		
Lata de Graxa		

NÃO VALE COMO RECIBO

Em caso de incendio a firma não se responsabilisa pelos autos guardados na garagem.
Pap. TRIO Ltda. - R. Alfândega, 195 - Inscr. 141.989 - 200 T. 100x100 - 5/62 - 10.001 a 30.000

Posto e Garagem Luanda Ltda.

LAVAGENS E LUBRIFICAÇÕES PNEUMÁTICOS E CÂMARAS DE AR

Baterias e Acessórios para Automóveis em Geral
Rua Barão de Mesquita, 1091
Telefone 38-2064 - Rio de Janeiro

Nº 18148

Rio de Janeiro, 11 de 4070 de 1963

O Ilmo. Snr. 4070

Rua N.º Compro: 45700

Lit. Gasolina		
Lit. Óleo		
Lit. Óleo L. Carter		
» » Cx. Mud.		
» » Diferencial		
Lubrificação Geral		
» de Pinos		
Lavagem		
Estadías		
Pacote de Estopa		
Lata de Graxa		

NÃO VALE COMO RECIBO

Em caso de incendio a firma não se responsabilisa pelos autos guardados na garagem.
Pap. TRIO Ltda. - R. Alfândega, 195 - Inscr. 141.989 - 200 T. 100x100 - 5/62 - 10.001 a 30.000

Posto e Garagem Luanda Ltda.

LAVAGENS E LUBRIFICAÇÕES PNEUMÁTICOS E CÂMARAS DE AR

Baterias e Acessórios para Automóveis em Geral
Rua Barão de Mesquita, 1091
Telefone 38-2064 - Rio de Janeiro

Nº 21110

Rio de Janeiro, 13 de 5197 de 1963

O Ilmo. Snr. 4070

Rua N.º Compro: 44000

Lit. Gasolina		
Lit. Óleo		
Lit. Óleo L. Carter		
» » Cx. Mud.		
» » Diferencial		
Lubrificação Geral		
» de Pinos		
Lavagem		
Estadías		
Pacote de Estopa		
Lata de Graxa		

NÃO VALE COMO RECIBO

Em caso de incendio a firma não se responsabilisa pelos autos guardados na garagem.
Pap. TRIO Ltda. - R. Alfândega, 195 - Inscr. 141.989 - 200 T. 100x100 - 5/62 - 10.001 a 30.000

Posto e Garagem Luanda Ltda.

LAVAGENS E LUBRIFICAÇÕES PNEUMÁTICOS E CÂMARAS DE AR

Baterias e Acessórios para Automóveis em Geral
Rua Barão de Mesquita, 1091
Telefone 38-2064 - Rio de Janeiro

Nº 18195

Rio de Janeiro, 12 de 4070 de 1962

O Ilmo. Snr. 4070

Rua N.º Compro: 275000

Lit. Gasolina		
Lit. Óleo		
Lit. Óleo L. Carter		
» » Cx. Mud.		
» » Diferencial		
Lubrificação Geral		
» de Pinos		
Lavagem		
Estadías		
Pacote de Estopa		
Lata de Graxa		

NÃO VALE COMO RECIBO

Em caso de incendio a firma não se responsabilisa pelos autos guardados na garagem.
Pap. TRIO Ltda. - R. Alfândega, 195 - Inscr. 141.989 - 200 T. 100x100 - 5/62 - 10.001 a 30.000

Posto e Garagem Luanda Ltda.

LAVAGENS E LUBRIFICAÇÕES PNEUMÁTICOS E CÂMARAS DE AR

Baterias e Acessórios para Automóveis em Geral
Rua Barão de Mesquita, 1091
Telefone 38-2064 - Rio de Janeiro

Nº 21139

Rio de Janeiro, 14 de Set de 1963

O Ilmo. Snr. 4070

Rua N.º Compro: 650.00

Lit. Gasolina	
Lit. Óleo	
Lit. Óleo L. Carter	
» » Cx. Mud.	
» » Diferencial	
Lubrificação Geral	
» de Pinos	
Lavagem	
Estadias	
Pacote de Estopa	
Lata de Graxa	

NÃO VALE COMO RECIBO

Em caso de incendio a firma não se responsabilisa pelos autos guardados na garagem.
Pap. TRIO Ltda. - R. Alfândega, 195 - Inscr. 141.989 - 200 T. 100x100 - 562 - 10.001 a 30.000

Posto e Garagem Luanda Ltda.

LAVAGENS E LUBRIFICAÇÕES PNEUMÁTICOS E CÂMARAS DE AR

Baterias e Acessórios para Automóveis em Geral
Rua Barão de Mesquita, 1091
Telefone 38-2064 - Rio de Janeiro

Nº 21284

Rio de Janeiro, 19 de Set de 1963

O Ilmo. Snr. 4070

Rua N.º Compro: 1.236.00

Lit. Gasolina	
Lit. Óleo	
4 Lit. Óleo L. Carter	800.00
» » Cx. Mud.	
» » Diferencial	
Lubrificação Geral	
» de Pinos	
Lavagem	
Estadias	
Pacote de Estopa	
Lata de Graxa	

NÃO VALE COMO RECIBO

Em caso de incendio a firma não se responsabilisa pelos autos guardados na garagem.
Pap. TRIO Ltda. - R. Alfândega, 195 - Inscr. 141.989 - 200 T. 100x100 - 562 - 10.001 a 30.000

Posto e Garagem Luanda Ltda.

LAVAGENS E LUBRIFICAÇÕES PNEUMÁTICOS E CÂMARAS DE AR

Baterias e Acessórios para Automóveis em Geral
Rua Barão de Mesquita, 1091
Telefone 38-2064 - Rio de Janeiro

Nº 21231

Rio de Janeiro, de de 196

O Ilmo. Snr. S.P.I.

Rua N.º Compro: 883.00

Lit. Gasolina	
Lit. Óleo	
Lit. Óleo L. Carter	
» » Cx. Mud.	
» » Diferencial	
Lubrificação Geral	
» de Pinos	
Lavagem	
Estadias	
Pacote de Estopa	
Lata de Graxa	

NÃO VALE COMO RECIBO

Em caso de incendio a firma não se responsabilisa pelos autos guardados na garagem.
Pap. TRIO Ltda. - R. Alfândega, 195 - Inscr. 141.989 - 200 T. 100x100 - 562 - 10.001 a 30.000

Posto e Garagem Luanda Ltda.

LAVAGENS E LUBRIFICAÇÕES PNEUMÁTICOS E CÂMARAS DE AR

Baterias e Acessórios para Automóveis em Geral
Rua Barão de Mesquita, 1091
Telefone 38-2064 - Rio de Janeiro

Nº 21524

Rio de Janeiro, 20 de Set de 1963

O Ilmo. Snr. 4070

Rua N.º Compro: 3.450.00

Lit. Gasolina	
Lit. Óleo	
Lit. Óleo L. Carter	
» » Cx. Mud.	
» » Diferencial	
Lubrificação Geral	
» de Pinos	
1 Lavagem	250
16 Estadias	3200
Pacote de Estopa	
Lata de Graxa	

NÃO VALE COMO RECIBO

Em caso de incendio a firma não se responsabilisa pelos autos guardados na garagem.
Pap. TRIO Ltda. - R. Alfândega, 195 - Inscr. 141.989 - 200 T. 100x100 - 562 - 10.001 a 30.000

LAVAGENS E LUBRIFICAÇÕES
PNEUMÁTICOS E CÂMARAS DE AR

Baterias e Acessórios para Automóveis em Geral

Rua Barão de Mesquita, 1091

Telefone 38-2064 - Rio de Janeiro

№ 12966

Rio de Janeiro, 17 de Janeiro de 1963

O Ilmo. Snr. 1425

Rua 3116 N.º _____ Comprova: _____

Lit. Gasolina

Lit. Óleo

Lit. Óleo L. Carter

» » Cx. Mud.

« » Diferencial

Lubrificação Geral

» de Pinos

Lavagem

Estadias

Facile de Estopa

Lata de Graxa

NÃO VALE COMO RECIBO

Em caso de incêndio a firma não se responsabiliza pelos autos guardados na garagem.

CR 50,00 C

Passagen - indian journey.

Rio, 19-2-63.

Yankari

Mr
964

AB
BFB

C\$ 5.000,00

C. 965

Carlos Barret

p/ compra material de embalagem.

Rio, 21/2/63.

Carlos Barret de Souza

POSTO E GARAGE VERDUN Ltda.

RUA CASTRO BARBOSA, 72

Tel. 38-2408

JUNTO À PRAÇA VERDUN

GRAJAÚ

AUTO N.º

9/66	Litros de Gasolina
" "	Óleo Diesel
" "	Óleos lubrificantes
	Estadia
	Lavagem

1008-
C
(Circular stamp: 50.572)

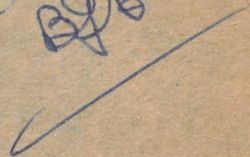
Rio de Janeiro, 22 de

de 19.63

Não vale como recibo

967

~~AA~~ BB



Marco 63

CR\$ 200.00

12968
BPA

Vale para conduzir um
carro de indio "Guaraní", do
C. N. P. J. ao albergue.

Do. 1/3/63.

Jamario Santa Rosa Lourenço

Nr.

969

[Handwritten signature]
B9A

- CR\$ 1.200,00 -

VALE a Seção de Estudos (Museu do Índio), a importância de HUM MIL E DUZENTOS CRUZEIROS - para custeio de viagem - passagem de trem RIO-MANGARATIBA e MANGARATIBA-PARATI, índios JOÃO CRVALHO e LOURENÇA VITORIANA (esposa).-

Rio de Janeiro, 4 de março de 1 963.-

+ João Carvalho

João Carvalho (índio).-

G 200,00 C

970
390

Passagem para ver situação do
indio Jimmy no albergue - fez-se
no Museu do Indio.

Rio, 4/3/63.

Jornalista Santa Rita Lavigne

Vale:

971
M. 971
971

1. J. Luogo para a india Pittava e sua
filha Caciquiara e João Carvalho e esposa.
R\$ 800,00 (oitocentos cruzeiros)

Rio, 5/3/963

Alfredo José de Almeida

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

972
FD
B96

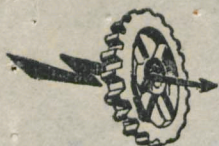
Cr\$ 15.000,00 ✓

RECEBI do Sr. João Melo, a importância de QUINZE MIL CRUZEIROS, para custeio de viagem aos PP.II. de S.Paulo, a fim-de de fazer sindicância nos mesmo, por ordem do Sr.Diretor.-

Rio de Janeiro, 8 de março de 1963.-

Guaraci Dey

Ademir D. Lima
Ulmar V. Lima
José Luiz Almeida



FÁBRICA DE TRANSMISSORES E RECEPTORES DE RÁDIO - BOBINAS - TRANSFORMA-
DORES - CHASSIS - GABINETES - ARMAÇÕES - RACKS - MECÂNICA APLICADA AO
RÁDIO - CONCERTOS EM GERAL

R. NEWTON PRADO, 58
TEL. 48-5034

RIO DE JANEIRO
BRASIL

Inscrição no DRM n.º 103.152

NOTA FISCAL - Série A

1.ª VIA - NOTA DE PRODUTOS NÃO TRIBUTADOS

"PATENTE DE REGISTRO" N.º 500.071

Remete $ao(s)$ $Snr.(s)$

estabelecido(s) á

Na cidade de

Em, 12 de Março de 1963, as seguintes mercadorias:

Insc. n.º

N.º 127

Estado de

QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DAS MERCADORIAS	Preço Unitário	TOTAL
1	-	Reequipamento de transf. filar. 866		2.000,00

Recebemos
de Janeiro 12 de março de 1963
PROVETON RÁDIO LTDA
Carta de compra
12 de março de 1963

O imposto de Vendas e Consignações foi pago por ver-
de acordo com o Dec. n.º 13.883 de 5 de Maio de 1958

Valor das mercadorias.....

Não Tributados.....

TOTAL DA NOTA.....Cr\$

AS MERCADORIAS ACIMA SEGUEM NOS SEGUINTES VOLUMES:

[illegible]

Posto e Garagem Luanda Ltda

LAVAGENS E LUBRIFICAÇÕES
PNEUMÁTICOS E CÂMARAS DE AR

Baterias e Acessórios para Automóveis em Geral
Rua Barão de Mesquita, 1091
telefone 38-2064 - Rio de Janeiro

Nº 29089

974

RJA

Rio de Janeiro, 12 de 3 de 1963

O Ilmo. Snr. S. P. T.

Rua N.º 31166 Comprou:

Lit. Gasolina	1.000,00		
Lit. Óleo			
Lit. Óleo L. Carter			
» » Cx. Mud.			
» » Diferencial			
Lubrificação Geral			
» de Pinos			
Lavagem			
Estadías			
Pacote de Estopa			
Lata de Graxa			
NÃO VALE COMO RECIBO			

Em caso de Incendio a firma não se responsabilisa pelos autos guardados na garagem.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

[Handwritten signature]

975
[Handwritten signature]

V A L E D E P A S S A G E N S À SERVIÇO DE INDIOS

CR\$ 130,00

CR\$ 161,00

CR\$ 291,00

C *indio foi angelino*
Vicraju.

Rio de Janeiro, 12 de março de 1 963

[Handwritten signature]

976

INSCRIÇÃO NO D. R. M. 1.0563

RUA DO CATETE, 336

NOTA DE VENDA

TELS. { 25-0713
25-5324

№ 88834

Snr.

Rua N.º

Rio de Janeiro, 13 de 3 de 19

1	K.	13x15	3	0	00
1	K.	13x18	2	90	00

NÃO ACEITAMOS DEVOLUÇÃO DE MATERIAL
NÃO VALE COMO RECIBO O Imposto de Vendas e Consignações foi pago por
verba de acordo com o decreto N. 13.383 de 5-5-54

O Imposto de Vendas e Consignações foi pago por verba de acordo com o decreto N. 13.883 de 5-5-56

Onlon Gráfico Ltda. R. Alex. Mackenzie, 82 Insc. 168 137 400 Tls. 50x50 - 70001 a 90000 - 8/61

CR\$ 500,00

Vale ao Sr. João Melo, a importância de QUINHENTOS CRUZEIROS,
para custeio do índio Guiratan, que se destina ao posto indígena
Vanuire.-

Rio de Janeiro, 18 de março de 1963.-

A Rôgo - Samuário Costa Reis Samuário

CR\$ 40,00

Vol 978
~~to~~
346

Vale - passagem do Jannine.

Jannine Auto Esta Province

Vale 2.000,00

CAETANO

979

Importância fornecida ao sr. João
Caetano para custeio de viagem - Rio.
S. Paulo - Curitiba. Dita quantia foi por mim
fornecida ao sr. Cláudio Soares Mendes para a
atender as despesas acima.

Recebido do Sr. João Melo a quantia acima.

Rio, 22/3/1963.

Guilherme Pitaquary
Antropólogo - 117.

Recebi cr\$ 120,00 (cento e vinte cruzeiros) referente
transporte para tratar, viagem pelo C. R. N. ⁹⁸⁰
para o indio José Angelino da Conceição ²²⁰
of. nº 53255/63.

Cunha d. Araújo
Rio 25/3/63

NÃO VALE COMO RECIBO

o dia seguinte ao da compra.

SOCIEDADE ANÔNIMA — RADIO - ELETRICIDADE

FILIAL: Rua Beneditinos, 19 — Tel. 43-0279
Rio de Janeiro — Estado da Guanabara

INSCRIÇÃO Nº D. R. M. N.º 103.774

1.^a Via

NOTA DE VENDA

№ 521517

Data 01 de 01 de 19

TEST ADD

Vendedor

Cliente

Enderêço

Total Cr\$

Mod 1 - 1.500 Tls. - 420.001 a 570.000 - 8/60

GRÁFICA WALDEMAR LTDA. - INSC. DRM 128.159
AV. MARECHAL FLORIANO, 37 - RIO

982

~~AD~~
~~QQA~~

Abril
1963

CR\$ 500,00

12983
BAA

VALE ao Sr. João Bezerra de Melo a importância
de CR\$ 500,00 para custeio de minha viagem ao
Estado de Alagoas.

2-4-63.

Arrogo do índio José Angelino da Conceição

Jussara Carvalho de Aguiar

CR\$ 500,00

[Handwritten mark]

984

[Handwritten signature]

RECEBI do Sr. João Melo, a importância de QUINHENTOS
CRUZEIROS, para dusteio de viagem ao pôsto Vanuire, em
Tupã, S. Paulo.

Rio, 2 de abril de 1963.-

A rôgo de GUIRATÃ ARAPIAN (indio)

Vigilante Oliveira Filho.

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.

RUA DO CATETE, 336

FONES, 25-0713 - 25-5324

NOTA DE VENDA
1.ª VIA

№ 90317

Snr

Rio de Janeiro, 3 de

N.º

de 19

NÃO ACEITAMOS DEVOLUÇÃO DE MATERIAL
AS MERCADORIAS SUJEITAS AO IMPOSTO DE CONSUMO, PAGARAM O IMPOSTO NA FONTE. O Imposto de Vendas e Consignações, etc.

O Imposto de Vendas e Consignações foi pago por verba de acordo com o Decreto N. 13.883 de 5-5-58

NÃO VALE COMO RECIBO

D. F. R.

ENTREGA-SE a

NOTA

Recebi a quantia de Cr\$ 2.100,00 que trata a presente nota.

Em 21/4/196

Enc. da Secção Comercial

A-404-4500-62

CASA PINTO DA ROCHA

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.

INSCRIÇÃO D. R. M. 110.563
REG. PATENTE N.º 542.785
FABRICO N.º 11.283
Inscrição Inflamáveis 13.661

RUA DO CATETE, 336

FONES. 25-0713 - 25-5324

NOTA DE VENDA
1.ª VIA

N.º 90871

Sr. _____

Rua _____

N.º _____

Rio de Janeiro, 10 de 4

de 1963

1 K. 13X18

380,00

1 K. 13X15

395,00

775,00

NÃO ACEITAMOS DEVOLUÇÃO DE MATERIAL
AS MERCADORIAS SUJEITAS AO IMPOSTO DE
CONSUMO, PAGARAM O IMPOSTO NA FONTE.

O Imposto de Vendas e Consignações foi pago por
verba de acordo com o Decreto N. 13.883 de 5-5-58

NÃO VALE COMO RECIBO

Onlon Gráfico Ltda. R. Alex. Mackenzie, 82-Insc. 168.137 - 500 Tls. 50x50 90.001 a 115.000 - 12-62

NÃO VALE COMO RECIBO

o dia seguinte ao da compra.

SOCIEDADE ANÔNIMA — RADIO - ELETRICIDADE

FILIAL: Rua Beneditinos, 19 — Tel. 43-0279
Rio de Janeiro — Estado da Guanabara

INSCRIÇÃO NO D. R. M. N.º 103.774

1.ª Via

NOTA DE VENDA

№ 523306

Data 15 de

de 19

1000,00

Vendedor

Cliente

Enderêço

Total Cr\$

200 a

988 989
Bga MA T A

Aos cinco dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e sete, na sala de andar térreo do Edifício-Sede do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo instituída pela Portaria nº 154/67 havendo o prazo para conclusão dos trabalhos sido prorrogado pela Portaria Ministerial nº 227/67, tiveram prosseguimento os trabalhos relacionados com a apuração dos fatos mencionados na dita portaria, decidindo-se convidar, para prestarem depoimento, as testemunhas indicadas pelo General Moacyr Ribeiro Coelho, em carta dirigida ao Presidente desta Comissão, em 1º/10/67. De que, para constar, eu, Max Luiz Almeida Nobrega — MAX LUIZ ALMEIDA NOBREGA, na qualidade de Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que vai assinada por todos os componentes desta Comissão.....

Frederico L. G. S. S.
U. F. S.

Udmar V. Lima
Max Luiz Almeida Nobrega —

D. N. O. C. S. — 1º. DISTRITO DE FOMENTO E PRODUÇÃO

J U N T A D A

Aos cinco dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e sete, juntei, por ordem do Presidente da Comissão os seguintes documentos aos autos dêste Inquérito: cópias dos ofícios 26 e 27-CI-154-222/67; carta do General Meacyr Ribeiro Coelho e seus anexos, incluindo fotografias diversas; depoimento de José Batista Ferreira Filho, os quais passaram a constituir as fôlhas de números 991 a 1 473, dos mesmos autos. Do que, para constar, lavrei, na qualidade de Secretário da Comissão de Inquérito, o presente termo.

Moac Buiç Almeida Nobre

991
Bp

TÉRMO DE INQUIRÇÃO : aos dois(2) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e sete(1967) na ante sala do Gabinete do Excelentíssimo Senhor Ministro do Interior, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Portaria Ministerial nº 154/67 e prorrogada pela Portaria Ministerial nº 222/67, compareceu o Sr. JOSÉ BATISTA FERREIRA FILHO, brasileiro, casado, funcionário público federal, esclarecido sobre os motivos que originaram o presente processo, informou que ingressou no SPI em 1950; que de julho de 1962 a novembro de 1964 chefiou a 6a. IR sediada em Cuiabá; que em 1955 chefiou os postos GUIDO MARLIERÉ e ENGENHEIRO MARIANO DE OLIVEIRA, no Estado de Minas Gerais; de 1950 a 1954, no Estado de Rondônia, chefiou os postos RICARDO FRANCO e MAJOR AMARANTE; que em 1957 foi lotado no Posto GUARITA; que em 1965 chefiou o Posto de CACIQUE DOUBLE, no Estado do Rio Grande do Sul; que ultimamente, em 1966, chefiou o Posto de IACRI, no Estado de São Paulo; que no período em que chefiou a 6a. IR essa Inspetoria não recolheu nenhuma renda; que a principal fonte de renda dessa Inspetoria era venda de gado; que no período em que o depoente chefiou a mencionada Inspetoria não houve nenhuma venda de gado; que recebeu a Inspetoria sem Contabilidade; que não instituiu nenhuma Contabilidade; que nessa época 11(onze) postos eram subordinados a 6a. IR; que não recorda de quantas rezes se constituía o rebanho da 6a. IR, ao tempo em que chefiou; que ao assumir a 6a. IR, fez uma inspecção ao Posto SIMÃO LOPES cujo rebanho seria, conforme avisos, de cerca de oito(8) mil rezes, que posteriormente o depoente constatou a existencia de apenas 404 rezes; que diante desse fato o depoente pediu esclarecimentos ao seu antecessor Sr. ALFREDO SILVA; o Sr. ALFREDO SILVA informou que essa diferença era devida a vendas realizadas, com autorização da Diretoria; que durante a gestão do depoente foram expedidas portarias para venda de gado e pinheiros; o depoente se recusou a realizar essas vendas por considerar lesivas ao Patrimônio Indígena; que não sabe em quantas rezes montava o rebanho da 6a. IR quando fez a entrega da aludida Inspetoria a seu sucessor; que na 6a. IR o funcionário EDUARDO RIOS, hoje lotado na 7a. IR era o encarregado do cadastramento das rezes; que existiam modelos (fichas) próprias, vindos da Diretoria do SPI para cadastro do gado; que ao tempo em que chefiava a 6a. IR acusou publicamente o SENADOR FILINTO MULLER de haver apadrinhado os invasores de terra dos BOROROS; que ao microfone da RADIO VOZ DO OESTE o depoente acusou ao então GOVERNADOR FERNANDO CORREIA de corretor de terras dos índios; que em decorrência dessas acusações o depoente recebeu muitas pressões, inclusive ameaças de morte; que dessas invasões em que as autoridades de MATO GROSSO foram coniventes o PATRIMÔNIO INDÍGENA foi diminuído de cerca de 35.000 hectares; que em 1965 o MAJOR LUIZ VINHAS NEVES fez um acordo com o Governo de Mato Grosso ficando legalizada a perda de, digo, dos 35.000 Ht; que dentre os invasores de terras existiam familiares das autoridades, digo, autoridades matogrossenses, podendo citar o Sr. GASTÃO MULLER, sobrinho do SENADOR FILINTO MULLER; que em 1957 os Srs. IRIDIANO AMARINHO DE OLIVEIRA, LUIZ DE FRANÇA PEREIRA DE ARAUJO e JOÃO LOPES VELOSO DE OLIVEIRA, em Comissão para realizar um levantamento de madeira morta, procederam à venda de dormentes; que quando na chefia do Posto CACIQUE DOUBLE recebeu do Sr. JOSÉ FERNANDES DA CRUZ, então chefe da Inspetoria 7, vários materiais como remédios, fazendas e gêneros alimentícios; que não sabe precisar o valor desses materiais; que sobre o fato de ter o funcionário BOANERGES FAGUNDES atentado contra a honra e a honestidade de índios o depoente tomou conhecimento através de noticiário de imprensa; que não sabe se o referido funcionário, digo, atentado com, digo, se o referido funcionário é culpado; que no entender do depoente as rendas da 5a. e 7a. IR são suficientes para manter todo o Serviço de Proteção aos Índios; que ouviu de um colega de serviço que o Sr. WALTER SAMARI PRADO não havia comprovado a importância de vinte e sete(27) milhões velhos da renda Indígena; que foi feito um contrato na gestão do MAJOR VINHAS NEVES com o Sr. PLÍNIO BENFICA para exploração de CASSITERITA; 10% da exploração ficaria com o SPI e os restantes ficaria com o Sr. PLÍNIO BENFICA

PLINIO BENFICA; que o referido PLINIO BENFICA dispendeu cêrca de cento e oitenta (180) milhões de cruzeiros velhos na construção de um campo de pouso, no lugar denominado FLORESTA; que esse campo de pouso é o local de saída do minério extraído; que todos os suprimentos recebidos de dotações orçamentárias o depoente prestou conta normalmente; que em 1965 assinou um recibo da importância de cinco(5) milhões de cruz, digo, cinco(5) milhões e quinhentos mil de cdr, digo, cruzeiros antigos, embora tenha recebido apenas um(1) milhão; / que o recibo foi feito ao Sr. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ; que do milhão recebido (Cr\$1.000.000,00) não prestou conta até esta data; que as notas de compra que poderiam instruir a Prestação de Contas ficaram no PÔSTO DE CACIQUE DOUBLE; que não organizou a Prestação de Contas por ter se retirado do PÔSTO DE CACIQUE DOUBLE para um hospital; que ficou internado durante vinte e cinco / (25) dias na cad, digo, CASA DE SAUDE SÃO VICENTE, em Curitiba; que um mês depois regressou ao PÔSTO CACIQUE DOUBLE onde apanhou seus objetos/ pessoais; que nessa oportunidade constatou que as notas de compra correspon- dente ao milhão de cruzeiros aplicado ainda se encontravam no Pôsto; que sabe/ que o servidor WALTER SAMARI PRADO comprovava a mesma despesa pela / verba orçamentária e pela renda do patrimônio indígena; esclarece o depoente / que o Sr. WALTER assim procedeu na prestação dos vinte e sete(27) milhões de cruzeiros velhos. Nada mais disse nem lhe foi perguntado tendo prestado o pre- sente depoimento sem qualquer coação o qual após lido e achado conforme vai, digo, vai assinado pelo depoente, pela Comissão e por mim Mac Luiz Amenda Robuza Secretário que o datilografei.

Ademir Correia
Presidente

Roberto
Vogal

Uolmar D. Rino
Vogal

Guilherme
Depoente

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Of. nº 26/CI-154/222

993
Em, 5 de outubro de 1967

Do: Presidente da Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Portaria nº 154/67 e prorrogada pela Portaria nº 222/67

Ao: Exmo. Sr. General Umberto Peregrino

Assunto : Convite (faz)

Senhor General

Por indicação do Gal. Moacir Ribeiro Coelho, convido V. Excia. a prestar depoimento perante esta Comissão de Inquérito às 14,00 horas do dia 6 do corrente , sexta-feira, na ante - sala do Gabinete do Exmo. Sr. Ministro do Interior.

Saudações

Jader de Figueiredo Correia
(JADER DE FIGUEIREDO CORREIA)
Presidente da Comissão

Ao Exmo. Sr.
General Umberto Peregrino
DD. Diretor do Instituto Nacional do Livro
N e s t a

Recebi o original

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Of. nº 27/CI-154/222

Em, 5 de outubro de 1967

Do: Presidente da Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Portaria nº 154/67 e prorrogada pela Portaria nº 222/67

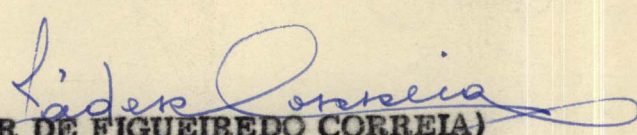
Ao: Exmo. Sr. General José Carlos de Moura e Cunha

Assunto : Convite (faz)

Senhor General

Por indicação do Gal. Moacir Ribeiro Coelho, convido V. Excia. a prestar depoimento perante esta Comissão de Inquérito às 15,00 horas do dia 6 do corrente, sexta-feira, na ante-sala do Gabinete do Exmo. Sr. Ministro do Interior.

Saudações


(JÁDER DE FIGUEIREDO CORREIA)
Presidente da Comissão

Ao Exmo. Sr.
General José Carlos de Moura Cunha
Rua Conde de Bonfim, nº 519
N e s t a

*Recebi o original
Maurício Lima*

995
BIB

Junte-se
Em 05/X/67
Pres. I

Exmo. Sr. Dr. Jader de Figueiredo
Correia,

DD Presidente da Comissão - a
Inquerito Administrativo sobre S.P.Y.

Senhor Presidente:

As acusações que me são imputadas na CPY - e até' agora sem que me fosse permitido o direito de defesa, visto que tais acusações não me foram jamais apresentadas - deixaram-me estarecido ante a maldade, a irresponsabilidade e a audácia dos que me caluniaram e a complacência desuana daqueles que as acolheram sem, sequer, me facultarem o sagrado direito de defesa.

Pela CPY foram ouvidos, apenas, os funcionários que iam acusar-me; todos os nomes por mim fornecidos, tanto de funcionários como de pessoas ligadas ao trabalho com o índio, não foram chamados a depor.

Mas esta evidente parcialidade da CPY tinha um motivo, obedecendo a um imperativo muito forte: era indispensável incriminar o então Diretor do Serviço, para que o então Dep. Edson Garcia não corresse o risco de vir a ser responsabilizado pelo fato de haver requerido uma CPY

em causa própria e por ninguém
pessoal.

Os termos da minha entrevista
colética à imprensa concedida em
Brasília, a 25 de março de 1963, e
que, como não podia deixar de ser,
tiveram ampla divulgação. Dêse docu-
mento peso rênua para juntar aqui
uma cópia que, para melhor facili-
dade de identificação, assinalo como
Anexo n.º 1.

Minhas declarações públicas, entre
da mais alta gravidade como V. Excia
poderei constatar, não tiveram nenhuma
contestação mas, a partir daquele
documento a situação era clara e
bem definida: se a CPY não des-
se ampla cobertura ao Dep Garcia
— considerando-me culpado — poderia
aquele parlamentar tornar-se passível
de processo por duas razões da mais
alta gravidade e que implicavam,
inclusive, em desmoralização para a
Câmara:

— acusação infundada contra
um servidor de responsabilidade, ri-
sando coagido no desempenho do
cargo;

— utilização das prerrogativas
do Congresso, mistificando a Câmara,
para resguardar interesses e leituras
junto a grupos de fazendeiros, pos-

To BSB

seiros" e "intrusos" nas terras dos índios, bem como procurar resguardar, digo, defender a posse indevida de terras no Pantanal do Tabuleque, inclusive por pessoa, de sua família.

Seguin-se a constituição da CPY e dela o que meus se pode dizer é que foi, digo, teve seus membros cuidadosamente escolhidos:

— O Presidente, Dep. Valério Magalhães, elemento notoriamente ligado aos funcionários do SPB, vinha dispendo da utilização da Estação de Rádio do Serviço, em cessão que lhe fora feita por Senador da Mesa Cabral, quando Diretor Substituto em exercício. Como tal prática — destinada a atender interesses e ligações políticas dos ex Deputados — prejudicava gravemente o serviço da Repartição, fui obrigado a suspender a concessão. Têtemunha: funcionário João Barreto de Souza, então chefe da Secção Rádio, e hoje trabalhando no M. Agricultura.

— O Dep. Rachid Maunedi é notoriamente ligado ao problema das terras dos "Kadivê" — ver página 110, de "A Política Indigenista Brasileira", de Darcy Ribeiro.

Finalmente, o Dep. Celso Amaral - Relator — é pessoa a quem

considero inimigo pessoal pelo fato de ser ligado por amizade e interesses eleitorais à Ex-Deputada Estadual de São Paulo, D. Tereza Delta, que dedica à minha pessoa ódio mortal.

Esses os que me iriam julgar. Quanto aos que me iriam acusar seria o grande número dos funcionários descontentes e punidos. Descontentes porque eu abria inquéritos e sindicâncias; porque eu punia os faltosos que exploravam os índios; porque eu lutava para trazer gente de fora para o Serviço; porque eu apoiava os missionários, temunhas incômodas; porque eu exonera de funções de Chefia e de Encarregados de Posto os incompetentes e os inexemplares.

É bem verdade que um dos meus acusadores, declara que dos 23 inquéritos e sindicâncias por mim instaurados nada foi apurado. A razão disso não deverei, porém, de que ^{não} existissem ^{que} e ^{mas} eu tenha podido constatar, "in loco", abusos de toda a natureza. A verdade é que eu era impotente para fazer prova e, nesse sentido, pouco valia para anexar, digo, juntar o Anexo nº 2 onde, à página 3, está explicada a razão do meu

fracasso.

Com os trabalhos da CPY e, ante a existência de que eu seria exonerado do Serviço e de que muitas irregularidades, até então desconhecidas, viriam à tona, formou-se o outro grupo dos meus acusadores, que, no afã de atenuarem sua responsabilidade em delitos que ainda não eram do domínio público, procuraram nele, ^{com} meu nome, intenções que nunca tive, ordens que nunca dei, ^{forçando,} e, em suma, uma convicção que não houve jamais mas que é fácil imputar-me, não só pela própria natureza caótica do SPY, como também porque, na minha boa fé e do essencial conhecimento que tinha da Administração Pública no âmbito civil, eu nunca soube desconfiar e resguardar-me como devia.

Em suma, Senhor Presidente, fui vítima de uma trama diabólica que já destruiu a minha vida, manchou o meu nome e me roubou a paz e a tranquilidade do espírito.

Ainda como exemplo da maquiavélica acusação, de que tenho sido vítima, permita V. Sa. que eu inclua o Anexo nº 3 constituído pelo Requerimento de Informações

D. 316

nr 576, apresentado à Câmara pelo
então Dep. Edson Garcia, cirado da
mais fôrpes calúnias, mas que, com
a graça de Deus, me foi possível
refutar.

Mas, Senhor Presidente, não me
conformarei jamais em ser acusado
injustamente e iri, de Tribunal em
Tribunal, até conseguir provar que
fui vítima de um "complot" des-
manado e inexorável, movido por
grupos de funcionários do SPJ, com
a cumplicidade dos interessados
na parte do Patrimônio Indígena
em na exploração predatória e
irregular dos seus recursos, sobretudo
de madeiras.

Com prova de que até o crime
religioso esteve presente a esta
vasta maquinação, peço rêmia
para apresentar a V. Sa. o Anexo
nr 4, em que a Prelazia de
Guajará-Mirim, representada por
Frei Roberto Gomes de Almeida, de-
senvolveu o principal papel.

Essa a fatiosa colaboração
que foi manipulada, em causa pró-
pria, pela CPJ que atinge o
ponto mais alto do facciosismo
com o "Relatório", apresentado um
ano mais tarde pelo Dep. Celso Ama-
ral e que em contexto em documen-

To, digo, com a legação, fornecidas, ao Deputado Aurino Vales para que S. Excia tomasse, na Câmara, a minha defesa. Estas contestações foram elaboradas tão logo foi o referido "Relatório" publicado em Diário Oficial. Peço, mais uma vez, permissão a V. Sa. para apresentar-lhe cópia desse documento, como o Anexo nº 5.

— Como a CPY me apresenta como um indivíduo sem passado, quase como um aventureiro, ignorando totalmente os 30 anos de Serviço que eu tinha àquela época, permita V. Sa. que eu dê alguns esclarecimentos que julgo indispensáveis à boa compreensão dos acontecimentos.

Até 1956 eu residia em Porto Alegre, em caráter tão permanente quanto possível, em casa própria, construída em 1951 à Rua Marcellino Dias, 376. O prédio fora edificado em terreno por mim herdado como herança e financiado pela Carteira Hipotecária e Juveniliária do Clube Militar (CHJ).

Como, nessa casa eu basio uma parte muito importante de minha defesa, consente V. Sa. que eu aqui inclua uma fotografia

do referido prédio que constituiria o Anexo nº 6.

Bacharel em Jornalismo em esta-
breci, mediante remuneração, na
imprensa local, onde tive oportunidade
de abordar, diversas vezes, o proble-
ma do índio que sempre me comoveu.

Por motivo de estudo dos filhos
Transferi, em 1956, em caráter tempo-
rário, minha residência para o
Rio, deixando alugada a casa de
minha propriedade.

Em 1957 adquiri, em prestação,
um terreno na Ilha do Governador
e, com um pecúlio que fizera
do Rio Grande, dei início à cons-
trução de um prédio porque, com
a inflação, o dinheiro exigia a-
pliação.

Em 1960 fui transferido para
São Paulo - Comissão de Rede nº 2 -
mas mantive, como se pode veri-
ficar pelas notas de compra o
andamento da construção na Ilha
do Governador, entregue a um
mestre de obra de minha confi-
ança e que o meu irmão - Wal-
dir Ribeiro Boetto, residente à
rua Amibal Moreira nº 136, aparta-
mento 202, Tijúca, fiscalizava
e encarregava-se da compra dos
materiais sendo que muitos deles

foram por mim adquiridos na praça de São Paulo e remetidos para o Rio, geralmente pela Central do Brasil.

Pude, assim, terminar a minha construção ou execução, apenas, de

- pinturas;

- colocação de grades de ferro nas janelas, de uma porta de ferro e de dois pequenos portões;

- confecção de dois armários de parede e

- envernizamento do assoalho.

Mesmo os vidros, digo, vidracas já haviam sido colocadas, como se pode verificar pelas notas de compra fornecidas pela "Vitrolândia" de São Paulo.

Contutanto pode ser constatado com referência ao "parquet", do assoalho, contratado com a firma HAPPOK, de São Paulo, fornecimento do material e respectiva colocação.

Infelizmente, depois de cinco anos, não posso apresentar as notas de compra de todos os materiais mesmo porque muitos deles — como portas internas e aparelhos do quarto de banho — foram adquiridos em demolições. Mas o

TW 28

que desejo frisar, em defesa da minha honra e dignidade, é que esta construção foi feita com economia e sacrifício mas que, em fins de 1960, estava praticamente concluída esperando apenas os trabalhos aqui apontados.

Era minha intenção regressar para o Rio, ao sair de São Paulo, e ir fixar-me na Ilha do Governador.

Infelizmente de São Paulo eu fui transferido para o Rio Grande do Sul tendo assumido, inicialmente, o Comando do 1º RCMoto (10 de Agosto de 1961, digo, a 11 de Junho de 1961) e, a seguir, nomeado comandante do 3º Regimento de Cavalaria (10 Agosto de 1961) tendo assumido o Comando dessa Unidade a 31 de Agosto de 1961.

Como os filhos continuaram seus estudos no Rio (Escola Naval e Colégio Militar) continuei mantendo o apartamento que aluguei na rua José Higinio 76/206, ficando a casa da Ilha do Governador fechada, digo, inabitada e sob a vigilância de um caseiro que, a título de moradia, zelava pelo prédio e residia com a família nas dependências de serviço.

1005 11
AD 228

Quando, em Dezembro de 1961, deixei o Comando do 3º Reg. de Cavalaria para assumir a Direção do SPY, a situação quanto à casa da Elza permaneceu a mesma, visto ser Brasília a sede do Serviço. Minha esposa, assim que me foi entregue o apartamento em Brasília, acompanhou-me para lá mas eu continuei mantendo o domicílio no Rio visto que perdurava a mesma situação dos filhos. Tal domicílio, por razões domésticas, foi transferido da rua José Higino para a rua Carvalho Alvim, 125, apto 302.

Foi apenas em meados de 1962 que decidimos, minha esposa e eu, fixar-nos definitivamente no Rio vendendo para isto a nossa casa em Póto Alegre mesmo porque eu vinha sendo atacado por certa imprensa, através elementos fornecidos por funcionários do SPY, de haver ultrapassado em quase um milhão de cruzeiros antigos a verba destinada ao custeio das passagens aéreas.

Alarmado com esse fato e receio de um escândalo administrativo

HBB

que se me afigurava uma calamidade para a minha vida e para a minha carreira, fixamo-nos na solução da renda da casa de Póto Alegre o que me permitia, não só pagar as passagens que por insuficiência da S.A. eu havia excedido como realizar na casa da Ilha do Governador os serviços que ainda faltavam.

A renda foi, em procuração com plenos poderes, concedida ao advogado Dr. Mozart Moreira de Oliveira, com escritório à rua General Vitorino, 53, Póto Alegre, ficando o preço a ser combinado entre o próprio advogado e o eventual comprador.

Esta cláusula, realmente dura, decorreu da urgência que me afligia em obter fundos para saldar o débito do Serviço nas Companhias de Triação mas não pode, em absoluto, ser confundida com o propósito de mistificar a C.P.Y. visto como tal procuração foi outorgada em Agosto ou Setembro de 1962, muitos meses antes de que tal Comissão viesse a ser cogitada.

Foi comprador o Sr. Nelson Castro Reis, hoje residente naquele

1007 13
SP

imóvel - Rua Marechal Dias, 376 e o qual pagou, a 19 de Nov 1962, ao Dr Mozart, um milhão de cruzeiros antigos como "arras".

Essa transação, sem dúvida da mais para o meu pequeno patrimônio, permitiu-me saldar o débito referente às passagens aéreas e proporcionar os fundos - cerca de setecentos mil cruzeiros antigos - que despendi em 1963 para ultimar a obra da Ilha do Governador.

Importa considerar que, como o preço ficara para ser ajustado pelos Procuradores - Dr Mozart - e a propriedade valia, na época, pelo menos 8 milhões, nós esperávamos que o saldo permitisse a compra de um apartamento no Rio, embora pequeno.

Com este objetivo minha esposa viajou para o Rio onde, durante vários dias, procurou pelos anúncios um apartamento que pudessemos comprar tendo sido, em algumas vezes, conduzida pelo motorista do SP4, Bernardino, que para isso utilizava o carro de minha propriedade.

Aquitectura, porém, que a venda tratada se iniciou em apenas

1008
BDS

4 milhões foi a final ultimada
por 5 milhões, assim distribuídos:
1 milhão de "arras"
3 milhões na "escritura" e
1 milhão financiados,
não comprou a compra do
referido apartamento e, por isso,
não comprou, graças a
Deus, nenhum apartamento
nem no Rio de Janeiro nem
em qualquer outra cidade do
Brasil ou do Mundo.

A compra desta transação,
em todos os seus detalhes, pode ser
confirmada pelo Procurador, Dr. Mo-
zart Moreira de Oliveira - Rua Gene-
ral Pitagoras, 53 - Porto Alegre, sendo
que dos documentos iniciais da
operação - cópia da procuração
passada ao Dr. Mozart é do
contrato com este celebrado - o
deponente confiou ao Sr. Depu-
tado Federal Aurino Valois para de-
fesa do deponente no Parlamento
que deve tê-lo ainda em seu poder.

A fim de comprovar a na-
tureza e o valor das obras efe-
tuadas em minha casa da
Alta do Governador, ao tempo em
que fui Diretor do S.P.T., indico
como testemunhas: o pintor, de
nome Gaspar, residente à rua

1009 15.
10 38

Dr Aguiar, número 49, casa 5, Catumbi que executou o serviço por 220 mil cruzeiros antigos; o trabalho de serralheria foi executado por Lemine Coelho, estabelecido à rua Clarimundo de Melo, 1177 e custou cerca de 270 mil cruzeiros antigos. Este operário foi indicado ao deponente por um motorista do SPY, de nome Coelho, e que o recomendou por ser seu parente.

O trabalho de carpinteiro, confecção de dois armários de madeira, foi executado por um operário que ganhava mil cruzeiros antigos por dia e que foi apresentado ao deponente por outro funcionário do Serviço - o Mestre de Obras Carlos Barreto.

É possível que cause estranheza o fato de dois desses operários terem sido indicados por funcionários do SPY. Na verdade, o deponente que vivia sobrecarregado de serviços, foi quem indagou do Mestre de Obras, Carlos Barreto, em virtude de seus conhecimentos especializados, se podia indicar-lhe um profissional apto para a confecção dos armários. Quanto à indicação feita pelo motorista.

10/10
17/04

ta Coelho deve ter resultado, pos-
sivelmente, de conversa manti-
da pelo Diretor durante alguma
viagem ou deslocamento.

De qualquer forma, é absolu-
tamente falsa e caluniosa a a-
cusação de que o funcionário
Carlos Barreto, em qualquer
sentido, tenha executado qual-
quer serviço em casa do deponente.

Como já foi dito, por necessidade
de família, o deponente mantinha
residência em Brasília e no
Rio sendo que, logo que pôde, trans-
feriu esta última da rua Corra-
lho Alvim, 125 para a Alameda do
Governador sendo que, a partir
de então, e quando vinha ao
Rio a serviço, os motoristas pas-
saram a procurá-lo naquele en-
dereço.

Fui sempre homem de vida mo-
desta, caseira, sem vícios nem
ostentações e que, por isso mesmo,
ao assumir a Direção do SPG,
minha declaração de bens rela-
ciona um pequeno patrimônio
constante de duas casas e al-
guns lotes de terreno, um dos
quais em Brasília mas adqui-
rido em 1959. É esse patrimô-
nio, como poderá ser compro-

10/11 17
BDA

nado, não cresceu no mínimo que fosse nem durante nem após a minha passagem pelo S.P.Y. Pelo contrário, cresceu em virtude da renda que efetuei.

Finalmente, peço vênua para juntar a esta declaração o texto de um discurso feito na Assembleia Legislativa de São Paulo, pelo Sr Dep Carlos René Egg.

Rio de Janeiro, 1º de Outubro 1967.

pracyr Ribeiro Coelho

Gen Dir. R-1

Em tempo - meditando sobre a pes-
sa situação em que me encontro, fal-
samente acusado de apropriação in-
dêbita e, quicá, suspeito de haver
enriquecido após a minha passa-
gem pelo S.P.Y, sugiro a essa hon-
rada e digna Comissão de Inqué-
rito que tome o testemunho das
pessoas a seguir relacionadas (absol-
utamente idôneas e incapazes de
falsar a verdade) mas que, por bem
conhecerem o deponente, poderão evola-
recer qual é e tem sido a sua real

1012
BPA

situação financeira; se é ou não
o deponente tido como homem de bem,
incapaz de mancomunar-se com
quem quer que fosse, muito menos
com Subalternos seus, para delapi-
dar os cofres públicos; e o que
sabiam sobre a sua administra-
ção naquele Serviço:

- Gen. R-1 - Umberto Peregrino, Dire-
tor do Instituto Nacional do Livro
- Gen. R-1 - José Carlos de Moura e
Cunha - Rua Conde de Bonfim, 519
- Gen. R-1 - Luís Antônio de Barros
Muniz - Petrópolis
- Cel. Ariado Rodolfo Becker Peix-
shneider - Cont. Das Áreas de Curitiba
- Gen. R-1 - Durval Coelho Macieira
Rua Guapiara, 31
- Gen. R-1 - Nelson Werneck Sodré
Rua D. Mariana, 35
- Gen. R-1 - Cândido Carralho Cruz
91327
- Gen. R-1 - Dr. Manoel Balili Mon-
teiro - Rua Alm. Sadock de Sá, 254
- Cel. R-1 - Vey Palet de Brito,
Rua Rêgo Monteiro, 30 - C-12
- Cel. Cesvaldo Lúheiro Mendonça,
Rua Dr. Salama, 12.

Declaro, outrossim, que acetheria
com júbilo a presença da Com. Un-
quênto em minha residência o
que me permitiria provar, não

10/3 19
BIB

Só que a casa da rua Justo Jansen Feneira, 111 é uma moradia modesta, quase humilde, tem como a vida simples e econômica que levamos — minha esposa e eu — um padrão que foi sempre o nosso durante toda a existência e que, observado "in loco", não deixará dúvidas "quanto aos recursos de que vivemos: os meus rendimentos de General da Reserva, exclusivamente.

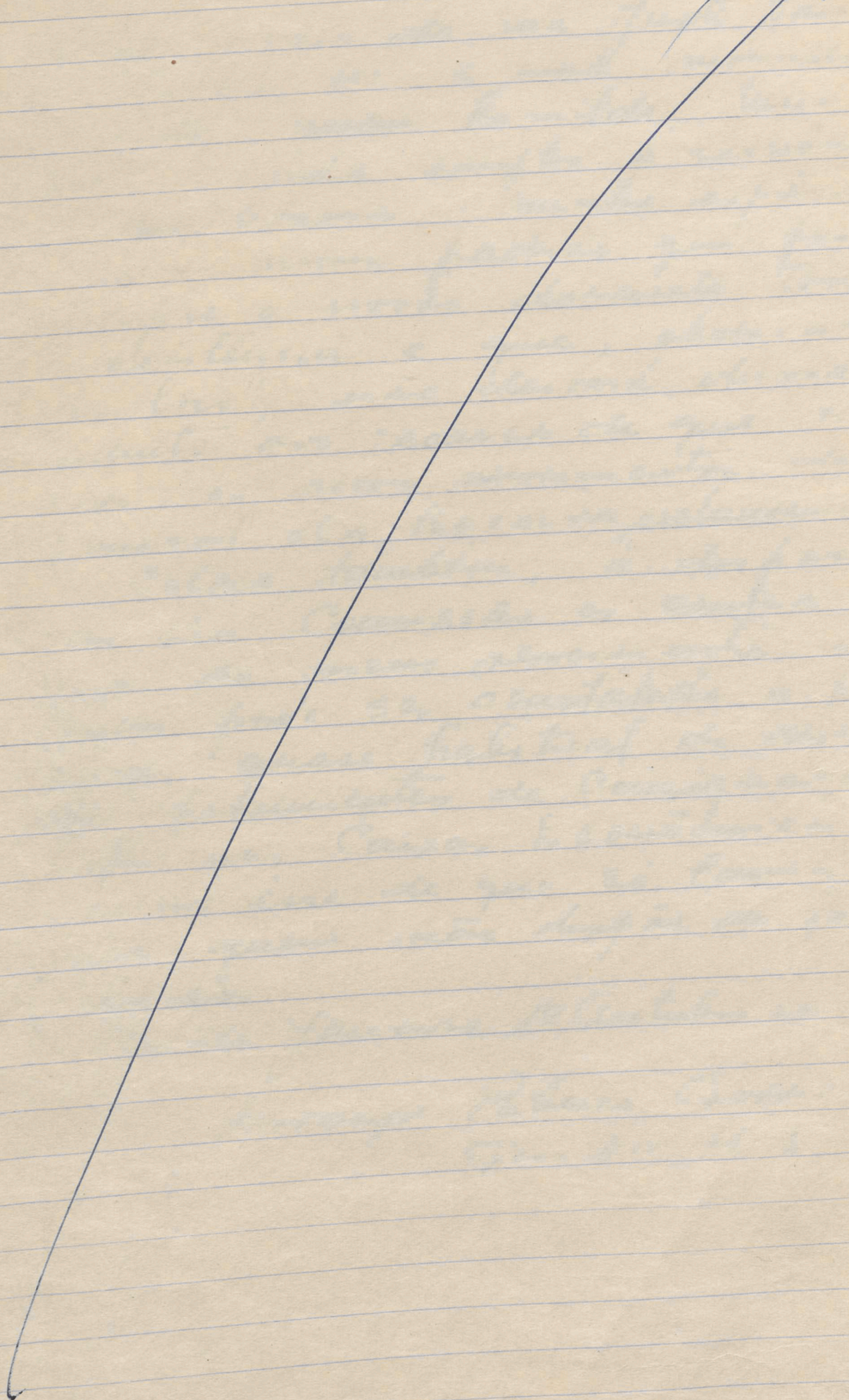
Coloco, também, à disposição da Comissão os contra-cheques de meus rendimentos, nos quais pode ser constatada a presença quase habitual de descontos provenientes de Censurações feitas na Caixa Econômica, Socorro esse de que só lança mão quem não dispõe de outros recursos.

Pis de Janeiro, 10 Outubro de 1967.

João Ribeiro Coelho
Gen Dir R-1

10/14

~~AD~~
398





MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

Carta para a 1015
primeira

Anexo 1121

Brasília, 25 de março de 1963

B9A

Vinha a Direção deste Serviço sustentando uma guerra surda movida por funcionários afastados de postos de chefia, por razões administrativas.

Agora, da Tribuna da Câmara e através declarações ao "Correio Brasiliense", surge o Deputado Edson Garcia e abre-nos nova frente de luta, pedindo uma Comissão Parlamentar de Inquérito para o SPI e atacando a nossa administração à frente deste Serviço.

Inicialmente, declaro que vejo com a maior simpatia uma Comissão de Inquérito no SPI, o que só viria colaborar com o Serviço e fazer justiça aos que trabalham..

Não posso deixar passar sem protesto, porém, as acusações que me faz Sua Ex^a, inclusive nas "Justificativas" que apresenta à Câmara para o seu pedido.

Na falta de melhores argumentos, S. Ex^a acusa-me de que só agora, 15 meses depois de estar no SPI, eu venho de público, dizer que a miséria do índio precisa ter fim. Os números de 3 e 31 de março de 1962, de "O Cruzeiro" bastam para um desmentido formal.

Dizendo-se informado sobre venda ilegal de gado, arrendamentos de terras e transação de votos de índios por Cr\$ 3.600.000,00 que teriam sido operadas na 5^a Inspeção Regional, Sua Ex^a procura envolver o meu nome como se tais fatos, se realmente são verdadeiros, fossem do meu conhecimento.

Pois aqui declaro ao diligente Deputado que apenas agora eu estou tendo ciência disso e lamento que Sua Ex^a não os tivesse denunciado antes, porque estariam já esclarecidos. De qualquer forma, há uma Comissão de Inquérito funcionando na 5^a Inspeção.

Mas, como toda a guerra tem o seu objetivo - que é quase sempre econômico - a guerra que me move o Deputado Edson Garcia, igualmente tem o seu objetivo e este é, também, de natureza econômica.

Assim, denuncio formalmente o Deputado Edson Garcia de estar tentando obter o meu afastamento da Direção do SPI, em virtude da oposição que venho fazendo aos usurpadores e aproveitadores das terras dos índios.

Convenho que sabiam - governo, Imprensa e Câmara Federal - que as razões ocultas que movem o Deputado Edson Garcia estão no Parlamento do Município de Aquidauana, Estado de Mato Grosso, onde há anos se vem tentando, sob as mais variadas formas, usurpar as terras dos índios Kadiwêu.

Instalados naquela área encontrarei, e lá permanecem ainda, 61 arrendatários comidos de contratos legais ao índio e milões de



1015-A

1015-A
BPA

de pleno direito, além de outros tantos intrusos.

Entre estes cito, nominalmente, o fazendeiro Manoel Aureliano da Costa, sogro do deputado Edson Garcia, que há anos vinha tentando "grilar" cerca de 50.000 hectares dessas terras e que delas foi há alguns meses desalojado pelos próprios índios que, para isso, tiveram que matar o capataz do referido Aureliano, um tal de Primitivo, ao que se consta um bandeiro foragido da Justiça.

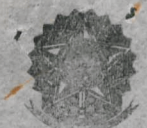
O "Diário da Justiça" - DO, de 30 de janeiro de 1963 - do Estado de Mato Grosso - publica o Edital que cita nominalmente quase uma centena de possuidores de títulos, expedidos pelo Estado, sobre a área dos índios Xadôcués, títulos estes fornecidos através de uma lei estadual, que o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional. Pois bem, deste edital, iniciativa jurídica da atual administração, constam as seguintes pessoas, possuidoras de títulos gratuitos: - Paulo Garcia de Andrade, Balva Garcia de Almeida, Elizeth Garcia de Almeida, Silivaldo Garcia de Almeida, Izolina Garcia Leal, Osvaldo Garcia de Almeida.

Quero que fique bem claro: recebo com o maior agrado e respeito a iniciativa de uma Comissão Parlamentar de Inquérito no SPI cujos serviços só teriam a lucrar com isso.

Não há brasileiro que não anseie por ver tratado com justiça o seu irmão aborígene e nenhum órgão haverá mais autêntico do que a Honrável Câmara Federal para pesquisar o assunto, averiguar as causas que debilitam a ação do SPI, a fim de restituir-lhe as indispensáveis condições de eficiência e independência para que, de novo, se alce até o nível de suas elevadas atribuições.

Uma iniciativa como esta, dada a relevância e significação de que se reveste, deverá, para resguardo do Direito e da Justiça, ser integrada por homens de cultura, alheios a mesquinhas querelas de terras e, por isso mesmo, capazes de conduzir as investigações como Magistrados, com serenidade, visando, não interesses partidários ou promoção de publicidade, mas sim, a redenção do índio - vítima secular da ambição e da ganância!

Arverando-se em detrator do SPI - que incrimina como sendo de Perseguição ao Índio - fica o diligente Deputado Edson Garcia na obrigação moral de provar que a verdadeira meta de sua campanha é, de fato, a miséria do Índio - que não vota, e não a terra do Índio ou os votos dos fazendeiros que, por vários pretextos, vêm tentando usurpar a rica gleba dos Xadôcués.



1016

Anexo nº 2

RESERVADO

Of. nº 1

23 de agosto de 1962

Diretor do Serviço de Proteção aos Índios
Exm^o Senhor Ministro de Estado da Agricultura
: Reitera solicitações

Senhor Ministro:

Em aditamento a expedientes vários já subscritos por esta Direção, (Ofícios nºs 151, 352, 472, 540, respectivamente, de 23-2-62, 27-4-62, 7-6-62 e 29-6-62) retorno à presença de V.Ex^a a fim de solicitar providências que reputo urgentes e essenciais para o andamento, pelo menos aceitável, dos órgãos deste Serviço.

Através diversas viagens de inspeção aos Postos Indígenas e Inspetorias Regionais tenho constatado, salvo poucas mas confortadoras exceções, que o índio assistido "pelo S.P.I." vegeta em condições miseráveis sendo, na grande maioria dos casos, vítima inocente de espoliação desenfreada praticada por terceiros, com a conivência de funcionários desonestos.

O problema seria de somenos e de fácil solução para o Diretor, se se tratasse de casos isolados facilmente extirpáveis.

Infelizmente, porém, o mal é tão generalizado que chega a constituir verdadeira situação de calamidade e incide de maneira nociva, não só sobre o patrimônio público, como também sobre a moral dos funcionários e o bom nome do Serviço, além de constituir, pela vergonhosa espoliação a que submete o índio, uma afronta aos sentimentos de Humanidade.

Talvez cause estranheza que se façam tais restrições a um Serviço com 52 anos de funcionamento e que, até hoje, se engalana com o nome do ínclito Marechal Rondon.

Importa considerar, precisamente, que o Serviço mantém ainda agora a estrutura que lhe deu o seu organizador (Rondon), em 1910. Mas se o S.P.I. continua, em essência, o mesmo, muito diferentes são as condições em que atualmente se desenvolvem os nossos trabalhos.

Realmente, em 1920, 1930 ou mesmo 1940, podia-se deixar, talvez, um Posto Indígena perdido na "hinterland" sem que isso oge



1017

- 2 -

oferecesse prejuízo maior. Funcionários e índios estariam numa verdadeira ilha econômica, mais ou menos alheios às investidas do progresso e, portanto, da ambição humana.

Hoje, porém, o quadro é totalmente outro: a selva, mesmo a amazônica, batida e trilhada por empreendedores e aventureiros de todos os matizes, não oferece mais resguardo nem ao índio nem às feras. Aí tudo tem preço - desde os produtos de natureza extrativa - até o braço do silvícola, sob a forma de mão de obra escrava.

Nas se esse é o aspecto na vasta região amazônica, onde o índio ainda se apresenta com real autenticidade, não menos graves são os problemas do aborígene em outras regiões do país - meridional, nordestina e central, - onde o poder econômico se faz sentir de forma diversa, mas nem por isso menos criminosa e perniciosa.

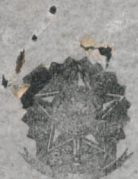
Nestas regiões, já largamente humanizadas, decresce o valor da mão de obra escrava, mas avulta, de forma impressionante, o assalto à terra do índio sob as mais variadas formas.

São arrendamentos feitos à revelia da Diretoria, mas com a cumplicidade indispensável dos Encarregados de Postos e de Chefes de Inspetoria.

A técnica é sempre a mesma: os arrendamentos, notórios ou clandestinos, vão se tornando cada vez mais numerosos e o índio vai, a cada ano que passa, tendo menos terra para viver. Paralelamente vão sendo operados desmatamentos criminosos, (pinheiros, madeira de lei) sob a forma de concessões "oficializadas" ou clandestinas todas elas, porém, rigorosamente proibidas - Regimento Interno e Portarias Ministeriais - mas nunca detidas.

Atualmente a Direção vem se debatendo, até agora, sem sucesso, contra abuse frontal - verdadeiro crime - de que estão sendo vítimas os índios Kadiucús do Pantanal Matogrossense em cujas terras, de uma só vez e contrariando abertamente a Portaria Ministerial nº 450, de 24-3-56, realizaram-se 61 arrendamentos à base de 3.000 Ha, cada um.

Em recente viagem àquela região deparei um quadro pungente e desolador: aos 61 arrendatários somam-se hoje, pelo menos, mais uns 60 intrusos; as rendas contratuais, embora estipuladas em bases ínfimas, não eram recolhidas ao Serviço ou, se o eram, não existe nenhuma contabilização comprobatória que mereça fé; os Encarregados de Postos - por mim destituídos, de imediato, e "in loco" - mancomunados com os fazendeiros arrendatários, com eles mantinham negócios de gado, dilapidavam a madeira aproveitável da Reserva e coagiam os índios para sujeitá-los à submissão; arrenda-



1078
B98

- 3 -

arrendatários há que, tendo arrendado 3.000 Ha, cercaram 8 e até 10 mil; outros, que não se deram ao trabalho de cercar as pastagens, criam o gado em promiscuidade com o do S.P.I.. Nos dias presentes estamos marcando o rebanho existente no Posto Indígena Nalique onde mais de 1.000 rezes não tinham marca de ferro do S.P.I..

Em suma: contratos de legalidade discutível, desvio das rendas, peculato de funcionários subalternos, violências contra índios, protistuição de índias por brancos criminosamente consentidos nos aldeamentos indígenas, dilapidação das reservas florestais, são alguns dos problemas que a Direção tem, no momento, a enfrentar apenas em uma das 9 Inspetorias Regionais.

Mas, como transferir um mau funcionário, se o Diretor não dispõe de outro para substituí-lo?

Como apurar irregularidades de tal monta, se as Comissões de Inquérito - face à coação de que são vítimas - falseiam a verdade, distorcem os fatos, procuram encobrir os peculatórios e faltosos?

Esta exposição, Senhor Ministro, tem por escopo solicitar de V.Ex^a duas medidas inadiáveis:

a) - o urgente atendimento das medidas solicitadas pela Diretoria em ofício nº , de , especialmente no que diz respeito à passagem à disposição do S.P.I. dos 200 militares ali solicitados.

Oitenta por cento dos problemas do Serviço, de correm da falta de pessoal com que o Diretor possa reforçar a sua ação de assistência, estímulo e fiscalização;

b) - designação de uma comissão de Inquérito, formada por elementos estranhos aos quadros do S.P.I., para proceder na 5^a Inspetoria Regional um levantamento completo do Patrimônio Público - Renda Nacional e Indígena - bem como: investigar a legitimidade dos arrendamentos efetuados pelo Inspetor Érico Sampaio em 1959; contabilizar a arrecadação da referida Renda e sua aplicação durante a gestão do Sr. Érico Sampaio e de seu substituto, José Mongenot.

Valho-me da oportunidade para renovar a V.Ex^a os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho
Diretor

Pelas razões expostas, opino pela rejeição do projeto.
Sala da Comissão 12 de junho de 1963. — Paulo Saracate, Relator.

PARERES DA COMISSÃO

A Comissão de Orçamento em reunião plena ordinária, realizada em 12 de junho de 1963, aprovou por unanimidade parecer do Senhor Paulo Saracate, contrário ao Projeto nº 71-63.

Estiveram presentes os Senhores Guilhermino de Oliveira, Presidente, Paulo Saracate, Relator, Nilo Coelho, Clovis Pestana, Eurico Ribeiro Loureiro Baptista, Paulo Coelho, Alomar Baleeiro, Janduir Carneiro, Ruy Santos, Milton Dutra, Newton Carneiro, Milton Reis, Sérgio Mota, Omar Mendes, Janary Nunes, Armando Corrêa, Moyses Pimentel, Carneiro de Loyola, Plínio Lemos, Ary Alcântara, Benedito Vaz, Manoel NUOYAS, Clodomir Millet, Nogueira de Foz, Edmar Martins Tavora, Odilon Coutinho e Senna Satiro.

Sala da Comissão, 12 de junho de 1963. — Guilhermino de Oliveira, Presidente. — Paulo Saracate, Relator.

São lidos e vão a imprimir os seguintes:

REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES

Requerimento de Informações nº 575, de 1963

Solicita ao Poder Executivo, através do Gabinete Civil da Presidência da República, informações sobre o cumprimento da Lei nº 2.168, de 11-1-54, que estabeleceu normas para a instituição do seguro agrário.

(Do Sr. Tourinho Dantas)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Regimento, que sejam solicitadas da Presidência da República as seguintes informações:

a) Quais as providências que foram tomadas pelo Executivo para o cumprimento da Lei nº 2.168 de 11 de janeiro de 1954, que estabeleceu normas para a instituição do seguro agrário, e do decreto nº 35.370 de 12 de abril de 1954, que regulamentava o seguro?

b) Se já foi organizada a Cia. Nacional de Seguro Agrícola e, em caso negativo, qual o motivo?

Sala das Sessões, em 1 de julho de 1963. — Tourinho Dantas.

Requerimento de Informações nº 576, de 1963

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, sejam prestadas pelo Serviço de Proteção aos Índios, informações sobre invasão das terras dos índios Kadiueus, no município de Porto-Murtinho, Estado de Mato Grosso.

(Do Sr. Edison Garcia)

Requeiro, na conformidade do disposto no art. 102, IV, do Regimento Interno, sejam solicitadas ao Ministério da Agricultura, através do Serviço de Proteção aos Índios, as seguintes informações:

1 — Quais os invasores das terras dos índios Kadiueus, no município de Porto-Murtinho, Estado de Mato Grosso, para os quais o Diretor do Serviço de Proteção aos Índios promete iniciar processo de expulsão, conforme entrevista concedida ao Correio da Manhã do Rio de Janeiro? Citar os nomes e localização?

2 — Quais os arrendatários que o SPI mantém nas terras dos índios Kadiueus, com os quais mantém contrato por escrito ou verbal, dos quais recebe renda anual? Citar os nomes

e a quantidade da renda recebida? Qual a área da reserva e qual a quantidade de hectares arrendados pelo SPI?

3 — Dos limitados pelo Estado de Mato Grosso, por força da lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, quais os que tem posse efetiva na reserva dos índios Kadiueus?

4 — Que razões justificam o fato de funcionários do SPI estarem, por ordem do Diretor do Serviço, percorrendo as posses dos arrendatários exigindo pagamento antecipado da renda ou vendendo gado indígena para posterior entrega, como aconteceu com o sr. Cel. José Alves Ribeiro residente no município de Aquidauana, que comprou e pagou mais de Cr\$ 1.000.000,00, sem nada haver recebido até a presente data? Que destino tem dado o sr. Diretor do SPI as importâncias depositadas em seu nome ou em nome de funcionários de sua confiança e pertencentes ao patrimônio do SPI, nos depósitos de 23-8 e 10-8-62, na agência do Banco do Brasil em Aquidauana, de Mt., no total de Cr\$ 443.000,00, e outras, produtos de venda de gado indígena.

5 — Que destino foi dado ao preço da venda de 400 cabeças de gado do município de Aquidauana, de Mt., aos índios Kadiueus feita ao sr. Cel. José Alves Ribeiro ao sr. Fernando Alves Ribeiro, já pagas a administração do sr. Moacyr Ribeiro Coelho?

6 — Que razões justificam a venda do patrimônio indígena, sem concorrência pública, contrariando os usos e costumes e o regulamento? O SPI recebeu dos srs. Ivo Mota, Alceu Queiroz e Baldomero Penajo Flores, em dezembro de 1962, em troca de arrendamento a ser feito, a importância de Cr\$ 1.500.000,00. Que destino teve a importância referida? Por que se está exigindo do sr. Nestor Pacheco, fazendeiro no município de Aquidauana, a quem o SPI ofereceu um pedaço da reserva, mediante pagamento prévio, a importância de Cr\$ 700.000,00, ainda agora, neste mês de junho?

7 — Funcionários do SPI estão percorrendo a reserva dos Kadiueus, a procura dos arrendatários pedindo-lhes seja devolvido ao SPI os recibos de pagamento de renda anteriormente feitos, sob pena de rescisão dos contratos de arrendamento?

8 — Quais as razões da remoção de funcionários de março de 1963 a esta data?

Sala das Sessões, 1.º de julho de 1963. — Edison Garcia.

Justificativa

Não é de hoje que o Cel. Moacyr Ribeiro Coelho, Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, vem vendendo pelos órgãos de nossa imprensa, os mais categorizados, como é o caso do Correio da Manhã, do Rio de Janeiro, notícias falsas, tendenciosas, procurando apresentar-se como um securando Rondon. E, agora, diante dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, não só vem redobrando seus esforços, como anunciando medidas ameaçadoras.

A edição de 30.6. do Correio da Manhã, estampa a seguinte entrevista a sua Sucursal de Brasília: "Requisitarei tropas federais, se necessário for, para reaver as terras dos índios Kadiueus, em Mato Grosso, indevidamente ocupadas. Assim que a Justiça local considerar nulos os títulos de propriedade existentes iniciarei o processo de expulsão dos invasores, o que será feito nem que seja através do Exército."

A entrevista é sensacionalista e falsa. Em primeiro lugar, ao que consta, todos os que se encontram na reserva dos Kadiueus, lá estão por força de contrato de arrendamento feito com o SPI e pagam renda anual, muitos adiantadamente, renda essa que o SPI vem esbanjando, ninguém sabe como. Em segundo lugar,

duvido que o SPI saiba contra quais devesse mover ação de reintegração de posse. E dizer que usará força federal é duvidar da contribuição da força pública estadual, a única a que o Juiz poderia recorrer. Psicólogo, o Cel. diretor do SPI afirma que os índios quando desalojados de suas terras, tem normalmente duas reações: desânimo, caso em que emigram, e a revolta propriamente dita, e que já ocorreu com os Kadiueus — e aí nova ameaça — e pode vir a acontecer novamente. O SPI que planejou e executou massacres contra vizinhos indígenas, na procura de novas áreas para futuros e lucrativos novos arrendamentos já que o que tem não basta, anuncia novas incursões, agora, com o concurso de forças federais, numa tentativa de intranquilidade os habitantes da região, urgindo uma providência imediata do Sr. Ministro da Agricultura, para evitar que, em nome do índio, se cometam novos e desastrosos desatinos.

Requerimento de Informações nº 577, de 1963

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, informações sobre denúncias publicadas na imprensa do Rio de Janeiro acerca de irregularidades que teriam sido cometidas pela Superintendência da Reforma Agrária. (SUPRA).

(Do Sr. Anísio Rocha)

Senhor Presidente,

A Superintendência da Reforma Agrária, também já conhecida pela sigla SUPRA, é um órgão recentemente criado pelo governo do Sr. João Goulart para preparar caminho no sentido de sua famosa Reforma Agrária, reforma de base ou coisa que o valha. Devia ser um órgão de planejamento e a ele foram incorporados vários outros órgãos, inclusive o malfadado INIC.

Acontecer, porém, que a direção da SUPRA, como herança na partilha do bom governamental, foi cair nas mãos de um Sr. João Caruso, dirigente do PTB gaúcho e elemento de confiança do Sr. Leonel Brizola. Ora, o Sr. Caruso, segundo notícia da imprensa do Rio de Janeiro, não fez muita cerimônia no manuseio das verbas postas à disposição daquele órgão, tendo já dissipado cerca de 100 milhões de cruzeiros em vão para pagar "trabalhos especiais" de correligionários e em passagens aéreas para assessores fantasmas cujos nomes permanecem naturalmente no anonimato. Assevera o matutino carioca "Diário de Notícias" que houve um caso mais gritante: "foi quando o Sr. Caruso quis comprar, por mais de cem milhões, dois pequenos aviões de um protegido do Sr. Leonel Brizola. Mas aí era demais, observa o jornal citado, e o seu próprio chefe de gabinete negou-se a compactuar nisso, ameaçando demitir-se. E o negócio não se fez".

Por aí se vê, Sr. Presidente, que espécie de homens de Governo são esses que se propõem a fazer no país uma reforma agrária. Se cometam assim, então o que será, após terem garantida a partilha das propriedades, alheias, que se pretende confiscar?

Remeto à Mesa, o seguinte requerimento:

Requerimento

Requeiro, na forma do Regimento Interno, à Presidência da República, as seguintes informações:

a) Se já tomou conhecimento das denúncias publicadas na imprensa do Rio de Janeiro acerca de irregularidades cometidas pelo atual Superintendente da SUPRA?

b) Em caso afirmativo, quais providências tomadas para a apuração das referidas denúncias, importam na emissão de vales de pagamento de "serviços especiais" de passagens aéreas para assessores fantasmas?

c) Se já foi aberto inquérito administrativo e se já foi afastado daquele cargo o mencionado Superintendente?

Sala das Sessões. — Dep. Anísio Rocha.

Requerimento de Informações nº 578, de 1963

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, informações sobre irregularidades verificadas no âmbito do Ministério e faz outras informações.

(Do Sr. Cantídio Sampaio)

Requeiro, por intermédio do Diretor da Fazenda, se digno oativo prestar as seguintes informações:

1) Qual a natureza e o montante dos desfalques ocorridos no do Ministério da Fazenda e ram causa a prisão administrativa do funcionário Francisco Aureo e quatro funcionários da Barra Mansa, respectivamente?

2) Quais as irregularidades ocorridas na Alfândega de Santos, determinaram a abertura de processo nessa Repartição e implicaram substituição do responsável pelo armazém de bagagem?

3) Como se explica que o do Brasil em São Paulo vendendo depósito compulsório de importações de "máquinas e equipamentos" que se destinam à montagem de unidade industrial ou completação de unidade existente, e pela Instrução 208 (item 1-b) sagrou a dispensa de tais importações nessas hipóteses, mantendo o item IX da Instrução 239, em expressos e incontroversos?

4) Como entender, sobretudo, a paridade de procedimento em várias filiais do Banco do Brasil, umas dispensando o depósito como a de Porto Alegre, e a Matriz do Rio de Janeiro, enquanto de São Paulo persiste na exigência, dando lugar a uma criminalização altamente prejudicial às indústrias paulistas?

Sala das Sessões, 1 de julho de 1963. — Cantídio Sampaio.

Requerimento de Informações nº 579, de 1963

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério de Obras Públicas, informações sobre as obras de construção do Porto de Ilhéus, Estado da Bahia.

(Do Sr. Pedro Catalão)

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos regimetais, sejam solicitadas ao Poder Executivo, através do Ministério da Viação, as seguintes informações:

1. Em consequência do resultado das sondagens geológicas recém concluídas, qual a extensão prevista do molhe, visando um calado acostável suficiente para navios de grande tonelagem adequados ao comércio internacional?

2. Tem o D.N.P.R.C. já concluído o projeto definitivo do molhe, acostável e armazém do porto de Ilhéus?

3. Em caso afirmativo, porque ainda não foi aberta a concorrência pública respectiva?

Justificação

O novo de Ilhéus se mostra ensivo, ante o retardamento de

[Signature]

Declarações

Todos os comprantes citados neste documento foram, na ocasião, anexados ao original remetido à Câmara Federal.

Desde, porém, que eles se façam necessários ao esclarecimento dos fatos, a juízo desta digna Comissão de Inquérito, o deprente procurará reconstituí-los.

Rio, 30 de Setembro de 1967.

[Signature]
Gen Div - R1

1021

1021

1021

23 Jul 1 963.

Diretor do Serviço de Proteção aos Índios
Exmo Sr Ministro da Agricultura
Informação (presta)

Sr Ministro:

O requerimento Nº 576/63, subscrito pelo Sr Deputado Edison Garcia, envolve termos e conceitos que exigem, para correta interpretação da matéria, ser previamente definidos.

Portanto, esta informação comportará, de início a formulação das seguintes.

Definições e Conceitos

Primeiro - Por "invasores das terras dos índios Kadiuêus", entendemos todos os civilizados que lá se encontram vivendo, ou trabalhando e vivendo fora, com exclusão apenas dos funcionários do S P I e isso, porque, sendo essas terras posse legítima dos índios, somente eles não são intrusos ali.

Segundo - Cabe, porém, distinguir desde logo duas categorias distintas de intrusos nas terras dos índios:

- a) - a dos arrendatários e
- b) - a dos não arrendatários e que designaremos apenas de "intrusos" "Arrendatários", no caso, serão aqueles que firmaram contrato com a 5ª Inspetoria Regional, contrato este subscrito pelo Chefe da Inspetoria, na época Inspetor de Índios - Erico Sampaio;
Os "intrusos" serão todos quantos se tenham localizado na área indígena, sem dispor do contrato acima referido.

Terceiro - Os contratos firmados entre a Inspetoria e fazendeiros, em número de 61, embora nulos de pleno Direito por motivos diversos - mas que não constituíram objeto de indagação - representam, todavia, uma situação de fato que o Serviço não pode, nem jamais pretendeu ignorar.

Neste sentido, todo o empenho de minha Administração tem se orientado no propósito de reajustar os contratos existentes - sem estabelecer nenhum novo - mas reformular os existentes, de modo a torná-los menos nocivos à vida do índio e mais condizentes com as necessidades e interesses do S P I.

(CONT...)

- Quarto - Dentro da respectiva categoria, devemos notar a existência dos "pequenos" e dos "grandes" "intrusos". Estes, mercê de abundantes recursos econômicos e prestígio político, açambarcam áreas consideráveis e se repartem em fazendas que arrendam a terceiros. Arrogam-se, indevidamente, o direito de proprietários de terras que já têm dono e, como cobram foro, caracterizam a figura do "grileiro", visto que pretendem a posse definitiva das áreas ocupadas por seus "arrendatários".
- Quinto - Por "titulados" pelo Estado de Mato Grosso - expressão usada pelo Dep Edson Garcia - serão designados todos quantos receberam títulos de propriedade fornecidos pelo Estado com base em Lei promulgada pela Assembleia Legislativa, Lei esta declarada inconstitucional pelo Acórdão..... do S T G. Note-se que estas terras nunca pertenceram ao Estado de Mato Grosso.
- Sexto - Diante da imperiosa necessidade de dar prosseguimento à ação já iniciada, contratei os serviços profissionais do Advogado Dr Paulo Buckner que deverá promover a anulação dos títulos de posse irregularmente fornecidos pelo Estado e obter o título definitivo da propriedade pertencente aos índios Kadiuêus.
- Sétimo - Quanto aos "pequenos intrusos", deverão ter devidamente estudada a situação de cada qual, devendo evoluir para a condição de "arrendatário" ou ser eliminado da Reserva. Já os "grandes intrusos", ou "grileiros" - que pretendem a posse efetiva e definitiva da terra - terão que ser, através da Justiça evadados da área. Impõem, de imediato, duas ordens de providências: o cadastramento geral de quantos se encontram na gleba e a medição de toda a área. Ambas foram iniciadas, sendo que a segunda foi paralisada por falta de recursos. A área já medida totaliza 107.406 Ha. e nela-se encontram 29 fazendeiros, relacionados no Anexo Nº 2. As previsões para a conclusão dos trabalhos de medição, são da ordem de 3 anos de serviço e que ao preço atual-CR\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) por Ha-alcancarão a casa dos 29 milhões de cruzeiros.
- Oitavo - Definição da área dos Kadiuêus - Esta área, definida por limites naturais (Vide Anexo Nº 1) nunca foi medida. Sua área tem sido objeto de estimativas sem nenhum valor, que lhe atribuem 374 mil Ha. quando, na verdade, esta cifra talvez alcance 700 ou 800 mil Ha.

Resposta aos Quesitos formulados

- Item 1º - Os "invasores" nas terras dos Kadiuêus poderão ser "arrendatários", "intrusos" ou "titulados", na forma dos conceitos anteriormente expostos. Até o presente momento, porém, em virtude de não haver sido ultimado o cadastramento que está em curso, não se pode precisar o total de civilizados na área, nem afirmar ou negar que ali se encontrem pessoas possuidoras de títulos (titulados). O Anexo Nº 2 relaciona os 29 ocupantes até agora localizados na área indígena e que ocupam mais 100 mil Ha. Esta cifra talvez represente um oitavo ou mesmo um nono do total geral.

- Baseando-se em pronunciamento meu publicado no "Correio da Manhã", inquiri o Sr Deputado os nomes dos invasores sobre os quais terá início o processo de expulsão.

E' muito cedo para citar nomes, mesmo porque o cadastramento dos ocupantes da gleba está ainda longe de ser concluído.

E' fácil notar, todavia, que o repórter ao redigir a sua nota, confundiu "intrusos" ou "invasores" com "titulados".

- Aqui fica, expresso, o meu pensamento sobre o assunto da referida entrevista, e que o repórter não soube interpretar:

- a) - os "arrendamentos e as intrusões" geraram na gleba dos Kadiuêus uma situação caótica, altamente nociva à vida do índio e à Administração, de vez que tais localizações ocorreram a esmo, sem nenhum critério ou planejamento;
- b) - impõe-se, agora, reajustar a situação com toda urgência de tal forma que aos índios fique reservada uma área contínua, da ordem de 80 a 100 mil Ha;
- c) - ora, como toda a gleba está indiscriminadamente invadida, é claro que a medida acima deverá implicar no deslocamento de eventuais ocupantes, sejam eles "arrendatários" ou "intrusos", para que se obtenham os 100 mil Ha. de área contínua, em local a ser escolhido;
- d) - inquirido pelo repórter se o Serviço teria força para efetuar tais deslocamentos ou, conforme o caso, evacuações, respondi que, para esse fim, apelaria até para o concurso do Exército;
- e) - reconheço como uma situação de fato, a funesta realidade criada na Reserva pelos arrendamentos e invasões. Mas, isso não deve constituir motivo para que nos intimidemos ante as proporções do problema criado, e não procuremos solucioná-lo. E, salvo melhor juízo, a solução residirá no aproveitamento dos recursos financeiros advindos dos "arrendamentos" para a construção de uma Fazenda Modelo destinada a abrigar e dar trabalho aos Kadiuêus.

Item 2º

- O Anexo Nº 3 contém a relação dos "arrendatários" que formaram com a 5ª Inspetoria contratos escritos. Não é compreensível que existam contratos "verbais". Os ocupantes da terra sem contratos são, aqui, denominados "intrusos". Quanto ao pagamento, dos arrendamentos é assunto ainda tão controvertido como a validade dos contratos.

Ao ser inquirido na C P I pelo Dep Edison Garcia, a propósito deste assunto, procurei esclarecer e fixar a realidade.

Como parece que S Excia não me entendeu, indispensável se torna esclarecer definitivamente o caso:

- a) - No que respeita a minha Administração o S P I não mantém arrendatários, nem intrusos nas terras dos índios.

Tolera, isso sim, a presença de estranhos ali porque essa é uma situação de fato, vinda de Administrações anteriores;

- b) - quanto aos que pagam renda continuam a fazê-lo diretamente à Inspetoria, como já vinha sendo feito antes de eu haver assumido a Direção do

(CONT...)

1024
BGA

Serviço e é de praxe no S P I, praxe esta que eu ainda não tive condições para modificar;

c) - Portanto hoje, como nas Administrações passadas, as Inspetorias recebem, contabilizam e aplicam as rendas auferidas, prestando à "posteriores" contas à Diretoria;

d) - Este não é, talvez, o melhor processo de trabalho mas impõe-se, pelo menos até que o Serviço consiga Estruturar - se melhor, conforme o prescrito no DO de 12/2/1 963.

Pelo novo Regulamento terá o S P I uma Divisão de Atividades Econômicas, criada para gerir o patrimônio e que permitirá um melhor enquadramento das atividades financeiras das Inspetorias, sem o risco de tumultuar a administração;

e) - Deixo aqui bem esclarecido que, nas precárias condições em que funciona o S P I, é impraticável alterar as normas e praxes, de trabalho, o que poderia gerar maior confusão e, quiçá, criar o colapso de suas atividades.

Não altera o processo de trabalho, porém, não significa que se não diligencie por esclarecer casos omissos ou duvidosos.

Dai os dois Inquéritos Administrativos instaurados na 5ª Inspetoria pelo Diretor, além de um terceiro aberto pelo próprio Ministro da Agricultura, por solicitação do Diretor do Serviço. (Vide Anexo Nº 4 - ofício Reservado Nº 1, de

- Os balancetes da Inspetoria dão conta da arrecadação e da aplicação da renda auferida (Vide Anexo Nº 5).

- Não é ainda conhecida a extensão da Reserva, conforme o exposto em "Definições e Conceitos", nos itens Sétimo e Oitavo.

- Também não é possível fixar quantos Ha. estejam "arrendados", visto como os arrendamentos, que foram estabelecidos na base de 3.00 Ha., cada um, tiveram na prática exatidão muito diferente é isso porque a Inspetoria tendo firmado contratos teóricos - sem levar em conta limites definidos e aguadas - também omitiu-se na fiscalização, deixando que os arrendatários se assenhoriassem das áreas conforme melhor lhes pareceu.

Somente, portanto, após o levantamento geral está em curso na área, (Anexos 6.....) poderá ser conhecida a superfície realmente ocupada pelos arrendatários.

Item 3º

- Somente o cadastramento geral poderá dizer se há "titulados", e quantos, dentro da área.

Item 4º

- Os funcionários que estão percorrendo a gleba não o fazem para exigir pagamento antecipado da renda, nem para vender gado, conforme alega o Sr Dep Garcia.

Se isso ocorrer deverá ser denunciado ao Serviço e apontado o funcionário responsável. Conforme os Anexos 6....., fica esclarecido que a missão de tais funcionários consiste em promover o levantamento cadastral dos ocupantes e comporta diversos lançamentos com esse objetivo.

- A transação feita diretamente pelo Chefe da Inspetoria, Sr Fernando Cruz, com o Cel José Alves Ribeiro, fazendeiro e pessoa que goza do melhor conceito no Sul de Mato Grosso, vem respondida pela Inspetoria no Anexo 6. O atual Chefe da Inspetoria, Sr Anísio de Carvalho, comprova que a importância paga foi devidamente contabilizada e aplicada e /

(CONT.....)

dá as razões pelas quais não foi entregue ao comprador o gado por ele adquirido.

Cabe aqui um esclarecimento adicional e que diz respeito às rendas de gado efetuadas, bem como arrendamentos ajustados com Ivo Mota, Alceu Queiroz e Baldomero Penajo Flores.

Era, ao tempo, Chefe da 5ª Inspetoria o Sr Fernando José da Cruz que nesta, como eventualmente em outras transações não autorizadas, agiu por sua exclusiva responsabilidade e com o propósito de saldar compromissos assumidos em Campo Grande, tais

como a compra de um caminhão, de uma Camioneta e outros compromissos assumidos também sem autorização nem conhecimento da Diretoria.

Para fazer face a tais despesas, realmente feitas no interesse do serviço, embora sem a devida autorização, foi o Chefe da Inspetoria levado a efetuar as vendas de gado aqui apontadas e que lhe valeram a substituição naquele cargo.

Também quanto ao arrendamento ajustado com as pessoas acima referidas, agiu o Chefe da Inspetoria por sua exclusiva responsabilidade, de vez que tais arrendamentos foram feitos sem autorização e sem conhecimento da Diretoria.

Importa, finalmente, considerar que tais transações foram efetuadas com pessoas de notória idoneidade moral - Cel José Alves Ribeiro e Dr Fernando Alves Ribeiro e que se acham devidamente contabilizadas as quantias decorrentes dessas operações.

Nessas condições, e porque existe em curso um inquérito administrativo na 5ª Inspetoria, deixo de apreciar, no momento, o aspecto disciplinar da questão.

Excedeu-se, lamentavelmente, o Dep Edson Garcia quando indaga o destino que o Diretor teria dado "às importâncias depositadas em seu nome ou em nome de funcionário de sua confiança e pertencentes ao patrimônio indígena de sucessivas depósitos de 28/8 e 10/8/62, na Agência do Banco do Brasil de Campo Grande, MT., no total de CR\$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil cruzeiros) e outras, produtos de venda de gado indígena".

O Anexo Nº 7, declaração fornecida pela Agência do Banco do Brasil de Campo Grande, prova que em nome do Cel Moacir Ribeiro Coelho não foi jamais efetuado, nem esses nem outros quaisquer depósitos, nem nas datas referidas nem em outras quaisquer.

Foi essa, portanto uma acusação falsa e afrontosa.

- O Anexo Nº 8, contém o extrato de conta do Sr Fernando José da Cruz, Chefe da 5ª Inspetoria. E ainda nesse documento não aparecem as parcelas ou datas referidas pelo Deputado.

Mas há neste quesito ainda um reparo a fazer:

A referência a funcionários da confiança do Diretor.

Todos os funcionários são da confiança do Diretor, enquanto a merecem. Existem cargos de confiança, sem dúvida.

Mas pretender-se atribuir a um Diretor ou Chefe, eventuais erros ou desmandos de seus auxiliares é malícia que não se coaduna com a dignidade de pessoas que se prezam.

Item 5º

- O Anexo Nº 9, firmado pelo Dr Fernando Alves Ribeiro, ex-Deputado Federal pela UDN - MT., e atual Prefeito de Aquidauana, pessoa, portanto, de ilibada reputação e onorabilidade, comprova haver sido ele próprio o aplicador do produto da venda, não de 400 cabeças de gado, mas de 314, adquiridas da 5ª Inspetoria por intermédio do então Chefe daquela Repartição, Sr Fernando Cruz. Cabe ressaltar que a referida importância não foi paga "à Administração do Sr Cel Moacir Ribeiro Coelho", como capciosamente declara o Dep Edson Garcia. Esse dinheiro, mediante combinação feita entre comprador e vendedor, foi aplicado diretamente pelo Dr Fernando Alves Ribeiro, em pagamento a despesas feitas pela Inspetoria e que se encontram devidamente contabilizadas, conforme esclarece o Anexo Nº 6.

Item 6º

- O Anexo Nº 6 alinha as razões que justificam a venda do patrimônio indígena diretamente pelas Inspetorias e, muitas vezes, sem concorrência pública. Nos moldes deficientes em que vem funcionando o S I P, de uns 20 anos para cá, as Inspetorias enfrentam, à miúdo, situações difíceis e que exigem imediata solução. Por outro lado, em pequenas localidades do interior, onde é escasso e conhecido o nome dos prováveis licitantes, a concorrência pública mostra-se de resultados duvidosos. A prática tem mesmo demonstrado que os baixos preços alcançados em alienações feitas através de concorrência, decorrem da prévia combinação entre os interessados. Por isso, muitas vezes, é mais rendosa a venda através "tomada de preços". Esta foi a praxe seguida no caso das vendas efetuadas aos Srs Cel José Alves Ribeiro e Dr Fernando Alves Ribeiro - pessoas de responsabilidade e grandes posses e a respeito das quais não é lícito esperar que fossem lesar a Inspetoria. De qualquer forma, estas explicações são aqui apresentadas em abono do funcionário Fernando Cruz - que vendeu o gado - e dos Srs José e Fernando Alves Ribeiro, visto como a transação foi feita sem autorização e sem conhecimento da Diretoria. Realizada porém, como foi, com pessoas do gabarito social e moral dos Srs Alves Ribeiro - pai e filho - não posso deixar de encarar a transação como honesta, mesmo porque ela está devidamente contabilizada na Inspetoria. Poderia arguir-se o funcionário de abuso de autoridade e os compradores de haverem adquirido gado de quem não estava autorizado, nem tinha competência funcional para vender.
- Ainda o Anexo Nº 6 esclarece que a importância de CR\$1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil cruzeiros), recebida dos Srs Ivo Mota, ao, digo, Alceu Queiroz e Baldomero Penjo Flores, a título de arrendamento de terra está devidamente contabilizada na 5ª Inspetoria e foi empregada em benefício do Serviço. Também neste caso agiu o Sr Fernando Cruz sob sua exclusiva responsabilidade, visto como a Diretoria não autorizou nem teve ciência dessa

(CONT...)

I - CONSIDERAÇÕES GERAIS

1) - Esta Direção realizou, de 5 de janeiro a 16 de fevereiro do corrente ano, uma viagem de inspeção através as 5ª, 6ª, 9ª, 1ª e 2ª. Inspetorias Regionais, sediadas, respectivamente, em Cam-po Grande, Cuiabá, no Estado de Mato grosso, Pôsto Velho, no Terri-tório Federal de Rondônia; Manaus, Estado do Amazonas; e Belém, no Estado do Pará.

2) - Foram visitadas, além das sedes das Inspetorias, al-guns dos Postos Indígenas de cada uma delas.

3) - Considerando que as Inspetorias Regionais têm, res-pectivamente, a 1ª I.R., nove; a 2ª I.R., dezessete; a 5ª I.R., do-ze; a 6ª I.R. onze; e a 9ª I.R., quatro Postos, distantes uns dos outros e de difícil acesso, impossível se torna visitar a cada um dêles durante um roteiro tão exíguo.

II - CONSTITUIRAM OBJETIVO DA INSPEÇÃO:A) - QUANTO AOS POSTOS INDIGENAS:

1) - Tomar contato com os Pôstos Indígenas instalados pelo "hinterland" e verificar "in loco" :

a) as condições de vivencia dos indígenas e a forma porque se desenvolve o processo de aculturação;

b) os recursos de que dispõe o SPI e as condições de vi-da dos funcionários;

c) as mais prementes necessidades do Serviço, para que preencha as condições mínimas de eficiência;

d) verificar o tratamento dispensados pelos Engarregados às populações indígenas: assistência, possibilidades de trabalho, trato amistoso, etc;

e) verificar a situação da escrituração e o lançamento da Renda Indígena auferida pelo Pôsto;

f) verificar o material e o estado em que se encontra.

B) - QUANTO AS INSPETORIAS REGIONAIS

1) - Verificar a maneira pela qual o Inspetor controla a vida dos Postos e as atividades dos respectivos Engarregados;

2) - Verificar a escrituração de modo geral e, em parti-cular, a carga pertencente à Inspetoria e aos Postos Indígenas;

3) - Verificar a arrecadação da Renda Indígena e sua aplicação;

4) - Verificar como se processa a aplicação das verbas; de terras, porventura existentes.

C) - SOBRE OS PACAAS-NOVOS:

O assunto relativo a necrofagia dos Pacaas Novos, larga-mente explorado por "O Cruzeiro", constituiu outro dos objetivos de inspeção.

D) - MISSIONÁRIOS PROTESTANTES:

A elucidação dêste assunto, grandemente controvertido e tumultuado através de informações e relatórios enviados ao Conselho de Segurança Nacional e ao Serviço de Proteção aos Índios, consti-tuiu mais um objetivo para esta viagem de inspeção.

III- OBSERVAÇÕES RESULTANTES DA INSPEÇÃO:A) POSTOS INDÍGENAS:

Salvo algumas poucas e honrosas exceções, fruto da de-dicação e do interesse dos funcionários - os Postos encontram-se em lamentável estado : desassistidos, carecentes de tudo, sem fiscali-zação, ficam os índios entregues a si mesmos e a terra indígena á

- transação.
- O Anexo Nº..... contém a declaração do Sr Nestor Pacheco, a qual restabelece a verdade sobre a última parte deste item.
- Item 7 e - Esta respondido no item 4º e Anexos 6.....
- Item 8º - O Anexo Nº 12 contém a relação dos funcionários transferidos a partir de Março do corrente ano. Importa aqui, porém, esclarecer alguns detalhes da indagação. Inicialmente, todas as transferências obedeceram aos interesses do serviço, notadamente a necessidade de moralizá-lo. Este é o caso, por exemplo, dos funcionários:
- a) - Nereu Moreira da Costa - que, como encarregado do posto "Dr Selistre de Campos", vinha arrendando as terras da Reserva sem conhecimento da Diretoria;
 - b) - E' ainda o caso de Sebastião Ferreira de Lucca na o qual, como encarregado do posto "Cap Iakri" vinha cometendo a mesma irregularidade. A transferência deste funcionário acarretou a de sua esposa, Leonor Lucena, também funcionária. Este caso tornou-se mais grave porque, sentindo-se descobertos na irregularidade, procuraram os funcionários intimidar os índios na presença do Diretor, sendo punidos com 30 dias de suspensão;
 - c) - Ernani Luz foi transferido do Museu do Índio para o posto Nonoai, a seu pedido;
 - d) - Ducastel Gutierrez foi transferido de Manaus para o Paraná a pedido de sua esposa;
 - e) - Alderico Soares e sua esposa Jandira Soares foram transferidos de Porto Velho - Ro., sede da 9ª Inspetoria, para a Fazenda de São Marcos, nas funções de encarregado dessa Fazenda;
 - f) - José Fiuza foi transferido do Pará para Porto Velho nas funções de Chefe da 9ª Inspetoria;
 - g) - Japhet Chaves foi transferido da 5ª Inspetoria para Baurú-São Paulo a fim de substituir Sebastião Lucena como encarregado do Posto Indígena "Cap Iakri".

Justificativas

Nas justificativas para o seu pedido de informações alega o Dep Edson Garcia que o Diretor do S P I vem, pela Imprensa veiculando "Notícias falsas, tendenciosas, procurando apresentar-se como um segundo Rondon".

Os meus pronunciamentos pela Imprensa, são, invariavelmente, resposta aos ataques de que sou vítima, inclusive ataques injustos e tendenciosos partidos do próprio Dep Edson Garcia.

Trata-se de um legítimo direito de defesa, não só do meu nome como da minha condição de Oficial superior do Exército e da dignidade do cargo que ocupo.

Tais ataques, conforme tenho denunciado, procuram comprometer a honestidade da minha Administração com o propósito de incompatibilizar-me com as autoridades superiores e afastar-me da direção do S P I.

Parece que não convém um Diretor que defenda o índio e lute pelos seus direitos.

(CONT...)

Alega o Sr Edson Garcia que eu teria dado notícias falsas, mas não diz quais foram elas. Os meus pronunciamentos quer antes, quer depois de instalada a C P I., constituem sempre resposta. Se são mais frequentes agora, é que estou sendo mais atacado, agora.

Fala ainda o Sr Edson Garcia de que eu teria anunciado / medidas ameaçadoras. Quais? Contra quem?

Será crime apelar para a Justiça? Será pensar, digo, será crime pensar em apelar para o Exército a fim de reintegrar o índio - esse eterno esbulhado - na posse do que lhe pertence, / por direito expresse na Constituição?

Será crime lutar contra os grileiros da terra dos índios e seus agentes?

A entrevista a que se reporta o Dep Edson Garcia pode / conter alguma impropriedade de termos ou erros de apreciação, resultantes de má interpretação do repórter que redigiu o texto. / Mas não é sensacionalista nem falsa.

Poderá ser dramática, porque dramática é a miséria do índio e odiosas as injustiças de que vem sendo vítima indefesa.

Argumenta o Sr Edson Garcia que "em primeiro lugar ao que consta, todos os que se encontram na Reserva dos Kadiués, lá / estão por força de contrato de arrendamento feito com S P I e / pagam renda anual, muitos adiantadamente....."

O cadastramento que está sendo feito e uma parte do qual constitui o Anexo Nº 2, demonstra o erro em que vem laborando o diligente Deputado. Com a conclusão desse levantamento verá o Sr Edson Garcia, que na Reserva dos Kadiués, além dos arrendatários, há os "intrusos" que não têm contrato e que nada pagam / e há, ainda, os "grileiros" que ainda cobram de terceiros foros sobre a terra dos índios.

Na verdade, está a Reserva tomada de "intrusos" das várias categoria e, se o Serviço não tiver meios para deter a invasão que se faz insidiosamente, e não conseguir tomar o efetivo controle da situação, em pouco tempo "arrendatários", "intrusos" e "grileiros" terão expulsado os Kadiués - legítimos / donos - definitivamente da área e estarão lutando uns contra / os outros.

Quanto aos pagamentos dos arrendamentos, quer sejam / feitos desta ou daquela forma, adiantadamente ou não, vem sendo feitos - como o foram sempre - diretamente à 5ª Inspetoria, que os aplica também diretamente visto como, nas presentes condições de estrutura e organização do Serviço, a direção não / tem possibilidade para modificar esta praxe.

Alterar as normas de trabalho, sem adaptar previamente / a estrutura e dispor dos funcionários indispensáveis, seria ameaçar o Serviço de ingressar na confusão e dar margem à irresponsabilidade funcional. O Sr Edson Garcia raciocina apenas com a 5ª Inspetoria Regional, mas o Diretor precisa considerar problemas idênticos nas outras 8 Inspetorias.

As rendas arrecadadas pelas Inspetorias são por elas aplicadas, sob a responsabilidade de seus respectivos Chefes. Os esbanjamentos, quando existentes, são apurados em Inquéritos / Administrativos que identificarão os responsáveis. Esse é o caso da 5ª Inspetoria e do de qualquer das outras.

Alega ainda o Dep Garcia que duvida "saiba o S P I contra quais deva mover ação de reintegração de posse". Sabe-o / no devido tempo.

Quanto ao uso, eventual, de Força Federal - com o que / não concorda o Sr Deputado - devo esclarecer que tal autorização, sendo o caso, seria previamente solicitada ao Governo Es-

(CONT...)

(CONTINUAÇÃO...)

1029
tadual de vez que, tendo em vista a complexidade dos interesses em jogo e suas implicações políticas, a polícia local, mesmo a militar, sentiria dificuldade para agir.

Não se pensa em Força Federal tendo em vista a potencialidade dos recursos bélicos; mas sim pela isenção e apartidarismo de sua atuação, distanciada dos interesses imediatistas e, também, pela compreensão, respeito e simpatia com que o povo recebe este tipo de autoridade, sem reação.

Não se precisa ser psicólogo para identificar o que vem ocorrendo com os nossos desafortunados aborígenas, submetidos a um lento e constante processo de espoliação. Basta conviver com eles, visitar as suas choças e tugúrios, ouvir-lhes as decepções e as amarguras.

Quanto ao sentimento de revolta, que também existe, o Anexo Nº 10 dá idéia dele como existente entre os Kadiués muitos meses antes de eclodir o incidente no qual perdeu a vida o invasor Primitivo do Couto.

Para o Deputado Edson Garcia parece constituir ameaça a previsão de que os injustiçados possam, um dia, revoltar-se contra os seus opressores e usurpadores.

Não pode passar sem repulsa a leviandade da afirmativa de que "o S P I que planejou e executou massacres contra vizinhos indefesos, na procura de novas áreas para futuros e lucrativos novos arrendamentos.....".

Parece que o Sr Deputado deseja referir-se ao incidente ocorrido no sítio denominado Fazenda da Lontra e no qual perdeu a vida o indivíduo Primitivo do Couto.

O Anexo Nº 1, fornecido pela Repartição de terras de Campo Grande, assinala os limites da Reserva dos Kadiués, correndo da Bodequena pelo curso do Niutaca.

Ora, na Região compreendida entre o Niutaca e o córrego do Limoeiro, situam-se não só a Fazenda da Lontra como também o retiro de Santa Marta, terras estas de que se diz proprietário o Sr Manoel Aureliano da Costa Filho.

Acontece, porém, que esta pretensão não é aceita por ninguém, nem mesmo pelos índios que sabem, de várias gerações, quais são os limites de suas terras mau grado haveram os interesses deslocado os marcos das divisas.

Mas como o Sr Manoel Aureliano da Costa não reside nem explora essas terras, (ao consta cerca de 80.000 Ha.) preferiu dá-las em arrendamento a Primitivo do Couto e a Walter Sortica dos Santos que ocupam respectivamente a Fazenda Lontra desde 1959 e o Retiro de Santa Marta desde de 1960.

As condições estabelecidas para tais arrendamentos foram: prazo de 5 anos e obrigação de deixar tôdas as benfeitorias.

No mês de do ano passado revoltaram-se os índios e o grave incidente teve lugar na Fazenda Lontra, perecendo o indivíduo Primitivo do Couto, ao que consta um foragido da Justiça por homicídio praticado no Município de Bonito.

De quem a culpa?

O Inquérito Policial que está correndo na Comarca de Porto Murtinho revelará os mandantes, se é que os houve.

E ha hipótese, que precisa ser comprovada, de que algum funcionário do S P I se tenha aliado aos índios, será honesto que o Sr Deputado afirme que o "S P I planejou e executou massacres contra vizinhos inocentes..."?

Será honesto que o Sr Deputado Edson Garcia queira ligar esse fato lamentável, sem dúvida, com a afirmativa do Diretor

(CONT...)

1080

(CONTINUAÇÃO...)

segundo a qual recorrerá, se necessário, ao pedido de Força Federal a fim de restabelecer a ordem e o direito na Reserva dos Kadiwéus?

Esses fatos dolorosos ocorridos na Fazenda da Lontra tiveram lugar - e poderão, infelizmente, voltar a acontecer - exatamente porque "intrusos" e "grileiros" invadiram a área e, com as violências - que cometem como era o caso de Primitivo do Couto, notório espancador de índios - criam as condições indispensáveis para as crises de violência e desespero.

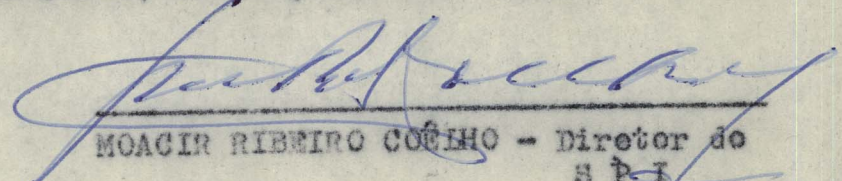
Por ordem do Diretor, Sr Ministro, não se cometeram nem serão cometidos atos de violência ou desatinos.

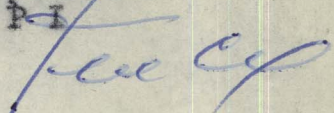
A Justiça dará no caso ocorrido da Fazenda da Lontra o seu veredito. Mas cabe aqui, em defesa da minha dignidade, que seja repelida a insinuação maldosa por meio da qual o Deputado Edson Garcia procura atribuir-me uma intenção que reputo incompatível com a dignidade humana.

Poderão surgir funcionários implicados nessa revolta dos índios. Mas terão agido por conta própria, sem o menor conhecimento da diretoria.

O grande, o maior culpado é, porém, o inescrupuloso grileiro que se arroga a posse de uma terra que sabe pertencer aos índios e a arrenda a terceiros.

Barra do Corda, 23 de julho de 1963.


MOACIR RIBEIRO COELHO - Diretor de
S P I





Ao Exm^o Senhor Ministro de Estado da Agricultura:

Tomei conhecimento pela imprensa de que V.Exa foi visitado por Frei Roberto Gomes de Arruda, da Prelazia de Guajará-Mirim, Território Federal de Rondônia.

Ainda, segundo o mesmo noticiário, tal sacerdote teria feito sobre a minha administração no SPI acusações diversas como as de: hostilizar o clero católico, impedindo o trabalho dos seus Missionários, descurar do socorro aos índios Pakaas-Novos, proteger Missionários estrangeiros, praticar desvios de verbas, etc.

Tais acusações, Senhor Ministro, além de absolutamente falsas - e provarei isso inclusive em juízo - fazem parte de um mesquinho "complot" de interessados que visa afastar-me da Direção do SPI, incompatibilizando-me com as autoridades superiores e com a opinião pública.

Três documentos que tenho a honra de apresentar a V.Exa, bastarão para provar a falácia das acusações desse indigno sacerdote, sobre cuja moral, aliás, correm em Rondônia e na "Expedição Mafra" insinuações muito graves.

Com o propósito de esclarecer o que digo, permita V.Exa que faça um breve retrospecto dos acontecimentos.

1 - Situação dos índios Pakaas-Novos em fevereiro de 62.

O exemplar de 3 de março de 1962 de "O Cruzeiro", anexo, mostrará a V.Exa a situação - até então absolutamente ignorada no país - em que eu fui encontrar esses índios, em minha primeira viagem de inspeção, iniciada menos de 30 dias de investido no cargo de Diretor.

2 - Antecedentes que forjaram essa situação de verdadeira calamidade.

A história da "pacificação" desses índios, algo de doloroso e desumano, não constitui caso único no genocídio que, conforme tenho denunciado, vimos há vários anos (desde o afastamento de Rondon) praticando no Brasil.

No caso dos Pakaas-Novos, quatro fatores concorreram para culminar na monstruosa realidade que "O Cruzeiro" documentou, à minha vista:

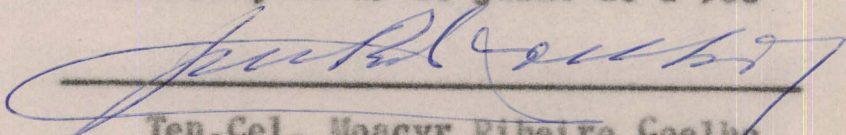


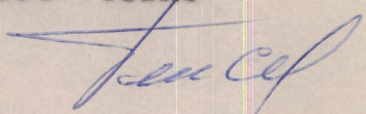
fornecidos à 9ª Inspetoria Regional pelas Verbas Orçamentárias e pela Renda Indígena, bem assim as providências tomadas por esta Direção.

Espero que, com os esclarecimentos acima, fique bem situada a minha atuação à frente do Serviço de Proteção aos Índios, bem assim o desejo injustificado do Padre Roberto Arruda de, encobrindo as suas fraquezas e interesses excusos, jogá-los sobre a minha administração.

Aproveito a oportunidade para renovar a V.Exª os protestos de minha mais elevada estima e distinta consideração.

Brasília, em 19 de julho de 1963


Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho

Diretor 

Anexo nº 1 e 2	-	Fotocópias
" "	3	- Cópia da Ordem de Serviço nº 27
" "	4	- Cópia da Ordem de Serviço nº 28
" "	5	- Cópia da Ordem de Serviço nº 45
" "	6	- Cópia do Relatório do Inspetor Meneles
" "	7	- Recursos da Renda Indígena
" "	8	- Cópia da Portaria de Comissão de Inquérito

PRÄLATUR VON GUAJARA-MIRIM
(Guaporé-Brasilien)
Generalvikar Dr. F. A. Bendoraitis

ANEXO Nº 1

z. Z. HATTINGEN Ruhr, Mai 1961

Am Quell 8
Telefon 6088

Bankkonto:
Dresdner Bank AG, Essen, Konto-Nr. 1208

Postscheckkonto Essen 4842

Sehr verehrte gnädige Frau!
Sehr geehrter Herr!

Gestatten Sie mir bitte, daß ich einige Minuten Ihre Aufmerksamkeit für ein Anliegen, das es verdient beachtet zu werden, in Anspruch nehme.

Wegen des dringenden Aufrufes des Heiligen Vaters, Papst Johannes XXIII, den Missionsgebieten Lateinamerikas besondere Aufmerksamkeit zu schenken, arbeite ich jetzt als Missionar bei den Indianern von Guaporé in der "Grünen Hölle" Brasiliens.

Während des Krieges habe ich Medizin studiert und nach 10-jähriger ärztlicher Tätigkeit entschloß ich mich zum Priesterstudium. Wo besser könnte ich meine ärztlichen Fähigkeiten mit dem Priesterstande ausüben als in der Mission, und wo bedürfen die Menschen der seelischen und körperlichen Hilfe mehr als in der "Grünen Hölle".

Die Prälatur von Guajara-Mirim, die eine Größe von fast 100 000 qkm hat, die etwa der Hälfte des Gebietes der Bundesrepublik Deutschland entspricht, verfügt nur über 6 Geistliche, die wegen des tropischen Klimas in diesem Gebiet Brasiliens vollständig erschöpft oder krank sind. Können Sie sich vorstellen, daß es in unserem Jahrhundert auf der Erde noch Menschen gibt, die gänzlich unbekleidet einhergehen? Der Umfang der Armut und des Elendes ist für einen Mitteleuropäer unfassbar. Jedes 2. Kind stirbt, da in diesem weiten Gebiet nicht ein einziger Arzt tätig ist. Unter diesen primitiven Menschen herrscht Anthropophagie (Menschenfresserei). Noch vor kurzer Zeit wurde ein deutscher Geistlicher (ein Missionar) mit Pfeil und Bogen ermordet und verspeist.

Die riesigen Entfernungen können von uns Missionaren nur auf reißenden Flußläufen bewältigt werden, da nicht eine einzige Straße das Land durchzieht. Es ist dem Missionar innerhalb eines ganzen Jahres nicht möglich, jeden Stamm auch nur ein einziges Mal zu besuchen. Wenn die Eingeborenen erfahren, daß im Nachbardorf, das vielleicht 100 km entfernt liegen mag, ein Priester erwartet wird, so machen sie sich zu Fuß oder per Boot auf den Weg, um das Wort Gottes zu hören.

Mein Bischof, Seine Excellenz Franziskus Xaverius REY, Bischof von Guajara-Mirim, hat mich beauftragt, Ihnen meine Sorgen vorzutragen.

Mir als Arzt fehlen die notwendigsten medizinischen Hilfsmittel und Instrumente, um eine Krankenstation einrichten zu können. Ebenso besitzen wir keine Motorboote noch Boote mit Außenbordmotoren, Jeeps etc., die zur Ausübung unserer Missionstätigkeit in diesen unwegsamen Landstrichen unerlässlich sind.

Wenn Sie glauben, daß meine Arbeit in der "Grünen Hölle" im Amazonasgebiet Ihrer Unterstützung würdig ist, dann legen Sie bitte diesen Brief nicht beiseite, sondern empfehlen Sie mein Anliegen Ihren Freunden und Verwandten. Auch die kleinste Gabe hilft mir, die Sie mir mit beiliegender Zahlkarte auf das Postscheckkonto Essen 4842, Kath. Mission von Guaporé-Brasilien, oder auf das Konto 1208 der Dresdner Bank Essen überweisen wollen.

Eine steuerlich absetzbare Spendenquittung lasse ich Ihnen auf Wunsch gern zugehen, da diese Aktion vom Innenministerium mit Erlaß vom 15. Nov. 1960 genehmigt wurde.

Ich darf Ihnen durch mein priesterliches Gebet meinen herzlichen Dank sagen.

I h r

Dr. F. A. Bendoraitis

h. a. original

TRADUÇÕES
ESCRITÓRIO "BOLIVAR LACERDA"
TRADUTORES PÚBLICOS JURAMENTADOS

CLOTILDE GOMIDE COHN
(INGLÊS-FRANCÊS-ESPAANHOL)

DOMINGOS APOLLONIO
(ITALIANO)

HERMANN SAUER
(ALEMÃO)

ESTADO DE SÃO PAULO
Comarca da Capital
São Paulo

Tradução Sório A
No. 1.583/62

RUA BENJAMIN CONSTANT, 23
2.º Andar - Fone 33-5252
(Esq. da Praça da Sé)

"____ Eu, HERMANN SAUER, TRADUTOR PÚBLICO e Intérprete do Comércio, Juramentado pela Colenda Junta Comercial do Estado de São Paulo, Brasil, traduzo, a seguir, para o vernáculo um documento redigido em idioma alemão que me foi apresentado por pessoa interessada : -

"____ Prolatura do Guajara-Mirim (Guaporé-Brasil). Vigário Geral Dr. F. A. Bondoraitis. - Atualmento: Hattingen/Ruhr, Am Quell 8 - Tel: 6088 - Conta bancária: Dresdner Bank AG Essen, No. 1208. - Cheques Postais: Essen 4842. - Maio de 1961. -

Mui prezada Senhora !

Mui prezado Senhor !

Permitam-me, por obséquio, chamar a sua atenção sobre um assunto digno de ser tomado em consideração.

Atendendo ao insistente apelo do Sua Santidade o Papa João XXIII, no sentido de prestar especial atenção aos territórios missionários da America Latina, estou trabalhando como missionário entre os índios de Guaporé, no "Inferno Verde" do Brasil.

Durante a guerra, eu estudava medicina e, após 10 anos de prática médica, resolvi dedicar-me ao sacerdócio. - Onde poderia eu melhor combinar minhas habilidades de médico com o sacerdócio que na missão ? Onde há mais necessidade de assistência espiritual e material para o homem que no "Inferno Verde" ?

A Prolatura do Guajara-Mirim, ocupando uma área de quase um milhão de quilômetros quadrados, correspondendo mais ou menos à metade do território da República Federal da Alemanha, dispõe de apenas 6 sacerdotes, os quais, em virtude do clima tropical deste território brasileiro, estão completa-

completamente exaustos ou doentes. Há quem possa imaginar que em nosso século ainda há gente neste mundo que anda completamente despida? Ninguém, na Europa, é capaz de fazer uma idéia da extensão da pobreza e miséria ali reinantes. Cada segunda criança sucumbe, já que não há, em toda essa vastidão, um único médico sequer. Entre essa gente primitiva ainda há canibalismo. Faz pouco tempo um clérigo (missionário) alemão foi assassinado a arco e flecha e em seguida devorado.

Nós, os missionários, não podemos vencer as enormes distâncias senão por via dos rios torrenciais, já que não existe uma única estrada para atravessar o território. Um ano inteiro não é suficiente para o missionário visitar, pelo menos uma vez, cada tribo. Se os nativos ficarem sabendo da visita de um padre na aldeia vizinha, distante talvez 100 km., empreendem eles a viagem a pé ou a canoa, para ouvir a palavra de Deus.

Mou Bispo, S.Ex. Franziskus Xaverius REY, Bispo de Guajara-Mirim, encarregou-me da incumbência de expor a V. S. as minhas preocupações.

Sou médico, mas faltam-me os mais rudimentares meios e instrumentos médicos, para poder instalar uma enfermaria. Da mesma forma carecemos de lanchas a motor, motores de popa, joeps, etc., indispensáveis ao exercício de nossas atividades missionárias, nessas regiões inhospitas.

Se V.S. julgar meu trabalho no "Inferno Verde" da região amazônica digno de seu apoio, é favor não pôr esta carta ao lado, mas recomendar-me a seus amigos e parentes. Qualquer contribuição, por pequena que seja, ajudar-me-á a pagar remetê-la mediante o formulário anexo à Conta Postal de Essen No. 4842, em nome da Missão de Guaporé-Brasil ou, ainda, à conta No. 1208 do Dresdner Bank em Essen.

Se assim fôr desejado, enviarei um recibo de doação, susceptível de dedução do imposto, uma vez que a ação em apreço foi autorizada pelo Ministério dos Assuntos Internos segundo decreto de 15 de Novembro de 1960.

Seja-me permitido manifestar os meus sinceros agra-

1040

7º TAB



Human Skin.

TABELIAO - JOAO PAULO DE AMORIM DE F. LIMA
7c
RUA QUINZE DE JULHO, 3
540 400
ESCREVEMOS
A
EM 3
JULHO 1903
LUIZ
No. 100 100 100

INDELLIG

7c

RUA QUIN ANTONIO, N.º 540 - RIO

ESCREVENTES

Em 3 de

João Antonio

Luz

Na

2.

Dê-se ciência e cumpra-se



LIAO
GRUDGE
AUG 8
1960
FONTE RA
RONE
LOAL





MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

CÓPIA

1044
ANEXO Nº 5
B9A

Serviço de Proteção aos Índios

ORDEN DE SERVIÇO INTERNANº 45

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios no uso da atribuição que lhe confere o art. 17 do Regimento do SPI, aprovado / pelo Decreto nº 10.652, de 16/10/42.

RESOLVE DETERMINAR JOSÉ GABINO DE FARIAS, Agente de Proteção aos Índios, nível 6-B, deste Serviço, detentor de adiantamento de Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros), à conta da / Verba 1.0.00 - Custeio, Consignação 1.6.00 - Encargos Diversos Subconsignação 1.6.23 - Diversos - 2) Para atender quaisquer - despesas à cargo das respectivas Inspetorias ou Delegacias do SPI, área legal da região amazônica, com os serviços de atração, pacificação e localização dos selvícolas nas seguintes Unidades: f) Inspetoria Regional de Porto Velho, Rondonia - Lei nº 3.994, de 9 de dezembro de / 1961, entregue como suprimento a AUGUSTO DE SOUZA LEÃO, Mestre nível 13-A, para ser aplicada, na supracitada 9ª Inspetoria Regional, , em Porto Velho, Rondonia, ficando o responsável pelo suprimento obrigado a prestar conta no prazo de que trata o Dec. Lei 2.583, de 14 9-40, bem como a passar recibo em cinco (5) vias do mesmo suprimento ao servidor JOSÉ GABINO DE FARIAS.-

Dê-se ciência e cumpra-se

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1962.-

TEN.CEL. MOACYR RIBEIRO COELHO

Diretor do SPI.-

CONFERE COM O ORIGINAL
de 14 de agosto de 1963
Branco F. de C.

VISTO

Em, 14 de agosto de 1963
Muniz
Chefe SA

Nº 12, de 19 de fevereiro de 1962.

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE designar o Sr. IRIDIANO AMARINHO DE OLIVEIRA, Inspetor de Índios P.1801-14-B, do Quadro de Pessoal - Parte Permanente do Ministério da Agricultura, lotado na 8a. Inspetoria Regional em Goiânia, Estado de Goiás, onde exerce a função de Chefe, matrícula nº 1.145.683, para seguir com destino a Povoação Indígena "Getúlio Vargas", na Ilha do Bananal, Estado de Goiás, a fim de proceder inspeção e arrolamento total do material existente naquela dependência dêste Serviço.

Dê-se ciência e cumpra-se.

ASS. Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho - Diretor do SPI.

=====

Nº 13, de 20 de fevereiro de 1962

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE tornar sem efeito a Ordem de Serviço Interna nº 41 de 20 de março de 1961, que subordinou a esta Diretoria o Posto Indígena "Pimentel Barbosa", localizado no Município de Araguaiana, à margem direita do Rio das Mortes, que volta, assim à jurisdição da 8a. Inspetoria Regional em Goiânia, Estado de Goiás.

Dê-se ciência e cumpra-se

ASS. Ten. Cel. MOACYR RIBEIRO COELHO - DIRETOR DO SPI.

=====

Nº 14, de 20 de fevereiro de 1962.

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE tornar sem efeito a Ordem de Serviço Interna nº 93, de 19 de julho de 1961, que criou a "Ajudância da Ilha do Bananal, Estado de Goiás, voltando à jurisdição da 8a. Inspetoria Regional em Goiânia, Estado de Goiás, os Postos Indígena Getúlio Vargas, Heloisa Torres e Damiana da Cunha, que constituíram àquela Ajudância.

Dê-se ciência e cumpra-se

Ass. Ten. Cel. MOACYR RIBEIRO COELHO-DIRETOR DO SPI

=====

Nº 15, de 20 de fevereiro de 1962.

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE tornar sem efeito a Ordem de Serviço Interna nº



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

1052

preto

d. Chumbo (3T) - 2 1/2 quilos.....	870,00
e. Pólvora - 600 grs.....	600,00
f. Espoletas -190 grs	1.000,00
g. Anzóis - 5/10 - nº 1608 - 15	520,00
h. Anzóis - 2/10 - nº 1608 - 40	600,00
i. Linha p/pesca - 0,80-Nylon - 200 m	2.000,00
j. Arame - 10 metros	200,00
4) Fubá e leite - 2 caixas -	4.660,00
Total por mês	60.000,00

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Faz-se indispensável que o atual Chefe da IR 9 - Inspetor Alberico Soares Pereira, seja mais atuante junto aos Encarregados dos Postos que se encontram sob a sua jurisdição, organizando / Planos de Trabalhos e fiscalizando a execução dos mesmos. Faz-se necessário igualmente exigir que os servidores da Inspetoria passem a ter um maior interesse pelos problemas dos índios que estão sob sua tutela, pois, no momento, com exceção do Major Amarante e Rio Negro Ocaia, quase todos se encontram praticamente / voltados para seus interesses particulares, unicamente.

Em consequência, tomamos a liberdade de apresentar e sugerir o seguinte:

- a) - que essa Diretoria autorize o Chefe da I.R. a comprar, a crédito, o indispensável a uma assistência aos Pacass-Novos, de acordo com o Plano apresentado no corpo do presente expediente;
- b) - que a I.R. elabore, mensalmente, um pequeno Relatório a ser enviado a essa instância, expondo a situação dos índios sob a sua responsabilidade;
- c) - seja dada ampla cooperação aos missionários adventistas de Guajará-Mirim, a fim de que possam prosseguir em sua preciosa assistência que vêm prestando aos nossos selvícolas da região.

Estas, Senhor Diretor, as impressões e sugestões que trouxemos e achamos por bem fazer, após nossa viagem de inspeção, determinando por Vossa Excelência, à 9ª Inspetoria Regional do S.P.I., localizada no Território de Rondônia.

Brasília, 17 de agosto de 1962

Ass. Francisco Furtado Soares de Meirelles-Chefe da I.R.8



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

ANEXO NÚMERO SETE

1053

Serviço de Proteção aos Índios-APLICAÇÃO DE DOTACÕES NA 9ª INSPETORIA REGIONAL.-Verba Assistência Social- 1 962.

SPI 114/63.-	2.000.000,00	
SPI 113/63.-	1.800.000,00	
SPI 126/63.-	<u>4.000.000,00</u>	7.800.000,00

RENDIA INDÍGENA.-

SPI 2.617/62.-Entregue ao Sr. Francisco Meireles	460.000,00
Valor de Ordem de Pagamento, pelo Banco do Brasil S/A, conforme consta do processo SPI 3653/62....	50.000,00
Valor da arrecadação feita em 1 962, no Posto Indígena Okaia, com aplicação na mesma unidade, conforme registro em sua conta.....	393.788,30

ARRECADACÕES NOS POSTOS, COM APLICAÇÃO LOCAL.

Posto Indígena Major Amarante -	379.460,00	
	<u>48.400,00</u>	427.860,00
Posto Indígena Ricardo Franco -	266.000,00	
	<u>867.345,00</u>	1.133.345,00
Posto Indígena Tenente Lira.....		90.380,00
Posto Indígena Dr. Tanajura -	92.510,00	
	<u>36.392,00</u>	<u>128.902,00</u>
TOTAL.....		10.484.275,30

Conclusão: foi aplicada, na Nona Inspetoria Regional, a importância de CR\$ 10.484.275,30, inclusive, em assistência aos índios Pataás Novos.-



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

ANEXO Nº 8

1054

[assinatura]
BGA

PORTARIA Nº 116 de 19 de agosto de 1963

O DIRETOR DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, usando da atribuição que lhe confere o art.218, do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União,

R E S O L V E designar, de acôrdo com o art.217, do mesmo Estatuto, JOSÉ DE MELO PIUZA, JOÃO BEZERRA DE MELO e CRISTOVAM EMERICH TAUMATURGO LOBO, respectivamente Ag.de Prot.aos Índios, P.1.802.6-B e Chefe da 9ª Inapetoria Regional, símbolo 5-F, Agente de Prot.aos Índios P.1.802.6-B e Agente de Proteção aos Índios P.1.802.6-B, Substituto automático do Chefe da 1ª Inspeção Regional, símbolo 5-F, todos do Quadro do Pessoal, Parte Permanente do M.da Agricultura, lotados neste Serviço, para sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Inquérito incumbida de apurar irregularidades constantes do SPI nº2.853/63

[assinatura]
Ten Cel MOACYR RIBEIRO COELHO
DIRETOR DO S.P.I.

[assinatura]

BP/P



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

ANEXO Nº 9

Serviço de Proteção aos Índios

1055
[assinatura]

ORDEM DE SERVIÇO INTERNA Nº 7

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições resolve:

DETERMINA que o Agente de Proteção aos Índios, nível 6-B, JOSÉ BAPTISTA FERREIRA FILHO, siga com destino à 9ª Ins-
petoria Regional, no Território Federal de Rondônia, a fim de:

- a) - estudar a possibilidade de mudança da Sede daque-
la Regional para a cidade de Guajará-Mirim;
- b) - verificar necessidades e prazos para a instala-
ção da Estação-Rádio pertencente à IR 9;
- c) - verificar as condições em que se encontram, no
momento, os índios Pacaas-Novos: afluência aos
Postos e condições de saúde;
- d) - verificar as necessidades mais urgentes de que ca-
recem os P.P.I.I. Ten. Lira, do Negro e do Ocaia,
especialmente com relação a funcionários, medica-
mentos e meios de subsistência.

Dê-se ciência e cumpra-se.

Rio de Janeiro, 7 de março de 1962

[assinatura]

Ten. Cel. Moacyr Ribeiro-Coelho
Diretor do SPI



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Serviço de Proteção aos Índios

ANEXO Nº 10

10576

[Assinatura]

ORDEM DE SERVIÇO INTERNA Nº 91

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE designar o Inspetor de Índios, P.1801-14B, Chefe da 2ª Inspetoria Regional, 5-F, matrícula nº 1.154.538, FRANCISCO FURTADO SOARES DE MEIRELES, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente deste Ministério, para seguir com destino à 9ª Inspetoria Regional, em Porto Velho, Território Federal de Rondônia, a fim de:

a) - verificar a situação em que se encontram os trabalhos de pacificação dos índios Pacaas-Novos e prosseguí-los, tendo em vista as últimas ocorrências havidas no rio Jacy Parana;

b) - verificar as condições de assistência que o S.P.I. está prestando a êsses índios e ampliá-las;

c) - verificar a situação em que se encontram os Postos de Atração dos rios Negro e Ocaia, bem como a situação do Posto Indígena Tenente Lira e promover os melhoramentos indispensáveis;

d) - promover, em ligação com a I.R.9, a transferência imediata da sede da Inspetoria para Guajará-Mirim, organizando os seus serviços nessa localidade, inclusive instalação da estação de rádio-transmissora;

e) - efetivar a transferência do Posto Dr. Tanajura para o rio Negro;

f) - organizar, com urgência, relatório detalhado, inclusive orçamento para todas as despesas que serão atendidas pela Renda Indígena.

Dê-se ciência e cumpra-se.

Brasília, em 14 de junho de 1962

[Assinatura]

Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho
Diretor



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

ANEXO Nº 11

Serviço de Proteção aos Índios

1057
[assinatura]
[assinatura]

ORDEN DE SERVIÇO INTERNA Nº 92

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE designar o Mestre Al801-13A, AUGUSTO DE SOUZA LEÃO, do Quadro de Pessoal - Parte Permanente deste Ministério, para seguir com destino à 9ª Inspetoria Regional, em Porto Velho, Território Federal de Rondônia, a fim de ficar à disposição do Inspetor Francisco Furtado Soares de Meireles, incumbido de executar determinações desta Diretoria junto àquela Inspetoria.

Dê-se ciência e cumpra-se.

Brasília, 14 de junho de 1962

Lourival da Mota Cabral
Diretor Substº

1059

~~CÓPIA~~
BGA

Anexo no. 5.

1961

[Handwritten signature]

- 2 -

[Handwritten signature]

5 - LINHAS DE AÇÃO E DE TRABALHO.

a) Objetivos - Proporcionar ao índio condições efeti |
vas de:

- segurança
- sobrevivência
- direito ao trabalho, à terra e aos seus pro
dutos.

Para dar segurança ao índio foi preciso:

- punir muitos funcionários;
- lutar contra grileiros, madeireiros, fazendei
ros, seringalistas e muitos outros tipos de
aproveitadores da terra ou do braço escravo
do índio;
- contrariar interesses de políticos;
- desgostar certos setores clericais, menos in
teressados na catequese que na economia.

Para assegurar-lhe a sobrevivência nos empenhamos, a
fundo, nos seguintes setores:

- alimentar - fornecendo aos índios sementes,
ferramentas e instrumentos de trabalho. A
tônica de nossas visitas e inspeções era o
brigar - índios e funcionários - ao plantio
de grandes roças de subsistência.

Mas se o índio passa fome, as suas condições
de moradia são ainda piores. Vive em tugu
rios, ranchos de palhas e casebres miserá
veis e imundos.

- Plano - construção intensiva de casas pa
drão, de madeira, aproveitando as serrarias
existentes no SPI, a madeira dos Postos e a
mão de obra do próprio índio.

Há anos que vinha sendo extráida madeira das
reservas indígenas mas com a
participação de terceiros e para vender.

Saúde - médicos foram contratados em vá
rios pontos para atender os índios, transpor
tados muitas vezes em taxi aéreo e medicamen
tos foram largamente distribuídos.

Foram ordenados, onde foi possível, um plano

- varíola
- tuberculose
- febres tíficas e
- tétano

No setor do ensino:

- intensificar o ensino primário;
- introduzir o ensino profissional de acordo, naturalmente, com o meio ambiente, o grau de aculturação e os recursos disponíveis.

Procurou-se assegurar o direito ao trabalho, à terra, e aos seus produtos impedindo os criminosos "arrendamentos" de terras feitos por funcionários, que deixam o índio sem terra para trabalhar.

Severa fiscalização sobre funcionários e terceiros que aproveitam, em benefício próprio, do trabalho do índio na lavoura, na indústria extrativa ou no pastoreio.

6 - A AUTO-DETERMINAÇÃO DO ÍNDIO

Sob a denominação genérica de índio incluímos erroneamente, desde o primitivo ainda autêntico até numerosas populações com grau já tão elevado de aculturação que melhor deviam ser consideradas como civilizadas.

A estas populações planejamos a auto-determinação, isto é, atribuir aos próprios índios o governo efetivo da comunidade, suprimindo a figura executiva do Encarregado do Posto, que ali permanecia apenas como orientador e ligação entre a comunidade indígena e a Inspeção Regional correspondente.

É preciso compreender que o Encarregado, com a autoridade que tem, não só domina inteiramente os índios e atrofia neles o espírito de iniciativa e de integração como, o que é muito comum, passa a ser o principal usuário e desfrutador da gleba indígena e dos seus recursos. E isso quando não é responsável por coisas muito piores e das quais o índio não se queixa por razões óbvias:

no Xingu.

A venda foi efetuada de maneira irregular pelo funcionário Iridiano Amarinho de Oliveira e, de maneira capciosa e irregular recebeu despachos dos funcionários Motta Cabral e Luiz Araújo.

Pena que o Relator não tenha, sequer, compulsado o referido Processo em que o Diretor, sucessivamente, nomeou três ou quatro Comissões de Inquérito sem lograr que nenhuma delas realizasse a missão.

Após o prazo legal para a instalação das Comissões, um dos membros entrava em licença para tratamento da saúde. Nova Portaria, nova protelação e o funcionário ficou sem punição.

O produto da venda, boa ou má, legal ou ilegal, teria que ser gasto porque a transação era irreversível.

O gado fôra vendido e, quando o Diretor teve ciência, havia muito que tinha sido entregue ao comprador, não a Inspetoria Regional de Fomento Animal - como o Relatório procura a insinuar - mas um fazendeiro, um particular e comprador conhecido de alguns funcionários do SPI.

As alegações do Relator sobre o Sr. Cildo Meireles e suas ligações com o Cel.M., não passam de ilações maliciosas.

Na Diretoria o Sr. Cildo Meireles assessorava diretamente o Sr. Motta Cabral, em assuntos relativos a terras. Foi o próprio Motta Cabral que apresentou o Sr. Cildo ao Diretor, na qualidade de antigo funcionário do SPI e pediu que o Diretor, dada a escassez de pessoal, autorizasse a colaboração de Cildo mediante um "pro-labore".

Foi atendido pelo Diretor que, por mais de uma vez, também recorreu aos grandes conhecimentos que esse senhor tem de muitos problemas do SPI, tendo sido pelo Diretor encarregado de elaborar um projeto de regulamento relativo à auto-determinação dos índios do Buriti.

Atendendo outro pedido, formulado pelo então chefe da 5a. Inspetoria, Fernando Cruz, autorizou o Diretor que o Sr. Cildo Meireles orientasse o chefe daquela Regional, a braços com o complexo problema dos "arrendatários" fixados na Reserva dos Kadinêus.

Quanto às referências publicadas no Boletim do SPI, dando o Sr. Cildo Meireles como "Assessor de Assuntos de Terras do SPI", é preciso considerar que o Boletim tem apenas valor informativo, estando a redação a cargo dos próprios funcionários que o confeccionaram.

deduções e ilações encarregam-se os tórpes e caluniadores.

Mas enganaram-se os perigosos detratores porque, neste caso, os recursos empregados têm origem líquida e certa e a iniciativa do interessado em obtê-los é muito anterior aos fatos que o afligiram, pois resultam de procuração outorgada em Cartório a 22 de Setembro de 1962.

Por outro lado o Cel. M., em todo o tempo que foi Diretor do SPI, jamais entrou em contato com fornecedor algum, assim como, pessoalmente, jamais realizou qualquer compra por maior ou por menor que fôsse.

Mesmo o numerário existente na Diretoria era movimentado pelo Chefe da Seção de Orientação e Assistência e contabilizado pelo Contador Luiz Araújo. Eram sempre essas funcionários que manipulavam a escrita, pagavam e assinavam recibos.

Como é óbvio o Diretor não foi ouvido a respeito, E, imperiosamente, o deveria ter sido porque ao tempo desta acusação - 15 de Agosto de 1963 - o Cel. M. ainda era o Diretor do SPI e estava no pleno desempenho de suas funções.

Dai, duas hipóteses:

- ou o Diretor não foi ouvido criminosa e propositadamente.
- ou a data é falsa e o documento foi forjado posteriormente.

De qualquer forma representa, indubitavelmente, o preço pago por Benedito Pimentel para ser excluído da denúncia na qual ele estava arrolado por recibos comprometedores relativos a falcatruras por ele praticadas quando Enc. de Posto Cap. Iakri.

Fotocópia de tais recibos estavam em mãos do Relator que, no entanto, nesse Relatório omitiu qualquer referência ao fato.

O Relator manipulava a seu bel prazer fatos e testemunhas.

O Relatório enumera o desaparecimento de 4 processos. Fatos dessa natureza deram motivo a que o ex-Diretor instaurasse uma Comissão de Inquérito para apurar responsabilidades dessa ordem.

Por sua vez interessa, por motivos eleitorais, incriminar o ex-Diretor para disfarçar a usurpação de terras cometida por Manoel Aureliano da Costa, na Reserva dos Kadi-nêus.

A "grilagem" praticada por Aureliano da Costa, sógro de Edson Garcia, foi a causa decisiva da revolta dos índios, revolta esta que, por motivos óbvios, o Deputado quer atribuir a violências e instigações partidas do próprio SPI.

O presente Relatório, de 12-3-62 e, portanto, muito anterior aos referidos acontecimentos, comprova a revolta de que os índios estavam possuídos em virtude das constantes usurpações de suas terras. (Ver Relatório anexo).

Tais documentos, que deveriam ter feito parte do Inquérito mandado instaurar pelo ex-Diretor foram, no entanto, deixados de lado tendo retornado à Diretoria com o SPI 2238, também anexo.

Por essa incompreensível desídia da SPI, passou o ex-Diretor de acusador - Relatório de 23 de Fevereiro de 1962, encaminhado ao Ministro Agricultura -, à condição de acusado Ver Boletim Interno nº 52.

NOTA: Dados retirar do livro do Peregrino.

A data de 18 de abril de 1873 marca, também, a fundação do Partido Republicano de São Paulo, partido que continua hoje marchando na vanguarda, sempre atento aos interesses supremos da Pátria e das instituições democráticas.

Como militante do Partido Republicano, em nome dos companheiros de bancada, ao manifestar o nosso regosio pelo transcurso da efeméride, endereço as nossas calorosas congratulações às dignas autoridades e ao povo da tradicional cidade de Itu, pelo alto espírito cívico que preside às comemorações, relembrando um dos fatos gloriosos da história brasileira.

Sr. Presidente, continuando a série de meus discursos focalizando os problemas da lavoura, vou abordar o assunto do trigo:

A campanha para o incremento da produção do milho iniciada pelo Ministro Renato Costa Lima alcançou pleno êxito com a maior safra de nossa história. O movimento de Catanduva, para aumento do consumo do milho, tem repercutido intensamente, pois verdade seja dita, o Governo havia, até o presente, descuidado em valorizar um cereal cujo consumo se restringia a parcela humilde de nossa população e para a ração animal.

Aliás, para a comercialização foi necessário que os americanos, industrializando o milho, o colocassem no consumo popular como alimento de primeira ordem, na forma de maizena, "corn flakes" etc., com uma propaganda bem dirigida, dando um toque, digamos, de distinção a um alimento que durante muito tempo era tido como mais próprio à ração animal.

Na Itália, onde tradicionalmente o pão de trigo é alimento básico, o milho ocupa relvêo na alimentação popular. A conhecida polenta, o milho branco que produz ótima farinha alva, própria para se misturar à farinha de trigo, produzindo um pão delicioso, são formas pelas quais o milho se incorporou definitivamente aos hábitos alimentares do povo italiano, que é um povo forte e ativo.

Impô-se, pois, que não fiquemos nos aplausos ante as nossas possibilidades, e que os governos estaduais e federal apoiem objetivamente a campanha iniciada em Catanduva, amparando a cultura e a industrialização do milho, buscando, se necessário, a experiência de outras nações, iniciando nas escolas, na imprensa, entre o povo, a difusão das virtudes do cereal, que até há pouco, como já frisei, era tido como alimento básico só para a pecuária e a avicultura.

O Sr. José Lurtz Sabiá — V. Exa. me concede um aparte?

O Sr. Diogo Nomura — Concedo se V. Exa. for breve.

O Sr. José Lurtz Sabiá — Nobre deputado, eu me sinto satisfeito de verificar que esta Casa possui grande número de representantes da lavoura. O pronunciamento desses representantes me deixa contente, porque vejo que a agricultura e a pecuária de São Paulo estão bem representadas, nesta Casa.

O SR. DIOGO NOMURA — Muito obrigado.

O Sr. José Lurtz Sabiá — Espero que esses deputados representantes do Interior possam desenvolver trabalho realmente proveitoso, produtivo no sentido de amparo à agricultura, pois sabe V. Exa. que não apenas o Estado de São Paulo, como todo o Brasil, são eminentemente agrícolas. Eu me congratulo com V. Exa., especialmente, por trazer este tema momentoso, que diz respeito ao aproveitamento do milho.

O nobre deputado José Felício Castellano, de Rio Claro, trouxe a notícia, e V. Exa. também deve ter conhecimento de uma campanha encetada pelo Prefeito de Catanduva e que, acredito, tomará não apenas o Estado de São Paulo como toda a República, no sentido do incremento da produção de trigo, evitando, ao mesmo tempo, que essas divisas possam retornar ao Exterior na compra de trigo. Assim, paralelamente, poderemos economizar as divisas usadas na compra de trigo, usando o milho como elemento positivo no nosso trabalho de empenho à agricultura, no setor do trigo.

O SR. DIOGO NOMURA — Muito obrigado.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. deputados, a par dessas providências necessárias para enfrentar o problema da falta de farinhas panificáveis, é imprescindível que outra campanha seja iniciada: a do trigo, cujo consumo só tende a aumentar.

Devemos estimular o consumo, a industrialização, a cultura do milho, paralelamente à do trigo.

São Paulo já produziu trigo, tem terras e clima favoráveis e poderá, se houver amparo efetivo, orientação técnica e sobretudo vontade, produzir bastante trigo, que poderá atenuar a crise atual em face à grande demanda de farinhas panificáveis.

DIÁRIO OFICIAL

Estado de São Paulo (Estados Unidos do Brasil)

d) Lemon Grass, que é a variedade mais comum, 28.500 touceiras por alqueire, produzindo, durante 3 anos média de 800 quilos por alqueire. Cotado no mercado a 3.400 cruzeiros o quilo. Dêsse óleo extrae-se a vitamina "A".

e) Cultivou, também, o operoso agricultor, a Rauwolfia Serpentina, cujas propriedades hipotensoras e sedativas são por demais conhecidas e cujo princípio ativo é procuradíssimo, dependendo nossos laboratórios da importação. É mais uma cultura que se instala no Brasil, cujo solo é, repetindo o velho chavão: "plantando dá"...

No estrangeiro existem associações e departamentos oficiais que cuidam das essências vegetais, que constituem fontes de divisas, base de uma grande indústria.

Encaminharei indicação ao Executivo no sentido de ser criada uma secção de essências vegetais para perfumaria, para assistir ao novo setor da lavoura que desponta, para atender às necessidades da nossa indústria, e da exportação, pela nova fonte de divisas: essências vegetais.

Sr. Presidente e Srs. deputados, ero que tinha a dizer.

Sr. Presidente, cedô o restante do meu tempo ao nobre deputado

Wilson Lapa

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Wilson Lapa, por dois minutos, por cessão do nobre deputado Diogo Nomura.

O SR. WILSON LAPA — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, estou recebendo representantes dos Distritos de São João das Duas Pontes do município de Estréla D'Oeste, de Guzelândia, pertencente a Auriflama e de Major Prado, pertencente ao município de Aracatuba que vêm a esta Casa trazer os abaixo-assinados das populações dos respectivos distritos e mais toda a documentação exigida por lei a fim de conseguirem este ano a elevação de seus distritos à categoria de municípios.

Não poderia neste instante deixar de destacar entre os presentes, portadores das mensagens de independência das populações que representam o vereador Orlando Ribeiro e Evilázio Pinotello, de São João de Duas Pontes, Dr. José Cardoso, digno Prefeito Municipal de Auriflama, que pleiteia a emancipação do distrito de Guzelândia, pertencente ao seu município e é portador, também, do pedido de emancipação do distrito de Major Prado, da comarca e município de Aracatuba.

Passo às mãos de V. Exa. Sr. Presidente, as mensagens municipais, doras, que traduzem a mais alta e significativa aspiração de suas populações.

Considero a criação de municípios, por mais frágeis que possam ser as suas condições frente às exigências legais, providência das mais importantes que se possa adotar, no sentido de incentivar o desenvolvimento do nosso Estado e propiciar melhores condições de vida para o povo.

Assim, Sr. Presidente, já que se encontram plenamente atendidas as condições necessárias à elevação dos distritos à categoria de municípios e confiante no alto espírito público que sempre presidiu os atos praticados por esta grande Assembleia, posso, desde já, anunciar às populações de São João das Duas Pontes, de Guzelândia e de Major Prado a certeza de que irão conquistar a tão necessária e justa emancipação. E aos seus representantes aqui presentes os meus agradecimentos, por terem dado a oportunidade, muito honrosa para mim, de ser o portador de tão justa causa, que atende aos rigorosos ditames do interesse público.

O SR. ALFREDO FARHAT — (Para reclamação) — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, está campeando em São Paulo o câmbio-negro do óleo «Mazola». Quando baixa o milho, cresce, então, o câmbio-negro. Estou encaminhandô a V. Exa. um requerimento para ser debatido o assunto e constituída uma comissão parlamentar de inquérito, para pôr paradeiro a êsse descalabro.

Era a comunicação que desejava fazer a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Carlos René Egg.

O SR. CARLOS RENÉ EGG — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, o dia de amanhã, 19 de abril, marca, no Brasil, uma data quase desconhecida de muita gente, inclusive da maioria dos Srs. deputados. Trata-se do «Dia do Índio», instituído pelo Governo Federal em 1935. Referências esporádicas são feitas em algumas escolas públicas, sem repercussão alguma. Todavia, o problema indígena é parte integrante da nossa nacionali-

1079



Prédio nº 376, sito à rua
MARCÍLIO DIAS EM PORTO ALEGRE

Anexo nº 6

1080
[Handwritten signature]
BPA

PÁGINAS EXTRAIDAS DA OBRA "AS ARMAS ATÔMICAS E A
ATUALIDADE MILITAR", de autoria de Umberto Peregrino (Bi-
blioteca do Exército - Editora)

[Faint, mirrored text from the reverse side of the page, likely bleed-through from the original document.]

Do Cel
Nelson R. Carvalho

Esta resposta que vai ler foge um pouco ao estilo das anteriores. O Cel. Nelson R. Carvalho, que a assina, preferiu desenvolver considerações gerais, sem se reportar discriminadamente às perguntas específicas que formulamos. Todavia, o problema fundamental éle o coloca e coloca muito bem, aduzindo dados modernos e opiniões autorizadas, tudo, aliás, decorrência dos estudos especiais que o Cel. Nelson R. Carvalho vem empreendendo ultimamente. Esse oficial, que além dos Cursos rotineiros do Exército, fêz o da Escola de Estado-Maior e o da Escola Superior de Guerra, é autor de momentoso estudo, ainda não

Do Ten-Cel

Moacyr Ribeiro Coelho

Pertence à arma de Cavalaria, cujo espírito vibrante não o abandona, embora muito cedo, ainda, tivesse feito o Curso da Escola de Comando e Estado-Maior. Também muito cedo, ainda Tenente, especializou-se em Motomecanização. E, fora do âmbito militar, servindo em Porto Alegre, fez curso de Geografia Agrária e de Economia.

Como oficial de Estado-Maior chefiou a 3.ª Seção do EMD/1, e foi, ultimamente, Diretor de Ensino na Escola de Motomecanização. Integra a Comissão Diretora da Biblioteca do Exército.

Em "A Defesa Nacional" e na "Revista do Clube Militar" seu nome é assíduo assinando variados e sempre proficientes estudos, ora sobre geografia, ora sobre instrução e problemas militares.

São do Tenente-Coronel Moacir Ribeiro Coelho sobre Geografia: "O noroeste gaúcho"; "O Rio Uruguai"; "A mesopotâmia argentina" e "O sistema de comunicações sul-matogros-

sense". Sobre instrução e problemas militares: "O sentido de nossa evolução militar"; "O problema da instrução nas guarnições de fronteira"; Aspecto psicológico do soldado brasileiro"; "Educação integral do combatente"; "Osório e as Escolas Regimentais"; "Transposição de cursos de água por unidade de metralhadoras"; "Pedagogia militar" e "A Motomecanização e o espírito da Cavalaria".

Além disso, através de conferências e palestras, o Tenente-Coronel Moacir Ribeiro Coelho produziu alguns trabalhos dignos de nota, entre outros os seguintes: "A Inconfidência Mineira e a personalidade histórica de Tiradentes"; "O problema militar do Rio Grande"; "Expansão social e econômica da região colonial rio-grandense"; "A pecuária no Pantanal matogrossense"; "O Serviço Militar como fator de desenvolvimento intelectual e técnico do povo brasileiro"; "O papel cívico-militar dos Centros Tradicionalistas gaúchos"; e "O colono e o peão — Dois tipos regionais, culturais e étnicos".

Pertence à arma de Cavalaria, cujo espírito vibrante não o abandona, embora muito cedo, ainda, tivesse feito o Curso da Escola de Comando e Estado-Maior. Também muito cedo, ainda Tenente, especializou-se em Motomecanização. E, fora do âmbito militar, servindo em Pôrto Alegre, fêz curso de Geografia Agrária e de Economia.

Como oficial de Estado-Maior chefiou a 3.ª Seção do EMD/1, e foi, ultimamente, Diretor de Ensino na Escola de Motomecanização. Integra a Comissão Diretora da Biblioteca do Exército.

Em "A Defesa Nacional" e na "Revista do Clube Militar" seu nome é assíduo assinando variados e sempre proficientes estudos, ora sôbre geografia, ora sôbre instrução e problemas militares.

São do Tenente-Coronel Moacir Ribeiro Coelho sôbre Geografia: "O noroeste gaúcho"; "O Rio Uruguai"; "A mesopotâmia argentina" e "O sistema de comunicações sul-matogros-

sense". Sobre instrução e problemas militares: "O sentido de nossa evolução militar"; "O problema da instrução nas guarnições de fronteira"; Aspecto psicológico do soldado brasileiro"; "Educação integral do combatente"; "Osório e as Escolas Regimentais"; "Transposição de cursos de água por unidade de metralhadoras"; "Pedagogia militar" e "A Motomecanização e o espírito da Cavalaria".

Além disso, através de conferências e palestras, o Tenente-Coronel Moacir Ribeiro Coelho produziu alguns trabalhos dignos de nota, entre outros os seguintes: "A Inconfidência Mineira e a personalidade histórica de Tiradentes"; "O problema militar do Rio Grande"; "Expansão social e econômica da região colonial rio-grandense"; "A pecuária no Pantanal matogrossense"; "O Serviço Militar como fator de desenvolvimento intelectual e técnico do povo brasileiro"; "O papel cívico-militar dos Centros Tradicionalistas gaúchos"; e "O colono e o peão — Dois tipos regionais, culturais e étnicos".

O mais recente trabalho do Tenente-Coronel Moacir Ribeiro Coelho é uma tradução, para a Biblioteca do Exército, da "Sociologia da Guerra", de autoria do Professor Orestes Araújo, publicada na "Biblioteca Artigas", do Centro Militar de Montevideu, ao passo que, no momento, trabalha na preparação de uma "Geografia Agrária do Rio Grande do Sul" e integra a equipe que está elaborando uma "Enclopédia de História Militar do Brasil", para a Biblioteca do Exército.

Últimamente, o Tenente-Coronel Moacir Ribeiro Coelho revelou-se ainda dado à ficção, e, mais do que isso, perito nesse gênero, pois que se revelou nêlê conquistando êste ano o Prêmio de Contos do Clube Militar.

Trata-se, portanto, de oficial cheio de títulos para responder ao nosso Questionário e sua palavra, além de tudo, representa o pronunciamento da geração que terá a responsabilidade da chefia do Exército si se acender um conflito armado nos próximos anos.

1 — Acredita que as armas atômicas prevalecerão em futuro conflito armado?

R — Sim. No campo tático os seus efeitos residuais parecem perfeitamente controláveis e a guerra, dá-lo a História, jamais dispensou um novo elemento bélico, controlável, após havê-lo incorporado ao seu patrimônio.

2 — Em caso de guerra de grande amplitude, acredita que as armas e engenhos atômicos serão empregados indiscriminadamente e sem limitações ou considera mais provável o emprêgo de armas e engenhos atômicos apenas no quadro das operações táticas?

R — No quadro tático os engenhos atômicos deverão ter emprêgo imediato. Sua utilização no âmbito estratégico dependerá, por razões óbvias, do

grau de desespero atingido pelos povos em conflito. A Humanidade ainda não assistiu a um embate dessas proporções, no qual a luta será travada pela sobrevivência. Só o futuro dirá.

3 — Admite que algum país, na atualidade, detém superioridade quanto às armas atômicas, capaz de permitir-lhe usá-las para decidir uma guerra, como fizeram os Estados Unidos contra o Japão, no último conflito?

R — Considero em pé de igualdade os países que atualmente dispõem de engenhos nucleares. Nagasaki e Hiroschima representam uma fase superada.

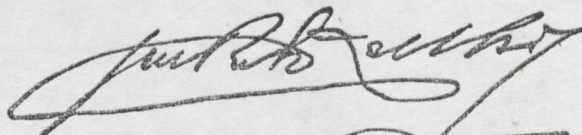
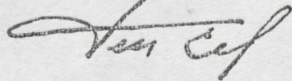
4 — Considera que o Brasil deve preparar-se para a guerra atômica? De que maneira e em que medida, tendo em vista as suas possibilidades materiais de um lado e os riscos que corre por força da sua posição político-geográfica?

R — Sim. Se convênios internacionais, subscritos pelo Brasil, colocam as nossas Forças Armadas na situação de eventuais participantes de um conflito atômico, não se justifica que as nossas tropas e os nossos oficiais não sejam, desde logo, familiarizados com o novo material e adaptados aos

modernos processos de combate. Agir de outra forma seria condenar, injusta e inglôriamente, as nossas tropas a um papel caudatário face a seus eventuais aliados. Nossas Fôrças Armadas, pelo valor técnico dos seus quadros e eficiência intrínseca dos seus soldados, não pode recear competição com as melhores do mundo. Mas, não pode prescindir, é claro, do equipamento material indispensável aos novos padrões da luta.

Os nossos compromissos internacionais são de tal ordem que a nossa preparação para uma guerra atômica, embora progressiva, deve ser iniciada sem perda de tempo, através de:

- a) — estudos e pesquisas elaborados pelo EME, ECEME e suas equivalentes;
- b) — organização de um núcleo de Divisão Pentômica, nos moldes das GUNA;
- c) — incremento ao desenvolvimento, no país da técnica industrial indispensável.

1081
AD
R96

QUARTEL GENERAL DO IV EXÉRCITO
TESOURARIA

MÊS DE ABRIL DE 1964

Sr Cel MOACYR RIBEIRO COELHO

RECEITA

Vencimentos.....	180.000,00
Grat Tempo de Serviço.....	45.000,00
Grat G ^o Especial.....	36.000,00
Grat Nivel Universitario.....	45.000,00
Grat Perm Sv Ativo.....	36.000,00
Grat Representação e E.M.....	14.400,00
Grat Tropa.....	31.354,80
Grat QAO/QCE, etc.....	
Abono Militar.....	36.000,00
Abono de Família.....	16.000,00
Substituições.....	
Diarias.....	
	439.754,80

DESPESA

Montepio.....	6.000,00
Consignações.....	2.603,00
Indenizações.....	12.451,10
Contribuição Prop Resid.....	6.240,00
Aluguel de casa.....	
C M R.....	
C S M R.....	
Imposto de Renda.....	3.360,00
Empréstimo Compulsório.....	14.500,00
ERS/7.....	
ERS/7.....	
Cafe.....	40,00
Orfanato Ceci Costa.....	0,70
ERMI/7.....	12.380,00
	57.574,80

LÍQUIDO A RECEBER.... 382.180,00

Tesoureiro

1082


QUARTEL GENERAL DO IV EXÉRCITO
TESOURARIA

DIF MÊS DE ABRIL DE 1964

Sr Cel MOACYR RIBEIRO COELHO

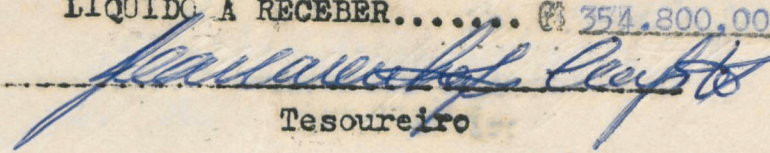
RECEITA

Vencimentos.....	114.000,00	
Grat Tempo de Serviço....	38.700,00	
Grat Gy Especial.....		
Grat Nivel Universitario..		
Grat Perm Sv Atiyo.....		
Grat Representação e E.M.		
Grat Tropa.....	224.400,00	
Grat QAC/QOE, etc.....		
Abono Militar.....		
Abono de Familia.....		
Substituições Aux. Moradia	20.400,00	
Diarias.....	95.200,00	492.700,00

DESPESA

Montepio.....	7.800,00	
Consignações.....		
Indenizações.....		
Contribuição Prop Resid..	20.400,00	
Aluguel de casa.....		
CMXRY Vantagens.....	101.700,00	
C S M R.....		
Imposto de Renda.....		
Empréstimo Compulsorio...	8.000,00	
ERS/7.....		
ERS/7.....		
Cafe.....		
Orfanato Ceci Costa.....		
		137.900,00

LÍQUIDO A RECEBER..... 354.800,00


 Tesoureiro

1083

QUARTEL GENERAL DO IV EXÉRCITO
TESOURARIA

MÊS DE JUNHO DE 1964

Sr. Cel MOACYR RIBEIRO COELHO

RECEITA

Vencimentos.....	204.000,00
Grat Tempo de Serviço....	61.200,00
Grat Gd Especial.....	
Grat Nivel Universitario..	
Grat Perm Sv Atiyo.....	
Grat Representação e E.M.	
Grat Tropa Função Militar	224.400,00
Grat QAC/QCE, etc.....	
Abono p/Pardamento.....	90.000,00
Abono de Família.....	8.000,00
Substituições Aux Moradia	20.400,00
Diárias.....	88.400,00
	696.400,00

DESPESA

Montepio.....	10.800,00
Consignações.....	33.657,00
Indenizações.....	
Contribuição Prop Resid..	20.400,00
Aluguel de casa.....	
C M R.....	
C S M R.....	
Imposto de Renda.....	1.680,00
Empréstimo Compulsório...	17.300,00
ERS/7. ERMT/7.....	6.190,00
ERS/7.....	
Café.....	40,00
Orfanato Ceci Costa.....	5,60
Rancho.....	1.527,40
GHI do Clube Militar	10,00
	91.610,00

LÍQUIDO A RECEBER..... 604.790,00

Tesoureiro

1084

QUARTEL GENERAL DO IV EXÉRCITO
T E S O U R A R I A

MÊS DE JULHO DE 196 4
Sr Cel MOACYR RIBEIRO COELHO

RECEITA

Soldo.....	204.000,00	
Grat Tempo de Serviço....	61.200,00	
Grat Gu Especial.....		
Grat Função Militar.....	224.400,00	
Grat de Representação....		
Grat de Serviço Aereo....	20.400,00	
Auxilio para Moradia.....	8.000,00	
Abono de Familia.....	27.200,00	
Diarias.....		
Substituições.....		
		518.000,00
		545.200,00

DESPESA

Montepio.....	10.800,00	
Consignações.....	32.457,00	
Indenizações.....	4.900,00	
Empréstimo Compulsorio...	17.000,00	
Imposto de Renda.....	1.680,00	
Renda Uniao (Prop, Resid.)	4.080,00	
Contrib. Cons. Prop Resid	16.320,00	
Aluguel de casa.....		
ERS/7 (Carne).....		
ERS/7 (Pao).....	10,00	
~~XXXXXX~~ CHI do Clube Militar		
C S M R.....	500,00	
Orfanato Ceci Costa.....	40,00	
Cafe.....	6.190,00	
ERMI/7	763,60	
Rancho (lanches)		
Almoço Gen Justino	8.570,00	
		103.310,60
		441.889,40

LÍQUIDO A RECEBER.....

414.689,40

Tesoureiro

1094
B91A

MINISTÉRIO DA GUERRA
D.P.G. — D.G.I.E. — DIRETORIA DE FINANÇAS DO EXÉRCITO
P.C.I.P.

CONTRA-CHEQUE DE PAGAMENTO

ORDEM	CHEQUE	PREFIXO	NOME E PÔSTO	DATA
90666	614706	3	MOACYR RIBEIRO COELHO EN DIV 1G116427	JUL. 1965

CEFRJ

AVISOS

- 1 — ENCARECEMOS A NECESSIDADE DA ATUALIZAÇÃO DOS ENDERÊÇOS, EM CASO DE MUDANÇA.
- 2 — LEMBRAMOS A NECESSIDADE DA APRESENTAÇÃO DO ATESTADO DE VIDA "1.ª QUINZENA DOS MESES DE JANEIRO E JULHO DE CADA ANO" — ARTIGO 333 DO DECRETO LEI 15.783 DE 8-11-922 (REG. GERAL CONTAB. PÚBLICA).

DISCRIMINAÇÃO	CRÉDITO	DÉBITO
PROVENTOS	5 451 00	
ABONO FAMILIA	1 000 00	
CHI CLUBE MIL MENS		630
C MILITAR MENS		1 260
GBOEX MENSALIDADE		2 000
INDENIZACAO		3 700
DESC PEN MILITAR		11 850
C MILITAR SEGURO		75
DRIR FONTE		19 850

NOTA: — LEMBRAMOS A NECESSIDADE DE GUARDAR O PRESENTE, A FIM JUNTAR A DECLARAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA, ART.º 13 DEC. 4.154-28-XI-62.

TOTAIS

TOTAL
5 551 00

TOTAL
39 365

SALDO
CR\$ 5 157 35 T

CHEFE DA S/S

Augusto de Souza Filho
CAP.

1085
B98

QUARTEL GENERAL DO IV EXÉRCITO
TESOURARIA

MÊS DE OUTUBRO DE 1964

Sr Cel MOACYR RIBEIRO COELHO

RECEITA

Soldo.....	204.000,00
Grat Tempo de Serviço....	61.200,00
Grat Gu Especial.....	
Grat Função Militar.....	224.400,00
Grat de Representação....	
Grat de Serviço Aereo....	20.400,00
Auxílio para Moradia.....	10.400,00
Abono de Família.....	
Diárias.....	
Substituições.....	520.400,00

DESPESA

Montepio.....	10.200,00
Consignações.....	32.457,00
Indenizações.....	3.700,00
Empréstimo Compulsório...	10.500,00
Imposto de Renda.....	15.869,00
Renda União (Prop, Resid.)	20.400,00
Contrib. Cons. Prop Resid	
Aluguel de casa.....	
ERS/7 (Carne).....	
ERS/7 (Pao).....	
C M F.....	
C S M R.....	504,00
Orfanato Ceci Costa.....	10,00
CHI do Clube Militar	15.000,00
Banco Militar Brasileiro	
	108.640,00
LÍQUIDO A RECEBER.....	411.760,00

Tesoureiro
Arthur Carneiro Fano,
Capitão Tesoureiro

1086

BPA

QUARTEL GENERAL DO IV EXÉRCITO
TESOURARIA

MÊS DE SETEMBRO DE 1964
Sr Cel MOACYR RIBEIRO COELHO

RECEITA

Soldo.....	204.000,00
Grat Tempo de Serviço....	61.200,00
Grat Gu Especial.....	
Grat Funcao Militar.....	224.400,00
Grat de Representação....	
Grat de Serviço Aereo....	
Auxilio para Moradia.....	20.400,00
Abono de Familia.....	10.400,00
Diarias.....	40.800,00
Substituições.....	
	561.200,00

DESPESA

Montepio.....	10.200,00
Consignações.....	32.457,00
Indenizações.....	3.700,00
Empréstimo Compulsorio...	10.500,00
Imposto de Renda.....	15.869,00
Renda Uniao (Prop Resid.)	20.400,00
Contrib. Cons. Prop Resid	
Aluguel de casa.....	
ERS/7 (Carne).....	
ERS/7 (Pao).....	
C M I.....	
C S M R.....	
Orfanato Ceci Costa.....	504,00
Cafe.....	
CHI do Clube Militar	10,00
Banco Militar Brasileiro	15.000,00
	108.640,00
LÍQUIDO A RECEBER.....	452.560,00

Arthur Carneiro Filho
Capitão Tesoureiro

1087

[Handwritten signature]
BPA

QUARTEL GENERAL DO IV EXÉRCITO
T E S O U R A R I A

MÊS DE AGOSTO DE 1964

Sr Cel MOACYR RIBEIRO COELHO

RECEITA

Soldo.....	204.000,00
Grat Tempo de Serviço....	61.200,00
Grat Gu Especial.....	
Grat Função Militar.....	224.400,00
Grat de Representação....	
Grat de Serviço Aereo....	
Auxilio para Moradia.....	20.400,00
Abono de Familia.....	12.400,00
Diarias.....	
Substituições.....	522.400,00

DESPESA

Montepio.....	10.200,00
Consignações.....	32.457,00
Indenizações.....	3.700,00
Empréstimo Compulsorio...	5.200,00
Imposto de Renda.....	33.258,00
Renda União (Prop, Resid.)	
Contrib. Cons. Prop Resid	20.400,00
Aluguel de casa.....	
ERS/7 (Carne).....	
ERS/7 (Pao).....	
C M R.....	
C S M R.....	
Orfanato Ceci Costa.....	500,00
Cafe.....	40,00
CHI do Clube Militar	10,00
A Pulseira de Ouro	3.636,30

LÍQUIDO A RECEBER..... 109.401,30
412.998,70
3.200,00

[Handwritten signature]
Tesoureiro

MINISTÉRIO DA GUERRA
D.P.G. - D.G.I.E. - DIRETORIA DE FINANÇAS DO EXÉRCITO
P.C.I.P.

ORDEN - 9066614706 - 3

CHEQUE - 3
PREFIXO - 3
NOME E PÓSTO - MOACYR RIBEIRO COELHO
EN DIV 1G116427

CONTRA-CHEQUE DE PAGAMENTO

DATA - DEZ. 1964

CEFRJ

DISCRIMINAÇÃO		CRÉDITO	DÉBITO
ABONO FAMILIA		104000	295000
PROVENTOS		2125000	1126000
CEP PERNAMBUCO			200000
CHIC MILITAR MENS			370000
CC MILITAR SEGURO			416700
CC MILITAR SALIDADE			123000
GOEX MENSALIZACAO			201890
INDENIZACAO			
MILITAR			
EMP COMPULSORIO			
PERIR FONTE			

- AVISOS
- 1 - ENCARECEMOS A NECESSIDADE DA ATUALIZAÇÃO DOS ENDEREÇOS, EM CASO DE MUDANÇA.
 - 2 - LEMBRAMOS A NECESSIDADE DA APRESENTAÇÃO DO ATESTADO DE VIDA "1.ª QUINZENA DOS MESES DE JANEIRO E JULHO DE CADA ANO" - ARTIGO 338 DO DECRETO LEI 15.783 DE 8-11-922 (REG. GERAL CONTAB. PÚBLICA).

NOTA: - LEMBRAMOS A NECESSIDADE DE GUARDAR O PRESENTE, A FIM JUNTAR A DECLARAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA, ART.º 13 DEC. 4.154-28-XI-62.

TOTALS

TOTAL

2229000

732010

CR\$

SALDO

1496990T

Estado da Bahia
MAU

CHEFE DA S/S

St. de Armas

8801

8801

1090

MINISTÉRIO DA GUERRA
D.P.G. — D.G.I.E. — DIRETORIA DE FINANÇAS DO EXÉRCITO
P.C.I.P.

CONTRA-CHEQUE DE PAGAMENTO

ORDEN	CHEQUE	PREFIXO	NOME E PÔSTO	DATA
9006614706	3		MOACYR RIBEIRO COELHO EN DIV 1G116427	FEV1965

CEFRJ

AVISOS

- 1 — ENCARECEMOS A NECESSIDADE DA ATUALIZAÇÃO DOS ENDERÊÇOS, EM CASO DE MUDANÇA.
- 2 — LEMBRAMOS A NECESSIDADE DA APRESENTAÇÃO DO ATESTADO DE VIDA "1.ª QUINZENA DOS MESES DE JANEIRO E JULHO DE CADA ANO" — ARTIGO 338 DO DECRETO LEI 15.783 DE 8-11-922 (REG. GERAL CONTAB. PÚBLICA).

DISCRIMINAÇÃO	CRÉDITO		DÉBITO	
PROVENTOS	5	45100		
ABONO FAMILIA		10000		
CEF PERNAMBUCO			29	500
CHI C MILITAR MENS			1	100
C MILITAR MENS			1	260
C MILITAR SEGURO				75
GOCEX MENSALIDADE			2	000
INDENIZACAO			3	700
DESC DEN MILITAR			1	1850
OUTR FONTE			1	8551

NOTA: — LEMBRAMOS A NECESSIDADE DE GUARDAR O PRESENTE, A FIM JUNTAR A DECLARAÇÃO DO IMPÔSTO DE RENDA, ART.º 13 DEC. 4.154-28-XI-62.

TOTAIS

TOTAL	TOTAL	SALDO
555100	66946	CR\$ 488154 T

CHEFE DA S/S
Augusto de Souza Filho
CAP

ORDEM	CHEQUE	PREFIXO
9066614706		3

DATA
MAR 1965

C E F R J

C R É D I T O

D É B I T O

PROVENTOS
ABONO FAMILIA
CEF PERNAMBUCO
CHI C MILITAR MENS
C MILITAR MENS
C MILITAR SEGURO
GBOEX MENSALIDADE
INDENIZACAO
DESC PEN MILITAR
DRIR FONTE

5	4	5	1	●	○
	1	●	○	●	○

29	500
	10
126	0
	75
2000	
3700	
1185	0
1985	0

- TOTAL

- TOTAL

- S A L D O

T O T A I S

5	5	5	1	0	0
---	---	---	---	---	---

6 8 | 2 4 5

C R S

4	8	6	8	5	5
---	---	---	---	---	---

1

AVISOS

1 — ENCARECEMOS A NECESSIDADE DA ATUALIZAÇÃO DOS
ENFERMOS, EM CASO DE MUDANÇA.

2 — LEMBRAMOS A NECESSIDADE DA APRESENTAÇÃO
DO ATESTADO DE VIDA "1.^a QUINZENA DOS MESES
DE JANEIRO E JULHO DE CADA ANO" — ARTIGO
338 DO DECRETO LEI 15.783 DE 8-11-922 (REG. GERAL
CONTAB. PÚBLICA).

[illegible]

Alvaro Augusto de Souza Filho

1092

BGA

MINISTÉRIO DA GUERRA
D.P.G. — D.G.I.E. — DIRETORIA DE FINANÇAS DO EXÉRCITO
P.C.I.P.

ORDEN
9056614706
CHEQUE
3
PREFIXO

NOME E PÓSTO
MOACYR RIBEIRO COELHO
EN'DIV 1G116427

CONTRA-CHEQUE DE PAGAMENTO

DATA
ABR1965

CEFRJ

AVISOS

- 1 — ENCARECEMOS A NECESSIDADE DA ATUALIZAÇÃO DOS ENDEBÊÇOS, EM CASO DE MUDANÇA.
- 2 — LEMBRAMOS A NECESSIDADE DA APRESENTAÇÃO DO ATESTADO DE VIDA "1.ª QUINZENA DOS MESES DE JANEIRO E JULHO DE CADA ANO" — ARTIGO 338 DO DECRETO LEI 15.783 DE 8-11-922 (REG. GERAL CONTAB. PÚBLICA).

DISCRIMINAÇÃO	CRÉDITO	DÉBITO
PROVENTOS	545100	
ABONO FAMILIA	100000	
CEF PERNAMBUCO.		
CHI C MILITAR MENS		29500
C MILITAR MENS		10
C MILITAR SEGURO		1260
BOEX MENSALIDADE		75
INDENIZACAO		2000
DESC PEN MILITAR		3700
DRIR FONTE		11850
		19850
TOTAIS	555100	68245

NOTA: — LEMBRAMOS A NECESSIDADE DE GUARDAR O PRESENTE, A FIM JUNTAR A DECLARAÇÃO DO IMPÔSTO DE RENDA, ART.º 13 DEC. 4.154-28-XI-62.

CHEFE DA S/S

Albato Augusto de Souza Filho
CAP.

SALDO
CRS 486855 T

1093

B9A

MINISTÉRIO DA GUERRA
D.P.G. — D.G.I.E. — DIRETORIA DE FINANÇAS DO EXÉRCITO
P.C.I.P.

CONTRA - CHEQUE DE PAGAMENTO

C E F R J

A V I S O S

- 1 — ENCARECEMOS A NECESSIDADE DA ATUALIZAÇÃO DOS ENDEREÇOS, EM CASO DE MUDANÇA.
- 2 — LEMBRAMOS A NECESSIDADE DA APRESENTAÇÃO DO ATESTADO DE VIDA "1.ª QUINZENA DOS MESES DE JANEIRO E JULHO DE CADA ANO" — ARTIGO 338 DO DECRETO LEI 15.783 DE 8-11-522 (REG. GERAL CONTAB. PÚBLICA).

NOTA: - LEMBRAMOS A NECESSIDADE DE GUARDAR O PRESENTE, A FIM JUNTAR A DECLARAÇÃO DO IMPÔSTO DE RENDA, ART.º 13 DEC. 4.154-28-XI-62.

T O T A I S

— TOTAL —
5 5 5 1 0 0

TOTAL	
38	745

C R S

— S A L D O

5 1 6 | 3 5 5 | T

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----

1095
28/6

MINISTÉRIO DA GUERRA
D.P.G. — D.G.I.E. — DIRETORIA DE FINANÇAS DO EXÉRCITO
P.C.I.P.

CONTRA-CHEQUE DE PAGAMENTO

ORDEM	CHEQUE	PREFIXO	NOME E PÔSTO	DATA
9066614706	3		MÓACYR RIBEIRO COELHO EN DIV 1G116427	JUN. 1965

CEFRJ

DISCRIMINAÇÃO	CRÉDITO	DÉBITO
PROVENTOS	545100	
ABONO FAMILIA	100000	
DIF MAIO CHI CLUBE MIL		620
CHI CLUBE MIL MENS		630
C MILITAR MENS		1260
C MILITAR SEGURO		75
GOEX MENSALIDADE		2000
INDENIZACAO		3700
DESC PEN MILITAR		11850
DRIR FONTE		19850

AVISOS

- 1 — ENCARECEMOS A NECESSIDADE DA ATUALIZAÇÃO DOS ENDEREÇOS, EM CASO DE MUDANÇA.
- 2 — LEMBRAMOS A NECESSIDADE DA APRESENTAÇÃO DO ATESTADO DE VIDA "1.ª QUINZENA DOS MESES DE JANEIRO E JULHO DE CADA ANO" — ARTIGO 338 DO DECRETO LEI 15.783 DE 8-11-922 (REG. GERAL CONTAB. PÚBLICA).

NOTA: — LEMBRAMOS A NECESSIDADE DE GUARDAR O PRESENTE, A FIM JUNTAR A DECLARAÇÃO DO IMPÔSTO DE RENDA, ART.º 13 DEC. 4.154-28-XI-62.

TOTAIS

TOTAL	TOTAL	SALDO
555100	39985	CR\$ 515115 T

CHEFE DA S/S

CONTRA - CHEQUE DE PAGAMENTO

ORDEN	CHEQUE	PREFIXO	NOME E PÔSTO	DATA
9066614706	3	MOACYR RIBEIRO COELHO	EN DIV 1G116427	AGO. 1965

1 — ENCARECIMOS A NECESSIDADE DA ATUALIZAÇÃO DOS
2 — ENDEBÇOS, EM CASO DE MUDANÇA.

LEMBRAMOS A NECESSIDADE DA APRESENTAÇÃO
DO ATESTADO DE VIDA "1.ª QUINZENA DOS MESES
DE JANEIRO E JULHO DE CADA ANO" — ARTIGO
338 DO DECRETO LEI 15.783 DE 8-11-922 (REG. GERAL
CONTAB. PÚBLICA).

DISCRIMINAÇÃO		CRÉDITO		DÉBITO	
PROVENTOS		545	100		
ABONO FAMILIA		10	000		
CHI CLUBE MIL MENS					630
C MILITAR MENS					1260
GOEX MENSALIDADE					6000
INDENIZACAO					3700
DESC PEN MILITAR					11850
C MILITAR SEGURO					75
DRIR FONTE					19850
C E F RIO DE JANEIRO					34470

T O T A I S

— TOTAL —
5 5 5 1 0 0

— TOTAL —
77 | 835

SALDO	
CRS	477265 T

Unit	Cost	Revenue	Profit
1	100	100	0
2	100	200	100
3	100	300	200
4	100	400	300
5	100	500	400
6	100	600	500
7	100	700	600
8	100	800	700
9	100	900	800
10	100	1000	900

10

1097

[Handwritten signature]

CONTRA-CHEQUE DE PAGAMENTO

MINISTÉRIO DA GUERRA
D.P.G. — D.G.I.E. — DIRETORIA DE FINANÇAS DO EXÉRCITO
P.C.I.P.

ORDEN CHEQUE PREFIXO NOME E PÔSTO DATA CEF RJ

9066614706 3 MOACYR RIBEIRO COELHO SET. 1965

EN DIV 1G116427

AVISOS

- ENCARECEMOS A NECESSIDADE DA ATUALIZAÇÃO DOS ENDERÇOS, EM CASO DE MUDANÇA.
- LEMBRAMOS A NECESSIDADE DA APRESENTAÇÃO DO ATESTADO DE VIDA "1.ª QUINZENA DOS MESES DE JANEIRO E JULHO DE CADA ANO" — ARTIGO 338 DO DECRETO LEI 15.783 DE 8-11-922 (REG. GERAL CONTAB. PÚBLICA).

DISCRIMINAÇÃO	CRÉDITO	DÉBITO
PROVENTOS	545100	
ABONO FAMILIA	10000	
C E F RIO DE JANEIRO		34470
CHI CLUBE MIL MENS		630
C MILITAR MENS		1260
GBOEX MENSALIDADE		6000
INDENIZACAO		3700
BESC BEN MILITAR		11850
C MILITAR SEGURO		75
BRIR FONTE		19850
TOTAL	555100	77835

NOTA: — LEMBRAMOS A NECESSIDADE DE GUARDAR O PRESENTE, A FIM JUNTAR A DECLARAÇÃO DO IMPÔSTO DE RENDA, ART.º 13 DEC. 4.154-28-XI-62.

TOTAIS

SALDO

CR\$ 477265

CHEFE DA S/S

1098
BGA

MINISTÉRIO DA GUERRA
D.P.G. — D.G.I.E. — DIRETORIA DE FINANÇAS DO EXÉRCITO
P.C.I.P.

CONTRA-CHEQUE DE PAGAMENTO

ORDEN	CHEQUE	PREFIXO	NOME E PÔSTO	DATA	CEFRJ
9066614706	3	3	MOACYR RIBEIRO COELHO EN* DIV 1G116427	07 T. 1965	

DISCRIMINAÇÃO	CRÉDITO		DÉBITO	
PROVENTOS	545	100		
ABONO FAMILIA	100	000		
C E F RIO DE JANEIRO			344	70
CHI CLUBE MIL MENS			63	00
C MILITAR MENS			126	00
GOEX MENSALIDADE			600	00
INDENIZACAO			370	00
DESC BEN MILITAR			118	50
C MILITAR SEGURO			75	00
DRIR FONTE			198	50
TOTAL	555	100	778	35

NOTA: — LEMBRAMOS A NECESSIDADE DE GUARDAR O PRESENTE, A FIM JUNTAR A DECLARAÇÃO DO IMPÔSTO DE RENDA, ART.º 13 DEC. 4.154-28-XI-62.

AVISOS

- 1 — ENCARECEMOS A NECESSIDADE DA ATUALIZAÇÃO DOS ENDEREÇOS, EM CASO DE MUDANÇA.
- 2 — LEMBRAMOS A NECESSIDADE DA APRESENTAÇÃO DO ATESTADO DE VIDA "1.ª QUINZENA DOS MESES DE JANEIRO E JULHO DE CADA ANO" — ARTIGO 338 DO DECRETO LEI 15.783 DE 8-11-922 (REG. GERAL CONTAB. PÚBLICA).

CHEFE DA S/S

SALDO
CR\$ 477265 T

1099

[Handwritten signature]

9066 03 MOACYR RIBEIRO COELHO
EN DIV 16116427

PROVENTOS
ABONO FAMILIA
C E F RIO DE JANEIRO
CHI CLUBE MIL MENS
C MILITAR MENS
GBOEX MENSALIDADE
INDENIZACAO
DESC PEN MILITAR
DRIR FONTE
C MILITAR SEGURO

545100
10000

0000555100

614706 19

JAN 66

Jan

34470
630
1764
6000
3700
011850
19850
75

0000078339

0000476761

2135009 17135344 15000335

1100

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Fer

9066 03 MOACYR RIBEIRO COELHO
EN DIV 16116427

614706 19

FEV 66

DIF PROV LEI 4863 65
DIF AB FAM LEI 4863 65
DIF DESC PEN MIL LEI 4863

189750
6000

4125

0000195750

0000004125

0000191625

1524470 46910668 45386198

1101

[Handwritten signature]
B98

9066 03 MOACYR RIBEIRO COELHO
EN DIV 16116427

PROVENTOS
ABONO FAMILIA
1 - C E F RIO DE JANEIRO
2 CHI CLUBE MIL MENS
3 C MILITAR MENS
4 GBOEX MENSALIDADE
5 INDENIZACAO
6 DESC PEN MILITAR
7 C MILITAR SEGURO
8 DRI RENDA FONTE DIF JAN
9 D R I RENDA FONTE

545100
10000

34470 ✓
630 ✓
1644 ✓
6000 ✓
3700 ✓
011850 ✓
75 ✓
7859 ✓
27709

0000555100

0000093937

0000461163

5334352 33890703 28556351

614706 19

Fer
FEV 66

1102

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

9066 03 MOACYR RIBEIRO COELHO
EN DIV 16116427

DIF PROV LEI 4863 65
DIF AB FAM LEI 4863 65
DIF DESC PEN MIL LEI 4863

189750
6000

4125

0000195750

0000004125

0000191625

4291614 142005936 137714322

614706 19

MAR 66

Março

1103

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Marco

9066 03 MOACYR RIBEIRO COELHO
EN DIV 16116427

614706 19 MAR 66

PROVENTOS
ABONO FAMILIA
1 C E F RIO DE JANEIRO
2 C MILITAR MENS
3 GBOEX MENSALIDADE
4 INDENIZACAO
5 DESC PEN MILITAR
6 C MILITAR SEGURO
7 D R I RENDA FONTE

545100 ✓
10000

34470 ✓
1644 ✓
6000 ✓
3700 ✓
011850 ✓
75 ✓
27709 ✓

0000555100 0000085448 0000469652

49847987 375835042 325987055

1104
As
BQA

906603

MOACYR RIBEIRO COELHO
EN DIV 16116427

PROV LEI 4863 65
AB FAM LEI 4863 65
DESC PEN MIL LEI 4863

189750
6000

0000195750

4125

0000004125

0000191625

50765 1986375 1935610

Abail

614706 19

ABR 66

1105
[Signature]
[Signature]

906603

MOACYR RIBEIRO COELHO
 EN DIV 16116427

545100
 10000

011850✓
 34470✓
 1704✓
 60✓
 6000✓
 3700✓
 75✓
 27709✓

PROVENTOS
 ABONO FAMILIA
 1 DESC PEN MILITAR
 2 C E F RIO DE JANEIRO
 3 C MILITAR MENS
 4 DIF MENS CLUBE MIL MAR
 5 GBOEX MENSALIDADE
 6 INDENIZACAO
 4 C MILITAR SEGURO
 D R I RENDA FONTE

0000555100

0000085568

0000469532

1677846

10864964

9187118

614706 19

ABR 66

Abail

37 9

PREFIXO	QUALIFICAÇÃO E NOME	C/C	DATA
001029066	MOACYR RIBEIRO COELHO	0120 614706	JUN 66

DISCRIMINAÇÃO	PROVENTOS	DESCONTOS
PROVENTO	734 850	
SAL FAMILIA	16 000	
CX E F R JAN GB		34 470
CLUBE MIL MENS		1 704
CLUBE MIL PREV SG		75
GBOEX MENS PECULIO		6 000
INDENIZACAO		3 700
PENS MILITAR		15 975
IMP DE RENDA		27 445
TOTAL PROV.	750 850	TOTAL DESCONTO
N.o IDENTIDADE		
		LIQUIDO

[Handwritten signature]

1107

MINISTÉRIO DA GUERRA - C. P. D. Ex.

CÓDIGO	NOME	C
001020725	MOACYR RIBEIRO COELHO	0120

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	RECEITA	DESPESA
PROVENTO		761 070	
SAL FAMÍLIA		16 000	
CX E F R JAN 68			34 4
CLUBE MILITAR			2 8
G B O EX			6 0
PENS MILITAR			16 5
IMP DE RENDA			29 9

N.º IDENTIDADE	SOMAS	777 070	89 851
----------------	-------	---------	--------

MINISTÉRIO DA GUERRA - C. P. D. Ex.

CÓDIGO	NOME	C/C	DATA
001020725	MOACYR RIBEIRO COELHO	0120 614706	AGO 66

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	RECEITA	DESPESA	PRAZO
PROVENTO		761 070		
SAL FAMÍLIA		16 000		
CLUBE MILITAR			2 839	
CX E F R JAN 68			34 470	
G B O EX			6 000	
PENS MILITAR			16 545	
IMP DE RENDA			29 997	

N.º IDENTIDADE	SOMAS	777 070	89 851	LÍQUIDO
				687 219

CONTROLE AS DATAS DE VENCIMENTO PELOS
PRAZOS INDICADOS.

1108

MINISTÉRIO DA GUERRA - C. P. D. Ex.

MINISTÉRIO DA GUERRA - C. P. D. Ex.

MINISTÉRIO DA GUERRA - C. P. D. Ex.

MINISTÉRIO DA GUERRA - C. P. D. Ex.

1110
[Handwritten signature]

MINISTÉRIO DA GUERRA - C. P. D. Ex.

CÓDIGO	NOME	C/C	DATA
001020725	MOACYR RIBEIRO COELHO	32250029596	JAN 67

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	RECEITA	DESPESA	PRAZO
PROVENTO		990 150		
SAL FAMILIA		10 000		
CX E F R JAN GB			34 470	
CLUBE MILITAR			3 370	
G B O EX			6 000	
PENS MILITAR			21 525	
IMP DE RENDA			38 820	
		SOMAS	1 000 150	104 185
				LÍQUIDO 895 965

N.º IDENTIDADE

ATESTADO DE VIDA
1.º à 15 Fevereiro de 1967

CONTROLE AS DATAS DE VENCIMENTO PELOS
PRAZOS INDICADOS.

MINISTÉRIO DA GUERRA - C. P. D. Ex.

CÓDIGO	NOME	C/C	DATA
001020725	MOACYR RIBEIRO COELHO	32250029596	FEV 67

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	RECEITA	DESPESA	PRAZO
PROVENTO		990 150		
SAL FAMILIA		10 000		
CX E F R JAN GB			34 470	
CLUBE MILITAR			3 370	
G B O EX			6 000	
PENS MILITAR			21 525	
IMP DE RENDA			38 820	
		SOMAS	1 000 150	104 185
				LÍQUIDO 895 965

N.º IDENTIDADE

Apresentação: 1.º à 15 de Fevereiro de 1967

CONTROLE AS DATAS DE VENCIMENTO PELOS
PRAZOS INDICADOS.

1111
[Handwritten signature]

CÓDIGO 001020725		NOME MOACYR RIBEIRO COELHO		C/C 32250029596	DATA MAR 67
DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	RECEITA	DESPESA	PRAZO	
PROVENTOS.		990,15			
SAL FAMILIA		10,00			
G B O EX			6,00		
CX E F R JAN GB			34,47		
CLUBE MILITAR			3,37		
PENS MILITAR			28,70		
IMP DE RENDA			38,23		
N.º IDENTIDADE		SOMAS	1 000,15	110,77	LÍQUIDO 889,38

CONTROLE AS DATAS DE VENCIMENTO PELOS
PRAZOS INDICADOS.

MINISTÉRIO DA GUERRA - C. P. D. Ex.

CÓDIGO 001020725		NOME MOACYR RIBEIRO COELHO		C/C 32250029596	DATA ABR 67
DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	RECEITA	DESPESA	PRAZO	
PROVENTOS.		990,15			
SAL FAMILIA		10,00			
G B O EX			6,00		
CX E F R JAN GB			34,47		
CLUBE MILITAR			3,37		
PENS MILITAR			28,70		
IMP DE RENDA			38,23		
N.º IDENTIDADE		SOMAS	1 000,15	110,77	LÍQUIDO 889,38

CONTROLE AS DATAS DE VENCIMENTO PELOS
PRAZOS INDICADOS.

1112

CÓDIGO	NOME	C/C	DATA
001020725	MOACYR RIBEIRO COELHO	32250029596	MAI 67

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	RECEITA	DESPESA	PRAZO
PROVENTOS.		990,15		
SAL FAMILIA		10,00		
CX E F R JAN GB			34,47	
CLUBE MILITAR			3,37	
G B O EX			6,00	
PENS MILITAR			28,70	
IMP DE RENDA			38,23	
N.º IDENTIDADE		SOMAS	LÍQUIDO	
		1 000,15	110,77	889,38

CONTROLE AS DATAS DE VENCIMENTO PELOS
PRAZOS INDICADOS.

MINISTÉRIO DA GUERRA - C. P. D. Ex.

CÓDIGO	NOME	C/C	DATA
001020725	MOACYR RIBEIRO COELHO	32250029596	JUN 67

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	RECEITA	DESPESA	PRAZO
PROVENTOS.		990,15		
SAL FAMILIA		10,00		
CX E F R JAN GB			34,47	
CLUBE MILITAR			3,37	
G B O EX			6,00	
PENS MILITAR			28,70	
IMP DE RENDA			38,23	
N.º IDENTIDADE		SOMAS	LÍQUIDO	
		1 000,15	110,77	889,38

CONTROLE AS DATAS DE VENCIMENTO PELOS
PRAZOS INDICADOS.

Atestado de Vida
1º a 30 de Agosto

11/2
BPA

CÓDIGO	NOME	C/C	DATA
0001020725	MOACYR RIBEIRO COELHO	32250029596	JUL 67

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	RECEITA	DESPESA	PRAZO
PROVENTOS		990,15		
SAL FAMILIA		10,00		
CX E F R JAN 68	119		34,47	
CLUBE MILITAR	132		3,37	
G B O EX	138		6,00	
PENS MILITAR			28,70	
IMP RENDA			30,60	

*Atestado de Vida
18 a 30 de Agosto*

CONTROLE AS DATAS DE VENCIMENTO PELOS
PRAZOS INDICADOS.

N.º IDENTIDADE	SOMAS	LÍQUIDO
	1 000,15	897,01

MINISTÉRIO DA GUERRA - C. P. D. EX.

CÓDIGO	NOME	C/C	DATA
0001020725	MOACYR RIBEIRO COELHO	32250029596	AGO 67

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	RECEITA	DESPESA	PRAZO
PROVENTOS		990,15		
SAL FAMILIA		10,00		
CX E F R JAN 68	119		34,47	
CLUBE MILITAR	132		3,37	
G B O EX	138		6,00	
PENS MILITAR			28,70	
IMP RENDA			30,60	

*Atestado de Vida
12 a 30 de Agosto*

CONTROLE AS DATAS DE VENCIMENTO PELOS
PRAZOS INDICADOS.

N.º IDENTIDADE	SOMAS	LÍQUIDO
	1 000,15	897,01

11/15

[Handwritten signature]

AS FILAS

M. R. COELHO

Uma das formas mais expressivas do crônico regime de sub-produção em que vivemos têmola nas filas, tremenda caceteação de que o brasileiro não se livrará mais, segundo parece.

Neste país, de uns anos para cá, só se vive em fila, só se raciocina à base de fila: para o transporte, para a carne, para o leite, para o cinema, para tudo enfim.

Dias atrás eu estava postado à Avenida Borges, olhando o movimento, quando uma mocinha que chegava abordou-me delicadamente:

— "O sr. é fila?"

Não, eu não era fila naquele instante; mas o seria pouco depois, sem nenhuma dúvida, e a pergunta da jovem tinha toda a razão de ser porque são tantas e tão várias as filas que só indagando para identificar a que nos serve.

Considero a fila a manifestação mais chã e brutal da democracia e, todas as vezes que sou forçado a meter-me numa dessas autênticas valas comuns, distraio-me a analisar-lhes o poderoso efeito despersonalizante que consegue nivelar todos os preconceitos sociais à base do orgulho de um guia de cego.

Melancólica contingência a de um povo forçado a viver como os carneiros, jungido à dura necessidade de quase implorar aquilo que vai pagar com o seu dinheiro e isso mesmo... se chegar a tempo.

Essas são situações que a gente aceita sem lamentações, em momentos de crise; mas que se tornam penosas quando temos de suportá-las pelo tempo a fora, como um tributo às leis econômicas desrespeitadas por administradores imprevidentes e incapazes.

O mencionado órgão verificou, evitando, assim, colapso no setor de transportes da Polícia.

Quem percorre as nossas desguarnecidas e melancólicas fronteiras, topando a cada passo os dolorosos problemas que lhes avassalam as populações e amesquinham o progresso, não pode deixar de comover-se ante o espetáculo dos orgulhosos símbolos do passado, mudas e eloquentes testemunhas que mantêm na sobriedade dos escombros gloriosos, a lembrança de um tempo infelizmente já distante, no qual o Brasil detinha a admiração e o respeito das demais nações americanas.

Frustrado em 1828 o secular e grandioso sonho lusitano de colocar no Prata o extremo meridional do Brasil, dedicaram-se os estadistas do Império à sábia política de liderar as águas platinas. A essa época regorgitava de movimento e de vida a cidade de Itaquí; não a Itaquí esquecida e triste que conhe-

VELHOS MARCOS GLORIOSOS

M. R. COELHO

ceamos hoje, mas a cidade sede de um Comando fluvial importante exercido por um Almirante da nossa Marinha de Guerra! E muito nos falam desse passado glorioso as casas antigas, de estilo colonial; as ruas estreitas que conduzem ao porto; o velho Arsenal que servia a extinta Flotilha do Alto Taquari e cujas ruínas venerandas ainda se mantêm de pé, vibrantes e expressivas na sua linguagem muda de reliquias históricas!

Remontando o rio Uruguai — eixo que foi de tantas lutas e

ambições políticas — encontramos, um pouco aquém da barra do Turvo, outro marco expressivo do alto espírito patriótico da época: os restos ou melhor o local apenas da ex Colônia Militar do Alto Taquari, fundada a 25 de dezembro de 1879.

Finalmente, já em pleno Pantanal Matogrossense, barrando um largo estirão do rio Paraguai, ergue-se o Forte de Coimbra, relicário de tradições que vem de remotos tempos coloniais e única instalação no gênero em toda a fronteira meridional, que a República conservou e mantém.

Lamentável é que se tenham deixado fenecer esses núcleos de brasilidade semeados ao longo da fronteira agreste: sábia iniciativa de que frutificou a gloriosa epopéia da Colônia Militar de Dourados!

1116
B9A

Ao reler, já no jornal, a crô-
ca que ontem saiu neste can-
inho intitulada "Velhos mar-
s gloriosos", deparei com sur-
resa, a certa altura, com a ex-
pressão "Alto Taquari" onde
veria estar grafado "Alto U-
guai". Cochilo do linotipista,
enso comigo. Prossigo na
itura e verifico que o mesmo
ngano se repete sistemática-
mente, até o fim. Então, com-
reendo: não se trata de um
ipso, mas do deliberado pro-
ósito de auxiliar o cronista
ue estaria laborando em equi-
oco. Não importa da parte de
uem, mas a intenção é amiga
boa e eu lhe sou grato.
Realmente por que "Alto U-
guai"? "Alto Taquari" é que
everá ser. Pois não é para lá
ue viajam, freqüentemente,
ltas autoridades da adminis-
ração pública e influentes pró-
eres políticos? Não é do Alto
Taquari que vêm, diariamente,
otícias sobre as lavouras e a
espeito da escassez ou abun-
dância das chuvas? Não é de
la que vem a cotação do milho,
o preço do porco e da safra de
banha? E as notícias das che-
ias que destroem as roças e
preocupam o comércio ataca-
dista? Claro. Só pode ser o
Taquari, o rio do Porto Mari-
ante e dos vapores da Empresa
nt de Navegação!
Corrigiu-se o suposto engano
cronista e lá ficou impressa

A PROPÓSITO DE UM ENCANTO M. R. COELHO

esta tremenda heresia: Floti-
lha do Alto Taquari, em lugar
de "Flotilha do Alto Uruguai";
Colônia Militar do Alto Taqua-
ri... Não mesmo!

Mas isto me sugere o quanto
é vária a sorte neste mundo!
E não apenas no que respeita
aos entes humanos, mas até
em relação às simples coisas
inanimadas. É verdade, meu
caro e desconhecido amigo.

Se tu vivéras naquela época;
se tiveras sido contemporâneo
da "Flotilha Militar do Alto
Uruguai", provavelmente nem
terias ouvido falar no Taqua-
ri, então um riozinho modesto
e sossegado a cujas margens
algumas centenas de colonos
recém-chegados se ocupavam
em desbravar a mata e levan-
tar toscas habitações. O Uru-
guai sim, esse era, ao tempo, o
rio da moda e por suas águas
— militar, econômica e políti-
camente importantes — transi-
tavam a vida e o comércio que
faziam prosperar uma vasta
região. Mais do que isso ele
conheceu glórias com que o

Taquari jamais sonhou em to-
da a sua existência de rio tra-
balhador e pacato: navios de
guerra, lhe eram familiares;
fragatas belicosas que atraca-
vam, arrogantes, ao trapiche
do Arsenal de Marinha, em I-
taqui!

"Sic transit gloria mundi..."
O histórico e tradicional U-
ruguai é hoje um rio triste, es-
quecido e em que quase nem se
ouve falar. Além das balsas
dos madeiros, só chalanas e
simples canoas lhe frequentam
as águas a serviço do contra-
bando e de um escasso comér-
cio ribeirinho. E só quando o-
correm os costumeiros inciden-
tes de fronteiras ele aparece no
noticiário dos jornais. Ao lon-
go de suas margens, escassa-
mente povoadas, são poucas as
lavouras e por isso o seu no-
me não figura nas cotações da
bolsa; mesmo as tremendas en-
chentes que o avassalam, pouco
éco encontram longe dali. Dai
o teu engano, nada extranhá-
vel, realmente.

Mas quero aproveitar o ensê-
jo para dizer-te uma cousa que
talvez ignorasses, caro amigo:
foi precisamente o descaso a
que, por incúria votámos aquê-
les "velhos marcos gloriosos"
que gerou o desencanto e a po-
breza que imperam até hoje no
vale do grandioso e quase es-
quecido Uruguai.

as idéias de Getúlio Vargas.

| pensável a qualquer congação, is-tna França e no estrangeiro.

sta
era
mi-
se-
en-
de
tân-
des-
Pe-
Is-
con-
âcu-
ções
pa-
po-
Pa-
nve-
r-se
nder
con-
re-
is-
in-
res-

Já fui um filósofo á antiga
— não se admirem — cuja úni-
ca fortuna consistia em um
carrinho de afiar, dêsses que
a gente encontra parado á beira
das calçadas enquanto o a-
molador assobia a clássica es-
cala, avisando a freguezia.

E quão deliciosa corria a vi-
da enquanto, mundo a fora, eu
ia levando a pequena carreta
hoje aqui, amanhã além em
meio ao turbilhão universal!
Olhando, ouvindo, conversando
com a gente simples das ruas
e, o que é melhor, sem ter ne-
cessidade de ser rico nem de-
pende de uma comissão do
Governo para estudar as diver-
sões noturnas na Europa!

Ah! a maravilhosa e plena
liberdade de guiar os meus
passos para o Oriente ou para
o Ocidente; para o Norte ou
para o Sul! Ai estavam, ao al-

FILOSOFO À ANTIGA M. R. COELHO

cance do meu capricho, e da
minha preferência, todos os
caminhos do mundo e a visão
policrômica de tudo quanto
êle encerra em tipos humanos!
Minha era a faculdade de po-
der contemplar toda a grande-
za e arte universais; poder sa-
ciar-me de tudo o que é novo
como daquilo que é mais re-
moto!

Que de saborosas novidades
encontradas a cada passo, no
borborinho das ruas movimen-
tadas ou na quietude dos bur-
gos camponeses; quanto e que
variegado esplendor no colo-
rido dos trajes, na diversidade

das línguas e dos costumes;
no bulício das crianças; na azá-
fama dos bairros comerciais;
no olhar tímido ou petulante
das mulheres!

Mas deixem-me contar como
tudo aconteceu.

Comecei vagando pela Euro-
pa. Afiei farpas em Madri; te-
sours de podar vinha no Rhe-
no e na Champagne; agucei
punhais nos "bas-fonds" de
Paris e amolei canivetes para
os estudantes de Harvard e
Cambridge. Saboreei a cerveja
de Munich, extasiei-me ao sol
em Cannes e estava entrando
em Londres no momento exa-
to em que o Big-Ben batia as
seis horas da manhã...

Aí despertei... porque o re-
lógio que dera as seis fatídicas
badaladas não fóra o de Lon-
dres, mas o "big-ben" aqui de
casa...

* Pela segunda vez, o compositor Camargo Guarnieri venceu um concurso nos Estados Unidos, consagrando-se entre autores de todo o mundo e marcando brilhante vitória para o Brasil.

* E varso... Lublin anunciava isto e o comando soviético dizia oficialmente que a cidade fora tomada de assalto pelas tropas de Zhukov. — AVN.

1117
BGA

O USO DO CACHIMBO...

M. R. COELHO

Não são poucos os que se manifestam descrentes da nossa democracia, alegando a imaturidade política do nosso povo. E, forçoso é reconhecer, que populações incultas e submetidas a um baixo padrão de vida como as nossas, são presas fáceis da exploração demagógica — a grande mistificadora da bo fé popular.

E' realmente desencorajador, não há como negá-lo, o círculo vicioso em que se debate a nação e no qual se alternam a ignorância da massa e a falta de recursos econômicos capazes de promoverem a recuperação do povo: aquela, fonte permanente de maus governos por isso que resultam da vontade de um eleitorado politicamente inexpressivo; esta, consequência direta de uma arrecadação exígua e do mau emprego desses poucos recursos, por parte dos dirigentes da coisa pública. Nada mais que a plena verificação do velho aforisma, segundo o qual os povos têm os governos que merecem.

Mesmo assim repugna, aos espíritos de verdadeira formação liberal e democrática, qualquer forma coercitiva de poder que venha substituir o livre arbítrio popular pela orientação de um grupo, seja ele uma minoria ou uma classe.

E, pensando bem, de que valeria isso? E' uma lei natural irremovível a da transformação lenta e gradual de qualquer processo evolutivo. A Natureza não dá saltos e muitos menos, a natureza humana. O aprimoramento dos povos decorre de um processo lento e ininterrupto operado pela nossa tendência, inata, para o aperfeiçoamento mas que só se atinge etapa mediante o trabalho pertinaz de cada dia, de cada ano, de cada geração.

Creio mil vezes preferíveis os erros e falhas de eventuais governos demagógicos, mas que representem as escalas naturais da nossa evolução política, do que alguns acertos alcançados à custa das liberdades individuais e do sacrifícios dos nossos foros de nação democrática.

Meditemos na fábula das rãs pedindo um rei, mesmo porque o uso do cachimbo pode deixar a boca torta...

etapa após etapa

14 — JANEIRO — 1955

MARTA ROCHA E OS ESTUDANTES

M. R. COELHO

Estão os nossos estudantes decepcionados com a bela Marta a quem acusam de interesseira e negociista. Mas, pensando bem e mesmo que assim fôsse, não creio que lhes assista a razão.

E' bem de supor que em fases mais românticas da vida da humanidade, essa jovem se contentasse em viver apenas o seu sonho bom e efêmero de Cinderela. Mas hoje, desde a infância já se sabe de onde vêm os côches dourados de que nos falam as histórias de fada: de Detroit, USA, custam vários milhares de dólares e se chamam "Cadilacs".

Ora, se vivemos uma época de materialismo absorvente e agressivo em que tudo se vende, tudo se compra, tudo tem o seu preço, não só as coisas mas as consciências e os próprios homens, por que negar a uma simples menina o direito de alcançar algum benefício material dos seus sessenta e poucos quilogramas de juventude e beleza?

Breve surgirão outras "missões": novas "rainhas" monopolizarão as preferências popula-

res e os interesses comerciais das agências de publicidade. Mas a vida continuará para todos, inclusive para a suave baianinha, já então restituída à sua vida normal e calma de moça bonita, sem dúvida, mas em tudo idêntica a tantas, tantas... E o seu reinado glorioso teria passado como um sonho muito doce, repleto de emoções saudosas e felizes, se não vivêssemos sob o guante do mais feroz materialismo segundo o qual cada um vale pelo que possui e pelo que pode comprar.

Boa "pinta", carro lizado e carteira recheada representam na sociedade atual a varinha mágica das histórias ingênuas de antigamente; porque nas fadas, nessas meigas e zelosas entidades sempre prontas a premiar a virtude e reprimir a ambição e a injustiça, essas nem mesmo as crianças de colo acreditam mais.

E' com dinheiro que tudo se obtém, tudo se compra, tudo se paga; e é o afã pelo dinheiro, a luta árdua por conseguí-lo que pode explicar muitas coisas que acontecem.

ção trabalhos

ração da nova sede.

no próximo pleito

1118

Depois de uma noite mal dormida, em que me debati entre núvens de perninhos indolentes e vorazes, começo o dia sem o meu café com leite devido à habitual "escassez do produto", na explicação rotineira do DEAL. Ao almoço tenho que contentar-me com uma refeição vegetariana, pois a única carne que se conseguira parece tendão de zebu puxador de carreta em zona de serra.

Extremamente "bem humorado" lanço-me à conquista de uma condução para a cidade e, ao desembarcar — depois de bastante chacoalhar no corredor do ônibus entre uma preta roliça e mal cheirosa e um cavalheiro resfriado — ainda se repete a cena costumeira da falta de trôco. Finalmente, para cúmulo, ao atravessar a rua, um cinesiforo atrabiliário quase leva metade de mim no paralamas do carro mas em tempo ainda de, na disparada, ati-

ESTA CIDADE SORRISO...

M. R. COELHO

rar-me um palavrão desafortado.

Cidade sorriso... — penso enquanto vou enfrentando as longas horas de "batente" — cidade sorriso em que faltam o leite, a carne, os transportes mas sobram os mosquitos, o calor e os indivíduos mal educados. Só se for sorriso amarelado.

Terminado o expediente (não há mal que nunca se acabe), o sol ainda alto, dirijo-me para a rua da Praia e um a um vou encontrando os amigos velhos e que não via... desde a véspera; e, em grupo que vai crescendo sempre, descemos a rua qual galho de enchente:

pára aqui, engancha acolá a fim de trocar duas palavras e abraçar os amigos do peito e que a gente não via... há vinte e quatro horas!

E a todas essas, a elegância feminina vai desfilando sem cessar, o andar curvilíneo e serpentinoso suscitando olhares discretos e comentários respeitosos...

Depois do clássico cafézinho, novos abraços e cada qual toma o seu destino. Bem pequena e amiga me parece agora a fila que encontro no ponto do ônibus; acho o motorista cordial, o cobrador respeitoso e chego em casa assobiando em surdina...

Ah! esta nossa cidade é mesmo um sorriso que canta no espetáculo radioso de suas tardes coloridas; que encanta na visão radiosa das mulheres que lhe enfeitam as ruas; que enternece ao contato amistoso da alma boa e amiga da sua gente...

Orientação profissional

Segundo notícia recentemente publicada por esta fôlha, existem atualmente no país cerca de 65 mil estudantes universitários dos quais 17 mil são matriculados nas diversas Faculdades de Direito.

A distribuição, em detalhe, é a seguinte: acadêmicos de Direito — 17.124; de Engenharia (diversas especialidades) — 10.631; de Medicina — 9.764; de Ciências Econômicas e afins — 4.389.

E' evidente que longe está de ser excessivo para as nossas necessidades o cômputo de 17 mil acadêmicos de Direito; o que parece exiguo, em termos de comparação, são as cifras dos que se destinam à Engenharia, Medicina e Ciências Econômicas. Parece que a nossa mocidade estudiosa não encontrou ainda o seu verdadeiro rumo, que deverá ser, necessariamente, função da destinação social e econômica do país.

A cifra total dos jovens que efetuaram matrícula nas diversas escolas de Engenharia, longe está de corresponder às fabulosas possibilidades já existentes no país, possibilidades estas diariamente renovadas e ampliadas em vertiginosas proporções. Outro tanto se pode dizer da Medicina, da Odontologia, da Economia, da Veterinária, etc.

Quem se dê ao cuidado de consultar as estatísticas profissionais verá como são agudas, tanto no interior do país como em nosso próprio Estado, as necessidades em

naver adoecido um dos novilhos, o peso médio inicial dos animais acusou 207,5 kg., e o aumento, nos 150 dias de pastoreio, foi de 117,5 kg., correspondente a 336 kg por hectare. O rendimento, entretanto, em "terrenos de totais digestíveis nutritivos" (TD.N.), acusou o valor de 9.899 quilos, ou cerca de 500 quilos menos do que o verificado no potreiro com azevem adubado. Estes os resultados do primeiro ano de pastoreio, nesse potreiro, nº 7, porque, como informam aque-

peçoal técnico e especializado. Não pretendemos dizer que haja plethora de bacharéis, o que na verdade não se verifica, mas sim que é muito mais aguda a falta de médicos, de engenheiros, veterinários e dentistas.

E' óbvio que na escolha da profissão deve ter absoluta primazia a preferência vocacional de cada um. Ressalvada, porém, esta condição cabe aos Poderes Públicos, mediante propaganda oportuna e bem conduzida a tarefa de manter bem informada a juventude estudiosa, de modo a permitir a cada qual orientar a sua preferência de maneira segura e metódica.

A' semelhança do que se faz na Europa e em certos países da América, deveriam, tanto o Governo como as empresas particulares, procurar diretamente nas Escolas de formação alguns dos técnicos e profissionais de que necessitam.

Com isso se dariam oportunidades imediatas aos recém-formados as quais, além de constituírem um prêmio e um estímulo, atraíriam a atenção dos estudantes para os setores mais carecentes em pessoal especializado.

sanção men

A lhist cime semp sembi da' Hulha ge. Ao

CO

Cor

imediato do ri sam sob lado do altura do po que talvez, ne rar o ma

Mas, o conhecem segundo por dive ras de a cal, onde dezenas e proprieda por sinal dia a dia tes mesmo dadeiras diversos, cos etc. A para a v vendida a rado, pois safio às que não vel, está melhor di do valo. Pode V.

C - 2/III

1119

[Handwritten signature]

* NOVOS MUNICÍPIOS

Não foram poucas as opiniões contrárias à emancipação dos diversos distritos que, no dia de ontem, tiveram a data oficial de sua instalação em municípios. E, justo é reconhecer, não é totalmente isenta de perigos a política de desmembramento das unidades comunais, por isso que, qualquer exagero nesse sentido, poderá levar à criação de entidades destituídas das condições básicas imprescindíveis a uma existência autônoma. Aliás, desde a promulgação da Constituição Federal de 1946 nota-se, em certas unidades da Federação, uma tendência para acentuar o fracionamento territorial em consequência do disposto na referida Carta, que obriga a União a entregar aos municípios, exceto os das Capitais, dez por cento do total arrecadado no imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza. E' nessa facilidade — que permite canalizar para o Estado através os cofres municipais avultados recursos financeiros — que se tem baseado a política exageradamente emancipacionista de vários Estados, notadamente Minas Gerais e São Paulo. O primeiro destes, que dispunha até 1943, de 288 unidades, passou a contar com 485, desde 1953; quanto ao segundo, que até 1943 dispunha de 270 comunas, passou a totalizar 305 em 1948 e atingiu 369 no quinquênio se-

guinte. A política rio-grandense, porém, neste ponto notavelmente equilibrada e prudente, têm impedido uma excessiva fragmentação territorial mercê das exigências mais severas que a Constituição Estadual impõe às tendências emancipacionistas, sobretudo no que respeita ao cômputo demográfico e à renda mínima. Tais requisitos, contidos na Carta de 1946 e suavizados posteriormente pela emenda constitucional n.º 2, de dezembro de 1952, pedem: população mínima de 12 mil habitantes; renda suficiente para a manutenção dos serviços municipais; possibilidades de desenvolvimento, além de prévia anuência da maioria da população da área a ser emancipada, manifestada em plebiscito. Foi, portanto, dentro de um critério sadio e tradicionalmente ponderado que elevamos para 112 o total de nossos até agora 92 municípios, número realmente pequeno comparado aos de outros Estados, especialmente com as duas importantes Unidades anteriormente citadas. A necessidade de criação de novas entidades administrativas é uma decorrência do desenvolvimento, fenômeno típico das coletividades em fase expansionista, a que não se pode fugir mas que é imprescindível regular e metodizar. Para o Rio Grande, o acréscimo das vinte novas unidades

LONDON

Tenha em sua casa o
TERMOMETRO que
os médicos preferem



locais representa vida municipal mais equilibrada, administração mais objetiva e melhor distribuição dos encargos burocráticos. Mais importante, porém, é o significado de que o fato se reveste para as próprias populações emancipadas, para as quais a capacidade de auto-determinação constitui um legítimo penhor de sucesso, por isso que todas elas reúnem, a par dos elementos materiais indispensáveis ao progresso, uma consciência cívica que as torna social e politicamente responsáveis e capazes. O município, célula primeira na organização político-administrativa de um Estado, representa o elo mais robusto da vasta cadeia de Idealismo e de trabalho que é a comunidade nacional e tem, por isso mesmo, uma grande quinhão de responsabilidade na felicidade do povo e no progresso da Nação.

F - 28/2

7120

Comentávamos nestas colunas, dias atrás, o abandono a que se acham reduzidos os nossos silvícolas. E não apenas abandono mas, em muitos casos, escandalosa exploração praticada por funcionários corrutos de que eram vítimas não só o gentio aldeado nos "toldos", como o vasto patrimônio florestal a eles pertencentes.

Hoje tornamos ao assunto para indagar, de quem de direito, o motivo por que os aborígenes reunidos nesses aldeamentos fogem dali insistentemente e constantemente. Alguma razão — e muito séria — deve existir para que essa pobre gente se lance nas estradas, sem objetivo e sem rumo certo, deixando para trás a terra em que nasceram e foram criados, e que legitimamente lhes pertence.

Com o intuito de esclarecer esse fato visitamos, há uns quatro anos, o "toldo" do Guarita, no município de Três Passos; e o que ali tivemos oportunidade de verificar, mal ultrapassamos a pequena área onde se localizam a administração e uma dezena de famílias indígenas favorecidas, foi contristador e deprimente.

INDIOS E "TOLDOS"

M. R. COELHO

Não é fácil descrever segundo os padrões humanos a situação de uma população de mais de mil indivíduos relegada à condição de simples animais, vegetando na mais dolorosa miséria, havendo mesmo casos de adultos em completa nudez (mas por falta de roupa, compreendida-se); abrigados em "ranchos" e tocas abomináveis localizadas pelo mato a dentro, sem qualquer contato nem assistência por parte da administração; enfermos, largamente devastados pelo vício da embriaguez e sem disporem de uma simples enfermagem; sub-nutridos, vivendo de furtos praticados pelas redondezas ou de pequenos serviços prestados aos colonos vizinhos; sem disporem de uma única lavoura digna desse nome, a subsistência de tanta gente só poderia provir dos expedientes já apontados e de uns raros e minguaços roçados de milho e feijão, além da erva-mate nativa na revisão e por eles grandemente utilizada.

Esse foi o quadro que encontramos no Guarita; mas não conseguimos ver o administrador que, a todas essas, andava exibindo pelas cidades vizinhas, numa propaganda cabotina e mentirosa, um grupo de quinze ou dezoito índios enfeitados de bracteletes e cocares que jogavam basquete, desfilavam nas paradas e "posavam" para os fotógrafos e para a opinião pública.

E entremetidos — como diria o nosso Jotabê — a madeira de lei ia desaparecendo rapidamente das terras do "toldo"; o único caminhão destinado ao serviço do mesmo rodava pelas cidades próximas, levando aos bailes e festas "cívicas" o administrador "glostorado" muitos amigos pessoais de s. s. e a turminha "representativa" que nas lides domésticas o ajudava a oprimir e explorar os irmãos de raça que jaziam esquecidos, no fundo do mato.

Parafraseando Churchill, a impressão que recolhemos ali poderia ser resumida nas seguintes palavras: nunca tantos sofreram tanto, para deleite de tão poucos...

Felha da Tardade

Há dias (semanas ou meses, quem sabe?) um grupo de índios, inclusive mulheres e crianças, está vivendo sob a ponte rodoviária do Esteio, na faixa para São Leopoldo.

E' contristador o espetáculo dessas famílias de aborígenes — espelho de secular abandono a que votamos o nosso silvícolo — cujos componentes, tangidos pela miséria, deixam as "suas" terras no norte e noroeste do Estado e se aventuram, estrada a fora, em busca da capital ou de outros centros urbanos. E ei-los, em pequenos grupos, vagando andrajosos e miseráveis, os filhos as costas ou pela mão, dormindo ao relento, alimentando-se de esmolas ou de algumas espigas de milho furtadas a medo nas roças vizinhas.

Doloroso e eloquente testemunho da espolição criminosa que vem aniquilando esta ra-

Abandono secular

M. R. COELHO

ça infeliz, desde a intrusão do esperto Caramuru até os nossos dias!

Mas que coração poderá ficar indiferente à desgraça destas crianças grandes, simples e ingênuas, vítimas indefesas da ambição desordenada de uns poucos e do mais absoluto descaso de toda uma população que se diz civilizada!

Sabemos todos que os nossos indígenas "vivem" sob a proteção do Estado em redutos denominados "toldos", mantidos pelo "Serviço de Proteção aos Índios". O que nem todos sabem, — mas que as autoridades públicas não poderiam de forma alguma ignorar — é a miserável existência que essas criaturas arrastam em tais re-

duto vivendo no mais completo abandono, além de serem, não raro, explorados por funcionários inextricáveis no seu trabalho e nos magros recursos que lhes concede o Estado.

Há tempos visitamos um desses "toldos"; e o que pudemos constatar mal ultrapassamos — aliás contra a vontade dos funcionários — uma espécie de sala de visitas organizada "para inglês ver", foi algo de desumano e criminoso em que tanto se explorava o infeliz gentio como se defraudava o Patrimônio Público.

E o pouco que ali nos foi dado constatar sobre o drama pungente desta ex-valorosa estirpe de gente vermelha, justifica amplamente que eles prefiram viver por baixo das pontes desde que muitos e muitos quilômetros os separem dos funcionários do S.P.I.

1122
[Handwritten signature]

UMA GRAVE AMEAÇA

Em entrevista recentemente concedida a este jornal o eng. José Batista Pereira, atual diretor geral do DNER, e profundo conhecedor dos problemas viários do país, manifesta de maneira clara e positiva suas apreensões quanto ao acerto das medidas financeiras impostas pelo ministro da Fazenda ao setor das atividades rodoviárias nacionais.

Estas medidas, conforme tem sido amplamente divulgado, abrangem dois aspectos distintos: o corte de 840 milhões de cruzeiros (cerca de 40 por cento) nas verbas orçamentárias do DNER, além de um substancial aumento no preço dos carburantes e óleos lubrificantes.

Ninguém ignora a gravidade da conjuntura econômico-financeira que estamos atravessando e cuja superação está a exigir-nos as mais severas medidas de poupança; discutível é, isso sim, se não será demasiado o onus que se pretende lançar sobre o setor rodoviário, hoje em dia talvez a viga mestra do nosso precário sistema de transportes.

Em abono desta afirmativa consideremos, embora de maneira superficial, o que representam as atividades rodoviárias no panorama socio-econômico riograndense.

Até 1937, ano em que foi criado o DAER e que marca o início da rodoviação no Estado, eram os nossos transportes função exclusiva das redes ferroviária e navegável porque muito pouco significavam os escassos 400 quilômetros de rodovias para "tráfego seguro" com que contávamos até aquela data.

Retratando esse aspecto melancólico dos transportes, o interior do Estado só apresentava um desenvolvimento homogêneo ao longo dos eixos ferroviários e nas áreas servidas pela navegação fluvial e lacustre; o intercâmbio com o Rio e São Paulo ficava na estrita dependência do transporte ferroviário ou da navegação de cabotagem. Nessa altura, o volume da nossa produção agrícola era da ordem de três milhões de toneladas anuais e, em vários pontos do Estado, podiam ser identificadas verdadeiras ilhas sociais e econômicas, vegetando em estado de semi-isolamento.

Atualmente, quando temos em tráfego efetivo uma rede rodoviária superior a oito mil quilômetros, dotada de numerosas e importantes obras d'arte, passou a ser bem outro o panorama socio-econômico riograndense: pesados caminhões de carga tiveram acesso aos mais recuados rincões do nosso interior, estimulando o desenvolvimento da lavoura, da pecuária e as iniciativas industriais; é intenso e compensador o intercâmbio rodoviário com o Rio e São Paulo; nossa produção agrícola atingiu, em 1953, a casa dos seis milhões de toneladas anuais e a circulação de tal riqueza teria sido impraticável sem o concurso dos 60 mil veículos automotores em serviço no Rio Grande, dos quais 3.500 tratores e quase 20.000 caminhões de carga; cerca de 2.000 ônibus trafegam incessantemente pondo os quatro cantos do Estado em permanente contato com a capital. Mais de 14 milhões de passageiros viajaram por rodovia, em 1949, enquanto que no mesmo período a Viação Férrea transportou apenas três milhões e duzentas mil pessoas.

Inúmeras cidades da zona agrícola tiveram seu desenvolvimento possibilitado pela expansão rodoviária: Lagoa Vermelha, Soledade, Sarandi, Palmeira, Vacaria, Três Passos e muitas outras localidades servidas exclusivamente por rodovia, apresentam altos índices de crescimento que, na primeira delas, atingiu 81 por cento, no decênio 1940-50. A criação, em data recentíssima, de vinte novas comunas — a maior parte das quais autênticas colmeias de trabalho surgidas à beira das rodovias — aí está a atestar, de forma exuberante e insofismável, a potencialidade do rodoviarismo na expansão social e econômica do Rio Grande.

Por tudo isso julgamos perigosas, muito perigosas mesmo, as medidas de restrição das verbas e encarecedoras do combustível que pesam como uma ameaça sobre o desenvolvimento das nossas atividades rodoviárias, cujo ritmo expansionista representa um penhor de segurança para os que trabalham e produzem.

Comunicação do Porto

LR - 9

1123

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA-
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS-

BOLETIM INTERNO DO SPI Nº 52-

MESES DE JANEIRO-FEVEREIRO DE 1 962



1129

[Handwritten signature]

=MINISTÉRIO DA AGRICULTURA=
-Serviço de Proteção aos Índios -
=BOLETIM INTERNO Nº 52=

=DIRETOR=
Ten.Cel.MOACYR RIBEIRO COELHO

=CHEFE DA SOA=
LOURIVAL DA MOTA CABRAL

=CHEFE DA SA=
ALMÁCHIO BANDEIRA BRAULE PINTO

=CHEFE DA SE=
=NILO OLIVEIRA VELLOZO=

=SECRETÁRIO=
GLAUCO SOARES DE SOUZA

1125
[Handwritten signature]

-MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
-Serviço de Proteção aos Índios-
-BOLETIM INTERNO Nº 52-

=INSPECIONADOS
PELO DIRETOR DO SPI
INSPETORIAS REGIONAIS E POSTOS INDÍGENAS.-

0 Sr. Tenente Coronel Macyr Ribeiro Coelho, Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, inspecionou as 5ª., 6ª., 9ª., 1ª., e 2ª. Inspetorias Regionais, localizadas, respectivamente, em Campo Grande, Cuibá (Estado de Mato Grosso), Pôrto Velho (T.F. Rondônia), Manaus, Estado do Amazonas, e Belém, Estado do Pará.

O Diretor do SPI visitou vários Postos Indígenas, pertencentes às 1ª, 6ª e 9ª Inspetorias, e tomou inúmeras medidas de caráter administrativo, com a finalidade de promover maior assistência, por parte dos PPII, aos índios sob sua jurisdições, principalmente, os Pacaás Novos.

Entre os Postos Indígenas inspecionados, destacamos:
PI Fraternidade Indígena e PI Simões Lopes (6ª IR)
PI Buriti, PI José Bonifácio e Francisco Horta (5ª IR)
PI Barbosa Rodrigues e Fazenda Nacional de São Marcos
(1ª Inspetoria Regional).

Na fazenda de São Marcos (T.F. do Rio Branco), foram visitados, pelo Sr. Diretor deste Serviço, os quatro Postos que a FAB mantém nos locais seguintes: Cachoeira dos Índios (Rio Mucajai), Rio Urariquera, Serra dos Surucucus e Serra do Parima.

DIRETOR DO SPI APRESENTA

RELATÓRIO AO EXO. SR. MINISTRO DA AGRICULTURA.

No dia 23 de fevereiro do ano corrente, o Sr. Diretor do SPI, Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho, apresentou ao Exo. Sr. Ministro da Agricultura, Armando Monteiro Filho, importante relatório relativo à primeira viagem de inspeção, e que transcrevemos na íntegra: "RELATÓRIO APRESENTADO AO EXO. SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO FILHO, PELO TENENTE CORONEL MOACYR RIBEIRO COELHO, DIRETOR DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, E RELATIVO À 1ª. VIAGEM DE INSPEÇÃO".

EM TOCANTÍNIA- TRIBO DOS 'XERENTES

Enfermagem; Ensino Rural; Catequese

Rinaldo de Mattos e esposa- brasileiros

Robert Williams e esposa- norte-americanos

EM TOCANTINÓPOLIS - TRIBO DOS APINAJÉS

Assistência médica, dentária; catequese

Joe Preston e esposa - norte-americanos.

Jocelina Silva Martins - brasileira

EM TOCANTINÓPOLIS - TRIBO DOS GAVIÕES

Trabalho novo, não iniciado por falta de licenças do SPI.

Enfermagem; Ensino Rural; Catequese

Antonio Castro Cunha- brasileiro

Marshall Killcrease e esposa - norte-americanos.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL- EM NONOAI-TRIBO DOS CAINGANGS

Enfermagem; Ensino Rural; Catequese

Alton Cothron e esposa - norte-americanos

Glén Bacon e esposa : Norte-americanos

TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA-RIO PACAÁS NOVOS-PI DR.TANAJURA

Tribo Pacaás Novos.-

RIO LAGE-PI TENENTE LIRA-TRIBO PACAÁS NOVOS

Enfermagem; Serviço Dentário; Ensino Rural e Catequese

Friedrich Karl Scharf e esposa - brasileiros

Abraham Hoop e esposa - canadenses

Royal Taylor e esposa - norte-americanos

Richard Sollis e esposa : norte-americanos

Thomas Hipólito Moreno - norte-americano.

ESTADO DO AMAZONAS-RIO IÇANA-TRIBOS BANIWA E NHENGATU

Enfermagem; Escola Rural; Trabalho e Produção Rural; Catequese.

Henry Loewen e esposa - canadenses

Walnie Hliewer - norte-americanos

Elizabeth Koop - canadense

James Curtiss e esposa - norte -americanos

RIO DEMINI- TRIBO XIRIANOS (FAMÍLIA DOS UAICÁS)

Enfermagem; Linguística e Catequese.

John Enns e esposa - norte-americanos

Apôlônio de Melo e esposa - brasileiros

Bruce Hartmann e esposa - norte-americanos

Vorn Bartlett e esposa - norte-americanos.

RIO JURUÁ-TRIBO MARUJOS.

Enfermagem; Linguística e Catequese.

Alberto Darahdgian - brasileiro

Robert Allen - norte-americano.

Esses missionários vêm prestando ao Serviço de Proteção aos Índios na grave crise que se abateu sobre os Pacaás Novos, serviços preciosos e inestimáveis, acudindo-os na selva com dedicação apostólica.

No Içana, em 1954, instalou-se o Missionário Henry Roland Soewen e senhora. Aprenderam a língua Baniwa e mantinham contato amigável com uma população estimada em mais de 2 000 índios.

Trabalharam com autorização do SPI, fornecida em 1954.

Infelizmente, a 26 de janeiro de 1961, em virtude de denúncias ainda não devidamente apuradas, foram os missionários retirados dos seus locais por ordem do Grupamento de Elementos de Fronteiras; a cassação da autorização concedida anteriormente foi expedida pelo SPI em março do mesmo ano.

Este Serviço, no interesse da população indígena nas margens do Içana, pretende restabelecer a autorização que lhes havia outorgado em 1954.

-CRUZADA DE EVANGELIZAÇÃO MUNDIAL

Teve autorização do SPI em 1958 e, como já operava na Guiana Inglesa instalou na localidade de Bonfim, junto à fronteira uma ampla sede destinada a servir de base aos trabalhos da Missão.

Dúvidas suscitadas posteriormente pelas autoridades brasileiras, fizeram com que a Missão abandonasse as instalações de Bonfim.

Atualmente esta Missão mantém em Território do Rio Branco, em colaboração com a FAB, os seguintes postos:

1) - Pôsto Xirixinã, margem esquerda do Mucajaí, junto à Cachoeira dos Índios - população, mais ou menos, 150 índios Xirixanãs, Contatos desde 1959. Campo de pouso, feito pela FAB.

Missionários - John Fred Peters e esposa.

2) - Pôsto Surucucu - Na serra do mesmo nome - Campo para aviões tipo C-47, construído pela FAB. População superior a 1000 índios, absolutamente sem contatos com civilizados, até então.

Índios Aicantéri.

Missionários: Roland Russel Sosocer e esposa; Donald Borgman, linguista. Contato inicial: abril de 1961. FAB, 1 sgt.-

3) - Pôsto Parima B

Serra do Parima - nas cabeceiras de dois formadores do rio Parima

Contato: abril de 1961.

Índios: Xamatéri

Língua: aprox. Uaica. População superior a 1 000 índios.

MISSIONÁRIOS - Robert Cable e esposa; Sue Albright, linguista.

Contato - abril 1961. Campo até para Douglas - C-47

4) - Pôsto Uaica, no Rio Uraricoera, acima do Igarapé Zaucubana.

População: mais ou menos 300 índios.

Campo de pouso: para aviões C-47. Contato: desde 1958.

Missionário - Wayne Follmer e esposa; Sandra Cue, linguista.

A Cruzada mantém, ainda, trabalhos entre os índios Caiapó, no Norte de Goiás, Sul do Pará e do Maranhão; operam também em Mato Grosso e, prolongando o trabalho que está em curso na Guiana Inglesa, pensam alcançar em território brasileiro os índios Jauaperis, habitantes dos rios Alalaú e Jauaperi, onde confinam as três fronteiras: Território do Rio Branco, Amazonas e Pará.

OPINIÃO SOBRE AS MISSÕES PROTESTANTES.

São organizações honestas, de caráter científico-religioso, dedicadas ao estudo metódico e científico das línguas primitivas e à catequização dos silvícolas.

Sua finalidade remota, até agora não bem compreendida por todos, é a difusão dos ensinamentos bíblicos entre os selvagens, para o que se faz mister que ingressem na mata e convivam com eles e lhes aprendam a linguagem.

Tanto desprendimento tem suscitado desconfiança de nossa parte e, não poucas autoridades e pessoas, lhes têm atribuído propósitos vários: pesquisas mineralógicas, espionagem, desnacionalização das fronteiras, contrabando, etc., etc.,...Têm sido apresentados como missionários americanos muito embora seus membros pertençam a várias nacionalidades, inclusive diversos brasileiros, e muitos bons brasileiros.

A bom da verdade, depois de estreita convivência com estes abnegados servos de Fé, que, com suas esposas e filhos deixam-se ficar em plena selva, vivendo a vida rude, perigosa e barbara dos selvagens, é dever de honra para o Diretor do Serviço de Proteção aos Índios esclarecer definitivamente o assunto. O Trabalho dos missionários é científico, desinteressado, honesto e, sobretudo do máximo interesse para o SPI e para o seu tutelado o Índio.

Os missionários precisam - e o desejam - ser fiscalizados, auxiliados e orientados pelo SPI e o Serviço só tem a lucrar com esta cooperação.

posição do SPI, pelo menos um avião do tipo Becht-Graft.

JUSTIFICATIVA

Estes planos poderão parecer ambiciosos, mas são exequíveis. Um trabalho ativo e bem aparelhado nos possibilitará assimilar o que resta de nossas populações aborígenes, em um prazo de 15 a 20 anos. E não será exagero pretender-se que, bem administrado, o Serviço seja autosuficiente, no decorrer dos cinco primeiros anos.

Isso, porém, não será possível, nem dentro de 50 anos, se persistirem as condições atuais de trabalho, quando o Serviço não dispõe de meios essenciais, como sejam:

- Encarregados capazes e eficientes, em todos os Postos Indígenas;
- Meios de trabalho modernos e produtivos;
- Rede de rádio completa, ligando a Diretoria e todas as Inspetorias, e estas, com todos os seus Postos;
- Meios de transporte fluviais e terrestres, que permitam a fiscalização intensa e o transporte da produção dos Postos para os centros de consumo;
- Rede escolar completa e professorado qualificado, não diletantes semi-alfabetizados ou autodidatas improvisados;
- Assistência médica e enfermagem;
- Assistência técnica, agrônoma e veterinária;
- Cinco Centros de aprendizado agrícola, distribuídos, segundo as regiões geo-econômicas do país;
- Duas Escolas de aprendizado profissional, para moças e rapazes;
- Pessoal qualificado, em número suficiente, que permita à Direção e às Inspetorias realizar as funções de Fiscalização, Planejamento e Controle de todas as atividades e em todos os pontos do território, onde o SPI tenha ou venha a ter Postos Indígenas.

Brasília, 23 de fevereiro de 1962.-

ASS. TEN. CEL. MOACYR RIBEIRO COELHO.

ANEXOS:-

"Of. nº 159, de 29 de dezembro de 1961.
Do Diretor do Serviço de Proteção aos Índios
Ao Sr. Diretor da Revista "O CRUZEIRO"- Nesta -

Senhor Diretor:

Tendo tomado conhecimento da entrevista concedida ao jornal "O Globo", de 20.12.61, pelos funcionários Francisco Soares de Meireles e José Fernandes Cruz, esta Direção sente-se no dever de:

1. Lamentar a inoportunidade das declarações que não haviam sido submetidas previamente para estudo aos órgãos competentes do Serviço de Proteção aos Índios.
2. Sugerir, no propósito de acautelar a segurança da família indígena, constantemente ameaçada por aventureiros de toda a ordem, que a documentação fotográfica eventualmente cedida a essa Revista, seja antes de publicada previamente analisada por antropólogos a fim de que a ciência se pronuncie quanto à autenticidade de tais documentos.

Aproveito a oportunidade, para apresentar a Vossa Senhoria meus protestos de estima e distinta consideração.

ASS. MOACYR RIBEIRO COELHO
TEN. CEL. DIRETOR DO SPI

1137
BPA

-Senhor Presidente, Senhores Deputados:

-No momento em que falamos em reformas: de base, de estrutura e inflação que angustia as classes menos favorecidas, precisamos também focalizar a miséria daquela gente, os índios brasileiros daquela região exigindo de nossas autoridades, particularmente do senhor Armando Monteiro, titular da pasta da Agricultura a atenção e apóio àqueles nossos irmãos.

-Triste é levarmos a civilização às citadas tribos, sem entretanto protegê-las contra as doenças, notadamente a gripe epidêmica, a qual dada a dificuldade do meio ambiente se transforma em pneumonia.

-Ressalta no momento, o trabalho que vem levando a efeito em prol dos aborígenes, os Pacaás Novos, o Cel MOACYR RIBEIRO COELHO, Diretor do Serviço de Proteção aos Índios. Infelizmente, as verbas de que dispõe o mencionado Serviço são ínfimas para atender as necessidades mínimas que lhe são atribuídas.

-Neste sentido sugiro aos ilustres colegas tirarmos um pouco de nossas quotas pessoais, no orçamento a fim de cobrir as necessidades dos 150.000 índios espalhados naquela parte do país.

-Enquanto essa providência tarda, que o senhor Ministro da Agricultura, Deputado Armando Monteiro, consiga do Conselho de Ministros, por adiantamento verba para o Serviço de Proteção aos Índios possa ao menos ter recursos para erradicar os males epidêmicos e molestias de caráter grave para que possamos levar a civilização e o conforto a higiene e o bem estar àquele grupo da família brasileira."

OBSERVAÇÃO : O QUADRO DE PESSOAL LOTADO NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. QUE FAZ PARTE DOS ANEXOS APRESENTA DOS PELO SENHOR DIRETOR DO SPI AO EXC. SR. MINISTRO DA AGRICULTURA, ENCONTRA-SE NAS PÁGINAS SEGUINTES
(Nota do Boletim Interno)-

RECOMENDAÇÕES AOS SENHORES
ENGARREGADOS DE PÔSTO E
CHEFES DE INSPETORIAS REGIONAIS

Transcrição do M/m nº 108, Circular, de 21 de fevereiro de 1962.

"Senhor Chefe:

De Ordem do Senhor Diretor, transmitimos a essa Inspetoria, para conhecimento e providências pertinentes, as seguintes determinações:

1º) - Os encarregados de Pôsto só poderão afastar-se dos locais de trabalho, quaisquer que sejam os motivos, com ordem da respectiva Inspetoria. Os casos de absoluta urgência, serão regularizados mediante comunicação, pelo meio mais rápido;

2º) - As Inspetorias Regionais deverão comunicar à Diretoria, toda e qualquer autorização que tenham dado, nesse sentido;

3º) - Os Inspetores e demais funcionários lotados em Inspetorias Regionais, só poderão afastar-se da respectiva sede, qualquer que seja o motivo, mediante prévia comunicação à Diretoria, e sua consequente autorização. Nos casos de absoluta urgência, a comunicação será feita com o pedido de aprovação.

ATENCIOSAMENTE
ASS. LUIZ ARAÚJO
CHEFE DA SOA-SUBSTITUTO.-

1139

BOLETIM INTERNO DO SPI Nº 52- MESES DE JANEIRO-FEVEREIRO-1962-

CONTINUAÇÃO-

CARGO OU FUNÇÃO	DIRET.	PP-II-DIRET.	1a.IR	2a.IR	3a.IR	4a.IR	5a.IR	6a.IR	7a.IR	8a.IR	9a.IR	TOTAL
Aux.do Mediq.6									1			1
Agent.Prot.5A	1	7	10	11	4		5	9	10	5	5	67
Cosinheiro 5A								2				2
Servente 5	3	1	1	1	1	1	2	1	1			12
Capataz Rural 3		7	6	2	2		1	1		2	2	23
Trabalhador 1	6	27	33	46	27	32	21	35	44	22	22	315
Mensageiro 1			1									1
TEN.CEL.DIRETOR	1											1
TOTAL:-	61	60	84	93	49	73	59	66	103	44	33	734

NÍVEIS E SEUS VENCIMENTOS=

18B- Cr\$36.000,00
 17A- Cr\$33.000,00
 16C- Cr\$30.000,00
 15 - Cr\$27.500,00
 14B- Cr\$25.000,00
 13B- Cr\$23.000,00
 13A- Cr\$23.000,00
 13 - Cr\$23.000,00
 12D- Cr\$21.000,00
 12A- Cr\$21.000,00
 11B- Cr\$19.000,00
 11 - Cr\$19.000,00
 10B- Cr\$18.000,00
 9B- Cr\$17.000,00
 8B- Cr\$16.000,00
 8A- Cr\$16.000,00
 33 - Cr\$16.000,00

7 - Cr\$ 15.000,00

6B- Cr\$ 14.000,00

6 - Cr\$ 14.000,00

5A- Cr\$ 13.440,00

5 - Cr\$ 13.440,00

3 - Cr\$ 13.440,00

1 - Cr\$ 13.440,00

TEN.CEL.DIRETOR: Cr\$54.000,00-

pante do cargo de Motorista, CT-401-8A, do Quadro de Pessoal - Parte Permanente dêste Ministério, lotado neste Serviço e, presentemente, em exercício no Pôsto Indígena José Bonifácio, Município de Ponta Parã, Estado de Mato Grosso.

ASS. LOURIVAL DA MOTA CABRAL-Diretor Substituto.

Nº 9, de 25 de janeiro de 1962.

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE localizar, a pedido, no Pôsto Indígena Jatapu, Município de Uracarã, Estado do Amazonas, onde passará a ter exercício, Sebastião Nunes Firmo, ocupante do cargo de trabalhador GL - 402-1, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente dêste Ministério, lotado neste Serviço e, presentemente, em exercício no Pôsto Indígena Trocará, Município de Tucuruí, Estado do Pará.

ASS. LOURIVAL DA MOTA CABRAL-Diretor Substituto.

Nº 10, de 6 de fevereiro de 1962.

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, tendo em vista o despacho de Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, de 12 de janeiro do corrente ano, exarado no processo.... SC 0024/62 - SPI 283/62 e usando das atribuições que lhe confere o art. 218, da lei nº 1 711, de 28 de outubro de 1952,

RESOLVE determinar a abertura de Inquérito Administrativo, para que se apurem as graves denúncias feitas ao "Jornal do Comércio de Recife, edição de 29/12/61, pelo bispo de Guajará Mirim, Dom Francisco Xavier e pelo cidadão Gilberto Gama, contra o Professor de Ensino Pré-Primário, e Primário, nível 11, José Fernando da Gruz, designado, ex-vi do artigo 219, da mesma Lei antes citada, para constituírem a Comissão de Inquérito, que deverá promover o respectivo processo, os servidores: Inspetor de Índios, P.1801-12A, Alfredo José da Silva, Chefe da 6a. I.R 5F, como Presidente; Agente de Proteção aos Índios P.1802-6B, Manoel Moreira de Araujo, Chefe da 1a. I.R, 5F e o Agente de Proteção aos Índios p 1802-6B, João Fernandes Moreira, para membros.

ASS. LOURIVAL DA MOTA CABRAL-Diretor Substituto.

Nº 11, de 12/2/1962.-

O Diretor Substituto do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo SPI nº 547/62,

RESOLVE determinar a abertura do Inquérito Administrativo para que se apurem as denúncias feitas por índios Kaingangs, do Pôsto Indi

Parte Permanente, dêste Ministério, lotado neste Serviço, e presente-
mente em exercício no Pôsto Indígena Nísia Brasileira, Município de
Mamanguape, Estado da Paraíba.

ASS. LOURIVAL DA MOTA CABRAL-Diretor Substituto.-

Nº 16, de 22 de fevereiro de 1962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE localizar ex-officio no interesse de adminis-
tração, ESTANISLAU NUNES DE OLIVEIRA, Agente de Proteção aos Índios-
F.1 808-5A- do Quadro de Pessoal, Parte Permanente do Ministério da
Agricultura, presentemente com exercício no Pôsto Indígena "Benjamim
Constant", da 5a. Inspeção Regional, no Pôsto Indígena "Tenente Li-
ra", da 9a. Inspeção Regional, no T.F. de Rondônia.

ASS. TEN. CEL. MOACYR RIBEIRO COELHO-Diretor

Nº 17, de 22 de fevereiro de 1962.

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE localizar "ex-officio", no interesse da admi-
nistração, EUSTÁQUI SOARES DA SILVA, Enfermeiro Auxiliar P.1706/8 ,
do Quadro de Pessoal-Parte Permanente do Ministério da Agricultura,
presentemente com exercício no Pôsto Indígena "Gonçalves Dias", da
5a. Inspeção Regional, no Pôsto Indígena Tenente Lira., da 9a. Ins-
peção Regional, no Território Federal de Rondônia.

Ass. Ten. Cel. MOACYR RIBEIRO COELHO-

Diretor do SPI.-

Nº 18, de 22 de fevereiro de 1962.

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, tendo
em vista o disposto do Art. 201, I, da Lei nº 1 711, de 28 de outubro
de 1952,

RESOLVE repreender ALAOR FIORANVANTE DUARTE Agente de
Proteção aos Índios - P.1802-6B, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente
do Ministério da Agricultura, presentemente exercendo a função de En-
garregado do Pôsto Indígena Ipegue, da 5a. Inspeção Regional, por
sua conduta de desrespeito à moral indígena e aos bons costumes soci-
ais.

ASS. TEN. CEL. MOACYR RIBEIRO COELHO.

Nº 19, de 22 de fevereiro de 1962.

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE elogiar JOSÉ MONGENOT FILHO, Agente de Proteção aos Índios-P.1802-5A, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente do Ministério da Agricultura, presentemente exercendo a função de Encarregado do Pôsto Indígena Buriti, da 5a. Inspetoria Regional, face à boa administração que vem desenvolvendo, caracterizada, principalmente, pela assistência dada aos índios daquela Unidade.

Ass.TEN.CEL. MOACYR RIBEIRO COELHO-Diretor do S.P.I.

=====

Nº 23, de 26 de fevereiro de 1962.

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE designar, ex-vi do art. 219, da Lei número 1.711, de 25.10.52, Ernani Luiz, Preparador de Museu, EC-602-12A, como Presidente; João Domingos Lamônica, Laboratorista, nível 9; e João Nazaré, Escrevente Datilógrafo, AF-204-7, do Quadro de Pessoal - Parte Permanente deste Ministério, para comporem a Comissão de Inquérito Administrativo instaurada para verificar a exatidão das denúncias feitas contra DUCASTEL GUTERRES, Motorista, CT-401-8, ex-Encarregado do Pôsto Indígena "José Bonifácio", da 5a. Inspetoria Regional, pelo Trabalhador Zacarias Marques (índio), devendo a Comissão designada apurar:

a) sobre possível violências praticadas contra os índios, pelo acusado, quando nas funções de Encarregado do Pôsto Indígena "José Bonifácio", da 5a. Inspetoria Regional;

b) sobre possível sonegação da Renda Indígena, relativamente à produção e venda de erva-mate;

c) sobre o alegado afastamento do Trabalhador - GL-4021, João Peralta, que se diz dispensado do serviço por aquele ex-Encarregado, no mês de setembro, continuando, entretanto, a figurar em folha de pagamento aos meses posteriores, de outubro, novembro e dezembro.

d) se aquele ex-Encarregado era Procurador de seus auxiliares, funcionários do mesmo Pôsto e, se nessa qualidade, teria pago ao Trabalhador Zacarias Marques (índio) a importância de Cr\$..... Cr\$ 30.000,00 (TRINTA MIL CRUZEIROS), em vez de fazer quitação do total dos pagamentos por êle recebidos, referentes a salário-família daquele Trabalhador.

ASS. Lourival da Mota Cabral-Diretor Substituto.

INDEFERIDA A SOLICITAÇÃO DE DESTITUIÇÃO DO SR. CHEFE DA SOA-SUBSTITUTO

O Sr. Diretor do SPI, indeferiu, no dia 3 de janeiro do ano corrente, o pedido de destituição feito pelo Sr. Luiz Araújo, Chefe da SOA-Substituto, com o seguinte despacho: "Ciente Indefinido".

deveria ser constantemente lembrada porque tenho a impressão, nobre deputado René Egg, que é a figura do Marechal a maior de tantos quantos brasileiros já serviram a nossa pátria. Ainda há poucos dias, nas margens do Rio Taquari, em Mato Grosso, em companhia do ex-deputado Germinal Feijó, sertanista apaixonado, estávamos constatando no coração do cerrado inóspito que mais se parecia com um deserto, o serviço telegráfico distendido pelo Marechal Rondon até os confins do extremo norte-oeste do Brasil. E é de se lamentar que muitas destas extensões telegráficas estejam caindo sem que o Governo se lembre de restaurar aquelas linhas que tantos benefícios prestam à nossa terra. Eu quero congratular-me com V. Exa. no instante em que trata do Serviço de Proteção ao Índio e desta figura magnífica que é o Marechal Rondon.

O SR. CARLOS RENE EGG — Muito obrigado a V. Exa. São 53 anos quase, de um labutar constante, com altos e baixos, quantas vezes a política emperrando a máquina, deixando de lado até os princípios da lei, para fazer valer a força imposta pelos grandes proprietários das terras. Esta vem sendo a maior luta dos homens do SPI: impedir que as terras dos índios sejam griladas, loteadas e vendidas. O poder econômico é realmente um grande poder, dominando muitas vezes até os governantes. Por isto mesmo, os pobres índios, rudes, selvagens, que não possuem escrituras públicas dos seus domínios, nem cartórios onde fazer valer os seus direitos, precisam de amparo dos que para isto são chamados.

O Sr. João Batista Botelho — V. Exa. me permite um aparte? O Sr. Carlos René Egg — É um exemplo vivo, recente, atual, bem dos nossos dias, a tentativa de esbulho das terras dos índios Kadiwéu, empreendida por um grupo de deputados da Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Esses índios são remanescentes dos célebres índios guerreiros, que já em 1791 firmaram o único tratado de perpétua paz a amizade que registra a nossa história, entre uma tribo indígena e a coroa portuguesa.

As terras desses índios eram suas, demarcadas por Lei de 1903, ratificada em 1931. Pois mesmo assim, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso aprova e remete à sanção do Governador o projeto de lei n.º 1077-58, tornando devolutas e revertendo ao domínio do Estado as terras concedidas aos índios Kadiwéu. Deixaram para os índios uma faixa de terra em plano pantanal, região fronteiriça com o Paraguai, terras que por 6 meses de cada ano, ficam alagadas completamente.

A usurpação foi tão escandalosa que o Governador João Ponce de Arruda se negou a sancionar a lei, declarando-a inconstitucional e imoral. Voltou então, à Assembleia, que rejeitou o veto e fez sancionar a lei, assinada pelo então presidente, deputado federal Rachid Mamed.

E então, um processo indecoroso de loteamento das terras se inicia com centenas de requerimentos de concessão de lotes de 2 a 5 mil hectares, inclusive Rachid Mamed que recebeu vários em seu nome e outros, beneficiando parentes e elevado número de deputados daquele Estado.

Os mais sordidos e baixos recursos foram usados pelos requerentes. O SPI protestou e apalou, o mesmo fazendo o Exmo. Sr. Governador, o Procurador Geral da Justiça e a Repartição de Terras e Colonização do Estado.

Recentemente foi nomeado novo Diretor do SPI, o Cel. Moacyr Ribeiro Coelho, tetrante de índios Kaingang, do sul do país, homem de alto padrão moral, de cultura técnica e científica, uma genuína reserva moral do exército brasileiro que, de corpo e alma, vem-se entregando à sublime tarefa do SPI com singular devoção. Dinamizou o Serviço, fazendo um levantamento completo, higienizando os seus quadros e fazendo uma limpeza geral em todos os setores. Isto era necessário, pois com o correr dos anos, não só os métodos de trabalho, mas todo o serviço necessitava de atualização, para acompanhar o progresso geral da pátria e também garantir, aos remanescentes dos vários grupos, o direito de viver.

O Sr. José Lurtz Sabá — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. CARLOS RENE EGG — Vem às nossas mãos um exemplar do "Diário do Brasil", que se publica em Brasília, edição do dia 26 de março deste ano, noticiando um novo assalto aos direitos dos índios e, desta vez com a pretensão de impedir que a tarefa corajosa do Cel. Moacyr Ribeiro possa ser completada. Na tribuna da Câmara Federal o Deputado Edson Garcia atacou o novo diretor do SPI, pedindo a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, declarando que em 15 meses de gestão, o SPI nada tem feito para acabar com a miséria do índio brasileiro. Outras sérias acusações são formuladas contra o Diretor, com uma única finalidade: conseguir o seu afastamento daquele importante departamento federal e isto porque — passem os Srs. deputados! — exatamente por estar aquele deputado envolvido naquele grave assalto às terras dos índios Kadiwéu. Nas terras desses índios o novo diretor do SPI encontrou 61 arrendatários munidos de contratos lesivos aos índios e nulos de pleno direito. Um deles, o mais poderoso, é justamente o sogro do deputado, fazendeiro Manoel Aureliano da Costa. Esse fazendeiro vem tentando grilar 80.000 hectares dessas terras, terra Kadiwéu, terras indígenas. Ainda mais: o "Diário da Justiça", de Mato Grosso, edição de 30 de janeiro deste ano, publica edital, citando nominalmente quase uma centena de possuidores de títulos expedidos pelo Estado, sobre a área dos Kadiwéu, títulos esses fornecidos através da lei imoral já citada e que o Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional. Títulos nulos para todos os efeitos. Pois desse edital constam os seguintes parentes do deputado Edson Garcia: Paulo Garcia de Andrade, Dalva Garcia de Almeida, Elizabeth Garcia de Almeida, Wilbaldo Garcia de Almeida, Zélia Garcia de Almeida e Oswaldo Garcia de Almeida.

É triste, bem triste, Srs. deputados, quando homens guindados a posições de legisladores, representantes do povo, desçam a um tão baixo nível, capaz de vilipendiar sobre a ignorância de uma raça que já foi dona deste Brasil, capaz de atirar lama sobre homens chamados a defender os que só podem contar com o coração humano para ter o direito de viver.

É bem natural que os meus ilustres colegas estejam sem entender o porquê da minha presença nesta tribuna, falando de um assunto diferente, julgando até que são minutos preciosos que poderiam ser aproveitados melhor. É que, Srs. deputados, há quase 20 anos estou vinculado a organizações que realizam hercúlea tarefa de redenção do índio brasileiro, organizações que criam escolas, fundam hospitais indígenas, ambulatórios médicos, co-laborando direta e indiretamente com o SPI na sua sublime tarefa. Não recebi procuração do Sr. Diretor do SPI para trazer aqui, por ocasião do Dia do Índio de 1963, estas informações tão tristes. Mas entendo que, sendo numerosa a população indígena que o Estado de São Paulo abriga, com 6 postos do SPI, deve interessar a esta augusta Assembleia, participar diretamente de um problema que é bem brasileiro, bem nosso. (Muito bem!)

O SPI está sendo reestruturado, de acordo com publicação no "Diário Oficial" da União de 12-2-63, o que, seguramente, significa um novo rumo para as suas atividades. O Brasil conta com 104 postos oficialmente instalados, com funcionários, e mais 20 em caráter precário. O Estado de São Paulo possui 6 Postos do SPI, 3 no litoral (Itapetininga, Iguape e Pôrto de Galvão) e 3 no interior: Bauri, Baurina e Tupã, dos índios KAINGANG.

De norte a sul funcionam 9 Inspetorias Regionais para atender aos vários postos, sendo que a de São Paulo é a 5.ª Inspetoria, com sede na cidade de Campo Grande, Mato Grosso.

Segundo dados oficiais do SPI, 60.000 índios vivem em contato direto com os postos, devidamente fichados; incluindo os de contato esporádico, essa cifra sobe a 100 mil e, por estudos feitos, a população indígena do Brasil, incluindo tribos ainda não alcançadas, é de aproximadamente 200.000 indivíduos.

No Rio de Janeiro está funcionando o Museu do Índio, centro de grande atração e estudos, que mostra a competência e capacidade científica de um dos maiores etnólogos brasileiros, o Dr. Darcy Ribeiro, ex-Ministro da Educação e que foi Diretor do Museu por vários anos.

Sabemos que o SPI tem reclamado dos governos maiores recursos, para aumentar os seus quadros e dotar o Serviço de maior capacidade para alcançar os seus sublimares objetivos.

São Paulo, Estado líder da Federação, certamente poderá fazer a sua parte, cooperando com o governo federal e com o SPI, para que os 6 Postos existentes no seu território, ao menos estes, possam ser melhor aparelhados.

Pretendemos, oportunamente, solicitar do Sr. Governador de São Paulo, que tem no seu programa o HOMEM como uma das metas principais, a destinação de um auxílio especial para tão importante serviço, realmente de verdadeira brasilidade.

Constantemente jornais noticiam chacinas em várias regiões, grupos de índios assassinando e matando. São pedidas providências ao governo e o SPI é chamado a enviar os seus homens especializados. Todavia, o índio não tem correio, não telegrafia, não escreve para jornais e se o fizesse, o Brasil conheceria uma história impressionante, de milhares de índios que são mortos, com ou sem motivos; noticiariam, os nossos jornais, quanta tuberculose, quantas enfermidades da civilização, acabando com uma raça que já foi forte.

Poderiam contar aos civilizados de como esse povo simples, sem má-lícia, tem uma consciência viva do que seja liberdade, que confundimos sempre com preguiça, e é possuidor de uma admirável pureza de vida. Gente honesta, gente como nós, civilizados, raça que não tem culpa de ter nascido no meio da mata, que não escolheu onde nascer, confinada em terras fracas, sem caça e pesca para se alimentar, e que estará condenada a desaparecer se não for atendida imediatamente.

O Brasil civilizado tem enorme dívida para com os índios. A nossa história está pontilhada de heroísmo dos legítimos donos da nossa terra.

Eis porque, Srs. deputados, focalizamos desta tribuna este problema tão importante, apelando às autoridades responsáveis para que o "Dia do Índio" não seja uma data para exibição de objetos de museu, de peças que falam da vida selvagem dos nossos antepassados, mas uma oportunidade para planos efetivos, concretos, de assistência aos pobres índios brasileiros.

Finalizando, Srs. deputados, quero descrever um encontro impressionante que assisti no Mato Grosso, no dia 1.º de março deste ano, entre altos funcionários do SPI e cerca de 300 índios, remanescentes de várias tribos, homens, mulheres e crianças, muitos cobertos com andrajões, enfermicos, morados em terras empastadas pelo governo, os quais fizeram aos abnegados homens do SPI um patético apelo. Carregavam com orgulho uma grande bandeira brasileira, em marcha cerrada e com cânticos do seu povo. Defrontando-se com os burocráticos funcionários do governo, os quais se encontravam o grande sertanista Chico Meireles, dois índios falaram, apontando para a bandeira do Brasil. Disseram eles, mais ou menos isto, apontando para o símbolo da Pátria: O verde da bandeira representa a grandiosa floresta do Brasil, riqueza imensa que nos tem sido tirada pelos civilizados; o amarelo, o ouro e as riquezas do subsolo brasileiro, que tem atraído aventureiros sem conta, que nos roubam as terras em nome da civilização e da grandeza da Pátria; o branco, representa a paz, tão desejada pelos homens e que ninguém conhece até hoje, muito menos se nós, homens da mata, chamados selvagens e, finalmente, o azul, representa o céu, a abóbada celeste, toda enfeitada, a única coisa que ainda resta ao índio que a civilização ainda não nos tirou.

Do Norte pelo sertão, desce uma compressora chamada civilização, rasgando estradas plantando cidades, loteando terras; do sul, sob a mesma grandiosa máquina sem coração, esmagando tudo em nome do progresso, deixando aos pobres índios, confinados em nesgas de terra, somente o azul do céu, única riqueza que não lhes podem roubar.

Deus guarde os índios do Brasil! (Muito bem! Muito bem! Palmas!)

O Sr. Batista Botelho — (Com assentimento do orador) — Nobre deputado, eu não podia deixar de pedir um aparte, neste instante, primeiro porque sou genuinamente descendente de bororós, segundo porque conheço também o problema dos índios brasileiros, não só do Sul, mas também do Norte de Mato Grosso. São lamentáveis estas últimas brigas em que têm perdido a vida vários índios chavantes, de São Domingos e de Santa Terezinha. Portanto, não podia deixar de manifestar a minha solidariedade a um discurso como esse. E tenho a ideia, tão logo seja oportuno, de também levantar esse problema dessa tribuna, e, tenho a certeza, merecerá ele o acatamento de todos os Srs. deputados. Quando um deputado que não é um descendente, como eu sou, de índios bororós, levanta esse problema nesta Assembleia, eu só tenho que agradecer. Este é problema que deve merecer não só a atenção da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, mas também a atenção do Governo da República.

O SR. CARLOS RENE EGG — Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o nobre deputado Olavo Horneaux de Moura, que dispõe de 5 minutos, por cessão do tempo do nobre deputado Carlos René Egg.

O SR. OLAVO HORNEAUX DE MOURA — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, nobres deputados, noticia o jornal "A Tribuna", de Santos: "Quedas periódicas de barreiras na Serra comprometem a captação do Rio Cubatão".

(Lê): "Irregularidade periódica.

"Periódicamente, as águas do rio Cubatão tornam-se barrentas em virtudes de quedas de barreiras na serra. Quando o índice de turvação alcança determinado ponto, a estação adutora da Ponte Preta não mais pode funcionar. Caso contrário, não só a qualidade da água ficaria comprometida na distribuição, como igualmente os filtros seriam danificados.

"O problema, como assinalam técnicos do SASC, é bastante complexo e quase insolúvel, no que respeita ao funcionamento da estação da Ponte Preta. A questão só será definitivamente resolvida com a entrada em atividade da nova estação de tratamento, cujas obras estão em fase de conclusão. Com isso, a primeira adutora deixará de funcionar, permanecendo apenas como reserva, em casos de emergência".

Em vista de todos esses transtornos que periodicamente sucedem, o D.E.R., para melhor estudar o problema, juntamente com o SASC, tem emvidado esforços no sentido de possibilitar a construção de uma pequena barragem à montante das estações adutoras para sedimentação da lama e consequente melhoria na qualidade da água. Isto, Sr. Presidente, é o que queremos fazer desta tribuna, um apelo ao Sr. Chefe do Executivo para que, junto ao D.E.R., como também ao próprio S.A.S.C., fosse possibilitada a imediata construção dessas pequenas barragens à montante dessas estações adutoras, porque não é mais possível, como sucedeu ontem na Baixada Santista, principalmente em Santos e Cubatão, continuar a deficiência de água consequente a esse transtorno havido, pois, inclusive, ficam obstruídos os próprios canais da adutora. Assim, Sr. Presidente, eu desejava que V. Exa. transmitisse ao Sr. Chefe do Executivo este apelo da Casa no sentido de que o mais rapidamente possível sejam construídas essas barragens. Só assim as cidades de Santos e de Cubatão ficarão libertadas totalmente das interrupções e das irregularidades periódicas no fornecimento de água.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. AVALONE JUNIOR (Pelo Artigo 80) — Sem revisão do orador — Sr. Presidente, por delegação do nobre deputado Fernando Mauro, solicito de V. Exa. a transcrição nos Anais dos dois telegramas que se seguem:

"Dep. Fernando Mauro

"Assembleia Legislativa — Palácio 9 de Julho

"S. Paulo

"Nome Diretoria local P.D.C. peço interpretar junto bancada e nessa Assembleia nosso protesto face remoção PAMS local médico Dr. Nazir Soubhia, cidadão apolítico e dedicado assistência social, solicitando seu empenho na permanência nesta cidade. Fato provocou reação opinião pública geral merecendo reparo medida política adotada. Agradecimentos e cordiais saudações Marcos Girado Garcia Presidente do Diretorio."

"Dep. Fernando Mauro

"Assembleia Legislativa

"Palácio 9 de Julho SPaulo

"Rogo providências nobre deputado sentido protestar junto Governador remoção PAMS local médico Dr. Nazir Soubhia cuja transferência provoca lamentável prejuízo assistência social no município pelo que apelo seu empenho junto permanência dessa autoridade. Agradeço-lhe. Minhas cordiais saudações Dr. Venâncio Papacosta Pref. Municipal de Tanabi."

Estou enviando à Mesa, Sr. Presidente, oito projetos de minha autoria para as devidas providências.

Passa-se à

ORDEN DO DIA

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINARIA

Entra em discussão, e é sem debate aprovado, o Requerimento n.º 154-63, apresentado pelo deputado José Felício Castellano e outros, propondo a constituição de uma Comissão Parlamentar, com a finalidade de investigar as causas da alta constante dos preços dos medicamentos.

Entra em discussão, e é sem debate aprovado, o Requerimento n.º 153-63, apresentado pelo deputado José Felício Castellano e outros, propondo a constituição de uma Comissão Parlamentar Especial para apurar as irregularidades com o fornecimento de energia elétrica na zona de concessão da S.A. Central Elétrica de Rio Claro.

Entra em discussão, e é sem debate aprovado, o Requerimento n.º 163-63, apresentado pela deputada Conceição da Costa Neves, propondo um voto de saudades pelo transcurso do aniversário do Ex-Presidente Getúlio Vargas.

Entra em discussão, e é sem debate aprovado, o Requerimento n.º 165-63, apresentado pelo deputado Chopin Tavares de Lima, propondo um voto de luto ao Sr. Francisco Matarama Sobrinho e demais membros do extinto Museu de Arte Moderna, pela doação de seu acervo artístico à Universidade de São Paulo.

Entra em discussão, e é sem debate aprovado, o Requerimento n.º 166-63, apresentado pelo deputado José Sidney Cunha, propondo um voto de congratulações com a população de Itapetininga, pelo transcurso de mais um aniversário da elevação dessa cidade à categoria de município.

ORDENS DE SERVIÇO INTERNAS.-

Nº 18, de 3.1.962

O Chefe da Seção de Administração do Serviço de Proteção aos Índios, usando de suas atribuições e, tendo em vista determinação do Senhor Diretor deste Serviço,

RESOLVE determinar aos senhores motoristas desta Repartição que promovam a lubrificação das viaturas sob sua responsabilidade, a cada 1.500 quilômetros rodados.

Determinar, também, aos senhores motoristas que dêem ciência desta medida à Chefia da S.A., através de fichas de registro devidamente datadas e assinadas e em que fique bem expressa a quilometragem exigida para a lubrificação.

Dê-se ciência e cumpra-se

ASS. Almáchio Bandeira Braule Pinto-Chefe da S.A.

Nº 2, de 3.1.962

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, usando de suas atribuições,

RESOLVE estabelecer normas para o gozo de férias regulamentares pelos servidores desta Repartição, no corrente exercício / da forma como se segue:

1) Fica proibida a acumulação de férias pelos servidores desta Repartição, de acordo com o que estabelece o art. 85 dos Estatutos dos Funcionários Públicos Civis da União.

2) Os funcionários que se encontram com férias por gozar, de exercício anterior, deverão requerê-las no corrente exercício, sempre com um interregno de, pelo menos, 30 (trinta) dias, com exclusão do mês de dezembro, quando não serão concedidas férias, sob quaisquer hipóteses.

3) Aos senhores Chefes de Seção deste Serviço cabe observar e fazer cumprir estas determinações, das quais estão excluídos, em razão da própria natureza da função que exercem.

Dê-se ciência e cumpra-se

ASS. Ten. Cel Moacyr Ribeiro Coelho-Diretor SPI

Nº 3, de 17.1962

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E designar o Sr. WALTER SAMARI PRADO, Mecânico de Motores a Combustão, nível 12, do Quadro de Pessoal Parte Permanente deste Ministério, matrícula nº 1.980.824, para seguir com des

tino aos Postos Indígenas Engenheiro Mariano e Kiriri, a fim de verificar, "in-loco", a situação dos mesmos, tendo em vista o S.P.I. nº 5 268/61, sugerindo providências, em relatório, e, no Posto Indígena Kiriri, VERIFICAR:

- a) o número de olarias existentes; o tempo em que estão instaladas, por ordem de quem e quais os proprietários;
- b) as invasões de terras e quais os invasores;
- c) o comportamento do Encarregado do Posto;
- d) a situação de calamidade em que se encontram os índios, provocada pelo flagelo da seca, bem como suas roças danificadas pela mesma;
- e) a avaliação do volume das possíveis colheitas;
- f) se há terras arrendadas e, se fôr o caso, a quem, e em que condições;
- g) A situação do material distribuído, a conservação e fazer o respectivo arrolamento.

Dê-se ciência e cumpra-se

Ass. Lourival da Mota Cabral - Diretor Substituto.

=====

Nº 4, de 8 de janeiro de 1962.

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE designar o Sr. DIVAL JOSÉ DE SOUZA, Agente de Proteção aos Índios, nível 6-B, matrícula 1.295.074, lotado na 7ª Inspetoria Regional em Curitiba no Estado do Paraná, onde exerce a função de Chefe, para seguir com destino ao Posto Indígena Cacique Capanema, situado no Município de Mangueirinha, a fim de verificar o que se passa naquele Posto, que deu origem a comunicação recebida da Chefatura de Polícia, sobre irregularidades que estariam ocorrendo naquela dependência do S.P.I.

Dê-se Ciência e cumpra-se

ASS. Lourival da Mota Cabral - Diretor Substituto.

=====

Nº 5, de 12 de janeiro de 1962.

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE designar o Sr. CARLOS JARBAS SOARES, Trabalhador - GL-402-1 do Quadro de Pessoal - Parte Permanente do Ministério da Agricultura, matrícula nº 2.070.216, lotado na 9ª. Inspetoria Regional em Porto Velho no Território Federal de Rondônia, para se-

de auxiliar no arrolamento do material pertencente ao Patrimônio Nacional.

Dê-se ciência e cumpra-se

ASS. Lourival da Mota Cabral-Diretor Substituto

=====

Nº 6, de 20.1.962

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições.

RESOLVE designar o Sr. ALBERICO SOARES PEREIRA, Agente de Proteção aos Índios nível 6-B, matrícula nº 1.299.463, lotado na 9ª Inspetoria Regional em Porto Velho no Território Federal de Rondônia, onde exerce a função de Chefe, para seguir com destino a Guajará Mirim, a fim de acompanhar o Sr. Diretor dêster Serviço na viagem de inspeção aos Páguas Novos.

Dê-se ciência e cumpra-se

ASS. Lourival da Mota Cabral-Diretor Substituto

=====

Nº 6-A de 30.1.962

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE designar o Sr. ERICO SAMPAIO, Inspetor de nível 14-B, do Quadro de Pessoal - Parte Permanente do Ministério da Agricultura, matrícula, nº 1.636.360, lotado na 5ª Inspetoria Regional em Campo Grande, Estado de Mato Grosso, onde exerce a função de Chefe, para seguir com destino ao Posto Indígena Taunay a fim de verificar o que está havendo de irregular entre índios e boiadeiros.

Dê-se ciência e cumpra-se

ASS. Lourival da Mota Cabral-Diretor Substituto

=====

Nº 6B, de 31.1.962

RESOLVE designar o Sr. JOSÉ HILARIO DA SILVA torista nível 8, do Quadro de Pessoal - Parte Permanente do Ministério da Agricultura, matrícula nº 1.096.211, lotado neste Serviço, com exercício, na 1ª Inspetoria Regional em Manaus no Estado do Amazonas, para seguir com destino aos Postos Indígenas Barbosa Rodrigues e Lobo D'Almada, a fim de conduzir medicamentos destinados a essas localidades indígenas.

Dê-se ciência e cumpra-se

ASS. Lourival da Mota Cabral-Diretor Substituto.

Nº 6-C, de 31.1.1962

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE designar o Sr. RAIMUNDO PIO DE CARVALHO LIMA, Radiotelegrafista nível 12-A, do Quadro de Pessoal - Parte Permanente do Ministério da Agricultura, matrícula nº 1.096.178, lotado neste Serviço, com exercício na 1ª. Inspeção Regional em Manaus, Estado do Amazonas, para seguir com destino aos Postos Indígenas Barbosa Rodrigues e Lobo D'Almada, a fim de conduzir medicamentos destinados a aquelas localidades indígenas.

Dê-se ciência e cumpra-se

ASS. Lourival da Mota Cabral - Diretor Substituto

Nº 7, de 1 de fevereiro de 1962

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE designar JOSIAS FERREIRA DE MACEDO, Agente de Proteção aos Índios - P.1802 -6B, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente deste Ministério, lotado neste Serviço, em Brasília, para seguir com destino ao P.I. "Pimentel Barbosa", no Estado de Mato Grosso (Subordinado a Diretoria), a fim de providenciar a remessa de material destinado àquele Posto, em vista do suprimento estar a cargo do referido servidor.

Dê-se ciência e cumpra-se

ASS. Lourival da Mota Cabral - Diretor Substituto

Nº 8, de 5 de fevereiro de 1962.

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE designar o Sr. MANOEL MOREIRA DE ARAÚJO, Agente de Proteção aos Índios nível 6, do Quadro de Pessoal - Parte Permanente do Ministério da Agricultura, matrícula nº 1.715.417, lotado na 1ª. Inspeção Regional em Manaus no Estado do Amazonas, onde exerce a função de Chefe, para seguir com destino ao Posto Indígena Barbosa Rodrigues, Rio Autaz Acú, no Estado do Amazonas e a Ajudância São Marcos, Território Federal de Rio Branco, a fim de acompanhar o Sr. Diretor deste Serviço, na viagem de inspeção a aquelas localidades.

Dê-se ciência e cumpra-se

ASS. Lourival da Mota Cabral-Diretor Substituto.

Nº 9, de 9 de fevereiro de 1 962.-

O Diretor Substituto do Serviço de Proteção aos Índios, usando de suas atribuições,

RESOLVE recomendar a CECY ASSIS LIMA, Artífice de Manu - tenção, Nível 6, e Engarregada do Almoxarifado dêste Serviço, que tome providencias no sentido de serem preenchidos, dentro das épocas oportunas, os formulários requisitórios de material de expediente e encaminhados devidamente, por intermédio desta Diretoria, ao Departamento Federal de Compras, no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, evitando, por todos os meios, que se repita o fato verificado em 1 961.

Dê-se ciência e cumpra-se.

Ass. LOURIVAL DA MOTA CABRAL-Diretor Substituto em Exercício.-

Nº 10, de 12 de fevereiro de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE designar o Senhor Francisco Sampaio, Inspetor de Índios Nível 14B, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente, do Ministério da Agricultura, Matrícula nº 1 152 692, dêste Serviço, lotado e com exercício na 4ª. Inspetoria Regional, em Recife, no Estado de Pernambuco, para seguir com destino ao Posto Indígena Caramuru, Município de Itabuna, no Estado da Bahia, a fim de proceder a sindicância, apurando as denúncias formuladas no SPI 674/62, junto a êste, bem com verificar a idoneidade do denunciante, apresentando minucioso e urgente relatório de tudo quanto fôr constado.

Dê-se ciência e cumpra-se

Ass. LOURIVAL DA MOTA CABRAL-Diretor Substituto.-

Nº 11, de 12.2.62

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE designar o Sr. DJALMA MONGENOT, Motorista nível 8A, do Quadro de Pessoal - Parte Permanente do Ministério da Agricultura, lotado neste Serviço, matrícula nº 2.091.442, com exercício na 5ª Inspetoria Regional em Campo Grande no Estado de Mato Grosso, para seguir com destino aos Postos Indígenas subordinados àquela Inspetoria, a fim de acompanhar o Médico, que vai visitar os Índios doentes e fazer distribuições de medicamentos aos mesmos.

Dê-se ciência e cumpra-se

LOURIVAL DA MOTA CABRAL-Diretor Substituto

95, de 20/7/61, que criou a "Ajudância Machacalis", no Município de Machacalis, Estado de Minas Gerais, voltando à jurisdição da 4ª Inspetoria Regional em Recife, Estado de Pernambuco, os Postos Indígenas Engenheiro Mariano de Oliveira, Caramuru, Paraguaçu, Kiriri, que constituiram àquela Ajudância.

Dê-se ciência e cumpra-se

ASS. Ten.Cel. Moacyr Ribeiro Coelho-Diretor do SPI.

Nº 16, de 20.2.962.

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE dispensar o Sr. TUBAL FIALHO VIANNA, Inspetor de Índios, P.1861-14B, do Quadro de Pessoal - Parte Permanente do Ministério da Agricultura, lotado neste Serviço, da função de Encarregado da Ajudância de Machacalis, Estado de Minas Gerais, ficando, em consequência, sem efeito a Ordem de Serviço nº 96 de 20/7/61.

~~Dê-se ciência e cumpra-se~~

~~ASS. Ten.Cel. Moacyr Ribeiro Coelho-Diretor do S.P.I.~~

Nº 17, de 20.2.962

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE designar o Sr. PAULO RUFINO DE MELO E SILVA, Inspetor de Índios P.1802-12-A, do Quadro de pessoal- Permanente do Ministério da Agricultura, lotado neste Serviço e com exercício na 4ª Inspetoria Regional, em Recife, Estado de Pernambuco, para seguir com destino ao Posto Indígena "Nísia Brasileira", no Estado da Paraíba, a fim de proceder a sindicância, para esclarecer a denúncia conforme se vê da cópia autêntica anexa.

Dê-se ciência e cumpra-se

ASS. Ten.Cel. Moacyr Ribeiro Coelho-Diretor do S.P.I.

CÓPIA AUTÊNTICA= TELEGRAMA = URGT - CONGT - MINISTRO ARMANDO MONTEIRO BRASÍLIA DF = H 170 DE VARADOURO - JOÃO PESSOA PB 0080-90=3= 1515 = ACABO SER INFORMADO SEU ATO TRANSFERIDO JOSÉ GABINIO ENCARREGADO POSTO NÍSIA BRASILEIRA PARA XUCURU ET DESIGNAÇÃO SEBASTIÃO FRANCISCO SILVA PARA SUBSTITUTO PT ESSE ATO REPRESENTA ATENDIMENTO CHEFE POLITICO MUNICÍPIO MAMANGUAPE QUE SEMPRE UTILISOU SERVIÇO PROTEÇÃO ÍNDIOS COMO INSTRUMENTO POLITICA PARTIDARIA PT SEBASTIÃO SILVA GOZA SURSIS NAQUELA COMARCA SENDO EBRIO CONTUNAZ ET RECENTEMENTE TRANSFERIDO PO HAVER VENDIDO DOIS MOTORES REFERIDO SERVIÇO SEM AUTORIZAÇÃO LEGAL

ET SEM RECOLHER PRODUTO RENDA PT NÃO CREIO VOCÊ SE ACOMPLICITE ESSE TIPO ADMINISTRAÇÃO CORDIAL ABRAÇO JOÃO AGRIPINO - 17/2/62 - GRAVE DE NÚNCIA - AO SPI PARA ESCLARECER COM URGÊNCIA - 1946 - CARIMBO DCT - 4/1/62 - A SA PREPARE EXPEDIENTE DESIGNANDO O INSPETOR PAUL RUFINO PARA PROCEDER SINDICÂNCIA PT EM 20/2/62 - ASS TEN CEL MOACYR RIBEIRO COELHO - CUMpra-SE O DESPACHO DO SR DIRETOR BR 20/2/62 - ASS AIMÁ - CHIO BRAULE PINTO - CHEFE SA.-----

Nº 18, de 21 de fevereiro de 1962.

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE tornar sem efeito a Ordem de Serviço Interna nº 46, de 29 de março de 1961, que subordinou a esta Diretoria, o Posto Indígena Capitão Vasconcelos, localizado no Rio Kuluene, região do Xingu, Estado de Mato Grosso, que volta, assim, à jurisdição da 8a. Inspetoria Regional, em Goiânia, Estado de Goiás.

Dê-se ciência e cumpra-se.

ASS. TEN.CEL. MOACYR RIBEIRO COELHO - DIRETOR DO SPI

Nº 19, de 21 de fevereiro de 1962.

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, usando de suas atribuições, e atendendo às urgentes necessidades do Serviço,

RESOLVE distribuir, pelas Seções abaixo, o Pessoal lotado na Seção de Estudos, no Rio de Janeiro, no Estado da Guanabara, até ulterior deliberação, enquanto perdurar a deficiência de servidores, em Brasília, angústia que vem afetando seriamente, a Sede da Diretoria;

-SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO-S.A.-

- 1.Humberto César de Carvalho, Escriturário 10-B
- 2.Orlando Alves Carneiro, Agente de Proteção aos Índios 6b
- 3.Benedito Pimentel, Inspetor de Índios 12A
- 4.Maria Dantas Pimentel, Prof.Ens.Pré-Primário e Prim. 11
- 5.João Nazaret, Escrevente Datilógrafo 7
- 6.Felício Fiori de Magalhães Costa, Oficial de Administração 12A.
- 7.Vital Ribeiro Gomes, Oficial de Administração 12A,

-SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA-SOA-

- 1.Ormindia Ribeiro, Escriturário 8A.
- 2.Jussara Carvalho da Silva, Escrevente Datilógrafo 7
- 3.Augusto de Souza Leão, Mestre Eletricista 13

4. Bernardino Barros Correa Filho, Motorista 8A
5. Ana Rosa Coelho Menezes, Trabalhador 1
6. Marlene Ferreira, Escrevente Datilógrafo 7

=SEÇÃO DE ESTUDOS - S E=

1. Nilo Oliveira Vellozo, Cinetécnico 12A
2. João Bezerra de Melo, Agente de Proteção aos Índios 6B
3. Gelson Antonio das Chagas, Escrevente Datilógrafo 7
4. José Coelho, Escrevente Datilógrafo 7
5. Noemia da Cunha Siqueira, Escrevente Datilógrafo 7
6. Vitor Izidoro Guedes, Escrevente Datilógrafo 7
7. Januario Santa Rosa Sorominé, Escrevente Datilógrafo 7
8. Palmerinda Melo Bandeira, Escrevente Datilógrafo 7
9. Cildagina Lage de Moraes, Escrevente Datilógrafo 7
10. Virgilio Gonçalves de Oliveira, Laboratorista 9B
11. Germano Dalmão, Fotógrafo 11B
12. Orículo Castelo Brando Bandeira, Inspetor 12A
13. José Batista Ferreira Filho, Agente de Proteção aos Ind. 6B

=SEÇÃO DE ESTUDOS - MUSEU DO INDIO=

1. Geraldo Pitaguari, Antropólogo 17A
2. HERNANI LUZ, Preparador de Museu 12A
3. João de Souza Veríssimo, Cinetécnico 12A
4. João Domingos Lamônica, Laboratorista 9B
5. Hélio Jorge Bucker, Agente de Proteção aos Índios 6B
6. Sidá Souza Melo, Escrevente Datilógrafo 7
7. Mário Rozendo da Costa, Servente 5

A distribuição, ora feita, obriga os servidores, que continuarão, no Rio, a executar trabalhos inerentes a cada uma das Seções, em que ficam lotados, de acordo com a determinação que lhes foram feitas pelos respectivos Chefes, obedecendo, rigorosamente, às instruções que receberem, para que se melhore, nesta emergência, a situação de sobregarga de serviço atualmente pesando sobre a Diretoria, com as suas Seções, em Brasília, impossibilitadas de solucionar tal impasse, dado o reduzidíssimo número de funcionários aqui operantes.

A fiscalização quanto à execução desses trabalhos, no Rio, caberá ao Chefe de Seção de Estudos, devendo o ponto por ele encerrado, cabendo-lhe, ainda, manter, diariamente, pelo rádio, contato com esta Diretoria, relativamente aos engargos que vão ser daqui expedidos.

A Chefia de cada Seção caberá distribuir à equipe que lhe está subordinada, os trabalhos, que achar por bem confiar-lhes, os quais serão sempre encaminhados à Seção de Estudos, sob a responsabi-

lidade dos respectivos representantes, em se tratando da S.A. e da S.O.A., cabendo ao Chefe da S.E. a distribuição do que pertencer à sua Seção.

A representação das Seções será objeto de Ordem de Serviço a ser expedida.

Dê-se ciência e cumpra-se

ASS. Ten.Cel. Moacyr Ribeiro Coelho-Diretor do
S.P.I.

=====

Nº 20, de 22.2.962

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, ~~usando~~ das atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVE designar ESTANISLAU NUNES DE OLIVEIRA, Agente de Proteção aos Índios - P.1802-5A, do Quadro de Pessoal Parte Permanente do Ministério da Agricultura, lotado no Posto Indígena "Tenente Lira", da 9ª Inspetoria Regional, pela Portaria nº 16, desta data, para Encarregado do mesmo, até ulterior deliberação desta Diretoria.

Dê-se ciência e cumpra-se

ASS. Ten.Cel. Moacyr Ribeiro Coelho-Diretor do
S.P.I.

=====

Nº 21, de 23.2.962

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE designar o Sr. LUIS DE FRANÇA PEREIRA DE ARAÚJO, Técnico de Contabilidade, nível 15, do Quadro de Pessoal Parte Permanente deste Ministério, lotado neste Serviço, e presente mente com exercício na sede desta Repartição, para seguir com destino ao Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, a fim de tratar de assuntos do interesse deste Serviço.

Dê-se ciência e cumpra-se

ASS. Ten.Cel. Moacyr Ribeiro Coelho-Diretor do
S.P.I.

Nº 22, de 27.2.962

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE determinar que BOANERGES FAGUNDES DE OLIVEIRA, Operador Radiofônico - P.2003-7, do Quadro de Pessoal - Parte Permanente dêste Ministério, passe a responder pelo expediente da Seção de Orientação e Assistência (SOA), durante o impedimento do titular efetivo, que se encontra na função de Diretor Substituto e do Chefe Substituto daquela Seção, que se encontra ausente, a serviço, podendo, nessa qualidade, assinar os expedientes inerentes à Seção.

Dê-se ciência e cumpra-se

ASS. Lourival da Mota Cabral-Diretor Substº

Nº 23, de 27.2.962

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE determinar que ANTÔNIO DA MOTA CABRAL, Trabalhador - GL-402-1, do Quadro de Pessoal - Parte Permanente dêste Ministério, passe a prestar serviços, até ulterior deliberação, no Serviço de Protocolo, da Seção de Administração, desta Diretoria.

Dê-se ciência e cumpra-se

ASS. Lourival da Mota Cabral-Diretor Substº

Nº 24, de 27.2.962

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE determinar que IDA BRAULE PINTO, Trabalhador GL 402-1, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente deste Ministério, passe a prestar serviços, até ulterior deliberação, na Seção de Administração (S.A.) desta Diretoria.

Dê-se ciência e cumpra-se

ASS. Lourival da Mota Cabral-Diretor Substº

V I S T O-

TEN. CEL. MOACYR RIBEIRO COELHO
-DIRETOR DO SPI-

LOURIVAL DA MOTA CABRAL
Chefe da SOA-

1157
[Signature]
[Signature]

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
BOLETIM INTERNO Nº 55
Meses de maio e junho de 1962.-

DIRETOR:
Ten.Cel.Moacyr Ribeiro Coelho
SECRETÁRIO:
Glauco Soares de Souza

CHEFE DA SOA:
Luiz Araújo
CHEFE DA SA:
Lourival da Mota Cabral
CHEFE DA SE:
Josias Ferreira de Macedo.-

1158
AD
CJP

=MINISTÉRIO DA AGRICULTURA=
-Serviço de Proteção aos Índios-
=BOLETIM INTERNO Nº 55=

DIRETOR DO SPI APRESENTA SOLUÇÕES
PARA OS PROBLEMAS INDÍGENAS

O Sr. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho, enviou ao Exo. Sr. Ministro da Agricultura, o seguinte ofício, relatando os problemas existentes, e apresentando as soluções para os mesmos.

"Exo. Senhor Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura:

A responsabilidade moral, funcional e humana de Diretor do S.P.I.-cargo que muito me desvanece e orgulha e a cujo desempenho tenho dedicado e dedicarei sempre o melhor de meus esforços - está a exigir que eu compareça à presença de V.Exa. para um depoimento franco, honesto e sincero sobre as atribuições deste Serviço e a forma pela qual êle as vem executando.

2. Devo, preliminarmente, dizer a V.Exa. que considero o S.P.I. órgão da mais alta importância patriótica, social e humana e que, malgrado reconheça como precária, incompleta e deficiente a assistência que êle presta ao índio, não tenho dúvida em proclamar a absoluta necessidade da existência deste órgão, sem o qual seria irremediável e total a desgraça de nossos silvícolas.

3. O meu objetivo, portanto, como Diretor que se sente perfeitamente identificado com as tarefas do Serviço e prestigiado pelos seus funcionários não é, nem poderia ser, o de tecer críticas ou apontar desacertos. Muito mais elevado, o propósito que me anima é o de atrair para o problema do índio maior atenção dos Poderes Públicos, maior simpatia e compreensão da parte do Povo e das forças atuantes da Nação, para que ao S.P.I. sejam conferidos maiores recursos, mais apôio moral e governamental, maior colaboração por parte de outros órgãos do governo, da Imprensa e do público em geral.

4. Estudado o S.P.I. com o critério honesto e sincero, em sua missão, organização e recursos de que é dotado, não há quem deixe de concluir que o Serviço não está aparelhado para as elevadas atribuições que lhe competem. Faltam-lhe elementos materiais e humanos para que se lhe possa imprimir uma orientação científica, assim como escasseiam recursos até para a pura e simples assistência à vida vegetativa. E isso porque aos Governos tem faltado a necessária compreensão deste magno e complexo problema - o problema do índio - a um tempo social, cultural, científico e patriótico mas, sobretudo, humano.

5. Nossa própria Constituição que, em seu artigo 215 declara: "Será respeitada aos silvícolas a posse das terras onde se achem permanentemente localizados, com a condição de não a transferirem", não teve esse dispositivo legal ainda regulamentado, malgrado já em 1950 houvesse o SPI fornecido os elementos para esse fim.

Resultado: por falta de recursos financeiros para resolver juridicamente uma centena de casos de legalização das glebas indígenas, e sem contar, além disso, com qualquer apoio governamental, vai o S.P.I. omitindo-se, em vez de lutar, enquanto os índios vão sendo expoliados de suas terras por inescrupulosos de todos os matizes sociais que delas se vão apossando.

6. O S.P.I., fruto da iniciativa patriótica de Rondon e de mais alguns abnegados, vem se estiolando de ano para ano, cada vez mais desprestigiado e desassistido, o mesmo acontecendo a uma série de outros órgãos paralelos que a falta de um entrosamento superior e inteligente, deixa à margem de qualquer atividade prática, inativos e inoperantes.

7. Por sua vez, os diversos Ministérios que concentram os meios especializados e dispõem de recursos financeiros, talvez por jamais terem sido solicitados, permanecem alheios ao problema que pela complexidade de suas facetas apresenta aspectos que exigem não só a convergência de amplos esforços, mas de ajuda especializada que só em órgãos técnicos poderá ser encontrada.

8. Impõe-se, a nosso ver, a reestruturação do S.P.I. que reclama com urgência recursos materiais, financeiros e humanos para que se alce à altura da missão que tem a cumprir. Sem funcionários especializados e capazes, qualitativa e quantitativamente habilitados e suficientes, o Serviço não passará jamais de um mero paliativo, claudicante e impotente para o pleno exercício de sua finalidade. Não será, porém, fácil a sua reorganização em curto prazo e em bases adequadas e científicas. Esta é tarefa que demandará pesquisa, dedicação e sobretudo tempo, muito tempo porque carecemos, para um planejamento racional e objetivo, de elementos informativos e essenciais.

9. Somos, pois, pela reformulação dos trabalhos do S.P.I. visando, essencialmente;

- no plano intelectual, ampliar as atividades educativas de modo a se ministrar aos jovens indígenas, não apenas a instrução primária, mas também instrução de orientação técnico-profissional e agrícola do nível de capacitar rural;

- no que respeita à higiene e saúde, introduzir, além de outras providências, a assistência médica direta e a vacinação sistemática maciça.

10. Nestas condições, peço vênias para, a título de emergência grave, e com vistas ao Conselho de Ministros, solicitar a V.Exa. as seguintes providências: